

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano.  
O circuito inferior da economia urbana em  
São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**

**Marina Regitz Montenegro**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia.**

**Área de concentração: Geografia Humana.**

**Orientadora: Profa. Dra. María Laura Silveira.**

**São Paulo  
2011**

***Aos trabalhadores do circuito inferior.***

## **AGRADECIMENTOS**

Meus primeiros agradecimentos são, certamente, à Profa. Dra Maria Laura Silveira, minha orientadora desde os primeiros anos de graduação. Agradeço enormemente pelo privilégio de ter contado com sua orientação preciosa e rigorosa ao longo da trajetória de minha formação geográfica. Nesta direção, agradeço também ao Prof. Dr. Milton Santos (*in memoriam*), com quem pude realizar um Projeto de Iniciação Científica, pelo incentivo a uma formação sólida e, acima de tudo, por oferecer-nos tamanho arcabouço teórico-metodológico.

Meus agradecimentos especiais aos professores Maria Monica Arroyo e Marcio Cataia que participaram do exame de qualificação deste doutorado.

Agradeço também aos professores entrevistados ao longo da pesquisa em Brasília, Fortaleza e Belém: Prof. Dr. Aldo Paviani, Prof. Dr. Saint-Clair C. da Trindade Jr., Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, Prof. Dr. Benny Schvasberg, Profa. Dra. Ines C. B. Ferreira, Prof. Dr. Eustogio W. C. Dantas, Prof. Dr. Oscar C. Netto, Prof. Msc. Bruno Malheiro. Em Belém, meu obrigada especial a Jurandir Novaes e a Edmilson Brito Rodrigues.

Obrigada à Profa. Dra. Hélène Riviére d’Arc pelo incentivo e pelas oportunidades oferecidas. Um obrigada especial também à Profa. Dra. Vera da Silva Telles, com quem pude compartilhar diversos diálogos nos últimos anos.

Agradeço enormemente a todos os trabalhadores do circuito inferior entrevistados em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém.

Meus agradecimentos também a todos aqueles que colaboraram em diferentes etapas da pesquisa, como a produção cartográfica e a sistematização dos dados primários. Sou notadamente grata ao Guto, Marcos, Claudia, Joana, Luiz Antonio, Raymunda e Leda.

Obrigada aos meus queridos amigos geógrafos, e também, aos não geógrafos. Agradeço especialmente a Flavia Grimm, Virna Carvalho David, Fábio Tozi e Fábio Contel pelo companheirismo em nossa formação e pela preciosa troca de idéias nesse processo.

Meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de Doutorado concedida.

Por fim, agradeço também às minhas “famílias”, sobretudo a Lara, Claudia, Angela, Marcos, Kátia e Maria Claudia. Obrigada, em especial, ao meu companheiro Adriano pela motivação e apoios constantes.

## **RESUMO**

As cidades abrigam diferentes divisões sociais e territoriais do trabalho que se explicam por lógicas distintas porém interdependentes. Justapostas no meio construído, encontram-se combinadas múltiplas formas de produção e de consumo realizadas com técnicas e formas de organização diversas. Segundo Santos (1975), estas divisões do trabalho coexistentes compreendem circuitos da economia urbana. Enquanto totalidade, a cidade pode ser entendida, assim, a partir da relação dialética e indissociável entre o circuito superior e o circuito inferior, cujas atividades se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização (SANTOS, 1975; SILVEIRA, 2007).

No trabalho a seguir, buscamos analisar o processo de expansão e renovação do circuito inferior nas metrópoles brasileiras. Partindo das realidades das cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, procuramos desvendar os dinamismos que caracterizam o circuito inferior no período da globalização e revelar as diferentes feições regionais assumidas por este circuito no território brasileiro hoje. Na medida em que os dados do período da globalização se instalam nos lugares com intensidade variável e através de diferentes nexos, a forma como o meio técnico-científico-informacional alcança as regiões é diferencialmente produtora de pobreza e implica, por sua vez, uma reformulação distinta do circuito inferior segundo a região e a cidade.

Palavras-chave: circuito inferior, globalização, trabalho, pobreza, meio construído.

## **ABSTRACT**

Cities host different social and territorial divisions of labor that can be explained by distinct nevertheless interdependent logics. Juxtaposed in the built environment, multiple forms of production and consumption are performed with various techniques and forms of organization. According to Santos (1975), these coexisting divisions of labor comprehend circuits of the urban economy. As a totality, the city can be understood through the dialectical and inseparable relationship between the upper and the lower circuits, whose activities are distinguished according to the different degrees of technology, capital and organization (SANTOS, 1975; SILVEIRA, 2007).

In this study, we seek to analyze the process of expansion and renovation of the lower circuit in the Brazilian metropolises. Starting from the realities of the cities of Sao Paulo, Brasília, Fortaleza and Belém, we search to unveil the dynamics that characterize the lower circuit in the period of globalization and to reveal the different regional features embodied by this circuit in the Brazilian territory today. To the extent that the contents of the period of globalization install themselves in places with varying degrees and through different connections, the form that the scientific, technological and informational space reaches the regions produces poverty in different ways and implies, in turn, a distinct reformulation of the lower circuit according to each region and city.

Key words: lower circuit, globalization, work, poverty, built environment.

## SUMÁRIO

Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice.....	vi
Índice de tabelas, gráficos, mapas e fotos.....	ix
Introdução.....	1
<b>Capítulo 1. Expansão do circuito inferior e novos conteúdos da pobreza no Brasil.....</b>	<b>12</b>
1.1. Processos recentes da urbanização brasileira: do alargamento da divisão territorial do trabalho à involução metropolitana.....	12
1.2. A crescente importância do circuito inferior na geração de ocupação renda.....	18
1.3. Novos conteúdos da pobreza em tempos de globalização.....	30
1.3.1. Novas formas de interferência do circuito superior no circuito inferior.....	34
1.4. O avanço da pobreza nas metrópoles e a necessidade de aprofundar o debate..	38
<b>Capítulo 2. O circuito inferior em São Paulo: da densidade de suas relações com as variáveis chave do período da globalização ao alargamento de suas escalas.....</b>	<b>46</b>
2.1. Fragmentação do tecido urbano e pluralidade de divisões do trabalho na metrópole corporativa.....	46
2.2. A densidade das relações entre o circuito inferior e as variáveis chave do período da globalização em São Paulo.....	49
2.2.1. A popularização da técnica moderna e suas implicações.....	50
2.2.2. Difusão da informação e permeabilidade das finanças na economia pobre de São Paulo.....	57
2.3. Diversificação das tarefas no circuito inferior e suas relações com o meio construído e com o mercado.....	63
2.3.1. A multiplicidade de tarefas enquanto expressão da flexibilidade tropical.....	64
2.3.2. Da indissociabilidade entre o meio construído e o mercado para o circuito inferior.....	68

2.4. A participação do circuito inferior em circuitos espaciais de produção mais amplos.....	76
2.5. O avanço do uso corporativo da cidade: o projeto Nova Luz enquanto evento emblemático das relações entre Estado e circuito inferior.....	85
2.6. Reconfiguração da economia pobre na periferia paulistana.....	89

**Capítulo 3. Brasília: dinamismos da economia popular frente à rigidez normativa.....**

3.1. Da densidade normativa à conformação de um meio construído fragmentado e de uma economia segmentada.....	102
3.1.1. A metropolização de Brasília e o aprofundamento das desigualdades.....	107
3.1.2. O papel do Estado enquanto circuito superior.....	112
3.2. Frente à rigidez do zoneamento, o circuito inferior “encontra” seus espaços .....	115
3.2.1. Densidades do circuito inferior no Plano Piloto.....	116
3.2.2. Relações entre os circuitos da economia urbana em áreas de especialização.....	127
3.3. A economia pobre de uma periferia em transformação.....	135
3.3.1. Particularidades e universalidades do circuito inferior periférico de Brasília.....	141

**Capítulo 4. Transformações e permanências do circuito inferior na capital cearense.....**

4.1. Fortaleza: entre o turismo globalizado e o aumento da pobreza.....	152
4.2. A reformulação do circuito inferior e sua inserção na metrópole turística.....	161
4.2.1. Remodelamento de objetos e ações na economia popular: do artesanato ao industriário.....	165
4.2.2. O fracionamento das tarefas e a flexibilidade técnica.....	171
4.3. A concentração da pobreza e o circuito inferior na periferia de Fortaleza.....	174
4.3.1. Circuito inferior doméstico e circuito inferior de rua na periferia.....	177
4.3.2. Trabalho intensivo e renda escassa.....	185
4.4. Centralidade popular e a importância das confecções no trabalho e no consumo da economia pobre.....	187
4.4.1. Expansão do circuito inferior e reconfiguração das densidades no centro de Fortaleza.....	191

<b>Capítulo 5. Feições regionais do circuito inferior de Belém.....</b>	<b>201</b>
5.1. Urbanização e dimensões da pobreza na metrópole da Amazônia oriental.....	201
5.2. Portos e feiras e o entrelaçamento entre circuito inferior e circuitos espaciais de produção regionais.....	207
5.2.1. Dinamismos do circuito inferior no ponto comercial mais tradicional de Belém.....	209
5.2.2. Cruzamentos entre os circuitos revelados por uma área de especialização.....	216
5.2.3. Divisão do trabalho e técnica popular.....	221
5.3. A diversidade do circuito inferior periférico de Belém.....	227
5.3.1. Economia dos centavos e escassez de capital.....	238
5.4. O urbanismo hegemônico na versão belenense.....	241
<b>Conclusões.....</b>	<b>246</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>260</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>279</b>

## **ÍNDICE DE MAPAS, TABELAS, GRÁFICOS E FOTOS**

### MAPAS

Mapa 1. Principais locais de residência dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados nos distritos Sé e República (São Paulo) (%) – 2010.....	74
Mapa 2. Principais procedências dos insumos e produtos comercializados pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados na Santa Ifigênia (São Paulo) (%) – 2010.....	82
Mapa 3. Renda distribuída (R\$/ habitante) no Distrito Federal – 2000.....	110
Mapa 4. Principais locais de residência dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados na Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) (%) – 2010.....	122
Mapa 5. Região Administrativa de Ceilândia (DF) – 2010.....	138
Mapa 6. Renda distribuída (R\$/ habitante) no Município de Fortaleza – 2000.....	157
Mapa 7. Densidade demográfica no Município de Fortaleza – 2000.....	176
Mapa 8. Principais procedências dos produtos comercializados pelos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Beco da Poeira (Fortaleza) (%) – 2010.....	195
Mapa 9. Principais procedências dos insumos e produtos comercializados pelos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Mercado Ver-o-Peso (Belém) (%) – 2010.....	215
Mapa 10. Volume de açaí proveniente das ilhas e municípios próximos transportado para o Porto do Açaí e para o Porto da Palha (Belém) em 2007.....	217
Mapa 11. Densidade demográfica no Município de Belém – 2000.....	229

### TABELAS

Tabela 1. Evolução da participação na indigência e na pobreza brasileira segundo estratos (rural, urbano e metropolitano) – 1992, 2003 e 2004.....	17
Tabela 2. Distribuição percentual das pessoas ocupadas em empresas no Brasil por porte de empresa em 1996, 2002 e 2006 (%).....	21
Tabela 3. Distribuição percentual do total de empresas formais por porte de empresa em 1996, 2002 e 2006 (%).....	22
Tabela 4. Proporção dos domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo nas 10 Regiões Metropolitanas do Brasil (%) – 1995, 2003, 2007.....	43

Tabela 5. Procedência dos insumos e artigos dos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados em Ceilândia (%) – 2010.....	146
Tabela 6. Procedência de artigos comercializados em barracas selecionadas na feirinha da Av. Beira-Mar de Fortaleza – 2010.....	170
Tabela 7. Renda dos chefes de família no bairro do Pirambu (Fortaleza) em salários mínimos (%) – 2008.....	176
Tabela 8. Concorrência dos pequenos boxes entrevistados no Beco da Poeira em Fortaleza (%) – 2010.....	196

## GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição percentual do número de empresas, do pessoal ocupado total, do pessoal assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo porte da empresa no Brasil – 2006.....	23
Gráfico 2. Evolução do número de cartões no Brasil entre 2006 e 2010, por função dos cartões (em milhões).....	33
Gráfico 3. Formas de pagamento oferecidas pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados na Sé e República (centro) e no bairro Santa Ifigênia (São Paulo) – 2010.....	62
Gráfico 4. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no centro da cidade de São Paulo (%) – 2010.....	73
Gráfico 5. Valores de aluguel pagos pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados no bairro de Guarapiranga (São Paulo) (%) – 2010.....	93
Gráfico 6. Formas de pagamento oferecidas pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados no bairro de Guarapiranga (São Paulo) – 2010.....	97
Gráfico 7. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no SOF Norte (Brasília) (%) – 2010.....	133
Gráfico 8. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados em Ceilândia (DF) (%) – 2010.....	148
Gráfico 9. Frequência das formas de pagamento oferecidas pelos feirantes entrevistados na Av. Beira Mar em Fortaleza – 2010.....	173
Gráfico 10. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Pirambu (Fortaleza) (%) – 2010.....	186
Gráfico 11. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no Guamá (Belém) (%) – 2010.....	237

Gráfico 12. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Guamá e no Porto do Açaí (Belém) (%) – 2010.....	239
--	-----

## FOTOS

Foto 1. Pequeno negócio de conserto de monitores na região da Santa Ifigênia.....	55
Foto 2. Pequeno comércio de artigos variados no distrito Sé, no centro de São Paulo.....	66
Fotos 3 e 4. Vendedores ambulantes na Rua Santa Ifigênia.....	84
Fotos 5 e 6. Cartazes contra o Programa Nova Luz na região da Santa Ifigênia.....	88
Fotos 7 e 8. Pequena gráfica e loja de ferramentas e parafusos no bairro do Guarapiranga.....	94
Foto 9. Imagem aérea da Rodoviária do Plano Piloto no entroncamento do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário.....	117
Fotos 10 e 11. Enorme fluxo de passageiros e os quiosques e lojas na rodoviária do Plano Piloto.....	119
Foto 12. Pequeno quiosque de chaveiro no Plano Piloto, onde também se consertam secadores de cabelo e ferros de passar, se afiam facas e é anunciada a realização de “pequenos serviços elétricos”.....	125
Fotos 13 e 14. Anúncio de pequenos serviços e oficina de lanternagem e pintura ao lado de borracharia no SOF Norte.....	130
Foto 15. Pequena oficina improvisada em um <i>trailer</i> no SOF Norte.....	134
Fotos 16 e 17. Anúncios de atividades do circuito inferior residencial em Ceilândia..	142
Foto 18. Venda de acessórios e de cartões de recarga de crédito para telefone celular junto à venda de almoço e marmitas em “ <i>Shopping Popular</i> ” de Ceilândia.....	150
Foto 19. Pequeno estabelecimento onde se realiza o serviço de desbloqueio de telefones celulares em Ceilândia.....	150
Foto 20. Praia do Meireles de Fortaleza em 1920.....	163
Foto 21. Avenida Beira-Mar, na praia do Meireles, de Fortaleza em 2009.....	163
Foto 22. Feirinha da Beira-Mar em Fortaleza.....	165
Foto 23. Barracas da feirinha da Beira-Mar em Fortaleza.....	168
Foto 24. Bordado de renascença.....	168
Fotos 25 e 26. Bodegas no Pirambu.....	178
Fotos 27 e 28. Açougue improvisado na calçada e <i>lanhouse</i> no Pirambu.....	182
Foto 29. Antigo Beco da Poeira na Praça José de Alencar, no centro de Fortaleza..	191

Fotos 30, 31 e 32. Boxes de “modinha” e de desbloqueio de telefone celular no antigo Beco da Poeira.....	193
Foto 33. Ambulantes em frente ao antigo Beco da Poeira.....	199
Foto 34. Boxes no novo Centro de Pequenos Negócios.....	199
Foto 35. Complexo do Ver-o-Peso em Belém.....	210
Foto 36. Porto da Feira do Açaí.....	210
Fotos 37, 38 e 39. Castanha, tucupi e farinha de açaí vendidos na Feira do Ver-o-Peso.....	212
Foto 40. Rasas de açaí no Porto do Açaí.....	219
Foto 41. “Marretagem” no Porto do Açaí.....	219
Foto 42. Barraca de venda de açaí no Porto do Açaí.....	223
Foto 43. Carregadores no Porto do Açaí.....	223
Foto 44. Rasas e basquetas no Porto do Açaí.....	225
Fotos 45 e 46. Pequeno restaurante caseiro e ponto de venda de açaí no Guamá...233	
Fotos 47e 48. Pequeno estabelecimento de fotocópia e de recarga de telefone celular e anúncios de salão de cabeleireiro e injeção <i>shop</i> no Guamá.....	236

**Observação sobre a autoria das fotos:**

Todas as fotos são de autoria de Marina Regitz Montenegro, com exceção das fotos 9 e 20.

A Foto 9 é uma imagem aérea obtida a partir de HOLANDA, 2011.

A Foto 20, tirada em 1920, é de autoria de José Teophilo Gaspar de Oliveira.

## INTRODUÇÃO

No período atual, as metrópoles brasileiras sediam crescentemente atividades modernas ligadas à divisão social do trabalho do mundo das informações e das finanças. Contudo, nestas grandes cidades, multiplicam-se também as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas. Desse modo, as metrópoles abrigam diferentes divisões do trabalho que coexistem e que estabelecem, por sua vez, relações diferenciadas com seu meio construído. Segundo Santos (1975), estas divisões do trabalho coexistentes compreendem circuitos da economia urbana que se distinguem em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização assumidos pelas atividades urbanas. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior.

O circuito superior – composto pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores – é o resultado direto das modernizações<sup>1</sup> que atingem o território. Seus principais representantes, no período atual, são as grandes indústrias, corporações globais e multisetoriais, empresas de consultoria, empresas produtoras de informação e de alta tecnologia, grandes firmas de *entertainment* e empresas do ramo financeiro (SILVEIRA, 2011, p.68). Enquanto parte integrante do circuito superior, Santos (1978, p.80) identifica também a existência de um circuito superior marginal que “pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas”. Assim, esta porção do circuito superior pode assumir um caráter residual ou um caráter emergente.

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto da modernização e constitui-se de formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, comércio não moderno e de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo da população de baixa renda. Este circuito pode ser

---

<sup>1</sup> As modernizações compreendem as transformações sucessivas da organização do espaço decorrentes da incorporação dos conteúdos do período ao próprio espaço. Conforme afirma Santos (1978, pp.31-32), “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou de uma fase imediatamente precedente (...). Trata-se pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica. Esta noção aparece como fundamental para a compreensão dos impactos das forças de modernização e de suas repercussões sociais, econômicas, políticas e espaciais”.

compreendido, assim, como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades (MONTENEGRO, 2006).

Encontramos no circuito superior os próprios motores da mais nova divisão territorial do trabalho que se pauta sobre conteúdos intensivos em técnica, ciência, informação e finanças, ou seja, sobre as variáveis determinantes da globalização. No período atual, essas mesmas variáveis tornam-se também dominantes (SANTOS, 1996a), na medida em que atingem e remodelam as demais divisões territoriais do trabalho, ou seja, os circuitos inferior e superior marginal. Os circuitos não constituem, assim, sistemas fechados, apresentam-se interligados por intensas relações de complementaridade, concorrência e subordinação. Compreendem, em realidade, subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho encontram-se integradas (SILVEIRA, 2011), ainda que o poder de uso do território varie conforme a importância das empresas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.295).

Se por um lado, o território brasileiro se transforma cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior; por outro lado, este não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior também em expansão. E enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão-de-obra; o circuito inferior, em suas diferentes formas de organização – micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes etc – vem se consolidando, cada vez mais, como o abrigo e o provedor de ocupação e renda para grande parte da população pobre metropolitana. Verifica-se, assim, um processo de rearranjo da divisão do trabalho intra-urbana nas grandes cidades brasileiras, na medida em que ocorre uma expansão das atividades realizadas pela parcela pobre de sua população.

Por conseguinte, o circuito inferior se afirma como um dos elementos indispensáveis à apreensão da realidade urbana (SANTOS, 1978, p.23). Frente ao contexto de expansão e renovação do circuito inferior nas maiores cidades do país, buscamos desvendar, a seguir, os processos que permeiam atualmente este circuito no intento de ampliarmos nosso conhecimento geográfico a respeito de como vive grande parte da população no território brasileiro no período da globalização. No presente trabalho, priorizamos, assim, a análise do circuito inferior da economia urbana. As cidades englobam, contudo, atividades e agentes representantes de ambos os circuitos, ou seja, divisões sociais e territoriais do trabalho que se explicam por lógicas distintas, porém interdependentes. Daí a necessidade de atentarmos, ao

mesmo passo, à relação dialética e indissociável entre os circuito inferior e superior, ao longo de toda tese.

No intuito de contribuir, de maneira original, com a atualização da teoria dos circuitos da economia urbana, proposta por Santos na década de 1970 (SANTOS, 1975), procuramos apreender os dinamismos que caracterizam o circuito inferior no período da globalização e revelar as diferentes feições regionais assumidas por este circuito no território brasileiro hoje.

Motivados por este propósito, elegemos as cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, visando analisar o circuito inferior em uma metrópole representativa de cada região do país; conforme a regionalização do território brasileiro proposta por Santos e Silveira (2001), segundo a qual o Brasil seria composto pelas seguintes regiões: Região Concentrada, Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia (ver Mapa do meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil em ANEXO 1). Vale destacar que esta divisão regional do Brasil baseia-se tanto nas heranças do passado, quanto na difusão desigual do meio técnico-científico-informacional no território, ou seja, na chegada diferencial das modernizações características do período da globalização a cada região.

Conforme assevera Santos (1996a), as possibilidades do período são “filtradas” pela formação socioespacial, e se realizam como existências nos lugares, combinando-se, necessariamente, aos seus conteúdos preexistentes. Assim, as possibilidades do período se tornam existências, com qualidades e quantidades diferentes, através de suas formas sociais e geográficas. A multiplicidade de situações resultantes deriva “do impacto de um feixe de eventos” sobre cada lugar, modificando os dinamismos preexistentes e criando novos arranjos entre as variáveis (SILVEIRA, 1999, p.25). Em outras palavras:

É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares (SANTOS, 2000, p.112).

Os dados do período da globalização se instalam nos lugares de formas distintas, com intensidade variável e através de diferentes nexos (SILVEIRA, 2006, p.88). Por conseguinte, a forma como o meio técnico-científico-informacional alcança as regiões é diferencialmente produtora de pobreza e implica, por sua vez, uma

adaptação, uma reformulação diferenciada do circuito inferior segundo a região e a cidade.

Daí, a delimitação dos dois objetivos principais que guiaram nossa pesquisa. Por um lado, buscamos analisar as relações estabelecidas atualmente entre o circuito inferior e as variáveis chave do período da globalização – entendidas aqui como a técnica, a informação, o consumo e as finanças – nas maiores cidades brasileiras. Na medida em que estas variáveis determinantes tornam-se também dominantes, intensificam-se as transformações dos dinamismos da economia pobre. Por outro lado, procuramos apreender as particularidades do circuito inferior de cada metrópole selecionada, buscando revelar as “feições” regionais assumidas por este circuito no território brasileiro hoje. Destarte, nossa preocupação central consistiu em desvendar como os processos mais gerais, que definem atualmente a economia pobre no país, se realizam diferencialmente em cada lugar.

Dentre os demais objetivos que nortearam a pesquisa, destaca-se também a busca por realizar uma reflexão que levasse em conta, de forma conjunta, os circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988; SANTOS e SILVEIRA, 2001). A compreensão das múltiplas relações que se estabelecem atualmente entre os circuitos da economia urbana; da indissociabilidade entre o meio construído e o mercado para a economia pobre, e de certas relações entre o Estado e o circuito inferior compõe igualmente os objetivos que fundamentaram o trabalho que se segue.

No período atual, as grandes cidades tendem a ser, muitas vezes, identificadas com uma única área de mercado onde se realiza o trabalho mais moderno, conforme nos induz a pensar, por exemplo, a idéia de “cidade global” (SASSEN, 1991) para o caso de São Paulo. No entanto, a grande cidade é composta, na realidade, tanto por áreas equipadas e produtivas do ponto de vista da racionalidade hegemônica, como por áreas onde esses conteúdos são escassos: enormes periferias e demais parcelas do meio construído em constante processo de desvalorização frente à modernização de outras áreas da cidade. Aí estão presentes as condições para a reprodução das atividades do circuito inferior que são, por natureza, intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se encontram localizadas. Seus agentes não possuem a mobilidade espacial que caracteriza as grandes empresas, estão presos à sua localização inicial, dependem de um mercado consumidor local.

O centro antigo das cidades brasileiras tende a ser um local de concentração de atividades do circuito inferior (CORRÊA, 1989, p.45). À exceção de Brasília, nas

demais cidades selecionadas – São Paulo, Fortaleza e Belém – verifica-se em suas áreas centrais um processo de “desvalorização” de um espaço antes ocupado por atividades “modernas” e de profusão das atividades de um “circuito inferior central” (SANTOS, 1978, p.350). Contudo, o circuito inferior encontra-se presente também, em grande medida, nas “periferias” das cidades brasileiras (CORRÊA, 1986), ou seja, nas áreas menos valorizadas onde reside mormente uma população pobre e predominam infra-estruturas precárias e equipamentos de serviços deficientes (BONDUKI e ROLNIK, 1979, p.147). Embora o conceito de periferia não remeta necessariamente à distância física em relação ao centro, haja vista a forte presença de populações “periferizadas” em plenas áreas centrais, entendemos que, em muitos casos, há uma coincidência entre a periferização e a distância de certas parcelas da cidade em relação às suas áreas centrais (ALMEIDA, 2000).

A distribuição e a dinâmica dos circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras podem ser entrevistadas também a partir da consideração das áreas de diversidade e das áreas de especialização (SILVEIRA, 2004a). A co-presença de uma grande variedade de formas de fabricação, comércio e serviços – representantes tanto do circuito superior, como do circuito inferior – é o traço mais marcante das chamadas áreas de diversidade. Aí o trabalho se especializa e se decompõe em múltiplos circuitos espaciais de produção que envolvem, por sua vez, a coexistência de técnicas variadas, representantes de diferentes etapas da modernização. A extensão do mercado dessas áreas tende a abranger a escala do bairro no qual se localizam ou a própria cidade. Já nas áreas de especialização, “o trabalho se especializa e se divide dentro de um mesmo circuito espacial de produção, involucrando diversas etapas e atores de diferente poder em complexos processos de cooperação e concorrência” (SILVEIRA, 2004a, p.11). Nas áreas de especialização, as relações de mercado e de produção podem alcançar a escala da região ou do país, não se restringindo, assim, ao bairro ou à cidade.

Haja vista a grande diversidade de situações que caracterizam o circuito inferior em cada metrópole selecionada como nosso objeto de estudo, mas também em cada parcela de cada uma destas cidades, buscamos analisar os dinamismos do circuito inferior em suas áreas centrais e em suas periferias, assim como em suas áreas de diversidade e de especialização. Para tanto, selecionamos, em cada uma das cidades em questão, certas áreas onde elegemos situações geográficas (SILVEIRA, 1999) consideradas significativas para apreendermos os processos que definem o circuito inferior nessas metrópoles no período atual.

Na cidade de São Paulo, analisamos os dinamismos do circuito inferior nos seguintes locais: distritos Sé e República, região da Santa Ifigênia e bairro de Guarapiranga na zona sul. Em Brasília, as áreas selecionadas foram a Rodoviária do Plano Piloto, o Setor de Oficinas Norte e a periferia de Ceilândia. Já Em Fortaleza, o estudo do circuito inferior recaiu sobre a Avenida Beira Mar, o bairro do Pirambu e o “Beco da Poeira” no centro da cidade. Em Belém, por fim, as áreas escolhidas foram o Mercado Ver-o-Peso, o bairro do Guamá e o Porto do Açaí, no bairro do Jurunas (ver Mapas das localizações das áreas selecionadas em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém em ANEXO 2).

Nestas áreas, buscamos identificar situações reveladoras que nos permitissem seguir o traçado de toda uma constelação de processos, mediações e conexões (TELLES, 2007, p.208), que envolvem diferentes arranjos da economia pobre. Conforme coloca Silveira (1999):

Diante do esforço de analisar uma região, não seríamos convocados a estudar todos seus elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geografização dos eventos, detectando certos problemas chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos (SILVEIRA, 1999, p.24).

Os conteúdos dos diferentes lugares selecionados foram pensados tanto do ponto de vista do meio construído, quanto das divisões do trabalho aí presentes. Ou seja, foram interpretados a partir do próprio princípio de método que fundamenta nossa compreensão do que é o espaço geográfico: um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 1996a).

Na medida em que buscamos desvendar as relações do circuito inferior com as variáveis da época e, ao mesmo passo, buscamos analisar seus dinamismos em áreas centrais e periféricas, e em áreas de especialização e de diversidade, nas metrópoles selecionadas; nossa pesquisa partiu, inicialmente, das mesmas indagações para as diferentes cidades. A diversidade de situações com as quais nos deparamos nos conduziu, no entanto, à formulação de novas perguntas para cada cidade e para cada área considerada. Estas novas perguntas nos levaram, por sua vez, à elaboração de um esquema para pensar a economia pobre em cada cidade, ou seja, nos levaram à formulação de questões específicas sobre cada cidade. Contudo, estas questões não deixaram de estar conectadas, ao mesmo tempo, com a totalidade do território brasileiro e com os nexos do período. Inserida nas totalidades do mundo e

da formação socioespacial, a cidade deve ser entendida como uma totalidade “cuja explicação não se alcança nos limites da mancha urbana” (SILVEIRA, 2010, p.2). As diferentes respostas encontradas para nossas perguntas em cada cidade compõem os títulos e subtítulos dos capítulos a seguir.

Este caminho nos levou à elaboração de teorias menores sobre cada cidade e, destarte, evitamos realizar uma análise comparativa; pois entendemos que cada subespaço deva ser explicado por sua singularidade, por seu caráter único (DARDEL, 1952). Em outras palavras:

Cada cidade tem sua individualidade particular, sua vida própria, sua fisionomia (...). As gerações que ali se sucederam lhe deixaram seu caráter distintivo, constituíram uma personalidade coletiva (...). Mas a cidade é também um personagem muito complexo, e cada um dos seus diversos bairros se distingue do outro, por uma natureza particular (RECLUS, 1985, p.154).

A singularidade dos diferentes lugares resulta da combinação diferenciada de certas possibilidades do período, da formação socioespacial e da região com o conjunto de existências preexistente em cada lugar. Assim, o arranjo entre o complexo de variáveis toma um peso diferente em cada lugar e, conforme afirma Santos (1996b, p.24), mesmo que haja semelhanças entre certos resultados aparentes, isso não significa que haja repetição das causalidades, o que, de qualquer modo, seria impossível. Ao longo do processo de pesquisa, identificamos, certamente, similaridades e diferenças entre as dinâmicas do circuito inferior nas quatro cidades consideradas. Contudo, em nosso trabalho, não visamos à comparação e tampouco seguimos os passos do método comparativo, ou seja, não identificamos similitudes e contrastes entre os lugares para, em seguida, construirmos generalizações que permitissem comparar as características de cada cidade (SCHNEIDER e SCHIMITT, 1998). Pelo contrário, nosso objetivo foi justamente atentar à particularidade de cada uma delas, ou ainda, apreender as diferentes manifestações assumidas pelo circuito inferior no território brasileiro no período da globalização.

Haja vista a falta de equivalência entre o conceito de circuito inferior e os conceitos de micro e pequena empresa, e mesmo de setor informal, adotados nas categorias oficiais, a análise desse tipo de dado secundário se revelava insuficiente para nossos objetivos. Daí o caráter essencial do trabalho de campo e da coleta e interpretação de informações de caráter primário na pesquisa sobre o circuito inferior.

Por meio da observação, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, buscamos analisar pequenos negócios nas metrópoles selecionadas,

atentando sobretudo aos seguintes indicadores: nível de capital envolvido, grau de organização, recursos técnicos adotados, capacidade de oferta de ocupação e de geração de renda, perfil da população que neles trabalha e que neles consome, participação em divisões do trabalho escalares distintas, localização no espaço urbano e relações com o poder público.

Em nossas investigações nas áreas selecionadas, procuramos eleger situações geográficas que revelassem como os dados do período se geografizam de forma distinta nos lugares, reformulando indiretamente sua economia pobre. Na medida em que pode ser entendida como uma construção metodológica e como uma construção histórica concreta (SILVEIRA, 1999), a situação geográfica representou um instrumento metodológico basilar para a pesquisa.

Nó de verticalidades e horizontalidades, a situação não é apenas um pedaço do território, uma área contínua, mas também um conjunto de relações. É uma combinação que envolve, de um lado, fragmentos e solidariedades vizinhos porque constituída de pedaços contíguos de sistemas de objetos e das ações emanadas de um trabalho comum e, de outro, vinculações materiais e organizacionais longínquas e mais ou menos alheias ao lugar, como as redes e as formas de consumo e produção globalizadas (SILVEIRA, 1999, p.27).

A elaboração e realização de questionários e entrevistas, os trabalhos de campo e a análise e sistematização das informações primárias obtidas constituíram, assim, insumos fundamentais das considerações que se seguem. A importância destas etapas para nossas formulações encontra-se explicitada ao longo da tese. Vale destacar que, para esta pesquisa, foram aplicados 280 questionários e cerca de 40 entrevistas abertas junto aos agentes do circuito inferior em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém; além de 15 entrevistas em empresas do circuito superior nestas cidades. A base de dados construída a partir da sistematização das informações primárias obtidas permitiu, também, a elaboração de mapas, tabelas e gráficos apresentados ao longo do trabalho.

A realização de diversos trabalhos de campo compreendeu uma etapa primordial da pesquisa. Cremos que a presença em loco, em diferentes ocasiões, tenha provido especial inspiração para a reflexão sobre o meio construído e sobre a vida social que anima a materialidade nas áreas estudadas. Conforme coloca Giddens (2003, p.440), um dos desafios impostos aos pesquisadores, que buscam adentrar o cotidiano dos agentes investigados, consiste em buscar captar aquilo que os atores sabem sobre suas condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua

própria ação, mas que pode não ser expresso discursivamente, como em entrevistas, por exemplo. Daí decorre, também, a importância da observação, da presença do pesquisador nas áreas estudadas e do seu contato direto com as existências concretas.

Em nossas reflexões sobre o dinamismo do circuito inferior em cada cidade, buscamos conciliar a descrição e a explicação, tarefas inseparáveis e imprescindíveis à análise geográfica (SANTOS, 1996a, p.18). Trilhamos, assim, o caminho de uma análise teórico-empírica visando revelar as diferentes feições assumidas pela economia pobre nos lugares e regiões considerados. Por conseguinte, optamos por apresentar nossas reflexões em capítulos sobre as cidades, nos quais demos especial destaque aos processos e fenômenos considerados mais reveladores das dinâmicas do circuito inferior em cada uma das metrópoles selecionadas.

Vale destacar que, em determinados momentos, nos pareceu necessário fazer um certo recuo histórico para introduzir os contextos de cada cidade. Uma breve reconstrução de sua evolução nos permitiu mostrar tanto os diferentes papéis assumidos por estas cidades na divisão do territorial do trabalho, quanto o processo de constituição de seu meio construído. Neste sentido, a antiguidade da vida portuária em Belém, as condições de criação e formação de Brasília, a introdução tardia de Fortaleza na divisão internacional do trabalho e a consolidação do papel de São Paulo enquanto metrópole primaz do território brasileiro, constituíram elementos centrais ao entendimento do contexto atual de cada uma dessas cidades.

O presente trabalho se divide em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Expansão do circuito inferior e novos conteúdos da pobreza no Brasil”, apresentamos uma discussão sobre processos recentes da urbanização brasileira, atentando sobretudo ao alargamento da divisão territorial do trabalho e à involução metropolitana. Avaliamos também a crescente importância do circuito inferior na geração de ocupação e renda e o avanço da pobreza nas metrópoles brasileiras. Neste capítulo, buscamos ainda abordar a transformação dos conteúdos que definem a pobreza e suas formas de trabalho em tempos de globalização.

No segundo capítulo, apresentamos nossas considerações sobre os dinamismos atuais do circuito inferior em São Paulo e sobre a densidade de suas relações com as variáveis chave do período da globalização. Neste sentido, focamos a análise, em um primeiro momento, nos impactos da financeirização, da incorporação de novas técnicas e da difusão da informação sobre a economia pobre desta metrópole. Atentamos também à diversificação das tarefas no circuito inferior e às

suas relações com o meio construído e com o mercado, tanto em suas áreas centrais quanto na periferia. Neste capítulo, realizamos, ainda, uma reflexão sobre o processo de ampliação das escalas da economia pobre nos dias de hoje e sobre as relações estabelecidas entre o Estado e o circuito inferior, a partir de uma apreciação crítica sobre um projeto de requalificação no centro da cidade.

No terceiro capítulo, buscamos apreender as especificidades do circuito inferior em Brasília; cidade caracterizada por uma extrema rigidez normativa que se reflete, por sua vez, na conformação de um meio construído fragmentado e de uma economia especialmente segmentada. Neste sentido, damos especial destaque ao papel exercido pelo circuito superior na economia urbana e às diferentes estratégias adotadas pelos agentes do circuito inferior para encontrar os interstícios no meio construído e nas próprias normas para se instalar na cidade. Abordamos também certas relações estabelecidas entre os circuitos da economia urbana em áreas de especialização e os dinamismos da economia pobre na periferia de Brasília.

Já no quarto capítulo, apresentamos nossas reflexões sobre as transformações e permanências que caracterizam o circuito inferior de Fortaleza atualmente; atentando sobretudo aos impactos de uma modernização pautada no turismo sobre as pequenas atividades pouco capitalizadas, como o artesanato. Em um segundo momento, destacamos as feições assumidas pelo circuito inferior na periferia da costa oeste de Fortaleza, onde se concentra grande parte da população pobre da cidade. A expansão e as transformações do circuito inferior no centro da cidade compõem também os temas tratados neste capítulo.

No quinto capítulo, analisamos as singularidades do circuito inferior de Belém. Neste sentido, consideramos especialmente o papel dos portos e feiras na economia urbana da cidade e o entrelaçamento entre o circuito inferior e circuitos espaciais de produção de alcance regional. A partir do olhar sobre uma área de especialização, aventamos a importância do fracionamento das tarefas e das técnicas populares na economia pobre. Neste capítulo, abordamos ainda a densidade e a diversidade que caracterizam o circuito inferior periférico de Belém, assim como o avanço de uma urbanização de caráter corporativo na cidade.

Nas conclusões, destacamos nossas principais idéias a respeito dos dinamismos atuais do circuito inferior nas metrópoles brasileiras para, por fim, expor nossas considerações finais.

No período da globalização, a lógica de um mercado global e de seus vetores se faz cada vez mais presente no território brasileiro. Cabe, todavia, compreender

igualmente a multiplicação e a renovação dos resultados indiretos desse processo de modernização pelo qual passa o país atualmente. Acreditamos que a análise dos processos que permeiam o circuito inferior nas grandes cidades ajudar-nos-ia a entender a própria dinâmica do território brasileiro no período atual e a conhecer como vive grande parte de sua população. O trabalho que se segue visa ser um esforço neste sentido.

## **CAPÍTULO 1. EXPANSÃO DO CIRCUITO INFERIOR E NOVOS CONTEÚDOS DA POBREZA NO BRASIL**

### **1.1. Processos recentes da urbanização brasileira: do alargamento da divisão territorial do trabalho à involução metropolitana**

No período atual, o território brasileiro passa, cada vez mais, a fazer parte dos “espaços da globalização” (SANTOS, 1996a), através de sua crescente inserção no mercado internacional, da ampliação da divisão territorial do trabalho no país e da multiplicação de atividades modernas. Ao mesmo passo e como resultado indireto da modernização recente que chega ao território, multiplicam-se concomitantemente, em suas grandes cidades, as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, compreendidas aqui como o circuito inferior da economia urbana. Uma vez que buscamos desvendar as dinâmicas que definem este circuito atualmente, devemos partir da análise do processo de urbanização recente do território nacional, posto que as dinâmicas urbanas são, sempre, indissociáveis daquelas que definem a formação socioespacial (SANTOS, 1978) e o período histórico.

Ao longo das últimas quatro décadas, conjugaram-se no território brasileiro os processos de urbanização, difusão de modernizações, alargamento da divisão territorial do trabalho e formação de grandes metrópoles nas diferentes regiões. O processo de urbanização da sociedade e do território tem avançado rapidamente no Brasil, cuja população urbana passou de 55,92% do seu total de habitantes em 1970 para 84% em 2010, ano em que já se contavam quinze cidades com mais de 1 milhão de habitantes no país (IBGE, 2010).

A crescente concentração populacional nas Regiões Metropolitanas conforma outro processo que caracteriza a urbanização ocorrida nas duas últimas décadas. Em 1991, residiam nas Regiões Metropolitanas 34,86% da população brasileira, enquanto em 2010 esse percentual já representava 36,22%. Embora algumas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro tenham reduzido sua participação no total da população, a maioria manteve ou aumentou sua participação neste período. A população metropolitana apresentou um aumento absoluto de aproximadamente 7,9 milhões de habitantes, o que representou 37,8% do crescimento da população do país nos últimos 20 anos; enquanto o incremento do restante do país foi cerca de 13 milhões de habitantes e concentrou-se sobretudo nos municípios de 100 mil a 500 mil habitantes e nas cidades não metropolitanas com população acima de 500 mil habitantes. Já os

municípios de até 100 mil habitantes perderam participação ao longo deste período (IBGE, 2010; Observatório das Metrópoles, 2011).

Como veremos a seguir, cidades mais populosas correspondem a mercados maiores e mais extensos, assim como a uma segmentação da economia urbana mais complexa, onde múltiplas divisões do trabalho coexistem em um meio construído fragmentado e, ao mesmo tempo, integrado.

A conurbação, caracterizada sobretudo pela progressiva articulação entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas, e a difusão das modernizações pelo território nas diferentes regiões destacam-se também entre os processos que marcaram a urbanização da sociedade e do território brasileiros ao longo das últimas décadas. Conforme afirma Beaujeu-Garnier (2006, p.15), a urbanização envolve não só o processo de desenvolvimento das cidades, numérico e espacial, mas também a propagação dos modos de vida e hábitos urbanos.

No período da globalização, multiplicam-se, com efeito, os vetores e eventos portadores de uma racionalidade hegemônica que redefinem o papel e a participação das regiões e das cidades na renovada divisão territorial do trabalho. Cada época distingue-se por uma variável chave determinante que constitui o motor da nova divisão do trabalho que está se instalando e distingue o período em questão dos anteriores. Nesse sentido, podemos identificar os diferentes motores de divisões do trabalho que se sucederam ao longo da história como veículos das modernidades representantes de cada período, sendo estes o comércio internacional, a indústria e a informação. No período atual, “(...) o motor da divisão da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação” (SANTOS, 1996a, p.131), que se combina, por sua vez, à ciência, à técnica, à finança, ao consumo e à publicidade conformando o conjunto das variáveis chave da globalização. Este sistema técnico contemporâneo, imbuído de altos níveis de organização, trouxe a possibilidade de separação territorial das atividades e de ampliação da extensão e da densidade da cooperação entre os lugares, assim como uma maior necessidade de regulação.

Desde a década de 1970, o sistema técnico contemporâneo se faz cada vez mais presente no território brasileiro, implicando um processo de redefinição dos contornos da divisão territorial do trabalho no país. Graças aos progressos da ciência, da técnica e da circulação de informações, são criadas novas condições materiais e imateriais de realização das atividades produtivas no território. Ou seja, é gerada uma nova divisão territorial do trabalho fundada na especialização do trabalho nos lugares, na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já densamente ocupadas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, pp.105, 106). Processos como a desconcentração da atividade industrial, o surgimento de *belts* modernos e de novos

*fronts* na agricultura e a conformação de especializações comerciais e de serviços se dão em diferentes porções do país, aprofundando a divisão territorial do trabalho e impondo cada vez mais a necessidade de cooperação entre os diversos pontos do território. Entre estes, no entanto, não deixa de haver uma hierarquia (SANTOS, 1996a, p.135), na qual o papel de comando segue sendo exercido por São Paulo, cidade que controla a maior parcela política da produção do país, frente à dispersão da parcela técnica da produção pelo restante do território.

As dinâmicas da globalização demandam, assim, novos requisitos organizacionais, como os serviços avançados, e as grandes cidades se afirmam como os espaços privilegiados onde estes são produzidos (SASSEN, 2003). Neste contexto, reforça-se, a centralidade e o papel estratégico das metrópoles, enquanto locais onde se concentram as funções de direção e de gestão e os serviços especializados às empresas (financeiros, jurídicos, de consultoria, publicidade, informática, imobiliário etc) que regulam e integram este novo sistema econômico mais disperso (SASSEN, 2006). Para Castells (1989), as dinâmicas geográficas características da globalização residem justamente nesta dispersão da atividade produtiva, na centralização da gestão em determinadas cidades, na circulação da informação e no uso intensivo das tecnologias da informação, configurando, por fim, uma nova geografia da centralidade definida pela informação.

Graças à combinação destes fatores de ordem técnica e política, o território brasileiro se torna mais integrado e se constitui como mercado único. Há uma lógica comum que permeia os diversos sub-espacos “dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração em dado momento de sua evolução. A lógica é comum, os resultados regionais e locais são diferentes” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.273). A chegada diferencial das modernizações características do período da globalização a cada região do país, em suas variáveis matérias e imateriais, pode ser compreendida como a difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional, ou ainda, como a difusão da “cara geográfica da globalização” (SANTOS, 1996a), pelo território brasileiro; conforme procuramos elucidar a partir do breve panorama a seguir.

Na Região Concentrada, o meio técnico-científico-informacional se instala sobre um meio já altamente tecnificado. Os dados da ciência, da técnica e da informação se implantam aí de forma mais consolidada e se difundem pela região, ainda que a parcela política das atividades mais modernas siga concentrada em São Paulo. A cidade, aliás, renova o seu comando do território nacional justamente em função do seu crescente poder de regulação graças à concentração da informação, dos serviços e da tomada das decisões (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.269). A

consolidação de seu papel de principal metrópole do país é acompanhada, no entanto, do empobrecimento de grande parte de sua população que encontra no circuito inferior uma forma de ocupação e renda.

Já na região Centro-Oeste, a chegada de um meio técnico-científico-informacional se dá em um meio praticamente pré-técnico, no qual os novos dados constitutivos do período se instalam com facilidade e rapidez, criando um espaço inteiramente novo (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.271). As variáveis do período não se difundem aí de forma relativamente homogênea como na Região Concentrada, alojando-se sobretudo nas maiores cidades e no campo modernizado que recebe uma infra-estrutura nova a serviço da economia moderna. Grande metrópole do Centro-Oeste, Brasília – entendida aqui como o Distrito Federal urbano (Plano Piloto e cidades satélites) – moderniza seu setor de serviços e se afirma como “metrópole quartenária” (PAVIANI, 1985) que passa atualmente por um processo acelerado de crescimento demográfico e territorial. Esse crescimento vem implicando, por sua vez, o aprofundamento das desigualdades entre um Plano Piloto elitizado e concentrador da maior parte dos postos de trabalho e suas cidades satélites, onde se concentram bairros pobres e favelas desequipadas.

No Nordeste, a influência das variáveis da globalização e a instalação de um meio técnico-científico-informacional se dão de forma mais localizada, em determinadas “manchas” da região. A intensificação do turismo aparece como um vetor importante da modernização recente que vem impor novas lógicas às atividades urbanas. Por outro lado, estruturas sociais arcaicas dificultam as mudanças sociais e econômicas, retardando a evolução técnica e mantendo na pobreza milhões de pessoas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.276). No cenário regional, Fortaleza se destaca como a mais moderna das capitais nordestinas, haja vista o fortalecimento de seu papel de centro comercial, a crescente importância do turismo e a sofisticação do seu setor de serviços (DAMASCENO, 2000). A cidade figura, ao mesmo tempo, dentre aquelas que apresentam os mais altos índices de pobreza e as piores condições de vida entre as capitais brasileiras, onde o acesso aos equipamentos urbanos e aos serviços básicos é bastante precário (IBGE, 2010).

Na Amazônia, por fim, temos um meio técnico-científico-informacional que se instala de forma pontual no território, especialmente nas áreas de agricultura moderna e nas chamadas “cidades-cogumelo” (LAVEDAN, 1936). Nesses pontos, forma-se um espaço globalizado para os agentes hegemônicos, através da instalação de satélites, radares, sistemas de informações e de uma infra-estrutura de aviação (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.273). Esses sistemas de movimentos rápidos convivem com os tempos lentos da região, ou seja, com o tempo das atividades tradicionais e das

pequenas embarcações. Diante da chegada dos nexos da globalização, Belém reafirma, ao lado de Manaus, seu caráter de centro regional na rede urbana amazônica (TRINDADE JÚNIOR, 1998). A modernização se faz presente aí através da renovação de algumas parcelas do meio construído e da crescente participação do capital hegemônico em certas atividades regionais. Não obstante, a essa modernização, tem correspondido a multiplicação da pobreza urbana e a expansão de seu circuito inferior da economia, como veremos a seguir.

A geografização das novas possibilidades é, assim, sempre seletiva, pois cada lugar acolhe apenas uma parcela da nova divisão territorial do trabalho, de suas modernizações, que devem se confrontar, por sua vez, com as formas das divisões territoriais do trabalho anteriores. Desse modo, a substituição de uma divisão territorial do trabalho por outra nunca é completa, daí podermos falar da coexistência de várias divisões do trabalho nos diferentes lugares em um mesmo momento.

Para Massey (1984, p.119), no processo de incorporação de uma área a uma nova divisão do trabalho, as mudanças que se dão no nível local não são apenas um mero reflexo de processos mais amplos, posto que os lugares não configuram um receptáculo passivo de mudanças provenientes dos níveis nacional e internacional. Pelo contrário, a grande variedade de condições já existentes na escala local também afeta a forma como se dá esse processo de incorporação de uma nova divisão do trabalho. Ainda segundo Massey (1984, p.7), a chegada de novas divisões territoriais do trabalho aos lugares implica novas relações entre as atividades neles localizadas, novos padrões sociais de organização, novas formas de desigualdade e novas relações de dominação e dependência.

Neste processo de rearranjo da divisão territorial do trabalho, verifica-se que as principais metrópoles brasileiras, sobretudo São Paulo, concentram cada vez mais a parcela política da produção do circuito superior da economia. Aí estão reunidas as chamadas “vantagens metropolitanas” almeçadas pelas grandes empresas, como um mercado de trabalho e de serviços mais amplos, uma clientela vasta e diversificada, o acesso a melhores infra-estruturas e serviços, um potencial inovador e maiores garantias às imprevisibilidades do que em outras áreas (VELTZ, 1999, p.227). Contudo, essa realidade se combina, também, à dispersão do trabalho no território, a qual já nos referimos.

No entanto, apesar da concentração da riqueza (15 metrópoles são responsáveis pela produção de 50,3% do PIB brasileiro<sup>2</sup>) e da parcela política da produção, observa-se que o aumento da pobreza concentra-se justamente nas

---

<sup>2</sup> Segundo Relatório do Observatório das Metrópoles, 2011.

maiores cidades do país implicando, por conseguinte, a adaptação e segmentação de sua economia urbana, conforme veremos mais detalhadamente a partir das análises sobre São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Segundo afirma Santos (1994, p.94), “ao mesmo tempo que há modernização das atividades, há também (...) uma expansão da pobreza. Daí identificarmos uma verdadeira ‘involução metropolitana’”.

Nos últimos anos, a pobreza e a indigência no Brasil têm se tornado, com efeito, cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano (ROCHA, 2006). Enquanto a participação dos indigentes e dos pobres rurais no total destes segmentos vem se reduzindo, a participação urbana e metropolitana cresceu significativamente no país, como revela a tabela abaixo.

Tabela 1. Evolução da participação na indigência e na pobreza brasileira segundo estratos (rural, urbano e metropolitano) – 1992, 2003 e 2004

Estratos	Indigência (%)			Pobreza (%)		
	1992	2003	2004	1992	2003	2004
<b>Metropolitano</b>	22,2	30,0	30,9	31,2	35,0	36,3
<b>Urbano</b>	40,6	45,7	45,1	44,5	48,8	48,4
<b>Rural</b>	37,2	24,3	24,0	24,3	16,2	15,3
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, microdados da PNAD in ROCHA, 2006.

Se por um lado, o avanço da urbanização explica a redução da participação das áreas rurais nos índices de indigência e pobreza; por outro lado, constata-se que a concentração da população em grandes cidades, que se modernizaram ao longo das últimas décadas, tem sido acompanhada de seu empobrecimento. No ano 2000, segundo Maricato (2006, p.215), 33% da população brasileira concentrava-se em apenas 11 metrópoles, nas quais cerca de 80% dos domicílios localizavam-se em habitações precárias ou favelas<sup>3</sup>. Aproximamo-nos assim, em certa medida, do cenário vislumbrado por Davis (2006, p.26), para quem a “superurbanização” do Terceiro Mundo “é impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empregos”.

No plano intra-urbano, aprofunda-se, conseqüentemente, a fragmentação entre as frações valorizadas e as demais partes da cidade, assim como aumenta o distanciamento entre as atividades dos circuitos da economia. Nas grandes cidades, as modernizações recentes alojam-se em determinadas parcelas do meio construído, onde se instalam os “artefatos arquitetônicos emblemáticos” da globalização (DE

<sup>3</sup> Segundo fontes do IBGE levantadas por Maricato (2006, p.215), a população brasileira cresceu 1,6% ao ano durante os anos 1990; ao longo deste mesmo período, a população vivendo em favelas aumentou 4,18% ao ano.

MATTOS, 2006, p.66), demarcando os espaços da modernidade. É preciso ressaltar que “(...) não se trata todavia da cidade dual (...) mas de um sistema de vasos comunicantes, onde ambos os circuitos são resultados da implantação de uma moderna divisão territorial do trabalho” (SILVEIRA, 2011, p.71)

No período atual, conforma-se ainda um cenário mais favorável às decisões privadas na vida urbana (DE MATTOS, 2006, p.55), uma vez que o circuito superior amplia não apenas seu poder de macroorganização do território na escala nacional e internacional, mas também de ordenamento interno das cidades, nas quais se materializa uma urbanização cada vez mais corporativa. Acentua-se, assim o caráter corporativo e fragmentado das metrópoles (SANTOS, 1990).

Quais são, então, as implicações destes processos, que têm direcionado a urbanização brasileira nos últimos anos, na vida das cidades? Quais os efeitos da concentração crescente da pobreza nas metrópoles sobre sua economia? Como a cidade se organiza em face da produção e como os diferentes atores, com os mais diversos graus de capitalização, têm encontrado seu lugar dentro da cidade (SANTOS, 1994)? Quais os novos conteúdos que permeiam a pobreza metropolitana no país em tempos de expansão do consumo e do crédito?

## **1.2. A crescente importância do circuito inferior na geração de ocupação e renda**

A participação crescente do Brasil no mercado global, ancorada na liberalização da economia, vem implicando o aumento da presença de vetores estrangeiros no território, sobretudo de grandes empresas transnacionais que, por seu arcabouço técnico e político forâneo, têm requerido cada vez menos um trabalho nacional. Estes agentes de um circuito superior cada vez mais globalizado, apoiados em uma revolução tecnológica altamente poupadora de mão-de-obra (CACCIAMALI, 2001, p.79), localizam-se preferencialmente nas grandes metrópoles e são, destarte, responsáveis pela diminuição do número de empregos gerados. A crescente supressão de postos de trabalho se combina à não criação de novas vagas pelas grandes empresas, conformando um cenário de “lacuna de emprego” (PAVIANI, 2003). Para Bauman (2005), o incessante desenvolvimento da tecnologia e o aumento da produtividade estariam tornando o trabalho cada vez mais dispensável. Por conseguinte, os pobres também se tornariam cada vez mais “desnecessários” à

engrenagem do sistema, daí as origens, para o autor, do aumento do desemprego e da pobreza global no período atual<sup>4</sup>.

No Brasil, opções político-econômicas adotadas a partir do início dos anos 1990 contribuíram fortemente para o crescimento da taxa de desemprego e para a geração escassa de postos de trabalho. Neste momento, o Estado privilegiou a adoção de medidas neoliberais que produziram fortes impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro:

O Estado arcou com parte significativa do crescimento neoliberal, por meio da privatização do setor produtivo, elevação da carga tributária sobre os mais pobres e aumento do endividamento público sustentador do processo de financeirização da riqueza (...) os trabalhadores foram penalizados com menores salários e precarização dos empregos, cujo resultado geral foi o crescimento das desigualdades (POCHMANN, 2010, p.57).

Fundada em conteúdos intensivos de técnica, ciência e informação, a divisão do trabalho hegemônica nascida do neoliberalismo foi, assim, responsável pela multiplicação da pobreza e de dívidas sociais no país (SILVEIRA, 2009, p.67).

Antes de apresentarmos certas considerações sobre as dinâmicas recentes do mercado de trabalho brasileiro e a expansão do circuito inferior, consideramos cabível retomar a discussão conceitual de Polanyi (1980) sobre o caráter fictício da mercadoria trabalho. Segundo este autor, nossa época caracteriza-se por uma economia de mercado que busca aplicar o poder de auto-regulação do mercado às diferentes esferas da vida da sociedade, como o trabalho, a terra e o dinheiro, transformando-os em mercadorias. No entanto, conforme relembra Polanyi (1980, p.84), mercadorias se definem como objetos produzidos para a venda no mercado, onde estão sujeitos aos mecanismos da oferta e da procura. Uma vez que a força de trabalho, a terra e o dinheiro não são produzidos para a venda, não podem ser considerados como mercadorias. Daí, segundo Polanyi, o caráter fictício de sua organização enquanto mercadorias. Tal ficção fundamenta, todavia, a organização de um mercado de trabalho real, onde se definem as condições de vida dos trabalhadores que dependem, continuamente, de meios adquiridos através da venda de sua força de trabalho (OFFE, 1994).

---

<sup>4</sup> Para Bauman (2008, p.97), "(...) a criação de riqueza está a caminho de emancipar-se, por fim, dessas velhas conexões – restritivas e irritantes – como a fabricação de coisas, o processamento de materiais, a criação de postos de trabalho e a administração de pessoas. Os velhos ricos necessitavam dos pobres para criar e ampliar sua riqueza. Essa dependência mitigava o conflito de interesses e promovia os esforços, por mais precários que fossem, para ocupar-se deles. Os novos ricos já não necessitam dos pobres".

Durante a década de 1990, conforme já evidenciado por diversos autores, o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras esteve marcado pelas seguintes tendências: terciarização, redução do assalariamento com carteira assinada, aumento do desemprego, queda na média dos rendimentos dos ocupados e crescimento da ocupação por conta própria e do assalariamento sem registro em carteira (COMIN e ALMITRANO, 2003).

A partir de meados da primeira década do século XXI, verifica-se uma tendência de melhoria em alguns desses indicadores, sobretudo em relação às taxas de desemprego, à retomada da geração de postos de trabalho e a recomposição do salário mínimo que teve um aumento real acumulado de 53,5% entre 2003 e 2010. Na última década, a taxa de desemprego se reduziu nas seis maiores Regiões Metropolitanas do país, embora a parcela da população desempregada ainda represente cerca de 10% da População Economicamente Ativa (PEA) nas metrópoles de Recife, Salvador e no Distrito Federal e 15% das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. No caso de São Paulo, o número de desempregados ultrapassa hoje ainda o umbral de 1,5 milhões de pessoas.

Em relação à geração de postos de trabalho, verifica-se que entre 2001 e 2008, o saldo entre trabalhadores admitidos e desligados no país passou de 591 mil para 1,6 milhões, considerando-se apenas os trabalhadores com registro em carteira (DIEESE, 2008). Contudo, apesar da melhoria relativa de alguns destes indicadores, a reversão dos processos estruturais de empobrecimento nas grandes cidades brasileiras não vem se concretizando, mas, em realidade, se agravando, conforme veremos a seguir. Vale destacar também que mais de 40% do total dos ocupados no país seguem na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, dentre os quais, apenas dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2010, p.87).

Dentre as ocupações criadas nos últimos anos, constata-se que a maioria foi gerada por pequenas empresas, especialmente por aquelas ditas de baixa “produtividade”, pouco exigentes em relação à qualificação e que oferecem menor remuneração (COMIN, 2003, p.64). Neste contexto de rearranjo da divisão do trabalho intra-urbana, nossa premissa é que grande parte da população das metrópoles brasileiras venha encontrando, cada vez mais, suas oportunidades de trabalho e de geração de renda no circuito inferior, onde “(...) um baixo grau de capital se imobiliza para criar, a partir de relações técnicas e de organização pouco sofisticadas, um número significativo de postos de trabalho” (SILVEIRA, 2007, p.150).

Desde os anos 1990, confirma-se, efetivamente, uma tendência de deslocamento das ocupações das grandes empresas do circuito superior, que se

tornam cada vez mais poupadoras de mão-de-obra, para as micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2000; POCHMANN, 2010). A combinação de fatores de ordem técnica e política tem implicado, assim, a transformação da divisão do trabalho nas grandes cidades do país, na medida em que o circuito inferior aumenta exponencialmente sua capacidade auto-inflacionária, ou seja, amplia sua capacidade de abrigar cada vez mais pessoas (McGEE, 1971).

Embora não haja equivalência entre as categorias estatísticas oficiais de micro empresa<sup>5</sup>, definidas em função do número de funcionários dos estabelecimentos, e o conceito de circuito inferior, consideramos que parte da expansão deste circuito é evidenciada pela crescente oferta de ocupação das micro empresas. Todavia, podemos afirmar que grande parcela do circuito inferior é composta por micro empresas, contudo apenas por aquelas pouco capitalizadas com conteúdos escassos de tecnologia e organização, caracterizadas sobretudo pelo trabalho intensivo.

Tabela 2. Distribuição percentual das pessoas ocupadas em empresas no Brasil por porte de empresa em 1996, 2002 e 2006 (%)

<b>Ano/ Porte da empresa</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>Micro</b>	31,8	36,2	32,3
<b>Pequena</b>	18,8	21,0	21,1
<b>Média</b>	11,5	9,8	14,6
<b>Grande</b>	37,9	33,0	32,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2002, 2006.

A tabela acima revela o crescimento da participação do segmento das micro empresas no total de pessoas ocupadas no país nos últimos anos. Entre 1996 e 2002, este porte de estabelecimento elevou sua participação no total de ocupados em empresas de 31,8% para 36,2%. Embora tenha havido uma redução percentual em sua participação entre 2002 e 2006, os micro negócios, que ocupavam 6,9 milhões em 1996, passaram a ocupar cerca de 10 milhões de pessoas em 2006, totalizando um

<sup>5</sup> Segundo a classificação adotada pelo SEBRAE (2005), micro empresas correspondem às empresas com até 19 pessoas ocupadas na indústria e com até 09 pessoas ocupadas no comércio e serviços; as pequenas empresas, por sua vez, correspondem às empresas que têm de 20 a 99 pessoas ocupadas na indústria e de 10 a 49 pessoas ocupadas no comércio e serviços. Já segundo a metodologia empregada pelo IBGE no Cadastro Central de Empresas, as micro empresas são aquelas que ocupam até 09 pessoas, as pequenas de 10 a 49 pessoas, as médias de 50 a 249 pessoas e as grandes mais de 250 pessoas, independentemente do setor de atividade (IBGE, 2001).

aumento de 45% em 10 anos (IBGE, 2002, 2006) e revelando-nos como houve um crescimento do número de empregos criados, em termos absolutos, pelas micro empresas neste mesmo intervalo. Destaca-se, por outro lado, a intensidade da redução da capacidade empregatícia das grandes empresas no período e o fato de que as micro empresas venham superando o número de ocupações oferecidas pelas maiores desde 2002. Segundo Pochmann (2010, p.63), mais de dois terços dos empregos formais gerados na última década no Brasil provêm dos micro e pequenos negócios.

Entre 1996 e 2006, os micro empreendimentos elevaram também sua participação na massa total de salários, passando de 7,3% para 9,5%. Em 2006, o salário médio mensal pago pelas micro empresas foi de R\$ 654 (1,8 salário mínimo deste ano), pelas pequenas de R\$701 (2 salários mínimos), pelas médias de R\$ 969 (2,7 salários mínimos) e pelas grandes de R\$ 1494 (4,2 salários mínimos) (IBGE, 2002, 2006).

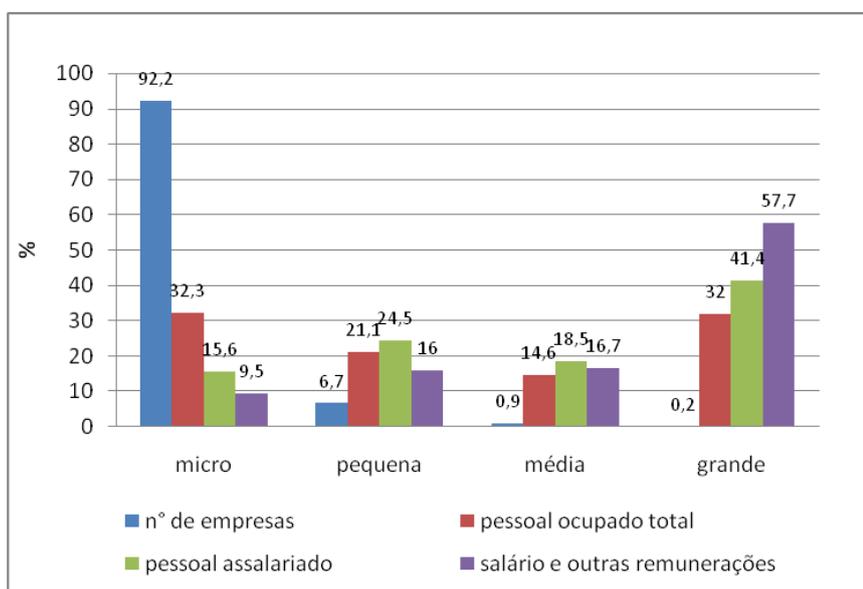
Tabela 3. Distribuição percentual do total de empresas formais por porte de empresa em 1996, 2002 e 2006 (%)

<b>Ano/ Porte da empresa</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>Micro</b>	93,2	93,6	92,2
<b>Pequena</b>	5,7	5,6	6,7
<b>Média</b>	0,6	0,5	0,9
<b>Grande</b>	0,4	0,3	0,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2002, 2006.

Além de uma maior participação das micro empresas no total de ocupados e na massa salarial, houve um aumento do seu número de estabelecimentos entre 1996 e 2006, que se combinou, por sua vez, a uma redução da representatividade das maiores, conforme ilustrado pela tabela 3. Em 2006, as micro empresas totalizavam mais de 4,73 milhões de estabelecimentos. Somadas as micro e pequenas empresas possuíam uma participação de quase 99% do total de empresas formais no país, enquanto as maiores representavam apenas 0,2% desse universo, conforme revela o gráfico a seguir (IBGE, 2002, 2006).

Gráfico 1. Distribuição percentual do número de empresas, do pessoal ocupado total, do pessoal assalariado e dos salários e outras remunerações, segundo porte da empresa no Brasil – 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2006.

Verifica-se ainda que no intervalo entre 2000 e 2006, mais de 90% das empresas criadas por ano foram micro empresas (IBGE, 2006). Enquanto as micro empresas ampliaram sua participação em 1,7% no total das empresas com pessoal assalariado criadas neste período, as empresas médias e grandes mantiveram sua participação constante em 0,6% e 0,1% respectivamente.

Assim, observa-se que embora a média de ocupados por unidade ou estabelecimento do circuito inferior seja baixa<sup>6</sup>, ele acaba por exercer um efeito de compensação sobre o mercado de trabalho em função da infinidade de pequenas atividades que fornecem ocupação e renda para grande parte da população pobre concentrada nas grandes cidades.

Por outro lado, as altas taxas de natalidade e mortalidade entre as micro e pequenas empresas apontam para a combinação entre o dinamismo e a fragilidade que caracteriza este segmento do mercado. A taxa de mortalidade entre as micro e pequenas empresas constituídas nos anos de 2003, 2004 e 2005 foi, respectivamente, de 35,9%, 31,3% e 22,0%. Os principais fatores que levaram ao fechamento destes pequenos negócios, criados na maioria dos casos com recursos próprios, foram a falta de capital de giro, as elevadas cargas tributárias e a forte concorrência (SEBRAE, 2007).

<sup>6</sup> A média de ocupados na maioria dos pequenos negócios entrevistados em nossos trabalhos de campo nas cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, era de 1 a 3 pessoas.

Muitas dessas firmas acusam um alto grau de mortalidade graças à sua dependência de conjuntura e à sua incapacidade de autodefesa diante da alteração (...) do peso relativo dos diversos fatores de produção. O fato, porém, é que o mercado graças ao fato que o consumo se mantém em níveis semelhantes, restabelece o equilíbrio, fazendo surgir novas firmas (SANTOS, 1994, p.104).

A adesão de um milhão de pessoas à figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI)<sup>7</sup> nos últimos dois anos também revela a dimensão do universo extremamente diverso das atividades realizadas com poucos recursos. Dentre os pequenos negócios que aderiram ao estatuto do MEI, destacam-se os comércios varejistas de artigo de vestuário (10,6% do total), salões de cabeleireiros (7,8%), minimercados, mercearias e armazéns (3,2%) e lanchonetes e similares (3,2%) (SEBRAE, 2011). Conforme veremos a seguir, a criação da figura jurídica do MEI pelo Governo Federal aponta para uma das relações que se estabelecem entre o Estado, sobretudo através do SEBRAE, e o circuito inferior no país hoje, caracterizada pela busca de “formalização” dos pequenos negócios e pela adesão ao discurso de valorização de pequenos “empreendedores” enquanto “capitalistas potenciais”, cujo principal representante é De Soto (1989).

De todo modo, é preciso atentar ao fato de que os dados destacados acima se referem apenas às empresas e atividades com registro formal, ou seja, aquelas que possuem uma existência legal, um código de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou aquelas que aderiram à figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI) a partir de 2009. Logo, podemos afirmar que o número de micro negócios seja consideravelmente superior aqueles indicados acima. Tais dados abrangem apenas uma parte da economia urbana e não caracterizam a magnitude da economia das metrópoles e sua relação com a pobreza. Há toda uma economia urbana que não cabe nessas classificações que, por sua vez, não coincidem integralmente com a realidade abrangida pelo conceito de circuito inferior que se define pelos reduzidos graus de tecnologia, capital e organização das atividades.

---

<sup>7</sup> A figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI) foi criada pela Lei Complementar 128 de 2008, que aprimorou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/06) e entrou em vigor em julho de 2009. Foi criada com o objetivo de formalizar, através do SEBRAE, os mais de 10 milhões de chamados “microempreendedores” ou trabalhadores por conta própria. A adesão à figura do MEI implica a legalização de pequenos negócios com receita bruta anual de até R\$ 36 mil. Os “microempreendedores” podem ter um funcionário com renda de até um salário mínimo mensal ou piso da categoria e não podem ter sócios e filiais, e tampouco ser titular sócio ou administrador de outra empresa. O Micro Empreendedor Individual (MEI) se torna isento do pagamento de certos tributos, mas deve pagar uma taxa fixa mensal de 11% do salário mínimo vigente a título de contribuição previdenciária ao INSS, R\$ 1 de para o Estado se a atividade for comércio ou indústria ou R\$ 5 de se a atividade for prestação de serviço. Através desse recolhimento, o Microempreendedor Individual (MEI) tem direito à aposentadoria por idade ou invalidez e licença-maternidade, entre outros benefícios, além de a família ter direito à pensão por morte do segurado e auxílio-reclusão (SEBRAE, 2010).

Ademais, é importante frisar que as classificações de micro e pequenas empresas são definidas em função do número de funcionários e não de seu nível de capitalização, englobando, portanto, pequenas empresas que podem ser altamente capitalizadas.

Nesse sentido, outra fonte quantitativa que nos revela certos aspectos da expansão do circuito inferior é a pesquisa sobre a Economia Informal Urbana realizada pelo IBGE (2003). Seguindo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito desta pesquisa, considera-se o setor informal como as unidades econômicas não agrícolas de pequena escala com até cinco empregados, de baixo nível de organização, nas quais a separação entre capital e trabalho é praticamente inexistente. A ausência de registros, ou ainda o status legal, não foi adotado, assim, como critério de definição da informalidade na pesquisa em questão (IBGE, 2003, pp.15/16). Embora também não haja coincidência entre esta definição de setor informal e o conceito de circuito inferior, as estatísticas concernentes a essa economia informal urbana, definida enquanto tal, permitem nos aproximarmos das dinâmicas de uma parte substantiva do circuito inferior nas cidades brasileiras hoje.

Vale destacar que esta proposta metodológica adotada pelo IBGE representa um avanço em relação às definições mais antigas e restritas de setor informal, uma vez que a mesma não se apóia no status jurídico das atividades, no pagamento de impostos pelos pequenos estabelecimentos e na situação legal de sua mão-de-obra. Contudo, insistimos que, mesmo neste caso, não há uma equivalência entre setor informal e circuito inferior<sup>8</sup>. Primeiramente porque ao considerar as relações de complementaridade e concorrência entre os circuitos, a proposta teórica dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 1975) rompe com o enfoque dicotômico da abordagem dualista, da qual a idéia de setor informal emergiu como paradigma. Ademais, o conceito de setor informal adotado não abrange, como o de circuito inferior, os trabalhadores domésticos e os trabalhadores individuais autônomos de rua (como vendedores ambulantes e catadores, por exemplo), ou seja, todas as formas de atividades urbanas desenvolvidas pela população pobre que permitem a obtenção de algum tipo de renda. Por fim, o enfoque metodológico do setor informal tende a priorizar apenas o aspecto da produção, enquanto a teoria dos circuitos da economia urbana envolve a consideração simultânea dos aspectos da produção, da distribuição e do consumo.

Neste sentido, é importante lembrar também que nos pequenos negócios do circuito inferior, estabelecem-se diferentes arranjos de relações de trabalho entre os agentes, combinando elementos considerados “formais” e “informais”

---

<sup>8</sup> Tratamos recentemente as diferenças metodológicas entre as categorias de setor informal e circuito inferior (MONTENEGRO, 2008).

(MONTENEGRO, 2006). Vale destacar igualmente o fato de que o mercado de trabalho brasileiro, como um todo, se caracteriza por uma grande diversidade de tipos de contratos de trabalho “atípicos” (NORONHA, 2003), inclusive no universo das grandes empresas.

A pesquisa sobre a Economia Informal Urbana do IBGE revela que enquanto em 1997 foram contabilizados cerca de 9,5 milhões de pequenos estabelecimentos urbanos ditos informais, que ocupavam 12,9 milhões de pessoas; em 2003 estima-se que havia 10,4 milhões desses pequenos negócios ocupando quase 14 milhões de pessoas nas cidades brasileiras. Na Região Metropolitana de São Paulo, havia em 1997, cerca de 1 milhão desses pequenos estabelecimentos ditos informais, no ano de 2003 eram mais de 1,3 milhões, ou seja, houve um aumento de 30%. Já na Região Metropolitana de Belém, o número desses pequenos negócios cresceu mais de 50% no período em questão, passou de 92 mil estabelecimentos em 1997 para 186 mil em 2003<sup>9</sup> (IBGE, 1997, 2003). A grande maioria desses estabelecimentos é gerida por trabalhadores por conta-própria e não possui nenhum tipo de registro. As principais atividades das quais participam são o comércio e reparação, as pequenas indústrias e a construção civil.

Como vimos, o circuito inferior não se restringe, no entanto, às micro empresas pouco capitalizadas, sejam elas formais ou informais, legais ou ilegais, segundo os diferentes critérios adotados. Este circuito engloba também outras ocupações urbanas mais precárias, como aquelas realizadas por prestadores de pequenos serviços (biscateiros), por vendedores ambulantes, por “catadores”, além das diversas formas de trabalho doméstico.

Apesar da ausência de estatísticas precisas a respeito da expansão do número de “catadores” no país, estima-se que haja atualmente entre 500 mil e 1 milhão de pessoas trabalhando nesta atividade nas cidades brasileiras. Os catadores trabalham em condições extremamente insalubres, coletando e comercializando diferentes tipos de materiais recicláveis (papel, papelão, lata de alumínio, ferro, cobre, plásticos, PET) e se fazem cada vez mais presentes em nossas paisagens urbanas (MEDEIROS e MACEDO, 2006), sobrevivendo de centavos que obtêm pela venda dos materiais coletados. A crescente presença destes atores na economia urbana do país levou o Ministério do Trabalho a reconhecer a atividade do catador na nova Classificação Brasileira de Ocupações do ano de 2002<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Infelizmente não dispomos de dados mais recentes, pois esta pesquisa não foi mais realizada após 2003.

<sup>10</sup> Segundo Claudia Piva, do Ministério do Trabalho, "A inclusão ocorreu por imposição do mercado de trabalho. O reconhecimento é um primeiro passo, porque indica que se trata de profissão emergente" (em entrevista concedida em 25/10/2006, no site do BNDES).

O trabalho doméstico, por sua vez, representa uma das fontes principais de ocupação no mercado de trabalho brasileiro, especialmente para os pobres e migrantes que se dirigem às grandes cidades. Em 2008, os trabalhadores domésticos compreendiam 9% das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas (IBGE, PNAD, 2008). O número estimado de pessoas ocupadas em serviços domésticos no país em 2009 era de 7,2 milhões de pessoas, cifra que correspondia a 7,8% da população ocupada nesse ano; entre 2004 e 2009, o contingente de trabalhadores domésticos cresceu 11,9% no país (IBGE, PNAD, 2009). O trabalho doméstico, como as demais ocupações do circuito inferior, caracteriza-se por uma baixa remuneração: o rendimento mensal médio dos trabalhadores domésticos sem carteira assinada, ou ainda, de 73% dos ocupados neste tipo de serviço, é de 0,6 salário mínimo e daqueles com carteira de trabalho assinada, 27,1% da categoria, de 1,05 salários mínimos (IBGE, PNAD, 2008).

O comércio ambulante constitui outra atividade “típica” do circuito inferior em plena expansão nas cidades brasileiras. O crescimento do desemprego, que assumiu um caráter estrutural nas últimas duas décadas no país, implicou a multiplicação do número de agentes trabalhando no comércio realizado nas ruas, seja de forma mais fixa ou propriamente ambulante. Segundo Almeida (2000), entre 1985 e 1995, o comércio ambulante foi a atividade que mais se expandiu no país, sobretudo nas grandes cidades. Embora também não haja estatísticas precisas a respeito dessa atividade, estima-se que em 2000 houvesse mais de 3 milhões de pessoas trabalhando no comércio ambulante no Brasil. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal (SINTEIN, 2007), haveria cerca de 120 mil pessoas trabalhando com ambulantes apenas na cidade de São Paulo. Esta ocupação revela, em especial, uma das características inerentes ao circuito inferior: sua capacidade de reprodução exponencial, ou seja, sua aptidão para abrigar cada vez mais agentes participando da etapa final de comercialização de artigos junto à população de baixa renda. Segundo Santos (1978, p.218), “os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor”.

Conforme analisado por Oliveira (2009), os motoboys e mototaxistas também se destacam entre as atividades do circuito inferior que surgem no período atual; estima-se que hoje haja em todo país 500 mil trabalhadores na ocupação de mototaxista. A rápida difusão deste serviço está ligada a fatores como a crescente demanda por mobilidade da população de baixa renda, à expansão da mancha urbana e a precariedade e custo do transporte público nas grandes cidades. Já a ampliação

do serviço de motoboy estaria relacionada, entre outros, à maior necessidade de fluidez e à crescente terceirização de serviços de entregas (OLIVEIRA, 2009).

Novas possibilidades de atividades para os pequenos negócios do circuito inferior também vêm se abrindo com a crescente incorporação de objetos técnicos relativamente modernos entre as camadas pobres, como veremos mais detalhadamente a seguir nas cidades analisadas. No período atual, aparelhos de telecomunicações como telefones celulares, os equipamentos de fotocópia, vídeo, música e fotografia, assim como os computadores, tornaram-se mais acessíveis aos agentes do circuito inferior e passaram a permear seu cotidiano tanto na esfera do consumo, como do trabalho.

Este uso crescente das técnicas modernas pelos pobres nos remete à necessidade de redefinir o circuito inferior hoje como atividades pouco capitalizadas que apresentam um menor grau de tecnologia, mas não sua ausência completa. A característica de divisibilidade da técnica contemporânea, combinada à difusão do crédito, permite seu relativo barateamento e sua chegada a uma parcela maior da população e das atividades realizadas na cidade. Atualmente, a possibilidade de tecnificar a atividade torna-se, assim, mais facilmente alcançável do que em um período anterior.

Destarte, o circuito inferior continua a fazer uso de tecnologias obsoletas ou “tradicionais”. Mas, por outro lado, no período atual amplia-se também a possibilidade do uso de técnicas relativamente mais modernas. É o caso, por exemplo, das inúmeras “lojinhas” que passam a oferecer o serviço de fotocópia (o xerox) ou de revelação instantânea de fotos, da proliferação de pequenos serviços disponibilizados por pequenas gráficas e *lanhouses*, ou ainda da multiplicação das atividades de reparo que agora podem ampliar o leque de artigos para os quais oferecem consertos. Estima-se que haja mais de 3,5 milhões de pequenos estabelecimentos de comércio e reparos no país (IBGE, 2003).

Dentre os pequenos estabelecimentos pesquisados nas cidades de São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, constatamos, efetivamente, a incorporação de certos objetos técnicos, como telefones celulares e computadores, para os mais diversos fins, inclusive entre as atividades menos capitalizadas do circuito inferior. Revela-se aí, segundo afirma Santos (1996a, p.326), como os pobres, reavaliam constantemente a tecnoesfera, encontrando novos usos e finalidades para os objetos e técnicas nas grandes cidades. Contudo, é preciso considerar que embora hoje se amplie o acesso dos agentes do circuito inferior às variáveis dominantes do período atual, como os objetos técnicos modernos; a distância entre os circuitos não deixa de aumentar, pois os limites entre eles são, sempre, relacionais.

A pirataria, em suas formas mais banais, pode ser compreendida como uma destas manifestações atuais da “flexibilidade tropical” (SANTOS, 1994), derivada da reavaliação da tecnoesfera presente hoje nas cidades e do fato de que “as técnicas contemporâneas são mais fáceis de inventar, imitar ou reproduzir que os modos de fazer que as precederam” (SANTOS, 2000, p.165). Tal prática é autorizada pela combinação de um maior acesso aos objetos técnicos modernos com a digitalização da informação que permite, por sua vez, que “o mesmo conteúdo se concretize em diferentes formas físicas, servindo tanto para a difusão de informações como de mercadorias” (TOZI, 2009, p.3). Essa possibilidade do período vem sendo crescentemente aproveitada pelos agentes do circuito inferior e se manifesta tanto na produção e comercialização de artigos “piratas”, como CDs, filmes e jogos, quanto no consumo, cada vez mais difundido, destes artigos entre as classes populares.

Por outro lado, a própria modernização das atividades do circuito superior no período atual – sustentada em conteúdos crescentes de normas, informações e organização – implica o aumento exponencial da quantidade de agentes da economia urbana que não logra alcançar o novo patamar imposto pela divisão do trabalho hegemônica. A não adequação, por impossibilidade ou desconhecimento, às normas e mandamentos de uma racionalidade hegemônica tem como resultado a proliferação dos chamados “informais”, “ilegais” etc (SANTOS, 2000, p.120). No entanto, mesmo que represente apenas uma pequena parte da economia como um todo, tal racionalidade “(...) exerce profunda influência moral e normativa, funcionando como padrão avançado da maneira como deve evoluir a economia de modo geral” (SENNET, 2006, p.17), ainda que a maioria das ocupações e das empresas não se encontre nos “setores mais avançados da economia”.

Se por um lado, há o crescimento da produtividade e da acumulação de riqueza no circuito superior com a globalização; por outro, acelera-se a produção de pobreza. Esta, por sua vez, reproduz, nas grandes cidades brasileiras, uma divisão do trabalho composta por “(...) uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico (...)” (SANTOS, 1996a, p.260). Multiplicam-se no território, por conseguinte, as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas.

A partir dessas considerações iniciais, procuramos mostrar como, graças à sua capacidade auto-inflacionária (McGEE, 1971), o circuito inferior tem garantido a incorporação crescente da população em um universo de atividades que se diversifica e se renova constantemente. Verifica-se, assim, um processo de rearranjo na divisão

do trabalho intra-urbana das grandes cidades brasileiras, na medida em que ocorre uma ampliação das atividades realizadas pela parcela pobre de sua população (SILVEIRA, 2004b, p.67). A recomposição e renovação da economia popular no período da globalização assumem feições particulares em cada cidade, conforme veremos mais a seguir.

### **1.3. Novos conteúdos da pobreza em tempos de globalização**

Os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas em determinados contextos, quanto pelos diferentes estratos da população que se ligam a eles pela realização da atividade e pelo consumo (SANTOS, 1978). Na medida em que a expansão recente do consumo envolve cada vez mais a população de baixa renda no país, redefinindo as relações entre os circuitos da economia urbana, cabe realizar também um esforço de análise sobre o papel do consumo na definição da pobreza nas grandes cidades brasileiras hoje.

No período atual, o consumo assume crescentemente um papel fundamental na determinação das dinâmicas sociais. Segundo Bauman (2005), a centralidade do consumo é tal na era pós-industrial, que viveríamos hoje em uma “sociedade de consumidores”, na qual prevalece a estética do consumo em detrimento da ética do trabalho que caracterizava a sociedade de produtores da era industrial. Para este autor, a atual “sociedade de consumidores” envolve a “refundação” das relações humanas à medida dos mercados, à medida das relações que se estabelecem entre consumidores e objetos de consumo; sendo a característica mais proeminente da sociedade atual justamente sua capacidade de comprometer seus membros como consumidores e transformá-los em produtos consumíveis (BAUMAN, 2007). Nesta mesma linha, ao analisarem as relações atuais entre geografia e consumo, Ballesteros e Carreras (2006, p.326) consideram o consumo como “(...) a perspectiva mais importante a partir da qual se deve entender a nova diferenciação das classes sociais, distanciando-se da explicação clássica relativa à propriedade dos meios de produção”.

A partir da década de 1970, o início da globalização das práticas de consumo (ARMSTRONG e MCGEE, 1985) já se combinava à difusão generalizada da informação nos países subdesenvolvidos. Desde então, “(...) a participação num consumo “moderno” tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas parcelas menos favorecidas” (SANTOS, 1978, p.37). No Brasil, o aumento exponencial das práticas de consumo assume atualmente dimensões cada vez mais abrangentes, envolvendo todas as classes de

renda. Esta expansão recente do consumo está, por sua vez, diretamente relacionada ao avanço da creditização do território e da sociedade (SANTOS e SILVEIRA, 2001), sobretudo da parcela de baixa renda da população urbana cujo acesso ao crédito encontra-se em franca ascensão.

Neste contexto, em que a produção acelerada de necessidades é acompanhada da produção de escassez (SANTOS, 2000), o chamado “efeito demonstração” (FURTADO, 1968) ganha novas dimensões; uma vez que o anseio das populações de baixa renda por imitar o padrão de consumo das camadas mais abastadas acompanha o passo do surgimento de novos objetos.

Segundo Torres et alli (2006), o aumento recente do consumo em meio aos estratos inferiores de renda no Brasil pode ser explicado pela combinação de um conjunto de fatores. Dentre estes, destacam-se o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, uma menor variação na estrutura de preços, a redução do tamanho da família no país, a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a maior oferta de crédito.

A transferência de renda através do Programa Bolsa Família a cerca de 12,5 milhões de famílias (MDS, 2010) representa, inegavelmente, um elemento novo no orçamento de uma parcela importante da população pobre do país e, portanto, também em suas possibilidades de consumo. Os valores pagos pelo Governo Federal através do programa variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 por mês, sendo definidos em função da renda mensal per capita da família<sup>11</sup> e do número de crianças, adolescentes e de jovens nas mesmas<sup>12</sup>.

Norte e Nordeste são as regiões mais beneficiadas pelo Bolsa Família, sobretudo suas cidades menores; embora em certos Estados, as capitais também concentrem uma participação importante no total de beneficiados. Desde o início do programa, constata-se, com efeito, que as informações de rendimento da PNAD nestas regiões acusaram um crescimento significativo do valor do quesito “outros rendimentos”, no qual são registrados os benefícios assistenciais (ROCHA, 2008). O Programa Bolsa Família simboliza uma das principais relações que se estabelecem, no território brasileiro hoje, entre o Estado e o circuito inferior, enquanto o estrato da população que se liga a este circuito pela realização da atividade e pelo consumo.

---

<sup>11</sup> Segundo Rocha (2008, p.89), apesar dos impactos positivos do Bolsa Família, é importante problematizar a “(...) questão do uso da renda como critério para a elegibilidade de beneficiários e para a avaliação da focalização dos programas de transferência de renda. A renda certamente se constitui em uma variável operacional para fins de convocação de potenciais beneficiários para o cadastramento. No entanto, dentre populações vulneráveis, a renda é preponderantemente informal, portanto não passível de comprovação, além de incerta e sujeita a fortes oscilações ao longo do tempo”.

<sup>12</sup> A concessão do benefício envolve “condicionalidades” relativas à saúde e educação das crianças e adolescentes como a frequência escolar e o comparecimento a postos de saúde para vacinação, acompanhamento nutricional e exames pré-natais.

Destarte, o programa exerce um impacto sobre o circuito inferior metropolitano, especialmente em Fortaleza e Belém, conforme veremos a seguir.

É importante ressaltar também o papel de certas dinâmicas demográficas no crescimento recente do consumo em meio à população de baixa renda, as quais não se restringem à redução do tamanho da família no país e à maior participação feminina no mercado de trabalho, destacadas por Torres (2006). Acrescentaríamos a estes fatores de ordem demográfica, primeiramente, o próprio avanço do processo de urbanização da população brasileira, dado que a maior concentração em aglomerações urbanas expõe seus habitantes a uma gama crescente de tipos de consumos catalisados, por sua vez, pela força que a publicidade e o crédito assumem nas grandes cidades.

A urbanização progressiva de uma população, cuja esperança de vida aumentou consideravelmente nas últimas décadas<sup>13</sup>, implica a conjugação de dois processos. Por um lado, tem-se a maior presença de habitantes idosos que passam a consumir mais bens e serviços durante um período mais longo de vida; por outro lado, verifica-se que a maior parcela da população brasileira encontra-se atualmente na fase adulta (30% dos habitantes urbanos estão na faixa de 20 a 64 anos), ou seja, na fase de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de um rendimento que é voltado majoritariamente ao consumo e não à poupança ou ao investimento, dado os baixos níveis de rendimento da maior parte da população brasileira. A redução do número de moradores por residência também tem impactos sobre o consumo, essa quantidade é atualmente inferior a 3,4 pessoas; enquanto em 2000 era de 3,8 residentes por família. Tal dado se explica pela queda da taxa de fecundidade feminina – a média de filhos por mulher no país caiu de 5,76 em 1970 para 1,8 em 2010 – e pelo aumento do número de casais sem filhos, fatores que produzem, por sua vez, uma reorganização do orçamento doméstico (IBGE, 2010). Por fim, a maior participação da mulher no mercado de trabalho gera um aumento da renda da unidade familiar, assim como amplia seu poder de gerenciamento das decisões de consumo do domicílio, redefinindo as prioridades de gastos cotidianos (ZALUAR, 2000).

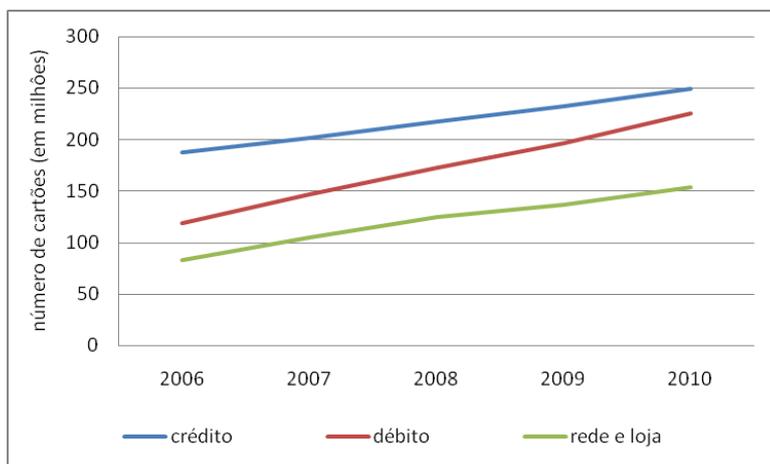
Não obstante, dentre este amplo conjunto de fatores destacados acima, acreditamos que aquele que exerce especificamente uma maior influência na expansão do consumo das classes populares nas metrópoles seja o aumento da oferta de crédito no país. Apenas no intervalo entre 1997 e 2007, o volume da concessão de crédito pessoal no Brasil passou de R\$ 50 bilhões para mais de R\$ 222 bilhões. O aumento da quantidade de cartões (crédito, débito e de lojas) no país ao

---

<sup>13</sup> Segundo o IBGE, a esperança de vida ou vida média de um homem ao nascer no Brasil em 1910 era 33,4 anos; em 2000 era 64,8 anos.

longo da última década também aparece como um indicador revelador: entre 2000 e 2010, o número de cartões cresceu mais de 520%, passando de 119 milhões para 628 milhões de unidades (ABECS, 2010).

Gráfico 2. Evolução do número de cartões no Brasil entre 2006 e 2010, por função dos cartões (em milhões)



Fonte: ABECS, 2010.

Esta expansão recente do número de cartões envolve especialmente a população de baixa renda: em 1998, apenas 10% da população com renda individual mensal entre R\$ 200 e R\$ 500 possuía cartão de crédito; em 2004, tal percentual já alcançava 25%. Nesse período, o número de cartões possuídos por esse estrato da população passou de 7,66 milhões para 10,5 milhões. Mais da metade (58,8%) dessa parcela da população tem hoje até quatro financiamentos contratados e 72,5% parcelam as compras (Provar, 2007). Entre a população com renda mensal até R\$ 1.500, o crescimento do acesso aos cartões, nos últimos anos, foi ainda mais vigoroso: em 2003, esse estrato possuía 26 milhões dos 45 milhões de cartões de crédito em uso no país; enquanto em 2007, já possuía 61 milhões dos 104 milhões desse total (Pesquisas Itaucard, 2007). Nesse processo de creditização da população de baixa renda, o circuito superior parece ter reconhecido a “necessidade de desburocratizar o crédito”, posto que a rigidez e quantidade dos requisitos para o acesso a cartões e empréstimos se reduzem à medida que aumenta o custo do dinheiro (SILVEIRA, 2009, p.69)

O avanço do endividamento e da inadimplência compõe também este cenário de creditização da população: atualmente cerca de 83 milhões de brasileiros possuem dívidas no cheque especial, no cartão de crédito ou junto às financeiras, número que equivale a 52% da População Economicamente Ativa (PEA) do país. Apenas no

período entre 1999 e 2005, a quantidade de títulos não pagos aumentou, aproximadamente, 110%; enquanto o volume de crédito pessoal cresceu cerca de 290% ao longo deste mesmo período (SERASA, 2006).

A ampliação do acesso a certos bens de consumo duráveis (telefone, geladeira, máquina de lavar, televisão, rádio etc) entre a população pobre metropolitana do país nos últimos anos coincide, assim, com o avanço da creditização da população brasileira. Nas dez regiões metropolitanas, verifica-se, por exemplo, que, entre as famílias com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, o acesso a geladeiras passou de 69% em 1995 para 88% em 2004, já o acesso a máquinas de lavar aumentou de 8% para 18% neste mesmo intervalo (TORRES et alli, 2006). Considerado o total de domicílios do país, verifica-se que em 2009, quase 94% dos lares possuíam geladeiras, 98,4% fogão e 95,7% televisão (IBGE, PNAD 2009). O telefone celular constitui um dos itens emblemáticos da expansão do consumo na última década. Enquanto em 1999, havia 15 milhões de aparelhos no país (densidade de 9,1 acessos por 100 habitantes); em 2009 já eram 173,9 milhões de telefones celulares (densidade de 90,5 acessos por 100 habitantes), dos quais 143 milhões funcionavam no sistema de pagamento pré-pago (ANATEL, 2010), adotado, sobretudo, pela população de baixa renda.

Por outro lado, face à progressiva cobertura dos lares com tais equipamentos de consumo, fortalecem-se hoje as dinâmicas da “obsolescência planejada” e cresce o interesse em encurtar a vida dos produtos. Em outras palavras:

Cada objeto não deve escapar ao efêmero e à moda. É a característica fundamental da série: o objeto nela é submetido a uma fragilidade organizada. Em um mundo de abundância (relativa) é a fragilidade que sucede à raridade como dimensão da carência (BAUDRILLARD, 2008, p.154).

O mercado tende a se tornar, assim, cada vez mais, o mercado da renovação, do lançamento constante de novos modelos; e os consumidores buscam, por sua vez, tomar parte nessa corrida ao consumo mais moderno.

### **1.3.1. Novas formas de interferência do circuito superior no circuito inferior**

Ambos os circuitos da economia urbana participam de forma ativa, direta ou indiretamente, desse processo de expansão do consumo e do aumento do crédito aos pobres nas grandes cidades brasileiras. Por um lado, o circuito inferior busca responder ao aumento do consumo, diversificando serviços e produtos oferecidos,

muitas vezes inspirados naqueles do circuito superior, através da constante renovação de uma divisão do trabalho imitativa (SANTOS, 1996a). Como vimos acima, por meio da incorporação de certos objetos técnicos modernos, de usos extremamente criativos e de uma adaptação crescente, que não deixa de ser subordinada, às variáveis da globalização, o circuito inferior vem ampliando a gama de instrumentos com os quais trabalha e o leque de serviços e produtos oferecidos.

Por outro lado, porém, temos um circuito superior cada vez mais interessado no nicho de mercado popular das chamadas classes C, D e E<sup>14</sup>, ou seja, naquela parcela do mercado tradicionalmente pertencente ao circuito inferior da economia (SILVEIRA, 2009). Verificamos hoje, nos discursos difundidos no país, uma identificação dessas faixas de renda (C, D e E), oriundas de uma visão mercadológica da população, com classes sociais supostamente homogêneas. No entanto, conforme propõem Cariola e Lacabana (2001), a pobreza passa atualmente por um crescente processo de heterogenização. As situações de fragmentação e desintegração social e laboral se diversificam nas metrópoles e, por conseguinte, a pobreza assume diferentes manifestações, haja vista o aprofundamento da indigência e da pobreza estrutural, o surgimento de novos segmentos médios empobrecidos, o aumento da vulnerabilidade das classes médias e a concentração da renda em um grupo restrito (CARIOLA e LACABANA, 2001).

Para que a população de baixa renda se insira no mercado consumidor das grandes redes, conforma-se um processo de creditização dessa parcela da população realizado pelo próprio circuito superior. Tal processo está relacionado, por sua vez, com a consolidação das finanças enquanto variável chave do período atual (CHESNAIS, 1996), manifestada pela crescente importância do papel dos bancos e do crédito, pela multiplicação de produtos financeiros e pela financeirização de grupos industriais (ARROYO, 2009). Por meio de complexas formas de organização, observamos hoje no circuito superior bancário diversas associações entre grandes cadeias comerciais de varejo, bancos e suas respectivas instituições financeiras de crédito pessoal<sup>15</sup>, constituídas, em grande medida, para abarcar os pobres no mercado de consumo (SILVEIRA, 2009; LOPES dos SANTOS, 2007). O aumento explosivo do número de cartões de crédito de redes e lojas no país nos últimos anos, que passaram de 82,4 milhões a 224,3 milhões de unidades (ABECS, 2010), aparece

---

<sup>14</sup> Segundo a FGV, a classe C corresponde ao estrato da população cuja renda mensal está entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, a classe D aquele cuja renda mensal está entre R\$ 768 e R\$ 1.064, e a classe E aos rendimentos mensais abaixo de R\$ 768. As classes A e B têm renda mensal superior a R\$ 4.591.

<sup>15</sup> As principais instituições financeiras de crédito pessoal pertencem a grandes bancos: a Finasa pertence ao Bradesco, a Losango ao HSBC, a Fininvest ao Unibanco, a Taíi ao Itaú, a BV Financeira ao Banco Votorantim, a Panamericano ao Grupo Silvio Santos, a Citifinacial ao Citigroup, a Ibi ao COFRA Holding AG e Redevco. Esses grandes grupos associam-se, por sua vez, com grandes cadeias comerciais como Lojas Pernambucanas, Ponto Frio, Leroy Merlin etc (LOPES dos SANTOS, 2007, p.38).

como um indicador bastante revelador desta crescente associação entre redes comerciais e instituições financeiras.

O circuito superior beneficia-se, assim, não apenas da possibilidade de criar a demanda e de incitá-la por diversos canais, sobretudo através de uma propaganda altamente sofisticada que impele ao consumismo<sup>16</sup>, mas favorece-se também de uma estratégia de financeirização e endividamento desses consumidores em potencial. Estabelece-se, deste modo, uma combinação entre uma publicidade que ativa o mercado e um crédito que catalisa o consumo (LOPES dos SANTOS, 2007, p.38). Daí a proliferação de uma série de artigos e serviços oferecidos pelas grandes empresas, direcionados especialmente às parcelas do mercado de menores rendimentos, às quais são oferecidas, por sua vez, diversas formas de pagamentos parcelados, nas quais não deixam de estar embutidos altíssimos juros.

O fenômeno de lançamento ou adaptação de certos produtos de “grandes marcas” voltados especificamente à população de baixa renda, que vão de alimentos a produtos de higiene pessoal, parece configurar o reverso do processo de “laminagem a ouro”, analisado por Sennet (2006), que consiste em acrescentar pequenas distinções às plataformas dos artigos para que estes se tornem “diferenciados”. A “simplificação” de certos produtos das grandes redes para o mercado pobre atinge, em cheio, o anseio do mercado da população de baixa renda pelo acesso às marcas mais conhecidas; no entanto, representa também uma nova estratégia do circuito superior para roubar mercados do circuito inferior.

A questão do consumismo situa-se, hoje, no cerne da nova economia e se torna crescentemente complexa. Na visão de Sennet (2006), a paixão auto consumptiva não se explicaria mais apenas pelo motor da moda, fundado na publicidade e nos meios de comunicação, e pela “obsolescência planejada”. Hoje, o consumidor se envolveria mais ativamente na paixão do consumo, por meio da exaltação das marcas e da suposta potência embutida nos objetos. A crescente possibilidade da “antecipação do proveito das coisas” (BAUDRILLARD, 2008, p.171), através da compra a crédito, compõe também esse quadro de maior complexidade do consumo no período atual.

É importante ressaltar que para além da financeirização, as grandes empresas vêm adotando igualmente a estratégia de diversificação de suas topologias nas grandes cidades para alcançar os consumidores de baixa renda. Ao mesmo passo em que encontramos uma grande diversidade de instituições financeiras de crédito pessoal em plena proliferação nas áreas centrais das metrópoles do país, o circuito

---

<sup>16</sup> Desde os anos 1960, Friedmann (1968, p.148) já atentava para o poder de um aparelho composto pelos meios de comunicação de massa que “(...) injeta nas multidões o hábito, a obrigação de consumir”.

superior vem buscando inserir-se também em áreas da cidade até então consideradas desinteressantes. Conforme analisado por Silveira (2009, p.68), na cidade de São Paulo, não apenas instituições financeiras de crédito pessoal, mas também grandes lojas de departamento e de eletrodomésticos têm adotado uma estratégia de localização de suas filiais em centralidades populares como o Largo Treze de Maio em Santo Amaro, o Largo de Pinheiros e Itaquera, buscando aproveitar-se da circulação intensa que estas áreas abrigam.

Verifica-se ainda em São Paulo, como em outras metrópoles do país, um avanço da instalação de grandes equipamentos de consumo, como *shopping-centers*, supermercados, hipermercados e lojas e serviços sob sistemas de franquias, para os bairros mais periféricos da cidade (SCIRÉ, 2009), onde se concentram um enorme mercado pobre e um estoque de terras. Destarte, o circuito superior tem avançado sobre as localizações do circuito inferior no tecido urbano, valorizando estas partes da cidade e desarranjando os conteúdos do espaço que garantem sua existência. Parece confirmar-se assim a análise de Duhau e Giglia (2007), para quem as práticas de compra entre os pobres tendem, cada vez mais, a se distribuir entre a oferta de grandes redes globais e o micro-comércio, fixo ou ambulante.

Além de afetar o pequeno comércio dos bairros periféricos, a expansão da topologia dessas grandes redes tende a redefinir o papel desempenhado pelas centralidades populares próximas; uma vez que os moradores das áreas periféricas passam a realizar menos deslocamentos, para a realização de certos tipos de consumo, com a instalação desses equipamentos de consumo e lazer nas proximidades de suas residências. A distribuição desses equipamentos em São Paulo revela, por exemplo, a capilaridade alcançada pelo circuito superior: atualmente a cidade possui 49 *shopping-centers* espalhados por seu tecido urbano (ver Mapa da distribuição dos supermercados, hipermercados, *shopping-centers* e cinemas na Região Metropolitana de São Paulo em ANEXO 3).

Na medida em que os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas quanto pelos estratos da população que se ligam a eles pela realização da atividade e pelo consumo (SANTOS, 1978), multiplicam-se hoje, face a esses processos, as relações entre eles. Estabelecem-se, no período atual, novas articulações entre o circuito inferior, enquanto a população que consome e trabalha predominantemente nesse circuito, e os grandes agentes do circuito superior, como os bancos e suas instituições de crédito pessoal, as grandes redes de varejo, dentre outros. Neste sentido, poderíamos afirmar que se trata mais propriamente de novas formas de interferência do circuito superior no circuito inferior, as quais alavancam a drenagem de dinheiro, já escasso, do último para o primeiro. O consumo crescente da

população pobre nas grandes redes vem provocando, deste modo, novas perturbações na economia pobre, uma vez que o circuito inferior tem uma demanda subtraída de suas empresas e perde mercados para o circuito superior. Os pequenos negócios não podem prover um financiamento equivalente aquele oferecido pelas grandes cadeias comerciais e de serviços, assim como não têm os recursos para produzir uma propaganda tão convincente (SILVEIRA, 2009).

Hoje o circuito superior tende a não desprezar nenhum mercado, orientando-se a “(...) satisfazer – e a criar – uma demanda das classes sociais que antes se vinculavam, pela produção ou pelo consumo ao circuito inferior” (SILVEIRA, 2009, p.68). Nesse processo de invasão progressiva do mercado pobre pelas maiores empresas, nos perguntamos então: o que “sobra” para o circuito inferior? Quais os tipos de serviços e comércios que seguem sendo consumidos, pela população de baixa renda, preferencialmente nos pequenos negócios? Buscaremos ver como tem se dado esse processo especificamente em cada cidade analisada a seguir.

Por outro lado, embora o consumo dos pobres se dê crescentemente nas grandes redes do circuito superior, acreditamos, como buscamos mostrar acima, que o trabalho dessa parcela da população se realize cada vez mais no âmbito do circuito inferior, pois é este circuito que pode abrigá-la graças à extrema divisão do trabalho que lhe é inerente. Por fim, podemos considerar que o crescente consumo dos pobres no circuito superior, combinado à expansão de seu trabalho no circuito inferior, também representa um fator de maior complexidade do consumo no período atual.

#### **1.4. O avanço da pobreza nas metrópoles e a necessidade de aprofundar o debate**

No Brasil, a recente expansão do consumo das classes pobres vem sendo exaltada juntamente com um discurso da queda dos índices de pobreza no país. Primeiramente, devemos considerar que a redução da pobreza não pode ser reduzida ou atrelada apenas ao aumento do consumo:

Um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence (SANTOS, 1979a, p.10).

A divulgação de tais pesquisas e índices tendem a não levar em conta, ademais, as altíssimas taxas de juros pagas pelas classes de baixa renda para que possam ter acesso aos bens de consumo – a taxa de juros do crédito pessoal pode

chegar a 16% ao mês – assim como buscam minimizar o forte avanço do endividamento e da inadimplência<sup>17</sup>. Conforma-se, assim, no país, uma retórica de exaltação de uma sociedade de consumidores e não de valorização do trabalho realizado pela nação (BAUMAN, 2005, p.27).

Entretanto, os principais efeitos do crescente acesso dos pobres ao consumo através de mecanismos financeirizados residem, justamente, no endividamento excessivo, combinado ao aumento da inadimplência, e no comprometimento quase total do orçamento doméstico das famílias de baixa renda com o pagamento de dívidas<sup>18</sup> (SCIRÉ, 2009). Ou seja, o processo mágico de realização imediata da compra “(...) se confronta com a realidade sócio-econômica do indivíduo” (BAUDRILLARD, 2008, p.171) no vencimento de cada prestação. Para Bauman (2007), o fenômeno geral de aumento da concessão de crédito visa incutir a prática da dívida não paga enquanto estratégia de vida, ou ainda, converter o “viver a crédito” em hábito.

Assistimos hoje à constante divulgação de pesquisas e relatórios que apontam para o avanço da redução da pobreza no país. Contudo, é preciso atentar mais detalhadamente ao conteúdo desses discursos. Afirma-se, por exemplo, que nos últimos cinco anos, cerca de 20 milhões de brasileiros teriam passado das classes D e E para a chamada classe C. Para além do caráter mercadológico de tais designações, observa-se que a mudança de “classe” de rendimento desta parcela da população decorre, em grande medida, do efeito estatístico do aumento do salário mínimo na última década, que passou de R\$ 151,00 em 2000 para R\$ 545,00 em 2011 (DIEESE).

Por outro lado, é preciso considerar igualmente que o salário mínimo vigente em abril de 2011, de R\$ 545,00, estava a uma enorme distância do valor do salário mínimo considerado necessário, de R\$ 2255,00, para atender as necessidades vitais básicas no país nesta data, calculado pelo DIEESE. O valor do salário mínimo atual representa, portanto, menos de ¼ do valor que deveria ter para assegurar a sobrevivência da família de um trabalhador. Embora o salário mínimo necessário seja definido constitucionalmente<sup>19</sup> como um "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família,

---

<sup>17</sup> Em 2007, o volume da inadimplência na obtenção do crédito pessoal alcançava os seguintes valores: 5,3 milhões de inadimplentes com atraso de mais de 90 dias; 2,2 milhões de inadimplentes com atraso de 31 a 90 dias e 1,6 milhões de inadimplentes com atraso de 15 a 30 dias (Banco Central do Brasil/ INEPAD, 2008).

<sup>18</sup> Segundo a Fecomercio, dentre as famílias paulistanas endividadas no início de 2011, 55,3% tinham entre 11% e 50% da sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas; para 14,9% delas, esse comprometimento era superior a 50%. Entre as famílias com renda até 10 salários mínimos, as principais dívidas se concentravam no cartão de crédito (68,9%), carnês (22,9%), crédito pessoal (18,7%), financiamento de carro (8,8%) e cheque especial (7,5%). Para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, o principal meio de endividamento era o cartão de crédito (65,8%), crédito pessoal (22,5%), cheque especial e financiamento de carro (15,8%) e financiamento de casa (5,8%).

<sup>19</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV.

como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim", tais prerrogativas não são efetivamente cumpridas para garantir as condições mínimas de acesso a esses bens e serviços essenciais no país.

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), a alimentação representa cerca de 35% das despesas mensais das famílias pobres. Se tomarmos como exemplo o valor da cesta básica na Região Metropolitana de São Paulo em abril de 2011, de R\$ 268,52, e o multiplicamos por três (cálculo de uma família com dois adultos e duas crianças que, hipoteticamente, consomem a mesma quantidade que um adulto), concluímos que o gasto mínimo de uma família com alimentação é de R\$ 805,56. Uma vez que este gasto representa 1/3 dos gastos de uma família pobre, chegamos a um valor ainda superior ao do salário mínimo considerado necessário de R\$ 2255,00. Além disso, quando consideramos que 40% dos ocupados no país ganham até um salário mínimo, e que em 56% dos domicílios brasileiros a renda per capita é de até 1 salário mínimo (IBGE, 2010), constatamos o quão distante estamos de alcançar um padrão de remuneração minimamente necessário para que a população brasileira possa viver com um mínimo de dignidade.

A pobreza, ademais, não pode ser determinada apenas em função de um valor monetário ou de um umbral determinado, pois, em realidade, se define segundo o lugar e o período em questão, ou ainda, conforme as necessidades e carências de cada momento em cada subespaço de uma formação socioespacial (SANTOS, 1979a). Assim, a pobreza deve ser definida segundo cada situação geográfica considerada.

Para cada cidade ou espaço rural, os dados objetivos (entre os quais se incluem os salários, os preços, a qualidade e a quantidade de informação e serviços oferecidos) e os dados real ou aparentemente subjetivos (noções de bem-estar, perspectivas para o futuro, sentimento de participar nas decisões) que definem uma situação de pobreza, são por demais díspares. Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza (SANTOS, 1987, pp.93,94).

Embora fundamentado em uma estimativa monetária, o estabelecimento de linhas de pobreza para cada cidade e região reflete, por exemplo, a diferença do custo de vida entre os lugares. Os valores das linhas de pobreza de São Paulo, as mais altas do Brasil, explicitam "(...) a estrutura de consumo dos pobres naquela metrópole, e os preços praticados localmente (...) com necessidades e custos mais elevados de despesas, tais como habitação, vestuário, transporte e comunicação" (ROCHA, 2006,

p.274). A variação deste umbral ao longo do tempo também demonstra a necessidade de pensar a pobreza em função da conjuntura de cada momento: entre 2003 e 2009, segundo Rocha (2006), a linha de pobreza de São Paulo apresentou um aumento de 32%, passando de R\$ 238,20 para R\$ R\$ 316,39. Já em Belém, onde a linha de pobreza se situa a um nível bem mais baixo, a linha de pobreza sofreu um aumento ainda maior neste mesmo intervalo, de 41%, passando de R\$ 134,57 para R\$ 190,36.

Para além de valores monetários, as transformações recentes que permeiam as esferas do trabalho, da comunicação e do lazer, nos remetem à discussão sobre quais são os bens e serviços essenciais no período da globalização. Com as privatizações e a crescente mercantilização de certos serviços e necessidades básicas, como a saúde e a educação, o consumo tende conseqüentemente a aumentar. Contudo, crescem, ao mesmo passo, as limitações de acesso aos bens de direito comum, ou ainda aos bens públicos que tendem a ser, cada vez mais obtidos privadamente (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 2010). No período atual, destacam-se, do mesmo modo, a importância do acesso à informação, e não à propaganda, assim como o direito à mobilidade na cidade como serviços essenciais, dentre outros.

A redução da desigualdade, também amplamente divulgada, constitui outro indicador que deve ser analisado mais cuidadosamente. Entre 2003 e 2010 a desigualdade no país, medida pelo Índice Gini, recuou de 0,561 para 0,5304 (quanto mais próximo de 1, maior a concentração de riqueza). No entanto, o Brasil segue como um dos países mais desiguais do mundo. Segundo Pochmann (in CALLIARI, 2010), essa redução da desigualdade se limitou à esfera dos rendimentos do trabalho; pois se os dados relativos à renda do capital também fossem incluídos no cálculo, o índice apontaria uma desigualdade muito maior, conforme revela, por exemplo, o Índice Gini de concentração da propriedade fundiária no Brasil: 0,854. A renda do capital, que se multiplicou ao longo da última década, pode ser entendida como os “benefícios oriundos da posse e da gestão da riqueza” (POCHMANN in CALLIARI, 2010) que englobam os lucros e dividendos do capital, investimentos financeiros, aplicações e ganhos imobiliários. É importante frisar que, nos últimos anos, consolidou-se justamente o mecanismo de financeirização da riqueza “(...) a partir da transferência contínua do fluxo de renda gerada pela produção e pelo trabalho para os ganhos financeiros apropriados por uma parcela ínfima da sociedade<sup>20</sup>” (POCHMANN, p.2, 2005).

Vale destacar ainda que embora tenha ocorrido, a redução de 3,1% ao ano do total de famílias em situação de miserabilidade (com renda mensal per capita de até ¼

---

<sup>20</sup> Cinco mil famílias, que representam apenas 0,01% do total de famílias do país, possuem um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional.

salário mínimo) e de 2,1% ao ano das famílias pobres (com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo) entre 2003 e 2008 no país; os domicílios pobres ainda representavam cerca de 30% das famílias em 2011. Além disso, ainda que se sustente que entre 2005 e 2006, 6 milhões de pessoas teriam saído da pobreza; restariam atualmente nada menos que 36 milhões de brasileiros na miséria (DESIDÉRIO et alli, 2008). Tal cifra se contrapõe, por sua vez, à estimativa da população miserável no país para a elaboração de políticas sociais do Governo Federal, como o “Plano Brasil sem Miséria”, que considera que haveria no país cerca de 16,2 milhões de pessoas extremamente pobres, o equivalente a 8,5% da população. A estimativa desta linha de extrema pobreza define como pobres as famílias cuja renda per capita é de até R\$ 70<sup>21</sup>. Contudo, este umbral corresponde à metade do valor geralmente estipulado para as famílias em situação de miserabilidade – com mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo (ROCHA, 2006) – uma vez que delimita como pobres as famílias cuja renda mensal per capita é inferior a 1/8 do salário mínimo.

Por fim, a análise das séries de dados da PNAD referente às 10 Regiões Metropolitanas revela que nas maiores metrópoles brasileiras ocorreu, na realidade, um aumento na proporção dos domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo ao longo da última década, conforme mostra a tabela abaixo.

---

<sup>21</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o valor definido é semelhante ao estipulado pelas Nações Unidas. Para levantar o número de brasileiros em extrema pobreza, o IBGE levou em consideração, além do rendimento, escolaridade e idade, a existência de banheiros nas casas, o acesso à rede de esgoto e água e à energia elétrica. Dos 16,2 milhões em extrema pobreza, 4,8 milhões não tem nenhuma renda e 11,4 milhões tem rendimento per capita de R\$ 1 a R\$ 70.

Tabela 4. Proporção dos domicílios com renda per capita até ½ salário mínimo nas 10 Regiões Metropolitanas do Brasil (%) – 1995, 2003, 2007<sup>22</sup>

<b>R. Metropolitana</b>	<b>1995</b>	<b>2003</b>	<b>2007</b>
<b>Belém</b>	19,6	29,2	33,6
<b>Fortaleza</b>	33,0	33,9	40,6
<b>Recife</b>	30,5	32,4	40,6
<b>Salvador</b>	27,2	30,2	33,1
<b>Belo Horizonte</b>	15,3	16,5	20,5
<b>Rio de Janeiro</b>	10,9	10,4	16,8
<b>São Paulo</b>	6,0	11,2	15,4
<b>Curitiba</b>	9,2	11,1	12,6
<b>Porto Alegre</b>	9,9	10,1	16,4
<b>Brasília</b>	11,7	15,9	nd

Fonte: elaboração da autora a partir de Torres (2006) e da PNAD 2007 (IBGE).

Primeiramente, é preciso lembrar que os índices de pobreza referentes às Regiões Metropolitanas representam apenas uma média e que a pobreza deve ser sempre considerada em sua particularidade em cada situação geográfica; sendo a situação relativa do indivíduo em sua sociedade a única medida realmente válida; uma vez que o valor dos recursos e das necessidades muda com o tempo e segundo o lugar considerado (SANTOS, 1979a). Como veremos a seguir, o próprio valor do dinheiro varia conforme a cidade e até mesmo entre as partes que a compõem.

Embora à primeira vista a tabela acima sugira o avanço da pobreza entre a população metropolitana, uma vez que houve o aumento significativo na proporção de famílias pobres em todas as Regiões Metropolitanas do país na última década<sup>23</sup>; é preciso destacar que este crescimento pode estar também associado à melhoria de renda das famílias em situação de miséria (com renda mensal per capita de até ¼ salário mínimo), sobretudo a partir de meados dos anos 2000. Segundo cálculos da FGV, ao longo da última década, houve crescimento de 41% na proporção de domicílios com renda per capita até ¼ de salário mínimo nas metrópoles brasileiras. Verifica-se, além disso, que entre 1995 e 2003, a proporção da população miserável

<sup>22</sup> Infelizmente não dispomos de dados mais recentes, pois os dados referentes às Regiões Metropolitanas não foram mais divulgados pelo IBGE após 2007.

<sup>23</sup> Na tabela, os dados de 1995 e 2003 foram ajustados conforme o valor do salário mínimo de 2003, a partir do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

subiu praticamente em todos os anos nas metrópoles do país, tendo passado de 15,07% em 1995 para 21,25% em 2003. Não obstante, a partir de 2003, há uma interrupção nesta tendência de alta, uma vez que em 2005, esta proporção se reduziu para 16,22% (NERI, 2007, p.63). Contudo, no intervalo entre 2003 e 2007, é preciso considerar o efeito do aumento de 58,3% do salário mínimo, que passou de R\$ 240,00 para R\$ 380,00. Neste mesmo período, a inflação, medida a partir do IPCA, foi de 33,9%. Isso significa que houve um aumento real do salário mínimo entre 2003 e 2007 e, com isso, uma parcela dos domicílios que não estava abaixo da linha da pobreza (medida em função do valor do salário mínimo) em 2003 passou a ser considerada como pobre em 2007. De todo modo, tais cifras evidenciam a situação de escassez em que vive grande parte da população nas maiores cidades do país.

Segundo revela a tabela 3, o aumento na proporção de domicílios com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo não ocorreu com a mesma velocidade nas diferentes metrópoles, tendo se dado com maior intensidade em São Paulo, onde tal proporção cresceu mais de 2,5 vezes, e em Belém, onde quase dobrou em 12 anos. Destaca-se, por outro lado, o fato de que a proporção de famílias pobres tenha extrapolado, em 2007, a faixa de 40% dos domicílios das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e de Recife, e de 33% em Belém e Salvador. Tais índices nos apontam a magnitude do fenômeno da pobreza metropolitana no Nordeste, região onde se concentram as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família.

O processo de pauperização revela-se também na deterioração da renda da população brasileira. Em 2010, o valor real do salário mínimo, parâmetro para construção de tais estatísticas, correspondia a menos de 46% do seu valor inicial, estabelecido em 1940. Entre 1997 e 2005 houve uma queda de 25% dos rendimentos médios individuais derivados do trabalho no país, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Já no município de São Paulo, registrou-se uma redução de 45% no rendimento médio dos assalariados em seus trabalhos principais entre 1995 e 2004 (SEADE/ DIEESE, 2004).

A partir de tais dados, procuramos mostrar, por fim, como esta mesma população que se empobrece, também participa cada vez mais, de forma paradoxal, de um consumo moderno. Tal como afirma Bauman (2005, p.38), parecemos avançar assim rumo à constituição de uma sociedade composta por consumidores imperfeitos que se encontram, por sua vez, crescentemente imersos em dívidas.

Conforma-se, deste modo, uma nova pobreza metropolitana no Brasil. Por um lado, esta pobreza passa a abrigar hoje novos conteúdos, participando crescentemente de um consumo moderno e da creditização do conjunto da sociedade. Por outro lado, esta mesma pobreza permanece como resultado indireto de uma

modernização que renova constantemente suas variáveis determinantes e dominantes.

Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em conseqüência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucro e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e mais endividado (SILVEIRA, 2009, p.72).

Segundo afirma Santos (1978), pobreza e circuito inferior são, essencialmente, sinônimos. Destarte, o aumento do número de pobres e a expansão das formas de trabalho deste circuito nas grandes cidades brasileiras constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país. Por um lado, se o circuito superior, que é aquele capaz de oferecer os maiores salários, se torna cada vez menos empregador, a pobreza tende a aumentar. Por outro lado, e como parte deste mesmo processo, se o trabalho passa a se realizar cada vez mais no âmbito do circuito inferior, onde as remunerações são menores, temos também, como conseqüência, o aumento da pobreza; uma vez que o capital, já escasso, deve ser cada vez mais partilhado, fracionado, assim como a própria divisão do trabalho que caracteriza esse circuito. O avanço da precarização e da tercerização no mercado de trabalho também tem resultado em menores remunerações. A este quadro, soma-se ainda a creditização e a financeirização da pobreza, assim como o avanço do endividamento e da inadimplência que implicam, por sua vez, a reprodução da pobreza, ainda que sob um novo formato (SCIRÉ, 2009, p.109). Esses processos se dão com maior intensidade justamente nas metrópoles, onde o custo de vida é mais alto e a criação de necessidades acompanha o ritmo da aceleração contemporânea. A luta contra a escassez (SARTRE, 1960) ganha, assim, novas dimensões.

Uma vez que o circuito inferior perpetua a pobreza, sua existência revela problemas profundos que precisam ser enfrentados (SILVEIRA, 2011). Daí nossa preocupação em atentar às dinâmicas renovadas deste circuito que se realizam, diferentemente, em cada subespaço da formação socioespacial. Em cada lugar, os processos mais gerais analisados acima assumem ritmos e formas próprios. Nesse sentido, buscamos desvendar, a seguir, como o circuito inferior abriga e permite a sobrevivência de grande parte da população pobre em diferentes metrópoles do país, através de dinâmicas que lhes são singulares segundo as diferentes regiões consideradas.

## **CAPÍTULO 2. O CIRCUITO INFERIOR EM SÃO PAULO: DA DENSIDADE DE SUAS RELAÇÕES COM AS VARIÁVEIS CHAVE DO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO AO ALARGAMENTO DE SUAS ESCALAS**

### **2.1. Fragmentação do tecido urbano e pluralidade de divisões do trabalho na metrópole corporativa**

Embora São Paulo se afirme, cada vez mais, como a principal metrópole econômica do país, seu contingente de pobres e as múltiplas formas de trabalho realizadas por eles não deixam de se multiplicar. Nos últimos, aprofunda-se o contraste entre uma crescente modernização e o aumento da pobreza, conferindo, conseqüentemente, novas dimensões ao circuito inferior na cidade.

O processo de consolidação de São Paulo enquanto metrópole primaz do território nacional pode ser compreendido à luz das variáveis chave que definiram, desde o final do século XIX, a evolução e a mundialização da cidade: o comércio cafeeiro, a indústria e a informação (SANTOS, 1994). Segundo Bernardes (2001, p.179), podemos identificar três períodos correspondentes ao processo de mundialização da metrópole de São Paulo: um primeiro momento que vai de 1850 a 1945, uma segunda fase que vai de 1945 a 1985 e um terceiro momento que vai de 1985 aos dias atuais.

No período atual, São Paulo reforça seu papel de comando do território nacional e de destaque no cenário internacional ao centralizar os fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo no país como um todo. “Metrópole onipresente” no território nacional, São Paulo reafirma seu papel diretor da dinâmica espacial brasileira graças à concentração de atividades quartenárias de criação e controle (SANTOS, 1994). Centro financeiro mais importante do país, destaca-se também como localização das sedes e filiais das maiores empresas nacionais e internacionais no território brasileiro, como complexo científico e tecnológico e como pólo nacional de turismo de negócios e eventos.

No entanto, como vimos acima, essa modernização é acompanhada também por uma expansão da pobreza, ou seja, pelo fenômeno de “involução metropolitana” (SANTOS, 1994). A população pobre da cidade é penalizada sobretudo pelo direcionamento privilegiado dos recursos públicos à satisfação das demandas dos atores hegemônicos, pela valorização diferenciada do tecido urbano e pela dotação

desigual de infra-estrutura, características que lhe conferem o caráter de metrópole corporativa e fragmentada (SANTOS, 1990, pp.94-95).

Grande metrópole do Terceiro Mundo, São Paulo superpõe a riqueza e a pobreza em uma enorme área urbanizada<sup>24</sup>, integrada por intensos fluxos materiais e imateriais, que se estende para além dos limites de sua Região Metropolitana. Para Lencioni (2004, p.161), São Paulo constitui hoje uma “macrometrópole”, compreendida não apenas por sua Região Metropolitana, mas também por seu “entorno metropolitano”<sup>25</sup>. A expansão de sua mancha urbana nos últimos anos corresponde a uma maior diferenciação entre os subespaços desta metrópole que são, por sua vez, desigualmente valorizados e autorizam, por conseguinte, uma maior pluralidade de divisões do trabalho (SANTOS, 1994); pois quanto maior a cidade, maior a sobreposição de diferentes processos de trabalho (MASSEY, 1984, p.24), mais diversa a combinação de técnicas.

No entanto, esta enorme cidade, que compreende um grande mercado onde coexistem diferentes divisões do trabalho, é muitas vezes associada, por uma visão parcial, apenas à divisão do trabalho hegemônica e a uma única área de mercado onde se realiza o trabalho mais moderno. Tal visão, sustentada na concepção de “cidade global”, destaca o papel estratégico de grandes cidades que representam pontos de comando da organização da economia mundial, constituem mercados e localizações chave para as finanças e serviços especializados e reúnem a produção que atende esses setores (SASSEN, 2006).

Em São Paulo, as novas centralidades do vetor sudoeste, onde estão localizados os principais representantes do circuito superior hoje – corporações globais, empresas produtoras de informação e de serviços de alta tecnologia e atores do sistema financeiro (SILVEIRA, 2011) – se projetam como a imagem de uma “cidade global” e concentram os “artefatos arquitetônicos emblemáticos” da globalização (DE MATTOS, 2006, p.66), como edifícios inteligentes, pontes estaiadas e vias expressas. No entanto, essa paisagem representa apenas uma parcela da economia e do meio

---

<sup>24</sup> Segundo dados da EMPLASA, a superfície da Região Metropolitana da São Paulo abrange 8.051 km<sup>2</sup>, enquanto sua área urbanizada corresponde a 2.209 km<sup>2</sup>, ou seja, cerca de 221 mil quarteirões. Apenas entre 1962 e 2002, a mancha urbana teria passado de 874 km<sup>2</sup> para 2.209 km<sup>2</sup>.

<sup>25</sup> Segundo Lencioni (2004, p.161), “essa macrometrópole, compreendida pela metrópole de São Paulo, sua Região Metropolitana e o chamado entorno metropolitano, formam um conjunto onde se adensam as redes territoriais e sociais, como as redes de transportes, de fibra óptica, de empresas, de infra-estrutura e de comunicação. Por meio dos inúmeros fluxos dessas redes e de várias outras, bem como por meio dos tradicionais fluxos de mercadorias e pessoas, a trama espacial dos fluxos redesenha e reterritorializa a metrópole de São Paulo, bem como reconverte, progressivamente, os espaços não metropolizados em espaços metropolizados”.

construído da cidade, as quais são, muitas vezes, associadas à imagem de uma cidade global.

O mito das cidades globais (...) já nasce enfraquecido e por isso ganha ares de farsa. Tem como miragem as novas centralidades produzidas em cidades como São Paulo, que reproduzem, em escala modesta, o *skyline* que mimetiza os centros de comando e projeta, em um país semiperiférico, a imagem de uma *global city*. Cria-se uma nova paisagem de poder e de dinheiro que mobiliza Estado e capital privado nacional (FIX, 2007, p.168).

O título de cidade global refere-se apenas a certos componentes de sua economia urbana, ou seja, apenas às divisões do trabalho hegemônicas, quando, em realidade, a cidade abriga múltiplas divisões do trabalho sustentadas em diferentes níveis de capital, tecnologia e organização. Ademais, tal adjetivação tende a não levar em conta o fato de que esta grande cidade é composta por áreas desigualmente valorizadas e equipadas, sendo a maior parte de seu tecido urbano caracterizada, justamente, por uma materialidade que não atende aos requisitos da racionalidade hegemônica. Para Bernardes (2001, p.176), a ótica cidade global preocupa “(...) quando surge como sendo a própria totalidade metropolitana; quando o meio técnico-científico-informacional, presente seletivamente na cidade, tende a apresentar-se como a própria síntese da cidade”.

Em São Paulo, a crescente modernização da economia e a maior inserção da cidade na divisão do trabalho hegemônica têm correspondido, contraditoriamente, a um aprofundamento de seus contrastes econômicos, sociais e territoriais, assim como a uma diversificação das formas de manifestação do circuito inferior. Pois se por um lado, conteúdos intensivos de técnica, ciência e informação conformam as atividades mais modernas da cidade e se agregam, ainda que seletivamente, ao seu meio construído; por outro lado, a centralidade destas variáveis, às quais se combina também o vigor das finanças e do consumo, permeia de diferentes formas, e em diversos graus, a totalidade das atividades localizadas em São Paulo. Impõe-se, assim, o desafio de aprofundar nossa compreensão sobre o circuito inferior no ponto de maior densidade do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro.

## **2.2. A densidade das relações entre o circuito inferior e as variáveis chave do período da globalização em São Paulo**

Consideramos que a densidade da presença das variáveis chave do período da globalização – como a técnica, o consumo, a informação e as finanças – em São Paulo implica uma maior articulação do circuito inferior da economia urbana com estas variáveis na cidade. Ou seja, as atividades menos capitalizadas encontram-se aí relativamente mais permeadas por processos associados a estas variáveis do que nas demais grandes cidades do território nacional. Assim, a concentração das variáveis dominantes do período na cidade corresponde, de certo modo, ao adensamento do processo de transformação destas variáveis determinantes em variáveis dominantes (SANTOS, 1996a), haja vista a crescente difusão e incorporação das possibilidades da época atual entre os atores não hegemônicos na cidade.

Contudo, a maior densidade de relações com as variáveis do período atual não se realiza de modo homogêneo entre as atividades pobres da cidade, nem na totalidade de seu tecido urbano. A enorme extensão de seu meio construído, a magnitude de uma população de mais de 10 milhões de habitantes, a heterogeneidade da pobreza (CARIOLA e LACABANA, 2001) e a presença das mais diversas atividades se combinam aí em inúmeros arranjos, em numerosas situações geográficas, nas quais o circuito inferior assume diferentes manifestações.

Consideramos que o centro histórico de São Paulo, compreendido pelos distritos Sé e República, constitui um espaço privilegiado para a análise da heterogeneidade e das dinâmicas que caracterizam atualmente o circuito inferior desta metrópole. A combinação de um enorme fluxo diário de consumidores de diferentes níveis de renda com a concentração de atividades extremamente diversas que demandam, por sua vez, uma multiplicidade de tarefas complementares, exige um constante esforço de acompanhamento das modernizações por parte dos pequenos negócios aí localizados. A presença de um meio construído relativamente desvalorizado garante, em certa medida, as condições para a instalação e permanência das atividades do circuito inferior, embora estas ainda devam arcar com custos elevados, em relação a seu nível de capitalização, para garantir o acesso à localização central, como veremos a seguir.

Grande área de diversidade, o centro abriga firmas de todos os tamanhos, ou seja, é um lugar de coexistência dos circuitos superior e inferior e de suas respectivas técnicas representativas de diferentes momentos históricos. O centro de São Paulo

guarda assim o traço mais característico de um centro principal de uma grande cidade: a diversidade das atividades nele localizadas (VILLAÇA, 1998); diferentemente das novas centralidades da cidade que se definem, sobretudo, pela presença de atividades quartenárias.

Em áreas de diversidade, o trabalho se especializa e se divide em múltiplos circuitos espaciais de produção; através da circulação, os circuitos se entrecruzam, criando um mercado segmentado e diversificado (SILVEIRA, 2007, p.152). O grau de diversificação se manifesta, por exemplo, nas variadas relações de complementaridade e concorrência que se estabelecem entre as empresas, de diferentes tamanhos, no centro da cidade. Os principais ramos em que atuam as firmas aí localizadas são o comércio de vestuário e confecções, eletrônicos, mecânica e alimentação, além dos mais diversos serviços.

### **2.2.1. A popularização da técnica moderna e suas implicações**

Níveis reduzidos de capital, tecnologia e organização definem grande parte dos tipos de trabalho realizados no centro de São Paulo. Pequenos restaurantes, botecos, vendinhas, armarinhos, oficinas de consertos diversos, *lanhouses*, lojinhas de *xerox*, serviço de recarga de cartucho, serviço de conversão de VHS para DVD e de LP para CD, compra e venda de livros, CDs, DVDs, fitas e discos usados, venda de temperos e ervas medicinais, engraxate, chaveiro, venda de eletrodomésticos usados, pequena fabricação de telas e molduras, pequenos salões de cabeleireiro, além da presença massiva de vendedores ambulantes, dentre outros, se destacam entre os pequenos negócios e atividades localizados no centro.

Nesta área da cidade, encontramos, assim, uma série de atividades do circuito inferior que tem incorporado certos objetos técnicos modernos ao seu funcionamento, como diversas lojinhas e bancas de jornal que diversificam, cada vez mais, as tarefas realizadas. Pequenos estabelecimentos onde antes se oferecia o serviço de fotocópia, passaram, por exemplo, a funcionar recentemente também como *lanhouses* e a oferecer os serviços de criação de contas pessoais de *e-mail*, *orkut*, *msn* etc, além de vender *pendrives*. A ampliação do acesso às novas técnicas entre os pobres, que se tornaram mais acessíveis graças ao seu relativo barateamento e ao crédito, vem engendrando, de tal modo, o constante surgimento de novos afazeres possíveis; revelando-nos como a criatividade sempre renovada “atualiza” e permeia o circuito inferior. Não obstante, o centro não deixa de abrigar as atividades típicas da economia

pobre – como pequenos salões de cabeleireiro, chaveiros, relojoeiros e vendedores ambulantes – que, por sua vez, também estabelecem diferentes relações com as variáveis do período, como veremos adiante.

O telefone celular, um dos objetos técnicos mais emblemáticos do período da globalização, vem sendo progressivamente incorporado às dinâmicas do circuito inferior enquanto instrumento de trabalho nas mais diferentes atividades. Pequenos prestadores de serviços chamados “autônomos” ou por “conta própria” como pintores, encanadores, costureiras, “marmiteiras”<sup>26</sup>, cozinheiras, cabeleireiras, “carreteiros”<sup>27</sup>, faxineiras, chaveiros, entre outros, utilizam, cada vez mais, o telefone celular em tarefas relacionadas ao seu cotidiano de trabalho. Tal fenômeno se faz presente não apenas em grandes metrópoles, como São Paulo e Brasília, mas também nas menores cidades. O uso do telefone celular permite que os agentes do circuito inferior ampliem sua área de atuação na cidade, já que estes se tornam mais “acessíveis”, implicando, por conseguinte, um aumento de sua potencial clientela. Por outro lado, a difusão deste aparelho autoriza também o estabelecimento de uma maior rede de sociabilidade em torno do repasse de serviços e contatos de trabalho entre estes agentes.

A expansão do acesso ao telefone celular no país nos últimos anos confirma o fato de que “uma das características marcantes do sistema atual, comparado com os anteriores, é a rapidez de sua difusão” (SANTOS, 1996a, p.178). As novas tecnologias de comunicação e informação abrangem, hoje, de fato, muito mais gente e colonizam muito mais áreas e esferas da vida. Dentre os pequenos negócios entrevistados no centro de São Paulo, observa-se, por exemplo, que mais de 50% deles utilizam telefones celulares em tarefas relacionadas às suas atividades econômicas.

A redefinição do circuito inferior face à crescente incorporação de novas tecnologias em suas atividades pode ser analisada especialmente no bairro central de Santa Ifigênia, localizado entre os distritos República e Santa Cecília. Referência no comércio e serviços de eletroeletrônicos, esta área abriga empresas de diferentes portes e dos mais variados níveis de capitalização. Segundo a Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia, há cerca de 5 mil estabelecimentos comerciais na região, dos quais 90% são pequenos comércios. Independentemente desta quantidade, é importante destacar que mesmo entre os pequenos comércios, há diferentes níveis de capitalização.

---

<sup>26</sup> Cozinheira que prepara marmidas em sua residência para a venda.

<sup>27</sup> Trabalhador que transporta itens diversos em seu veículo (Kombi, perua, van etc); muitas vezes, faz o serviço de transporte de mudanças de domicílios.

Os pequenos negócios do circuito inferior localizados neste bairro realizam diversas tarefas relacionadas ao ramo dos artigos eletroeletrônicos, concentrando-se sobretudo nos consertos e reparos, no comércio de produtos de “segunda-mão” e de artigos chamados “no estado” (quebrados), assim como na oferta de pequenos serviços variados. Daí, considerarmos que a área da Santa Ifigênia compreende um local especialmente revelador de formas de participação, adaptação e criatividade desenvolvidas pelo circuito inferior frente à modernização tecnológica característica da globalização.

Dentre as atividades que compõem o circuito inferior nessa área do centro da cidade, destacam-se, por exemplo, a venda e conserto de controles remotos, diversos serviços e pequenos comércios relacionados aos artigos de informática, telefonia, televisão, fotografia, vídeo e música, venda de chips de telefones celulares por R\$ 10,00, compra, venda e assistência técnica de vídeo *games*, pequenos negócios de venda, troca e consertos de artigos novos e usados de informática, recarga de *tonners* e de cartuchos de tinta de impressora, venda de cabos e antenas de televisão; *lanhouses*, venda de componentes eletrônicos, conserto de monitores etc.

A incorporação das tecnologias da informação entre a camada de baixa renda, tanto como instrumento de trabalho quanto objeto de consumo consumptivo, é revelada, assim, especialmente nessa área. A criatividade originada do contato com as mesmas vem produzindo não apenas novos usos, mas também novas tarefas, alargando a divisão do trabalho no circuito inferior. O computador, objeto técnico “símbolo do período atual” (SANTOS, 1996a, p.184), encontra-se aí especialmente difundido. Dentre os pequenos estabelecimentos entrevistados na região, verificamos, por exemplo, que mais de 70% utilizam o computador como instrumento de trabalho. A incorporação da informática permite, assim, que os pequenos negócios possam, cada vez mais, “imitar” certos serviços oferecidos pelo circuito superior. Vale destacar, no entanto, que a reutilização de instrumentos de trabalho, característica típica do circuito inferior, se mantém nos dias de hoje, inclusive no uso das novas tecnologias. Cerca de 1/3 dos pequenos negócios entrevistados no centro de São Paulo utilizam equipamentos de “segunda mão” em suas atividades.

Se, por um lado, a flexibilidade da técnica atual autoriza certa modernização de empresas mais antigas e pouco capitalizadas, por outro lado, implica também o aumento do número de micro empresas no mercado (SILVEIRA, 2007, p.155). Nas maiores cidades, a crescente demanda de firmas de todos os ramos pelos mais diversos serviços (SASSEN, 2003, p.16) se faz presente especialmente na área

central, e acaba por representar também uma ampliação da possibilidade de atividades para os pequenos negócios que conseguem se inserir na rede de prestadores de serviços de firmas maiores.

Embora observemos hoje uma maior incorporação de certas novas tecnologias nas atividades do circuito inferior em São Paulo, notadamente na área da Santa Ifigênia; é preciso ressaltar que em todas as atividades, há, sempre, uma mistura de gestos e objetos de tempos diferentes (técnicas representativas de diferentes modernizações) e que nenhuma atividade é homogênea do ponto de vista moderno, inclusive as mais modernas (LATOURE, 1991, p.102). De todo modo, cremos que no circuito inferior, essa convivência, tornada recentemente complexa e densa, nos aponta para um fenômeno que redefine a economia pobre no período atual.

A recarga de cartuchos de impressora, por exemplo, é um serviço que emerge como uma contra-racionalidade à própria subordinação técnica que acompanha a incorporação de novas tecnologias. Oferecida por diversos pequenos estabelecimentos no bairro da Santa Ifigênia, a recarga é realizada, muitas vezes, através de processos inventados por seus trabalhadores. Tal como proposto por Ortega y Gasset (1963, p.13), a técnica se define aí como a própria “invenção de um procedimento” e como “reação enérgica contra a circunstância”. Em um pequeno negócio localizado no centro da cidade, a recarga de cartuchos de impressora é realizada de forma quase artesanal, na qual a tinta é reinjetada com uma seringa no cartucho vazio. Revela-se aí como o acesso combinado às técnicas antigas e mais modernas pode originar diferentes finalidades entre os atores não-hegemônicos; como estes objetos podem incorporar outros usos, conformando assim verdadeiras técnicas doces que, por sua vez, se contrapõem ao endurecimento tecnológico capitaneado pelas grandes empresas (GAUDIN, 1978, p.210).

Por outro lado, constatamos também que muitas vezes os pequenos estabelecimentos do circuito inferior localizados na região da Santa Ifigênia se especializam na oferta de serviços a aparatos representantes de uma modernização anterior, como vídeo cassetes, toca-fitas, televisões mais antigas etc; assim como nas tarefas que envolvem a transição entre as tecnologias representantes de cada modernização, através dos serviços de conversão de arquivos em aparelhos de base analógica para uma base digital (vídeos em VHS são passados para DVD, músicas gravadas em fitas K7 e discos vinis para CDs e DVDs etc). Assim, através da diversificação dos equipamentos de trabalho adotados e da ampliação do leque de artigos para os quais oferecem serviços, os pequenos negócios têm conseguido

ampliar a gama de atividades realizadas. Em alguns casos, conformam-se, inclusive, combinações de tarefas bastante curiosas, como em um estabelecimento onde se conserta aparelhos eletrodomésticos, alto-falantes, fornos de micro-ondas, faz-se chaves e carimbos, afia-se tesouras, alicates etc.

Dentre as atividades do circuito inferior na área da Santa Ifigênia, destaca-se também a venda de artigos e insumos eletroeletrônicos de menor valor agregado – realizada tanto em pequenos comércios quanto por vendedores ambulantes – como *pendrives*, cartuchos “recauchutados”, CDs, DVDs, *games*, chips de celular, baterias, cartões de memória etc. Ao garantir a distribuição de aparatos técnicos modernos, oriundos de grandes empresas, junto aos consumidores de baixa renda e ao oferecer serviços de reparo a esses mesmos produtos, o circuito inferior acaba por exercer, deste modo, um papel ativo na difusão do sistema técnico da globalização. Participa, assim, da conformação da unicidade técnica, a qual não se caracteriza, no entanto, pela presença exclusiva de uma única técnica (SANTOS, 1996a, p.193). Em outras palavras:

Tanto pela expansão dos novos produtos, amiúde tornados instrumentos de trabalho em atividades não hegemônicas, como pela proliferação de atividades de conserto que permitem a reutilização de bens, ou mesmo pela distribuição tantas vezes desinteressante para os grandes capitais, os circuitos superior marginal e inferior participam, de forma crescente e por vezes contraditória, da produção da unicidade técnica (SILVEIRA, 2011, p.67)

Novas relações de concorrência e complementaridade entre os circuitos da economia urbana se estabelecem justamente em torno das atividades de conserto. Se por um lado, as pequenas oficinas de reparo sofrem cada vez mais a concorrência das chamadas “assistências técnicas” de marcas autorizadas e dos serviços pós-vendas de grandes empresas; por outro lado, não deixam de garantir a circulação dos produtos oriundos do circuito superior, uma vez que devem ampliar continuamente, na medida em que seu nível de capitalização lhes permite, a gama de serviços oferecidos a estes artigos. As pequenas oficinas de conserto sofrem ainda as conseqüências dos fenômenos de redução da longevidade dos objetos e de aceleração do descarte (GAUDIN, 1978, p.168; BAUMAN, 2007) que acompanham a expansão do consumo. Não obstante, a tendência de que o mercado de renovação substitua o mercado de reparação nunca se realiza completamente. A maioria da população não pode participar do consumo em moldes acelerados de substituição e descarte, logo, o mercado para as atividades de consertos não deixa de se reproduzir.



Foto 1. Pequeno negócio de conserto de monitores na região da Santa Ifigênia.

No entanto, o circuito inferior pode realizar a etapa da produção inclusive no ramo de eletroeletrônicos. A confecção caseira de cópias de filmes e discos para comercialização e a venda de dados pessoais<sup>28</sup> por ambulantes no centro de São Paulo revela, ademais, como a informação em estado puro também passa a representar um “insumo” de certas atividades do circuito inferior. Revelam-se aí novas formas de imitação exercidas pela economia pobre, muitas vezes criminalizadas como “pirataria” (TOZI, 2009). Contudo, para além de seu enquadramento enquanto prática ilegal, consideramos importante destacar o papel exercido pela pirataria em garantir o acesso a filmes, discos e *games*, dentre outros, a uma ampla parcela da população; a qual, muitas vezes, não dispõe de nenhum equipamento de lazer nas proximidades de sua residência, ou não tem condições de adquirir estes itens em suas versões “originais” e tampouco possui recursos para freqüentar cinemas e casas de *show*. Prevalece, no entanto, a visão das grandes empresas que enxergam na pirataria uma ameaça a um mercado que lhes escapa cada vez mais frente à reprodução destas novas práticas.

Tal processo nos remete a uma série de questões colocadas por Gaudin (1978, p.211), que se pergunta justamente sobre como a capacidade criativa emerge face à rigidez da legislação e como os atores logram inovar sem o poder para tal. Segundo este autor, o excesso de poder econômico de certos agentes submete os produtivos aos improdutivos, conformando um jogo onde os grandes grupos tendem a confiscar o *savoir-faire* popular em seu benefício. A chegada recente de certos objetos técnicos modernos ao circuito inferior, como o computador, por exemplo, permitiu certas práticas bastante criativas entre os agentes não-hegemônicos; práticas que, no

---

<sup>28</sup> A venda de dados pessoais envolve a comercialização de cadastros de clientes, de listas de endereços, de CPFs e de *mailing lists*, dentre outros.

entanto, foram posteriormente classificadas como “ilegais”. Neste sentido, cabe aqui destacar outra questão colocada por Gaudin (1978).

O exercício da imaginação estaria, portanto, reservado apenas aqueles que são conhecidos e reconhecidos e que participam do poder? E esta noção de cultura, restrita ao discurso, desprovida de toda realidade concreta, não seria ela cúmplice da confiscação do *savoir-faire*? (GAUDIN, 1978, p.215)

Destarte, constatamos que a centralidade do fator técnico no período atual deve ser analisada juntamente com o fator político em cada situação. A incorporação das técnicas modernas entre as atividades da economia popular permite definir o circuito inferior hoje como atividades pouco capitalizadas que apresentam um menor grau de tecnologia, mas não sua ausência completa. Entretanto, um dos principais crivos que diferencia os circuitos hoje é o grau de organização embutido nas técnicas materiais e imateriais (SILVEIRA, 2011), e não o acesso à tecnologia em si. Neste sentido, a crescente burocratização e a profusão de normas são as variáveis que definem atualmente a organização da economia hegemônica.

O papel da organização ganha uma força antes nunca vista como diferenciador entre as empresas mais poderosas e as menos poderosas. É um conjunto de técnicas da ação, de normatização das ações destinadas a manipular os objetos técnicos, de estruturação da divisão social e territorial do trabalho. De modo que hoje, para inserir-se na divisão territorial do trabalho hegemônica, é mister não apenas um certo capital e uma tecnologia própria ao sistema técnico vigente, mas também uma forma de organização em consonância com as regulações internacionais (SILVEIRA, 2011, p.74).

Destarte, por mais que o circuito inferior passe a produzir certos bens e a prestar determinados serviços, a modernização sempre renovada da técnica e o grau de organização do circuito superior ampliam, continuamente, a distância entre os circuitos. O acesso a informações estratégicas, a produção de uma publicidade altamente convincente e o grau de modernização e sofisticação técnica alcançado pelas grandes corporações permitem, como vimos acima, uma constante renovação e uma ampla diversificação dos produtos e serviços oferecidos para as mais diferentes faixas de renda.

Ademais, o alto nível de especialização de certas técnicas, combinado, por sua vez, a uma normatização mais rígida, permite usos cada vez mais precisos entre as maiores empresas. Assim, enquanto, por um lado, aprofunda-se a hipertelia (SIMONDON, 1958), ou seja, a especialização extrema da técnica, no âmbito do

circuito superior; por outro lado, o acesso às tecnologias mais banais do período difunde-se entre os agentes do circuito inferior, permitindo usos criativos e flexíveis. Revela-se aí como o fenômeno técnico também pede um olhar contraditório.

### **2.2.2. Difusão da informação e permeabilidade das finanças na economia pobre de São Paulo**

As relações do circuito inferior com as variáveis chave da época se desdobram, contudo, para além da incorporação de certos objetos técnicos modernos em suas atividades, envolvendo igualmente a permeabilidade das finanças e a banalização do acesso à informação entre os agentes não-hegemônicos. Ambos os fenômenos estão também relacionados à unicidade técnica que define o período. O maior acesso às informações difundidas pela mídia, em seus diferentes meios, e a expansão do acesso a certos objetos técnicos entre as diferentes camadas de renda vêm transformando o cotidiano da população pobre e, por conseguinte, afetando o funcionamento do circuito inferior da economia.

Vivemos hoje sob uma psicosfera (SANTOS, 1996a; 2000) cujo discurso dominante apregoa que o acesso à informação se tornou generalizado para o conjunto da sociedade. No entanto, segundo Bernardes (2001), é preciso estabelecer uma distinção entre a informação que constitui um recurso estratégico, a informação produtiva, e a informação banalizada e difundida pelas mídias. Enquanto a primeira é produzida por empresas especializadas, como consultorias e instituições financeiras, e consumida por grandes firmas; a segunda é produzida por empresas do ramo de comunicações (redes de televisão, jornais, revistas etc) e consumida pela população em geral. Sassen (2003, p.20) também estabelece uma distinção entre estes dois tipos de informação: de um lado, aquela mais complexa “relacionada com a avaliação, interpretação e juízo” que envolve a produção e negociação de informações de ordem superior, elaborada, sobretudo, por agências de qualificação de crédito e consultorias; e, de outro lado, o “dado” que pode ser complexo, mas é de conhecimento geral (como, por exemplo, o nível de fechamento da bolsa de valores, a falência de empresa e a cotação das moedas).

Com a revolução das telecomunicações e a expansão do acesso a certas mídias nos últimos anos, sobretudo através da televisão e da *internet*, o acesso às chamadas informações “banais”, ou ainda a esses dados de menor complexidade, difundiu-se enormemente na sociedade brasileira. A informação à qual tem acesso os

agentes do circuito inferior é certamente aquela de natureza banal, menos complexa, visto que “(...) o acesso às informações verdadeiramente estratégicas é incomparável entre os agentes de ambos os circuitos, inclusive porque as grandes firmas são produtoras e vendedoras de informação” (SILVEIRA, 2010, p.7).

Não obstante, a ampliação do acesso à informação, mesmo àquela de tipo mais trivial, já implica uma transformação nas dinâmicas atuais do circuito inferior, sobretudo em São Paulo, onde se concentra uma maior densidade técnica e comunicacional. Os mais diferentes ramos se beneficiam da possibilidade de acessar informações relacionadas ao funcionamento de suas atividades, como, por exemplo, costureiras que seguem as tendências da moda em novelas; salões de cabeleireiro que acompanham novos produtos e visuais em revistas; pequenas *lanhouses* que pesquisam novos *games* na *internet*; revendedoras de cosméticos que se atualizam sobre os lançamentos de novos produtos nas publicações das marcas de produtos de beleza, e assim por diante.

Apesar de tal diversificação, observamos, no entanto, que mesmo entre os pequenos negócios do circuito inferior localizados no centro de São Paulo, a troca pessoal ainda constitui a principal fonte de informação sobre técnicas, oportunidades de negócios e o mercado consumidor. Não obstante, a crescente importância da *internet* enquanto fonte de informações para as mais diversas atividades também se manifesta entre estes agentes, uma vez que esta já aparece aí como a segunda fonte mais acessada para obter informações desta natureza; destacando-se também os meios impressos, como jornais e revistas. Por outro lado, a própria incorporação crescente de certas tecnologias modernas em atividades do circuito inferior também amplia e diversifica seu contato com diferentes tipos de informação; visto que todo objeto, por sua realidade física, contém informação e exige informação para ser trabalhado (SANTOS, 1996a).

O fato de que os agentes do circuito inferior também façam, cada vez mais, publicidade de seus pequenos negócios implica o tratamento e a elaboração de informações sobre o ramo em que atuam e sobre as próprias tarefas realizadas, além do contato com os diferentes meios de transmissão e difusão das informações a serem veiculadas. Assim como ocorre em relação à busca de informações sobre técnicas e oportunidades de negócios, o “boca a boca” representa a forma mais usual de propaganda adotada pelo circuito inferior, inclusive em áreas de grande circulação, como o centro da cidade.

Não obstante, as formas de propaganda adotadas pelo circuito inferior hoje, não apenas em São Paulo, mas também nas demais metrópoles brasileiras, se diversificam para além do “boca a boca”. A sofisticação da publicidade realizada pelas grandes empresas e o aumento da concorrência por parcelas do mercado pertencentes tradicionalmente ao circuito inferior lhe impõem, cada vez mais, a necessidade de maior divulgação de suas atividades. No centro de São Paulo, por exemplo, os principais meios de publicidade adotados pelos pequenos negócios são folhetos e cartões de visita, seguidos, por sua vez, das faixas e *banners*. Já no bairro da Santa Ifigênia, a especialização em torno do comércio e serviços eletroeletrônicos se reflete na importância que a divulgação pela *internet* assume entre os pequenos negócios deste circuito aí localizados: dentre os estabelecimentos entrevistados que realizam algum tipo de publicidade, 40% utilizam a *internet* para tal finalidade.

A elaboração destas formas de propaganda envolve custos, seja através de sua terceirização para gráficas ou da elaboração pelos próprios pequenos estabelecimentos. Deste modo, se em um período anterior o circuito inferior não despendia gastos com a publicidade, hoje esse tipo de custo assume uma importância crescente em sua contabilidade.

Em São Paulo, assim como nas demais cidades analisadas, as relações estabelecidas entre o circuito inferior e as variáveis chave da época atual abrangem igualmente as finanças, variável determinante do período da globalização. Dentre estas relações, destacamos dois processos recentes que nos parecem especialmente reveladores da centralidade assumida pelas finanças entre aqueles que consomem e trabalham no circuito inferior.

A expansão da oferta de crédito e a financeirização da população de baixa renda vêm sendo acompanhadas, atualmente, do crescente endividamento e do aumento da inadimplência nesse estrato da população, conforme analisamos no capítulo anterior. O grau de “capilarização” alcançado pelo sistema financeiro entre os pobres em São Paulo manifesta-se, por exemplo, na recente expansão das agências de crédito pessoal nas principais centralidades populares da cidade (LOPES dos SANTOS, 2007). Segundo Silveira (2009, p.71), todas as instituições financeiras de crédito pessoal expandiram a quantidade de estabelecimentos, vendas, clientes, serviços oferecidos e empréstimos na cidade ao longo da última década. A proliferação de agências financeiras no centro de São Paulo nos últimos anos revela a dimensão deste fenômeno. Estas estão localizadas principalmente em ruas de intenso fluxo de pedestres, como as ruas São Bento e Barão de Itapetininga, onde as

estimativas apontam um fluxo de 10.000 a 20.000 pessoas por hora (PMSP, 2002). Aí circula grande parte da população pobre que consome e trabalha no centro, ou seja, onde se concentra um grande mercado potencial visado pelas instituições financeiras de crédito pessoal.

Por um lado, poderíamos supor que o maior acesso ao crédito em instituições financeiras permitiria uma maior capitalização das atividades do circuito inferior, ou o aumento do consumo produtivo, uma vez que grande parte de seus atores trabalha como pessoa física e não como pessoa jurídica. Verifica-se, no entanto, que os principais motivos que levam a população a recorrer ao crédito pessoal em instituições financeiras, em São Paulo, são o pagamento de dívidas anteriores e o consumo de bens materiais (LOPES dos SANTOS, 2007). Em pesquisa de campo realizada na cidade, Lopes dos Santos (2007, p.68) constatou que aqueles que tomam empréstimos para o investimento em suas atividades representam uma parcela mínima dentre a população que recorre ao crédito junto às agências financeiras. Estabelece-se, assim, um círculo vicioso entre o crédito, o consumo consumptivo e o endividamento. Segundo a Fecomercio, 53,8% das famílias paulistanas possuíam algum tipo de dívida em fevereiro de 2011.

Aprofunda-se assim a subordinação do circuito inferior, enquanto a população que trabalha e consome predominantemente neste circuito, ao circuito superior. Ademais, conforme destacamos acima, a facilidade do crédito implica também o aumento do consumo das camadas de baixa renda em grandes redes do circuito superior; implicando, portanto, a perda de uma parcela do mercado tradicionalmente cativa ao circuito inferior, assim como a redução das possibilidades de trabalho para o circuito inferior.

A crescente incorporação dos terminais eletrônicos de cartões de débito e de crédito (conhecidos como “maquininhas”) como forma de pagamento entre os pequenos negócios representa outro fenômeno especialmente revelador da permeabilidade alcançada pelas finanças no circuito inferior em São Paulo; evidenciando como o avanço da financeirização das relações se dá também entre os agentes não-hegemônicos<sup>29</sup>. Estes meios eletrônicos de pagamento são emitidos por bancos e outras instituições financeiras, entre as quais se destacam as marcas globais das organizações de cartões denominadas “bandeiras”.

---

<sup>29</sup> O maior acesso dos proprietários de pequenos estabelecimentos aos cartões de crédito também tem impactos sobre o funcionamento das atividades menos capitalizadas. Segundo a Pesquisa da Economia Informal e Urbana, realizada pelo IBGE (2003), 27% dos empreendedores por conta própria ou daqueles que empregam até 5 pessoas em atividades urbanas possuíam cartão de crédito em 2003 no país. Entre estes, o cartão de crédito passa a ser cada vez mais utilizado para adquirir equipamentos de trabalho, insumos e matérias-primas, assim como para obter financiamentos (SEBRAE, 2007).

A adoção destes novos meios de pagamento tem provocado diferentes repercussões sobre a economia pobre. Por um lado, representam uma forma de abarcar uma maior parcela do mercado consumidor para os pequenos negócios que diversificam as formas de pagamento oferecidas e, portanto, obtêm um crescimento de suas vendas. O uso destes meios de pagamento pode representar ainda uma forma de reduzir os impactos da inadimplência em comparação a outros meios de pagamento, como o cheque, por exemplo, e funcionar também como um instrumento de antecipação de crédito, como veremos a seguir.

Por outro lado, a incorporação dos terminais eletrônicos apresenta certos inconvenientes aos pequenos negócios, relacionados sobretudo aos altos custos operacionais das bases de cartão de crédito e de débito. Além de mensalidades pagas pelo aluguel das máquinas, são cobradas também porcentagens sobre o valor de cada transação realizada através das mesmas. Há ainda o custo da linha telefônica, tanto no caso dos terminais fixos, quanto no caso dos terminais móveis que funcionam através de redes de telefonia celular e de radiofrequência. Os valores destas taxas não são fixos para todos os tipos de negócios, dependem do ramo de atuação ou do porte da empresa em termos de faturamento (SEBRAE, 2007). Entre os pequenos negócios do circuito inferior nas cidades analisadas em nossa pesquisa, podemos constatar que as mensalidades pagas pelo aluguel dos terminais variam na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 mensais e que as taxas cobradas sobre o valor das operações de débito e crédito vão de 2% a 5%.

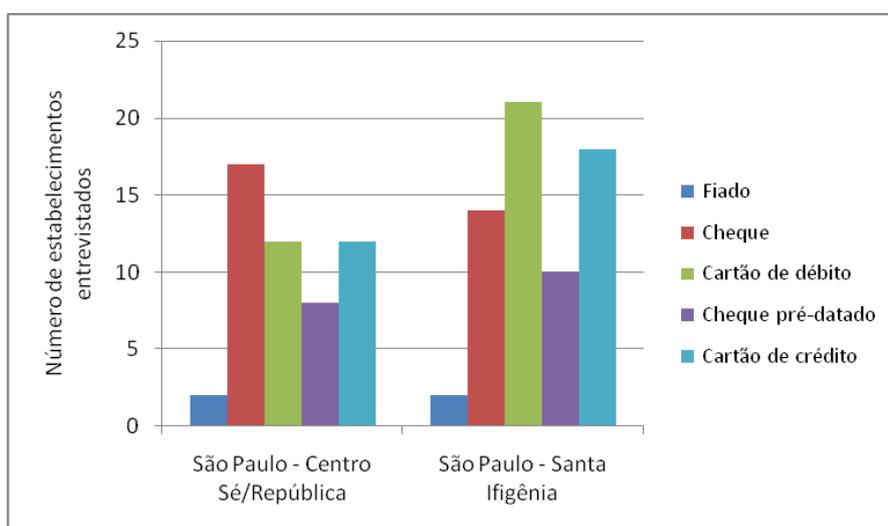
A incorporação das “maquininhas” para o pagamento com cartões implica, assim, uma aceleração da drenagem da poupança popular para o circuito superior, uma vez que se multiplicam os canais que a conduzem. À tal subordinação financeira, acresce-se ainda uma dependência técnica, haja vista a imposição do uso exclusivo dos terminais eletrônicos de empresas autorizadas pelas bandeiras de cartão de crédito. Deste modo, para que possam oferecer tal forma de pagamento, cada vez mais solicitada, os agentes menos capitalizados devem se subordinar aos nexos financeiros e técnicos envolvidos. A rigidez técnica do sistema em questão chega assim não apenas como um sistema de objetos, mas também como um sistema de organização e de imposição de normas (SILVEIRA, 2000, p.216).

No território nacional, há uma expressiva concentração dos terminais eletrônicos de pagamento na região Sudeste, onde estão cerca de 60% dos terminais espalhados pelo país; apenas o Estado de São Paulo conta com 34,6% deste total (SEBRAE, 2007, p.108). Não obstante, a difusão destes terminais também se verifica

nas demais regiões, inclusive entre os estabelecimentos do circuito inferior, como veremos mais adiante.

Em São Paulo, a incorporação dos cartões de débito e de crédito como forma de pagamento ocorre nos mais diferentes tipos de estabelecimentos do circuito inferior. Pequenos salões de cabeleireiro, papelarias, chaveiros, relojoeiros, oficinas e vendinhas vêm adotando, desde 2002, progressivamente os terminais eletrônicos em seus negócios (MONTENEGRO, 2006).

Gráfico 3. Formas de pagamento oferecidas pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados nos distritos Sé e República (centro) e no bairro Santa Ifigênia (São Paulo) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de São Paulo entre 2008 e 2010.

O gráfico acima demonstra a importância dos cartões enquanto forma de pagamento no circuito inferior nos distritos Sé e República e no bairro da Santa Ifigênia. Nesta área, os cartões de débito se destacam, inclusive, como o principal meio oferecido pelos pequenos negócios entrevistados, além do dinheiro em espécie. O fiado, por sua vez, vem perdendo espaço entre os pequenos negócios no centro de São Paulo. Os nexos financeiros parecem se instalar aí com mais voracidade do que na periferia, onde o fiado ainda se mantém como uma característica típica do pequeno comércio de bairro.

A complexidade das relações que se estabelecem, hoje, entre a economia pobre e as variáveis chave do período da globalização nos revela como, através de diferentes processos, o circuito inferior é “(...) atingido pelo sistema técnico contemporâneo, pela informação onipresente e pelo poder das finanças” (SILVEIRA,

2011, p.63). Se por um lado, tais relações implicam novos nexos de subordinação e dependência frente ao circuito superior; por outro lado, expõem a capacidade de incorporação e adaptação às dinâmicas do período da economia pobre. O circuito inferior está em processo de transformação e adaptação permanente, uma vez que é também um produto da modernização; não podendo, portanto, ser definido como “tradicional” (SANTOS, 1978, p.37).

Por fim, constatamos que, no período atual, os pobres utilizam as variáveis chave da globalização – a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças – de maneira ativa, ainda que não possuam o domínio das mesmas e que, por outro lado, produzam, muitas vezes, usos inusitados. O circuito inferior pode ser compreendido assim como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza. Formas que se multiplicam e se diversificam, se adaptam e resistem às variáveis do período da globalização. Nos próximos capítulos, buscaremos analisar como esses processos se dão nas demais cidades analisadas, uma vez que o arranjo de variáveis toma um peso diferente conforme cada lugar, ou ainda, conforme cada situação considerada.

### **2.3. Diversificação das tarefas no circuito inferior e suas relações com o meio construído e com o mercado**

A grande variedade de atividades realizadas pela população de baixa renda e sua constante transformação revelam como a criatividade é uma característica inerente ao circuito inferior, ou seja, como a “flexibilidade tropical” (SANTOS, 1996a) garante ocupação e renda à grande parte da população que vive nas grandes cidades.

Essa metamorfose do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria o que (...) denominamos de “flexibilidade tropical”. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 1996a, p.220).

Acreditamos que uma das manifestações assumidas hoje pela flexibilidade tropical nas metrópoles brasileiras resida na combinação de atividades e tarefas aparentemente não relacionadas entre si em um mesmo estabelecimento do circuito inferior.

Conforme veremos a seguir, a realização das mais diferentes tarefas em um mesmo local pode representar, em certos casos, uma forma de compartilhar as vantagens abrigadas por determinadas localizações e o acesso ao mercado por elas garantido.

### **2.3.1. A multiplicidade de tarefas enquanto expressão da flexibilidade tropical**

Bancas de jornal que oferecem o serviço de conversão de fita K7 e LP para CD, chaveiros que vendem bijuterias e biscoitos, relojarias em que são vendidos cosméticos, salões de cabeleireiro onde se anuncia a conversão de vídeos VHS para DVD são apenas algumas das combinações encontradas no circuito inferior de São Paulo hoje. A diversificação das tarefas num mesmo estabelecimento é um dado do circuito inferior central e periférico de São Paulo, e ocorre inclusive em áreas de especialização, como na região da Santa Ifigênia, onde um pequeno comércio vende fios de telefone, bijuterias e bolsas...

Face a este fenômeno, colocam-se então as seguintes questões: o que leva a tais associações? Quais suas relações com o mercado e com o meio construído em São Paulo? Quais as racionalidades que explicam a coexistência de atividades e tarefas aparentemente não relacionadas entre si em um mesmo estabelecimento do circuito inferior? Tecemos a seguir algumas considerações sobre este fenômeno característico da economia pobre paulistana nos dias de hoje.

Primeiramente, vale destacar que a coexistência de diferentes atividades em um mesmo estabelecimento questiona a divisão clássica das atividades econômicas em “setores” proposta C. Clark (BEAUJEU-GARNIER, 2006)<sup>30</sup>. Demonstra, do mesmo modo, como a interpenetração entre as atividades dos chamados setores secundário e terciário, ou até mesmo entre comércio e serviços, não se limita apenas ao âmbito do circuito superior e como os supostos limites entre os “setores” se esvaem cada vez mais.

Se, à primeira vista, estas combinações de atividades poderiam ser identificadas apenas como estratégias visando uma maximização da renda a ser

---

<sup>30</sup> Uma das classificações mais correntes das atividades produtivas em economia foi proposta por C. Clark. Segundo este autor, a economia de cada país é composta por três setores básicos: setor primário, setor secundário e setor terciário. Cada um desses setores engloba certas atividades que, por sua vez, também são compreendidas respectivamente como setores: atividades agropecuárias e extrativas; produção fabril, construção civil e geração de energia; e serviços em geral como comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, energia elétrica, saneamento básico e administração pública (BEAUJEU-GARNIER, 2006).

obtida, várias situações nos sugerem também a inter-relação entre fatores de outras ordens elencados a seguir.

Inicialmente, é preciso considerar que a coexistência de diferentes tarefas em um mesmo estabelecimento pode se originar de uma iniciativa pessoal do próprio proprietário ou locatário do imóvel em questão e, portanto, derivar de um único capital; ou, por outro lado, resultar de uma associação entre diferentes agentes, ou seja, de capitais distintos. Ambas as situações revelam a capacidade adaptativa e inventiva dos agentes do circuito inferior frente às adversidades das condições em que são realizadas suas atividades. Nesse sentido, poderíamos associar, de certo modo, tais combinações ao fato de que o circuito inferior é menos especializado do que o circuito superior. No entanto, é preciso frisar que enquanto a especialização do trabalho no circuito superior deriva da lógica de um capital concentrado; no circuito inferior, a menor especialização resulta da necessidade de sobrevivência combinada à criatividade, ou seja, aparece como expressão da “velha conhecida viração popular (...) que ganha agora outras mediações” (TELLES e HIRATA, 2007, p.178).

Em segundo lugar, como vimos acima, tal criatividade popular é potencializada atualmente pela crescente incorporação de novos objetos técnicos no circuito inferior enquanto instrumentos de trabalho, os quais permitem, por sua vez, um alargamento das tarefas realizáveis. Ao adquirir um computador, uma pequena papelaria da periferia de São Paulo, onde também são vendidos cosméticos de grandes marcas, passou a produzir convites de casamento, adesivos personalizados e cartões de visita. O maior acesso aos objetos técnicos permite, assim, a emergência de um trabalho inventivo e o desenvolvimento do próprio *savoir-faire* do produtor (GAUDIN, 1978, p.215).

A diversificação dos serviços e tarefas realizadas pode se originar também da identificação de demandas não atendidas na área em que se encontra o estabelecimento ou em que é realizada a atividade. A rápida substituição e a variedade de tipos de artigos vendidos por pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, no centro de São Paulo, demonstram a habilidade destes agentes em se adaptarem a anseios sempre renovados e às crescentes demandas insatisfeitas da população pobre. Os intermediários exercem, muitas vezes, um papel central no fornecimento desses itens mais buscados aos vendedores ambulantes. Pequenos estabelecimentos em locais de passagem, como nas proximidades de pontos de ônibus e de estações de metrô, buscam renovar constantemente, na medida do

possível, os produtos e serviços oferecidos para atender às demandas emergentes da população que aí circula

Localizado no distrito Sé, um pequeno comércio de guarda-chuvas, gorros e luvas, passou a vender também cosméticos e CDs e DVDs evangélicos, identificando, assim, certos tipos de demandas cada vez mais freqüentes entre a camada de baixa renda. Neste sentido, poderíamos supor que a combinação de tarefas e serviços oferecidos representa também uma manifestação das novas formas de reação do circuito inferior frente à progressiva invasão do circuito superior sobre o mercado pobre, através da qual os pequenos negócios têm buscado não só manter, mas expandir sua clientela.



Foto 2. Pequeno comércio de artigos variados no distrito Sé, no centro de São Paulo.

Por outro lado, a diversificação de tarefas e artigos não relacionados no circuito inferior pode estar relacionada ainda à solidariedade com familiares e amigos em situação de dificuldades. Estas práticas podem se dar, por exemplo, através da disponibilização de uma fração do imóvel, mesmo que este seja extremamente pequeno, para a exposição e venda de artigos de terceiros. Encontramos aí situações em que diferentes agentes e capitais se associam em uma espécie de “consignação solidária”, se entendemos a solidariedade em sua acepção moral. Embora a racionalidade econômica capitalista suponha como racional o comportamento econômico do empresário que busca um uso ótimo de seus meios para a obtenção de um máximo rendimento; em certos casos, a racionalidade da solidariedade com aqueles que estão em situação de escassez pode prevalecer, evidenciando como a lógica inerente ao circuito inferior é, finalmente, aquela da sobrevivência. Tais práticas

revelam como “(...) uma conduta econômica que nos parece “irracional” encontra uma racionalidade própria, recolocada no funcionamento do conjunto da sociedade” (GODELIER, 1969, p.391).

No entanto, a disponibilização de uma fração do imóvel para venda de produtos de terceiros, ou ainda para o anúncio de serviços repassados a terceiros, pode envolver também certos custos, como a cobrança de uma porcentagem sobre essa terceirização ou sobre as vendas realizadas. Em algumas bancas de jornal onde são anunciadas a digitalização de arquivos ou a recarga de cartuchos, por exemplo, verificamos que estes serviços são repassados a terceiros e que os jornalistas recebem uma porcentagem do valor cobrado pelos mesmos. Práticas similares foram identificadas também em outros tipos de estabelecimentos, como pequenas papelarias e salões de cabeleireiros. Em ambas as situações, a troca de informação pessoal é um elemento fundamental, uma vez que, conforme verificamos, o chamado “boca a boca” ainda é a principal fonte de informação de oportunidades de negócio e contatos de trabalho para os agentes do circuito inferior, inclusive entre aqueles que trabalham no centro de São Paulo. A coexistência e a interdependência envolvem assim uma verdadeira solidariedade orgânica<sup>31</sup> (SANTOS, 1996) entre os agentes.

Por fim, mas não menos importante, consideramos que o fracionamento dos estabelecimentos e a realização de tarefas não relacionadas entre si em um mesmo local podem representar uma forma de dividir os custos entre os agentes de uma economia pouco capitalizada. Encontraríamos aí situações em que capitais e trabalhos diferentes se associam para garantir o acesso ao mercado e aos efeitos úteis de aglomeração (TOPALOV, 1979) concentrados em determinadas localizações. Como afirma Harvey (2006, p.232), dentre os elementos do meio construído<sup>32</sup>, a localização aparece não como um atributo incidental, mas essencial para os agentes econômicos. A combinação de diferentes atividades não relacionadas em um mesmo estabelecimento pode envolver, assim, o fracionamento dos imóveis e a divisão de custos, como o aluguel e despesas mensais com contas de energia elétrica, telefonia e água. Deste modo, o uso compartilhado entre diferentes agentes lhes permite, por um

---

<sup>31</sup> Conforme afirma Santos (1996, p.166), a noção, de solidariedade, neste caso, “é aquela encontrada em Durkheim e não tem conotação moral, chamando a atenção para a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”.

<sup>32</sup> Fundamentado nas proposições de Marx, Harvey (2006) retoma a concepção de capital fixo para delimitar o meio construído como um tipo independente de capital fixo, diferente daquele envolvido no processo direto de produção. Destarte, o capital fixo não compreende apenas os instrumentos de produção, mas assume também a forma de valores de uso cristalizados na paisagem que podem ser utilizados para produção, troca e consumo. O meio construído compõe-se assim de uma grande diversidade de elementos, como fábricas, barragens, escritórios, lojas, armazéns, estradas, ferrovias, docas, estações de energia, sistemas de água e esgoto, escolas, hospitais etc (HARVEY, 2006, p.232).

lado, a redução de despesas conjuntas e, por outro lado, lhes garante a presença em um lugar interessante na cidade.

Nas áreas de maior circulação do centro de São Paulo, por exemplo, os valores dos imóveis são bastante elevados para os níveis de capitalização do circuito inferior. Por conseguinte, as localizações acessíveis aos pequenos negócios se restringem a certas sub-áreas dos distritos centrais, o que lhes impõe também a necessidade de dividir pontos e custos para que mais agentes e atividades possam usufruir dos benefícios de uma localização central. Tais vantagens envolvem não apenas o acesso a uma clientela potencialmente maior, mas também a possibilidade de se beneficiar de relações que se estabelecem entre empresas do mesmo ramo, de participar de redes de sub-contratação e de usufruir da maior densidade de informações e trocas que aí circulam; ou seja, as empresas podem se beneficiar da própria dinâmica do meio onde estão localizadas (BEAUJEU GARNIER, 2006, p.239).

### **2.3.2. Da indissociabilidade entre o meio construído e o mercado para o circuito inferior**

No circuito inferior, a possibilidade de garantir o acesso ao mercado e de se beneficiar das chamadas “externalidades” (GOODALL, 1977; CORRÊA, 1989), concretizadas em determinada localização, pode representar as chances de sobrevivência da empresa. E embora os pequenos negócios do circuito inferior tendam a se concentrar nas parcelas mais desvalorizadas do tecido urbano, esses necessitam, todavia, de uma escala mínima de mercado que lhes permita perpetuar sua existência.

Deste modo, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente nas localidades centrais da cidade, sobretudo em pontos que representam centros de consumo popular, ou ainda, “centralidades periféricas” (ROLNIK et alli, 2005, p.127). No entanto, é evidente que apenas uma parcela destes agentes consegue se fixar nestas localizações, uma vez que os recursos da maioria lhes permitem a inserção somente em áreas menos valorizadas da cidade. Conforme afirma Harvey (1982):

Os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, (...) os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência

depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória (HARVEY, 1982, p. 31).

As áreas centrais concentram as chamadas externalidades ou economias externas que são, segundo Goodall (1977, p.69), de utilidade especial às pequenas empresas, uma vez que estas dependem fortemente dos conteúdos abrigados pelas localizações onde estão inseridas. Conforme definido por Corrêa (1989, p.79), as economias externas compreendem os “efeitos econômicos sobre as empresas e atividades decorrentes da ação de elementos externos a elas”. A localização próxima a um nó de tráfego, por exemplo, lhes garante maior acessibilidade. A co-presença de várias empresas em uma mesma área cria ainda uma escala que uma única empresa não teria: daí os conceitos de “economias externas de escala ou de economias de aglomeração” (CORRÊA, 1989). As áreas centrais, assim como distritos industriais e bairros especializados, constituem, assim, localizações onde o circuito inferior se beneficia mais diretamente dos efeitos das chamadas economias externas.

Partimos mais uma vez do centro de São Paulo para tecer algumas reflexões sobre as relações do circuito inferior com o meio construído e o mercado nesta cidade. Antiga centralidade das atividades hegemônicas, o centro nos permite relativizar os conceitos de economia de aglomeração e de economias externas, posto que estes podem variar em função das diferentes forças dos atores.

Conforme analisado por Feldman (2010, p.9), até a década de 1970, a concentração das atividades econômicas no centro da cidade, sobretudo daquelas de caráter industrial e comercial, estruturava o aglomerado metropolitano definindo sua centralidade principal. Contudo, a partir deste momento, a dispersão da indústria passou a representar um elemento fundamental de reorganização espacial da metrópole. Graças à modernização tecnológica e à reestruturação produtiva, a possibilidade de difusão espacial da atividade econômica das grandes empresas subverteu a hierarquia de centralidades, permitindo a emergência de uma “centralidade difusa e polivalente” (FELDMAN, 2010).

Assim, as externalidades concentradas no centro representavam outrora uma verdadeira economia de aglomeração para os agentes do circuito superior. Contudo, no momento em que suas exigências de infra-estruturas modernas e de fluidez não se concretizaram mais nesse espaço, novas centralidades hegemônicas emergiram na cidade. Equipamentos construídos nas décadas de 1940 e 1950, momento do processo de “verticalização” do centro (SOUZA, 1994), passaram a não atender mais às demandas corporativas, simbolizadas, sobretudo, pelo surgimento dos chamados

“edifícios inteligentes”. Destarte, as atividades do setor terciário qualificado concentraram-se inicialmente na Avenida Paulista e, a partir da década de 1980, no chamado “vetor sudoeste” compreendido pelas imediações das Avenidas Engenheiro Carlos Berrini, Nações Unidas e Brigadeiro Faria Lima (FRÚGOLI, 2000). As considerações seguintes parecem delinear as dinâmicas deste processo:

A tensão entre a rigidez da fixação no lugar e a mobilidade espacial do capital transforma-se em crise generalizada quando a paisagem construída em relação a certa fase de desenvolvimento (...) torna-se uma barreira à acumulação adicional. A configuração geográfica dos lugares deve ser, então, remodelada (...). Velhos lugares têm que se desvalorizados, destruídos e requalificados, enquanto novos lugares são criados (HARVEY, 1996, p.296).

A região sudoeste da cidade reunia, nos anos 1980, atributos como grandes espaços disponíveis para incorporação, um sistema viário relativamente fluido e a proximidade a bairros de classe média alta e a *shopping centers* (FIX, 2007, p.44). Vale destacar que a consolidação do vetor sudoeste, enquanto nova centralidade das atividades hegemônicas em São Paulo, contou com a provisão de amplos investimentos públicos para a modernização da infra-estrutura desta área; evidenciando, mais uma vez, como, frente a processos desta natureza, a própria cidade assume a forma uma de “socialização capitalista das forças produtivas” (TOPALOV, 1979)<sup>33</sup>.

Ao mesmo passo em que se consolidaram novas centralidades, o centro antigo de São Paulo sofreu um processo de desvalorização, antecipado pela própria valorização desses outros pedaços da cidade. Conforme coloca Harvey (1985, p.24), a busca por novas formas de capital fixo mais produtivas e mais rentáveis tende a acelerar a desvalorização do capital fixo cristalizado no meio construído. A partir dos anos 1980, desencadearam-se, então, os dois processos que, segundo Comin (2005), passaram a definir o centro de São Paulo: uma “mudança no perfil de sua ocupação”, com a multiplicação de atividades pouco capitalizadas, e o seu “empobrecimento”<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Para Topalov (1979, p.21), o estudo das chamadas “economias externas”, assim como das “deseconomias”, tende a não levar em conta a questão fundamental da produção dos valores de uso complexos que as empresas “internalizam”, ou seja, a própria formação e reprodução das condições gerais de produção garantidas, em grande medida, pelo Estado.

<sup>34</sup> O processo de empobrecimento do centro antigo é revelado por indicadores como a multiplicação do número de moradores de rua na última década, que passaram de 600 para mais de 6.000 pessoas vivendo em situação de extrema precariedade e o crescimento de micro-ambientes habitacionais de pobreza, como cortiços e favelas, nesta área da cidade. Conforme afirmam Marques e Saraiva (2005), as condições sociais de certas favelas localizadas no centro são ainda mais precárias do que em favelas de regiões periféricas. Segundo Bichir (2007, p.13), dentre os domicílios pobres do centro (nos quais a renda do chefe não ultrapassa 5 salários mínimos), a proporção daqueles cujo acesso aos serviços urbanos é inadequado é de 56,6%, apesar da localização central.

Daí a concentração crescente de atividades do circuito inferior que se sustentam justamente nos conteúdos abrigados pelo centro, os quais conformam, por sua vez, uma verdadeira economia de aglomeração para este circuito.

Nesse sentido, colocam-se então as seguintes questões: será que o significado de uma economia de aglomeração é o mesmo para os agentes dos dois circuitos da economia urbana? Será que o uso desse conceito não tenderia a homogeneizar o que, em realidade, não é homogêneo para os diferentes agentes na escala da cidade e, mesmo, da região? No período atual, nos parece que a existência de uma economia de aglomeração pode ser, em certos ramos, prescindível para o circuito superior; já para o circuito inferior, esta se mantém como um atributo essencial do espaço, na medida em que este tende a se instalar nos interstícios da cidade desprezados pelos setores mais modernos.

Segundo Harvey (1985, p.26), a desvalorização do capital embutido no meio construído não implica a destruição de seu valor de uso, uma vez que o meio construído passa a ser utilizado justamente enquanto um capital fixo desvalorizado. Destarte, a própria materialidade acaba por exercer um papel ativo sobre as ações que nela se desenrolam, convidando à realização de certos tipos de trabalho:

Desvalorizada, a materialidade não plenamente conforme à modernidade atual pode ser objeto de (nova) utilização por capitais e pessoas “desvalorizados”, que encaminham suas ordens “desvalorizadas”, suas ações “desvalorizadas”, a essas parcelas “desvalorizadas” do espaço (SANTOS, 1996a, p.226).

De todo modo, é importante destacar que os centros das grandes cidades são sempre compostos por sub-espacos desigualmente valorizados (BEAUJEU GARNIER, 2006, p.143). O caso de São Paulo não é diferente, uma vez que os distritos centrais abrigam pontos cujos valores de aluguel oscilam entre os mais caros da cidade e preços relativamente acessíveis aos pequenos negócios pouco capitalizados. A fragmentação de um tecido urbano desigualmente valorizado se manifesta, assim, inclusive na escala do centro da cidade.

Conforme já demonstrado por diversos estudos (COMIN, 2005; ROLNIK et alli, 2005; JOSÉ, 2010), a despeito do processo de desvalorização e empobrecimento da região central nos últimos anos, os distritos da Sub-Prefeitura Sé mantêm seu caráter de principal centralidade popular de São Paulo. E embora se verifique, desde os anos 1980, um processo de dispersão locacional das empresas e do emprego no tecido urbano da Região Metropolitana, o centro se mantém como a principal centralidade da atividade econômica de São Paulo (FELDMAN, 2010, p.10). Aí estão concentrados

cerca de 16,6% do total de 3,3 milhões empregos do município, assim como 15% do total de seus 234 mil estabelecimentos (SEMP/PMSP, 2009). É importante destacar que na maioria dos distritos da Sub-Prefeitura Sé, o número de empregos supera a população residente.

Como vimos acima, o centro concentra também uma intensa circulação de pessoas, constituindo, ademais, um ponto central de convergência de meios de transporte. Estima-se, por exemplo, que a circulação realizada em transporte coletivo, em transporte individual e a pé no centro envolva mais de 2 milhões de pessoas por dia (PMSP/PROCENTRO, 2001). Estas cifras revelam como:

Os centros principais de nossas metrópoles, apesar de sua notória “decadência”, continuam sendo os focos irradiadores da organização espacial urbana. Continuam sendo a maior concentração de lojas, escritórios e serviços – e também de empregos – de nossas áreas metropolitanas. Atendem a mais população do que qualquer outro centro das metrópoles, uma vez que atraem maior número de viagens (VILLAÇA, 1998, p.246).

Nas vias do centro de São Paulo que concentram o maior fluxo de pedestres – como as ruas Vinte e Cinco de Março, São Bento e Barão de Itapetininga – os aluguéis podem alcançar altos valores. Os imóveis aí localizados se beneficiam, em espacial, da possibilidade de acessar a enorme massa que aí circula. Nas ruas São Bento, Direita, São João e Barão de Itapetininga, por exemplo, o volume de pedestres é superior a 6.000 pessoas por hora em dias úteis (ROLNIK et alli, 2005, p.137). Conhecida como a principal centralidade de comércio popular de São Paulo, e até mesmo do país, a Rua Vinte e Cinco de Março figura entre as cinco localizações com o metro quadrado comercial mais caro da cidade; em 2010 o preço do aluguel por metro quadrado nesta rua era estimado em R\$ 1745,00<sup>35</sup>.

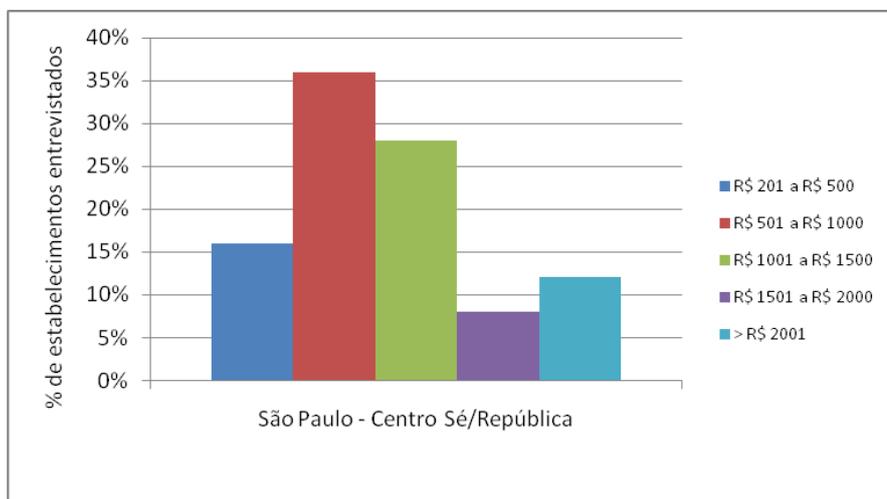
Estes valores são completamente inacessíveis aos agentes de uma economia pouco capitalizada. Por conseguinte, os pequenos negócios do circuito inferior tendem a se localizar, sobretudo, nos sub-espacos menos valorizados das áreas centrais, em pontos mais afastados das principais vias, ou ainda, em certos casos, em enclaves mais deteriorados das áreas de maior circulação. No entanto, mesmo nestas áreas, os valores de aluguel dos imóveis, cuja dimensão é extremamente reduzida, são relativamente elevados para os níveis de capitalização deste circuito, conforme revela

---

<sup>35</sup> Segundo a Revista Veja São Paulo (edição de 17/11/2010), os aluguéis comerciais mais caros por metro quadro em São Paulo são o *Shopping Iguatemi* (R\$ 8139,00), *Morumbi Shopping* (R\$ 4432,00), Rua Oscar Freire (R\$ 2532,00), Rua Haddock Lobo (R\$ 1773,00) e Rua Vinte e Cinco de Março (R\$ 1745,00).

o gráfico a seguir. Os vendedores ambulantes, em contrapartida, logram, muitas vezes, instalar-se nas vias mais movimentadas e valorizadas.

Gráfico 4. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no centro da cidade de São Paulo (%) – 2010

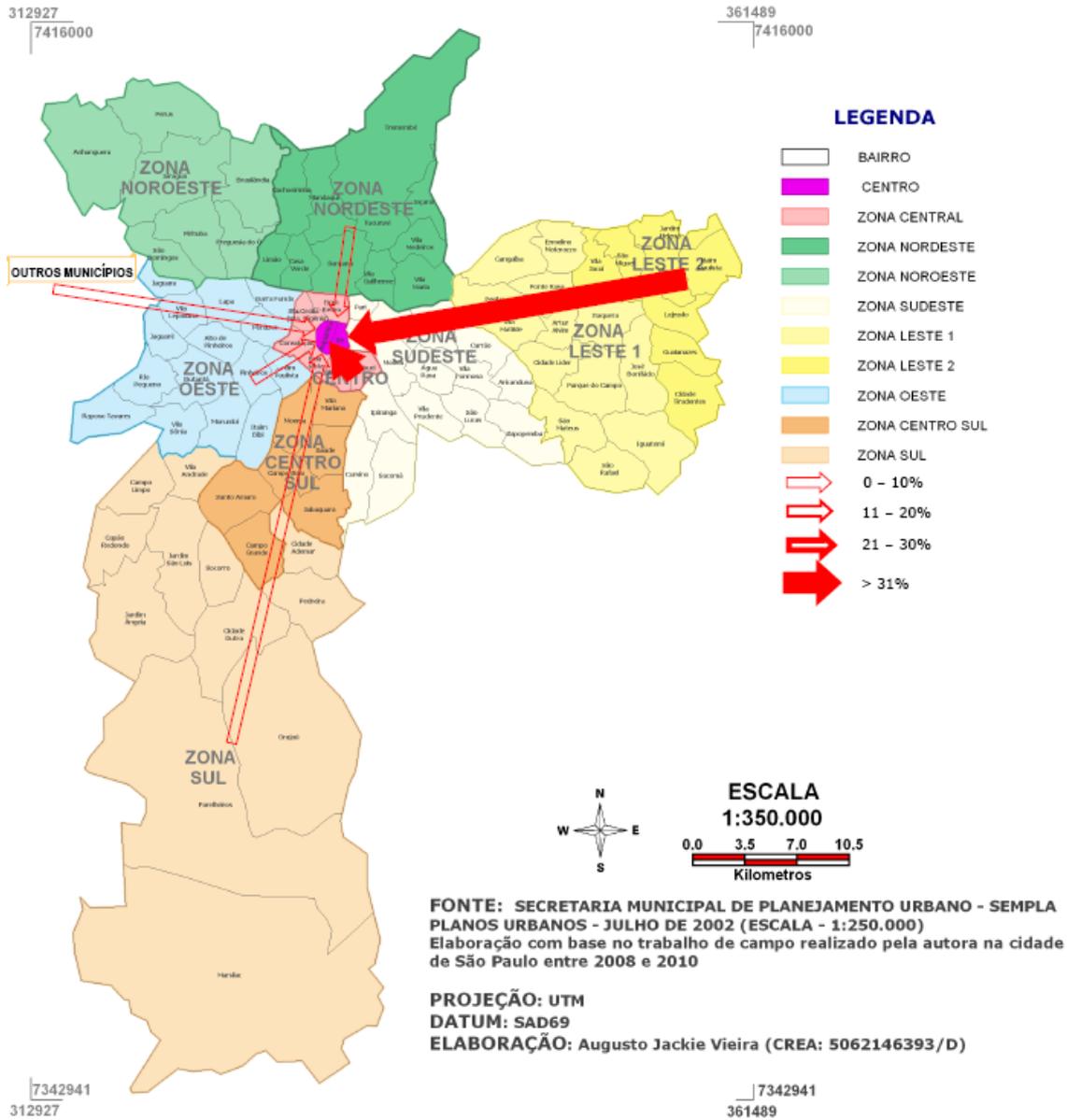


Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de São Paulo entre 2008 e 2010.

Os altos valores dos aluguéis (em torno de R\$ 1.000,00) pagos pelos pequenos negócios no centro de São Paulo são compensados pela grande quantidade de pessoas que aí circula diariamente, ou seja, pelo mercado que essa região da cidade concentra. Cerca de 80% dos pequenos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados nos distritos Sé e República consideram sua localização adequada; dentre estes, a proximidade do mercado consumidor é considerada por todos como o principal fator locacional; a disponibilidade de transportes aparece como o segundo fator, seguida pela acessibilidade aos serviços e fornecedores.

Vale destacar aqui a importância da densidade da rede de transportes que serve a região central da cidade e se destaca como um dos elementos do meio construído que serve, concomitantemente, à produção e ao consumo (HARVEY, 1985, p.6). Linhas de ônibus, redes de metrô e trem servem não só à população que aí vive e consome, mas, do mesmo modo, à população que trabalha no centro. Conforme revela o mapa a seguir, grande parte dos trabalhadores do circuito inferior do centro da cidade reside nos extremos das zonas leste ou da zona sul, ou até mesmo em outros municípios, e depende dessa malha de transporte para chegar ao seu trabalho diariamente.

Mapa 1. Principais locais de residência dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados nos distritos Sé e República (São Paulo) (%) – 2010



O efeito de compensação exercido pela proximidade do mercado consumidor também se verifica na região da Santa Ifigênia. Enquanto a Rua Santa Ifigênia é majoritariamente ocupada por empresas mais capitalizadas, as menores empresas localizam-se sobretudo nas ruas paralelas e transversais à esta via, como nas ruas Timbiras e Andradas, visto que aí os valores de aluguel são mais baratos, embora ainda sejam elevados para o nível de capitalização do circuito inferior. Contudo, mesmo na Rua Santa Ifigênia, encontramos pequenos negócios instalados em galerias, além de uma série de vendedores ambulantes também especializados em eletroeletrônicos. Os aluguéis comerciais pagos pelas pequenas empresas na região da Santa Ifigênia podem alcançar altos valores, na faixa de R\$ 1500,00 ou mais, ainda que os imóveis ocupados por estas sejam bastante reduzidos.

Destarte, os elevados valores de aluguel de uma área de especialização, como a região da Santa Ifigênia, tendem a inflacionar o custo da localização. No entanto, estes altos valores não chegam a impedir a presença do circuito inferior, uma vez que muitas de suas atividades continuam a ter baixos graus de capital (de giro), de organização e de tecnologia. Assim como nas demais áreas do centro, o alto valor do solo se compensa aqui pela densidade dos fluxos, ou seja, o custo da localização é compensado pelo tamanho do mercado e, no caso da região da Santa Ifigênia, assim como de outras áreas de especialização, por sua consolidação enquanto referência como pólo comercial de um ramo específico em escala nacional.

Constatamos, deste modo, como o meio construído, em sua valorização desigual, aparece enquanto limite e possibilidade para os diferentes atores econômicos. Conforme afirma Silveira (2007, p.152), quanto mais populosa a cidade, maior e mais estendido seu mercado, mais fragmentado seu meio construído. Em São Paulo, assim como nas demais grandes cidades, a presença de áreas menos valorizadas representa, efetivamente, a possibilidade de trabalho para os agentes menos capitalizados. Para estes, a materialidade desvalorizada destes pedaços da cidade "(...) acaba por ser, em cada lugar, a única garantia" (SANTOS, 1996a, p.226) de sua reprodução.

Como vimos acima, o circuito inferior caracteriza-se, por um lado, pela grande flexibilidade de seu quadro ocupacional, haja vista sua enorme capacidade de transformação e adaptação na realização das mais diversas tarefas, inclusive não relacionadas entre si, com poucos recursos. Por outro lado, este circuito caracteriza-se pela rigidez de sua localização, pelo fato de que agentes menos capitalizados dependem mais intensamente dos conteúdos do meio onde estão inseridos. Enquanto

a atividade pode mudar, o “ponto” permanece como um atributo essencial para a realização da economia pobre.

#### **2.4. A participação do circuito inferior em circuitos espaciais de produção mais amplos**

Conforme exposto acima, as atividades do circuito inferior encontram-se relativamente mais presas a sua localização original e se limitam, muitas vezes, à escala intra-urbana. Contudo, isto não impede que a economia pobre participe, de forma crescente e contraditória, de processos e circuitos produtivos de abrangência global.

A convivência de atividades com os mais distintos níveis de capital, tecnologia e organização em São Paulo pode ser entendida também como a coexistência de divisões do trabalho com diferentes alcances espaciais. Conforme afirmam Santos e Silveira (2001, p.292), cada empresa produz e apresenta uma “lógica territorial própria” para o exercício de sua atividade, expressa em sua topologia.

Certas atividades, ou empresas, ocupam o território a partir de lógicas globais, outras operam segundo lógicas que não ultrapassam as fronteiras nacionais, mas incluem vastas áreas do território, enquanto ainda outras, como as atividades do circuito inferior da economia, são limitadas a áreas menores, freqüentemente intraurbanas (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.290).

No período atual, contudo, este retrato da divisão do trabalho escalar e corporativa tende a se tornar crescentemente complexo, uma vez que o circuito inferior passa a participar de circuitos espaciais de produção mais amplos do que em um período anterior, conforme veremos a seguir. Neste sentido, fenômenos que pareciam locais devem ser, cada vez mais, pensados globalmente. As cidades compreendem totalidades inseridas nas totalidades da formação socioespacial e do próprio mundo, e estão, por sua vez, “(...) cada vez mais sintonizadas com o ritmo do mundo e do país (...)” (ARROYO, 2008, p.30). Embora a intensidade dessa sintonia varie segundo o lugar, os agentes e atividades da economia pobre se encontram, hoje, mais vinculados a processos de alcance global. A atual participação do circuito inferior em circuitos espaciais produtivos mais amplos, observada não apenas em São Paulo, mas também nas demais metrópoles brasileiras, está certamente relacionada ao contexto de abertura econômica vivido pelo Brasil desde a década de 1990. A abertura dos

mercados implicou, dentre outros, a maior presença de atores globais no país. Diante deste novo contexto, agentes locais e regionais também tiveram suas dinâmicas alteradas.

Os circuitos da economia urbana compõem e, ao mesmo tempo, integram os chamados circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988). Englobando as diferentes fases do processo produtivo no território (produção, distribuição, comercialização e consumo), os circuitos espaciais de produção são formados por empresas de diversos tamanhos voltadas para um bem ou um serviço de um ramo específico. De acordo com Santos e Silveira (2001), o movimento material envolve também fluxos de idéias, ordens, informações, dinheiro e excedente que compreendem, por sua vez, círculos de cooperação.

Cada empresa, cada atividade, necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção e da circulação e do consumo: a respectiva divisão do trabalho terá essa manifestação geográfica. Visto assim, o território aparecerá como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.290).

No território, conforma-se, assim, um complexo arranjo entre divisões do trabalho complementares e concorrentes, ou ainda, entre divisões do trabalho escalares e corporativas (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Cada tipo de produto ou ramo de atividade envolve, assim, a articulação de diversos lugares, em diferentes etapas do processo produtivo. Enquanto certos circuitos espaciais produtivos se apresentam bastante dispersos no território, outros se encontram concentrados em áreas menores. Conforme explica Arroyo (2008, p.30), enquanto alguns circuitos espaciais de produção são mais extrovertidos, outros “começam e terminam num único subespaço, que vai desde a produção até o consumo no mesmo distrito de uma cidade”.

A gama de artigos comercializados nas grandes feiras populares de São Paulo, como a conhecida “Feira da Madrugada” no Brás, revela, por exemplo, esta mescla de artigos envolvidos em circuitos espaciais produtivos de abrangências distintas. Embora grande parte das roupas aí vendida seja produzida na própria cidade de São Paulo (em bairros como Brás, Bom Retiro e na Zona Leste); verifica-se que as calças *jeans* provêm, em grande medida, de fabriquetas localizadas no Nordeste e que as roupas de tecidos sintéticos e os tênis “de marca” são importados do sudeste asiático. Os sapatos e sandálias vendidos nestas feiras são fabricados sobretudo nos pólos calçadistas do interior do Estado de São Paulo; já os CDs, brinquedos e artigos eletroeletrônicos provêm principalmente da China (FREIRE, 2008, p.118). Esta

situação nos revela como “(...) cada fração do território pode ser alcançada por uma ou várias fases de um ou vários circuitos de produção, o que permite explicar sua inserção na divisão interna e internacional do trabalho” (ARROYO, 2008, p.31).

Em um período anterior, as atividades do circuito inferior da economia tendiam a estar limitadas a áreas mais restritas do território. Hoje, este quadro se altera, na medida em que o circuito inferior se integra também a circuitos globais de mercadorias; mesmo que tal integração envolva, em grande medida, apenas a etapa de distribuição junto ao consumidor final. É preciso lembrar, contudo, que o circuito inferior empreende igualmente as etapas de fabricação e circulação em muitos ramos.

No período atual, o circuito inferior segue caracterizando-se por sua participação em circuitos produtivos de alcance local ou regional, traço que lhe é, aliás, inerente. No entanto, atentamos, aqui, especialmente a este novo processo de ampliação das escalas que passa a permear a economia pobre de São Paulo e das demais grandes cidades nos dias de hoje. Como vimos acima, as atividades do circuito inferior são alcançadas pelas modernizações atuais através de diferentes processos. Observa-se, por conseguinte, um rearranjo nas dinâmicas de suas atividades, não apenas em sua dimensão intra-urbana, mas também em relação ao alargamento de suas respectivas divisões do trabalho escalares como um todo. A ampliação das escalas do circuito inferior compreende, assim, um resultado indireto da modernização atual conduzida pelo circuito superior, ou ainda, da própria globalização.

No período atual, ambos os circuitos apresentam-se mais subordinados às forças externas, visto que a cooperação passa a se realizar em escalas mais largas. Aumenta, deste modo, a interdependência dos circuitos da economia urbana frente aos nexos da formação socioespacial e da globalização. Segundo Santos e Silveira (2001, p.142), “hoje, há uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho, intensificando-se as trocas e relações entre as regiões. Esses intercâmbios freqüentes e espessos não são obrigatoriamente entre áreas contínuas (...)”. Por conseguinte, a explicação para as atuais dinâmicas dos circuitos, inclusive do circuito inferior, encontra-se, cada vez mais, fora dos limites da mancha urbana.

O circuito inferior amplia hoje as próprias escalas de ação e participação na divisão do trabalho. A partir das áreas analisadas no centro de São Paulo, constatamos efetivamente como, para o circuito inferior atual, a cooperação nem sempre se realiza na contigüidade (SILVEIRA, 2011). Tendo em vista, por exemplo, o pólo comercial e de serviços da Santa Ifigênia, verificamos que esta área abriga situações geográficas especialmente reveladoras das novas articulações que se

estabelecem entre os circuitos da economia urbana e os circuitos espaciais de produção no período atual.

Contudo, vale destacar desde já que este processo se faz presente também em outras áreas da cidade, sejam elas centrais ou periféricas, assim como nas demais metrópoles analisadas, ainda que com diferentes intensidades. Nos distritos Sé e República, por exemplo, a diversidade de locais de procedência dos insumos ou artigos comercializados aparece como uma manifestação deste processo de ampliação das escalas em que se desenvolvem as interações do circuito inferior. Enquanto alguns pequenos estabelecimentos comercializam artigos importados da China e do Paraguai, outros revendem mercadorias oriundas do interior do Estado de São Paulo, ou de bairros próximos, como Brás, Bom Retiro e Santa Ifigênia, ou até mesmo adquiridas na Rua Vinte e Cinco de Março, por exemplo.

O surgimento de novas atividades no centro de São Paulo, como a oferta de aulas de português para estrangeiros e de certos serviços voltados exclusivamente às comunidades asiáticas aí instaladas, aponta também para a maior inserção da cidade nos circuitos globais de mercadorias, assim como para a crescente presença de comerciantes estrangeiros na área central. A proliferação deste tipo de atividade revela ainda como a própria divisão social do trabalho se renova e se diversifica frente ao alargamento da divisão territorial do trabalho no período atual.

No bairro da Santa Ifigênia, este fenômeno pode ser identificado também a partir da análise da origem dos insumos e artigos comercializados pelos pequenos negócios do circuito inferior: Manaus, China e Taiwan aparecem aí, cada vez, mais como suas principais procedências. Daí podermos afirmar que o trabalho no circuito inferior não se restringe mais, em certos casos, aos artigos produzidos ou comprados localmente; já que, no período atual, muitos de seus insumos e das mercadorias por ele comercializadas provêm dos lugares os mais diversos, tanto no âmbito dos serviços como no comércio<sup>36</sup>. A procedência dos artigos com os quais trabalha o circuito inferior na região da Santa Ifigênia nos revela, assim, esta crescente participação que se estabelece, no período atual, dos pequenos negócios em circuitos espaciais de produção mais amplos, inclusive de alcances internacionais. Este é um fato novo que singulariza o funcionamento do circuito inferior no período da globalização.

---

<sup>36</sup> Vale destacar que tais informações foram obtidas através dos questionários e entrevistas aplicados junto aos pequenos negócios do circuito inferior localizados na região central da Santa Ifigênia. Neste sentido, muitas vezes as respostas obtidas não nos permitiram identificar a origem exata de um produto ou de um insumo; de todo modo, a frequência das declarações em que Manaus, China e Taiwan apareciam como as principais procedências dos mesmos nos permite tecer tais considerações.

No entanto, conforme nos alerta Levy (2006, p.297), “a justaposição (por contato) (...) e o englobamento (por salto de escala) de espaços não implicam, por si só, que estejamos diante de um sistema unificado”. Daí, segundo este autor, a necessidade de atentarmos aos parâmetros específicos de evolução de cada subespaço e de suas interações. As transformações recentes na distribuição e comercialização de artigos eletroeletrônicos em São Paulo representam um fenômeno bastante ilustrativo deste processo de rearranjo e adaptação das dinâmicas dos atores locais face ao alargamento da divisão territorial do trabalho, assim como das diferentes interações que se estabelecem entre lugares distantes no período atual.

Até os anos 1990, a maioria dos artigos eletroeletrônicos comercializados e consumidos no Brasil provinha do Paraguai, especificamente de *Ciudad del Este* (cidade paraguaia na fronteira com Foz do Iguaçu). Segundo Machado (2008), uma rede de imigrantes chineses e taiwaneses, instalada no Paraguai naquele momento, importava as mercadorias provenientes de seus países e as revendia para comerciantes de diversas regiões do Brasil, principalmente de São Paulo, que viajavam ao Paraguai em busca destes produtos de menor preço.

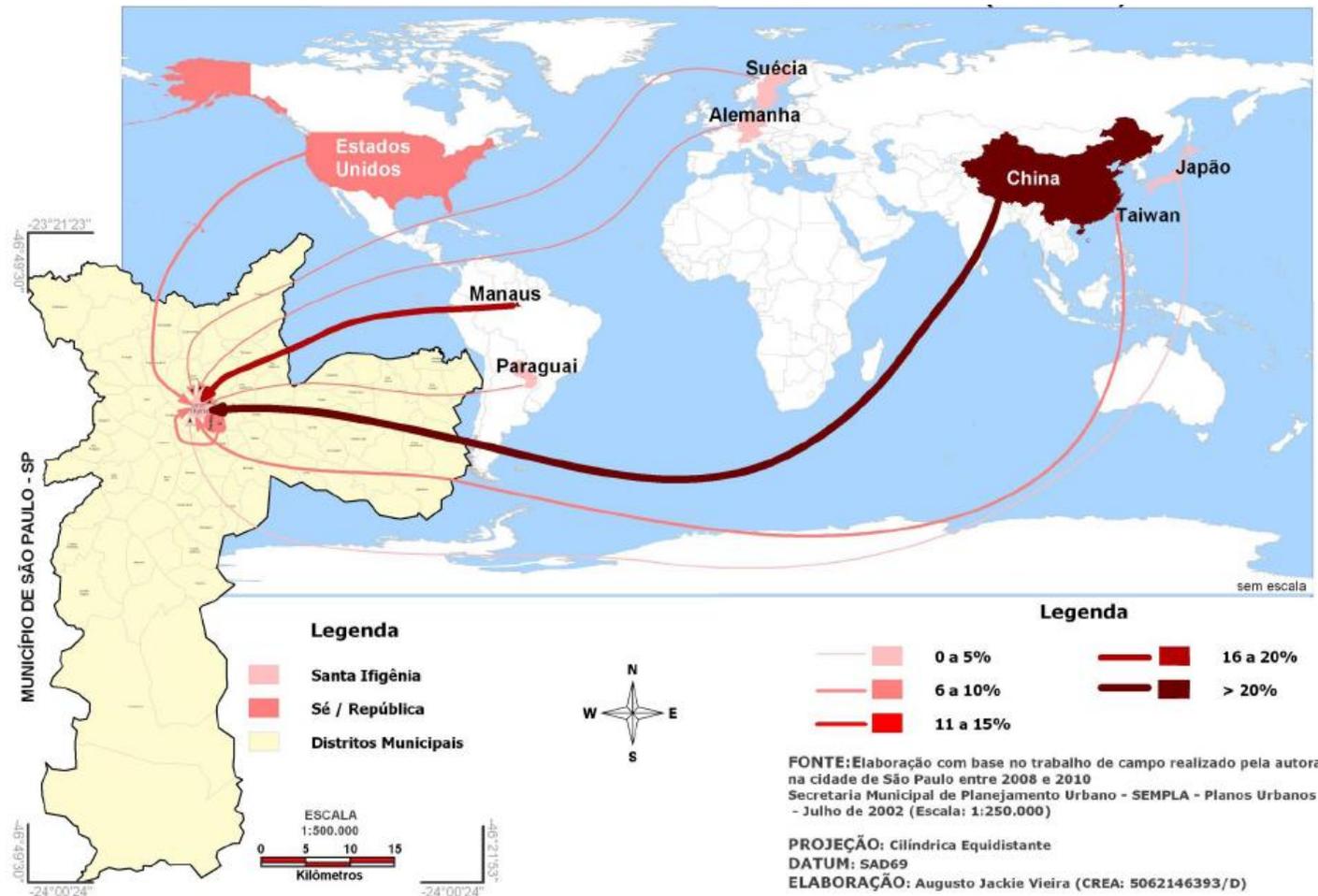
Com a intensificação da fiscalização nas fronteiras entre Brasil e Paraguai no fim dos anos 1990, o comércio de *Ciudad del Este* sofreu um forte impacto, alterando, assim, toda a cadeia de circulação destas mercadorias. O aumento da fiscalização contribuiu para que os imigrantes chineses partissem para outros lugares para dar continuidade a seus negócios. Daí, a ocorrência, neste momento, de uma verdadeira diáspora de comerciantes chineses para São Paulo, os quais se instalaram principalmente na região central (MACHADO, 2008). Favorecida também pela abertura dos mercados nos anos 1990, a cidade assumiu uma crescente importância no comércio de produtos eletroeletrônicos; sobretudo as áreas centrais da Santa Ifigênia e da Rua Vinte e Cinco de Março que se consolidaram como um pólo de comércio e serviços para artigos deste gênero. A crescente recepção de artigos eletroeletrônicos nos maiores portos brasileiros contribuiu, assim, para que esta atividade se centralizasse em São Paulo. Atualmente, grande parte dos produtos eletroeletrônicos comercializados na cidade chega ao país pelo Porto de Santos, onde desembarcam aproximadamente 3.750 contêineres de artigos importados por dia (MANSO e NUNOMURA, 2009, p.4).

Os insumos e artigos a serem comercializados na região da Santa Ifigênia ou na Rua Vinte e Cinco de Março são obtidos através de uma seqüência, muitas vezes nebulosa (PLIEZ, 2007), de fornecedores e importadores antes de chegar aos

pequenos estabelecimentos do circuito inferior aí localizados. Se por um lado, tal processo implica a participação do circuito inferior em circuitos espaciais de produção mais amplos do que no período anterior; por outro lado, implica também sua maior subordinação ao circuito superior. Diversificam-se assim, no período da globalização, as relações entre os circuitos, renovam-se ao mesmo passo, as formas de dependência do circuito inferior vis-à-vis o circuito superior.

Não obstante, vale destacar que uma parcela dos pequenos estabelecimentos da região da Santa Ifigênia também obtém seus insumos no próprio bairro e no centro da cidade, sobretudo na Rua Vinte e Cinco de Março, uma vez que não os adquire diretamente de importadores e fornecedores, e que outra parcela comercializa artigos fabricados no próprio país, sobretudo da Zona Franca de Manaus. A diversidade e a representatividade das principais procedências dos insumos e artigos comercializados pelos pequenos negócios do circuito inferior, localizados na área da Santa Ifigênia, encontra-se ilustrada no mapa a seguir.

Mapa 2. Principais procedências dos insumos e produtos comercializados pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados na região da Santa Ifigênia (São Paulo) (%) – 2010



Cabe, assim, indagar-nos sobre a relação dos pequenos estabelecimentos do circuito inferior localizados nos arredores da Rua Santa Ifigênia com o circuito espacial de produção de eletroeletrônicos. Em outras palavras:

Que lugar eles ocupam no processo geral da produção, que pode começar, talvez, numa grande empresa multinacional onde são fabricados ou montados celulares, para, em algum momento, depois de muitos percursos, chegarem a uma oficina ou loja daquela rua? (ARROYO, 2008, p.31).

Todo este fluxo de artigos eletroeletrônicos engendra a realização de uma série de atividades ao chegar à cidade, ou ainda, a essa área de especialização. A participação do circuito inferior neste circuito espacial de produção pode se dar tanto através da simples comercialização final junto aos consumidores de baixa renda, inclusive por vendedores ambulantes, como por meio de pequenos serviços que envolvem não só os reparos, mas também a recarga de cartuchos, o desbloqueio de celulares e DVDs, a manutenção e configuração de computadores etc.

É interessante notar como a especialização em torno dos artigos eletroeletrônicos que caracteriza a área da Santa Ifigênia também se estende aos comerciantes ambulantes que aí trabalham vendendo *softwares* e *games* “piratas”, DVDs, CDs, *pendrives*, telefones celulares, carregadores de celulares, pilhas, baterias, ferramentas etc. Segundo Autuori (2010, p.24), podemos identificar diferentes tipos de ambulantes na região da Santa Ifigênia: os mais bem estabelecidos, que vendem mercadorias mais caras, provavelmente importadas, como *pendrives*; os vendedores que possuem “carrinhos”, sem ponto fixo, em situação mais precária; e os vendedores de programas, CDs e DVDs, cujos preços são mais acessíveis, pois estes seriam, provavelmente, produzidos (copiados) em São Paulo.

As quantidades e qualidades dos artigos vendidos por “camelôs”, nas áreas analisadas em São Paulo, nos revelam os diferentes alcances das divisões do trabalho das quais participam estes agentes em cada parte da cidade. Enquanto os ambulantes da Rua Santa Ifigênia vendem objetos mais sofisticados e especializados, disponíveis muitas vezes em grandes quantidades; aqueles que trabalham nas periferias, como no bairro de Guarapiranga, realizam um comércio evidentemente mais “pobre”, haja vista a menor variedade e qualidade inferior de suas mercadorias. Os primeiros participam de um comércio ambulante mais capitalizado, muitas vezes constituem o desaguadouro do qual se beneficiam comerciantes maiores. Inserem-se, assim, também em circuitos produtivos mais amplos, mesmo que realizem apenas a etapa final de distribuição junto ao consumidor de ocasião. Em certos casos, integram uma

cadeia de subcontratações, da qual participam ainda “sacoleiros”, “laranjas” que atravessam a Ponte da Amizade e “carrinheiros” que transportam as mercadorias em carrinhos de ferro (MACHADO, 2008, p.9). O fracionamento das tarefas, característica típica do circuito inferior, expressa aí algumas de suas velhas e novas formas de manifestação.



Fotos 3 e 4. Vendedores ambulantes na Rua Santa Ifigênia.

Os circuitos da economia urbana englobam diferentes divisões do trabalho particulares que se inserem, por sua vez, em lógicas escalares distintas. Enquanto o circuito superior da economia constitui uma divisão do trabalho cujos laços de cooperação são pouco visíveis na paisagem urbana, uma vez que se apóiam em largos circuitos espaciais de produção; a maior parte da população sobrevive de um trabalho cuja escala não ultrapassa os limites da metrópole (SILVEIRA, 2004a, p.6), ou mesmo a escala intra-urbana. No entanto, conforme procuramos mostrar, mesmo a cooperação do pequeno, ou seja, do circuito inferior, tende a se realizar hoje, em certos casos, através de circuitos espaciais mais amplos, por vezes internacionais, não se completando, assim, necessariamente na contigüidade.

Não obstante, as formas utilizadas pelos atores não-hegemônicos não deixam de ser, sobretudo, aquelas já existentes no meio construído urbano, resultantes de divisões territoriais do trabalho pretéritas, que se presentificam pelas ações atuais que se dão sobre elas e a partir delas. O circuito superior, em contrapartida, define-se pela capacidade de macroorganização do espaço (SANTOS, 1975), inclusive na escala intra-urbana através da renovação e da remodelação de determinadas parcelas da cidade, como veremos a seguir.

## **2.5. O avanço do uso corporativo da cidade: o projeto Nova Luz enquanto evento emblemático das relações entre Estado e circuito inferior**

Em nossa reflexão sobre as dinâmicas do circuito inferior no centro de São Paulo, não poderíamos deixar de abordar as políticas de “requalificação” endereçadas a esta parte da cidade, visto que estas afetam diretamente as atividades aí localizadas.

Atualmente, os pequenos negócios da região central da Santa Ifigênia encontram-se ameaçados de perder sua localização – já consolidada como ponto de referência nacional de comércio e serviços de artigos eletroeletrônicos – assim como o acesso ao mercado que esta localização representa; uma vez que esta área compreende justamente o principal foco das políticas de revitalização urbana da atual administração municipal de São Paulo, simbolizadas pelo projeto Nova Luz e pela polêmica Concessão Urbanística. A região da Santa Ifigênia representa assim um espaço revelador da cidade para avaliarmos as relações estabelecidas entre o Estado e o circuito inferior.

O Programa Nova Luz, anunciado pela Prefeitura do Município de São Paulo em 2005, visa a “revitalização” da área conhecida e estigmatizada como “Cracolândia”, que abrange os bairros Santa Ifigênia e Luz (ver Mapa do Perímetro de Intervenção do Programa Nova Luz em ANEXO 4). O projeto, financiado por parcerias público privadas, prevê a renovação e conservação de mais de 2 milhões de metros quadrados, com base na definição de um Perímetro de Incentivo Fiscal e um Perímetro de Utilidade Pública. Segundo a Prefeitura, os objetivos do Programa Nova Luz consistem em consolidar o controle do bairro pela administração pública, atrair incentivos para produção imobiliária, incentivar a participação de empresários privados no processo de renovação da área e atrair incentivos fiscais para atividades terciárias na área de tecnologia da informação (EMURB, PMSP, 2009, p.9).

Para viabilizar a implantação do programa, foram aprovados sucessivamente, desde 2005, leis, decretos e resoluções que estabelecem incentivos fiscais para a instalação de empresas no bairro e que declaram de utilidade pública algumas áreas para desapropriação. Foi realizado também um levantamento dos imóveis classificados como “edificações precárias, utilizadas por atividades de âmbito local que ali se estabeleceram devido aos baixos valores de aluguel”, os quais seriam, por sua vez, “passíveis de transformação” (EMURB, 2009, p.5). A partir desse levantamento inicial, definiram-se as edificações a serem ou não preservadas (ver Mapa de uso do

solo no perímetro de intervenção do Programa Nova Luz segundo a EMURB em ANEXO 5). Verifica-se, assim, como o Estado, ao estimular seletivamente determinadas atividades e ao estabelecer determinados usos do solo, valoriza desigualmente não apenas as parcelas do tecido urbano, mas também os diversos tipos de trabalho realizados na cidade (SANTOS, 1994, p.126).

Nas quadras selecionadas como piloto para o projeto, o poder público já deu início a desapropriações e demolições de imóveis considerados inapropriados. A previsão atual é que cerca 30% da área abrangida pelo programa seja demolida. Entre os imóveis a serem derrubados, estão três quadras praticamente inteiras da Rua Santa Ifigênia. Nesta área, também tem ocorrido fiscalizações sistemáticas, envolvendo o fechamento de pequenos estabelecimentos comerciais, apreensões de mercadorias e prisões.

O Programa Nova Luz visa sobretudo a atração de grandes empresas do ramo de tecnologia da informação que, supostamente, estimulariam a vocação econômica da região. Através da concessão de incentivos fiscais, a prefeitura pretende mudar o perfil das empresas localizadas na área, almejando atrair especialmente empresas mais capitalizadas do que aquelas atualmente presentes no bairro. Contudo, conforme buscamos mostrar, na região da Santa Ifigênia coexistem firmas de todos os tamanhos, e são justamente as menores, instaladas em imóveis menos valorizados, que deveriam constituir a prioridade de ação do poder público, por sua capacidade de geração de trabalho e renda. De acordo com Silveira (2007, p.160), é a desvalorização de certas partes da cidade que impede uma completa oligopolização da economia e permite a fixação de atividades menos capazes de dotar de valor a seus produtos.

Embora o Programa Nova Luz tenha sido aprovado em 2005, sua implementação efetiva ainda não ocorreu. No entanto, houve recentemente uma aceleração em seus rumos graças à aprovação do Projeto de Concessão Urbanística em 2009 para o perímetro do programa. O instrumento jurídico da concessão urbanística implica a possibilidade da Prefeitura transferir à iniciativa privada o direito de desapropriar imóveis para a construção de novos bairros, de “revitalizar áreas degradadas” e até mesmo de construir equipamentos de interesse público.

De acordo com Ferreira (2009), a concessão urbanística autoriza a “terceirização” de bairros para a iniciativa privada por meio de uma espécie de leilão de partes da cidade para as empresas, que passam a ter o direito de desapropriar terrenos e imóveis nas áreas concedidas. Este instrumento jurídico permite que a iniciativa privada negocie diretamente com os proprietários e especule com a venda

dos bens. A medida permite, assim, que a urbanização seja cada vez mais definida pelos interesses do mercado, e não por interesses sociais. Vale ressaltar que a aprovação da concessão urbanística já está prevista para outras partes da cidade, definidas como “áreas de intervenção”. Para Ferreira (2009, p.2), a Prefeitura de São Paulo, apoiada neste instrumento, abdica de sua prerrogativa de planejar a cidade, sobretudo em áreas onde há um suposto interesse do mercado imobiliário, repassando-a a grupos privados, cujo interesse evidentemente não é público. Revela-se, assim, como a política se define, de fato, pela força dos diferentes grupos que exercem, direta ou indiretamente, uma influência sobre o destino urbano (BEAUJEU-GARNIER, 2006, p.243)

Após a aprovação da concessão urbanística para o perímetro do Programa Nova Luz, foi realizada uma licitação para a elaboração de um plano com as diretrizes para a revitalização da área. O projeto do consórcio vencedor – formado pelas empresas Concremat Engenharia, Cia City, Aecom e Fundação Getúlio Vargas – pretende incentivar o uso misto na região e prevê intervenções em 50 mil m<sup>2</sup> de áreas residenciais e em 300 mil m<sup>2</sup> comerciais. O projeto esteve disponível para consulta pública durante apenas dois meses. Segundo a Prefeitura de São Paulo, tal mecanismo garantiria “a participação da sociedade civil, das pessoas que moram e trabalham na área e de especialistas” no processo. Uma nova licitação está atualmente em curso para a definição das empresas que executarão o plano. O grupo vencedor obterá o direito de desapropriar ou comprar os imóveis, demolir e reconstruir o bairro de acordo com o projeto e, posteriormente, revender os imóveis com lucro. Em contrapartida, deverá restaurar os prédios tombados do bairro e fazer obras em áreas públicas...

O poder outorgado aos grandes grupos empresariais através da concessão urbanística nos aproxima, assim, de um verdadeiro cenário de privatização do território urbano e da própria atividade econômica, uma vez que as firmas hegemônicas “(...) tomam o lugar das instituições governamentais (...) impondo regras à totalidade dos cidadãos. Mediante essa invasão descabida, a vida social é ilegalmente regulada em função de interesses privatistas” (SANTOS, 1987, p.22).

Vale ressaltar que a aprovação da concessão urbanística suscitou uma série de críticas e reações. Alguns questionamentos apontam que o projeto seria inviável juridicamente, já que o texto não passou pelas instâncias estabelecidas pelo Plano Diretor de São Paulo. Alegou-se também que o projeto seria inconstitucional, pois o instrumento de concessão não existe para obras, apenas para serviços. Outros críticos

afirmaram ainda que a aprovação conjunta da concessão urbanística e do Programa Nova Luz viria a beneficiar o setor imobiliário, ao qual a atual administração municipal estaria estreitamente vinculada. Verificou-se também uma intensa reação por parte dos pequenos comerciantes do bairro que temem o aumento do desemprego e uma “atitude predatória” das empresas do mercado imobiliário que poderão desapropriar seus imóveis. Essa insatisfação já está estampada nas ruas do bairro<sup>36</sup>.



Fotos 5 e 6. Cartazes contra o Programa Nova Luz na região da Santa Ifigênia.

Constatamos assim que não há, por parte do poder público, uma valorização ou preocupação com a economia já existente nesta região do centro de São Paulo, em especial com aqueles pequenos estabelecimentos com baixos níveis de organização e capital. Estes aparecem apenas nos itens relativos aos imóveis classificados como “passíveis de transformação” ou de “desapropriação”, ou ainda nas “ações coordenadas” de fechamento de pequenos estabelecimentos e de apreensões de mercadorias.

A partir de uma classificação extremamente arbitrária do uso do solo, o Programa “Nova Luz” visa, portanto, alterar toda a atividade econômica de uma parcela da cidade sem levar em conta a riqueza da vida de relações que singulariza esta área e os diferentes tipos de atores coexistentes. Figura, assim, entre mais uma das iniciativas do poder público em que “(...) a experiência vivida e o conhecimento

---

<sup>36</sup> Após diversas manifestações contra o Programa Nova Luz, O Tribunal de Justiça acatou um pedido de liminar de ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela ACSI (Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia) contra a lei que permite a concessão urbanística. A decisão suspendeu temporariamente o projeto. Segundo o advogado Kiyoshi Harada, que assina a ação, a lei que permite a concessão urbanística fere a Constituição ao conceder o direito a empresas - que vencerem a licitação - de desapropriar e revender imóveis. Conforme questiona o advogado: se “A prefeitura não tem poder para desapropriar um imóvel para revender então como pode permitir que particular faça isso? É especulação”. No fim de abril, porém, o Tribunal de Justiça de São Paulo cassou a liminar que suspendia o projeto Nova Luz e ainda afirmou que houve “ampla participação popular” na elaboração do projeto.

acumulado parecem nada significar para informar novos procedimentos” (MARICATO, 2000, p.151).

Através do instrumento jurídico da concessão urbanística, se configura, na realidade, um embate de forças muito desiguais, no qual o poder público, amparado nos poderes legislativo e judiciário, vem privilegiando abertamente como parceiros as grandes empresas de tecnologia de informação e do setor imobiliário. Já para os atores menos poderosos, com menor poder de barganha junto ao Estado, têm restado, em muitos casos, a imposição do despejo, da desapropriação e a desestruturação de sua atividade econômica; ou ainda, a repressão que confunde a pobreza e suas formas de trabalho com a criminalidade (BAUMAN, 2005).

Ao invés de elaborar uma política de valorização e potencialização da vida econômica já existente nesta área do centro da cidade, onde coexistem empresas dos mais diferentes tamanhos e níveis de capitalização, avança-se explicitamente rumo ao uso cada vez mais corporativo do território, aprofundando a condição oligopolista da cidade (SILVEIRA, 2010, p.7). Para os pequenos negócios do circuito inferior aí localizados, a privação de sua localização significa a perda do acesso ao mercado que esta mesma localização representa. Estão em xeque, portanto, as suas próprias condições de existência.

## **2.6. Reconfiguração da economia pobre na periferia paulistana**

Conforme analisamos acima, o circuito inferior está em processo de transformação constante frente às variáveis determinantes e dominantes do período atual. Em São Paulo, a incorporação e a adaptação às dinâmicas da globalização por parte da economia pobre manifestam-se especialmente em suas áreas centrais, onde as relações entre os agentes do circuito inferior com as variáveis do período se dão de forma mais densa. Contudo, a crescente incorporação das possibilidades da época atual entre os atores não hegemônicos se difunde, ainda que com diferentes intensidades, pela totalidade de seu tecido urbano. Destarte, alcança também a periferia, redefinindo as características de seu circuito inferior periférico.

A concentração da presença das variáveis chave do período da globalização – como a técnica, o consumo, a informação e as finanças – em São Paulo implica, assim, não apenas a reconfiguração das atividades do circuito inferior localizadas nas áreas centrais, mas também daquelas localizadas nas áreas periféricas.

Buscamos versar aqui sobre as dinâmicas atuais da economia pobre na periferia paulistana a partir da análise de certas situações geográficas consideradas reveladoras no bairro de Guarapiranga e suas adjacências, as quais estão relacionadas, por sua vez, às transformações recentes na cidade. Localizado no distrito Jardim São Luiz, o bairro de Guarapiranga se insere na grande periferia formada no entorno dos mananciais ao sul do Município de São Paulo. Esta região, cuja ocupação foi intensiva ao longo das últimas três décadas, abriga atualmente mais de um milhão de pessoas e é marcada, ainda hoje, pelo forte crescimento demográfico e pelo espraiamento da mancha urbana (SEABRA, 2004, pp.299-300). Vale destacar que a explosão das favelas periféricas é um fenômeno recente em São Paulo, datando do início da década de 1980. Até então, grande parte da população pobre residia em cortiços e instalações inadequadas na região central da cidade. Em São Paulo há hoje aproximadamente 1,1 milhão de pessoas vivendo em favelas, 1,6 milhão em loteamentos precários e 500 mil morando em cortiços, além de mais de 10 mil moradores de rua (MARICATO, 2006, p.223).

Se nas décadas anteriores, a noção de periferia em São Paulo era obrigatoriamente associada à precariedade da infra-estrutura e do acesso a serviços coletivos (saneamento básico, energia elétrica, transporte etc), a partir dos anos 1990 verifica-se a emergência de novos processos que reformulam parte da periferia da cidade, embora ainda se mantenha um padrão inadequado de acessibilidade em grande parte de sua extensão periférica. A instalação de grandes equipamentos de consumo – como *shopping-centers*, supermercados, hipermercados e lojas sob sistemas de franquias – também vem transformando a realidade de certos bairros periféricos e, por conseguinte, alterando as dinâmicas da atividade econômica nestas áreas. Processos desta natureza revelam como aumenta hoje “o protagonismo das periferias metropolitanas como espaços de dinamismo e complexidade” (MÉNDEZ, 2007, p.57), onde se estabelecem novas tensões entre usos e interesses.

Nos últimos anos, o aumento dos investimentos públicos nos bairros periféricos de São Paulo contribui para a redução das diferenças de acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços coletivos entre as diferentes partes da cidade (SARAIVA e MARQUES, 2005). A ampliação da cobertura e do atendimento público a certas áreas não implicou, no entanto, uma redução das taxas de periferização e de favelização, nem a homogeneização das condições de vida em São Paulo (BICHIR, 2007). Por outro lado, provocou uma diferenciação entre as áreas tradicionalmente denominadas periferias. Segundo Marques e Torres (2005), haveria hoje em São Paulo, grosso

modo, três tipos de periferia: estabilizada ou consolidada (onde o acesso aos serviços e equipamentos se ampliou nos últimos anos), em crescimento e em intensa expansão. No entanto, estes autores afirmam também que São Paulo se caracteriza por uma enorme heterogeneidade territorial que abriga diversas formas de pobreza. Daí, falar-se hoje em periferias no plural (SARAIVA e MARQUES, 2005), ou em periferia da periferia (MARQUES e TORRES, 2005).

Na tipologia proposta por Marques e Torres (2005), a periferia da zona sul da cidade nos arredores do Guarapiranga – que abrange também os bairros do Jardim São Luiz e do Campo Limpo – poderia ser compreendida como parte da periferia consolidada, onde houve uma expansão recente das redes de infra-estrutura e uma ampliação do acesso aos serviços urbanos (SCIRÉ, 2009), apesar das grandes diferenças no interior da área em questão.

Neste debate sobre a natureza da periferia de São Paulo hoje, acreditamos, contudo, que o maior acesso relativo a determinados serviços básicos não “desperiferiza” a periferia, posto que, como vimos, as necessidades e os bens essenciais também se renovam e se transformam segundo os períodos e os lugares. Ademais, conforme afirmam Telles e Hirata (2007), a periferia de São Paulo, de modo geral, segue caracterizando-se, sobretudo, pela precariedade.

Tudo muito improvisado e tudo muito precário, moradias erguidas aqui e ali conforme chegam os moradores, espalhando-se no traçado de ruas esburacadas, sem pavimentação e que se transformam em verdadeiros lodaçais nos dias de chuva. Mas as redes de água e luz, finalmente, chegaram a esses confins da cidade. A expansão das redes urbanas aconteceu nas últimas décadas. Porém, no mesmo passo e no mesmo ritmo, multiplicaram-se as ligações clandestinas. Junto com o “progresso urbano”, o reinado das gambiarras também se espalhou por todos os lados<sup>37</sup> (TELLES e HIRATA, 2007, p.178).

Nos bairros de Gurapiranga e Jardim São Luiz, verifica-se uma grande heterogeneidade das condições de vida e do grau de precariedade da infra-estrutura. Apesar da ampliação da cobertura de serviços básicos, como o abastecimento de água e a energia elétrica, persistem padrões de acesso extremamente precários a outros serviços, como o transporte público, por exemplo. Constantes protestos por melhores condições de transporte na Estrada do M’Boi Mirim – um dos principais acessos para sair dos bairros mais populosos da região em direção ao centro da

---

<sup>37</sup> Estima-se que em 24 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, haja cerca de 300 mil gambiarras garantindo luz para um milhão de pessoas, segundo avaliação da Eletropaulo (TELLES e HIRATA, 2007, p.180).

cidade – reúnem milhares de pessoas e demonstram as péssimas condições deste serviço. A maior parte da população que vive nestes bairros depende do transporte público para chegar ao trabalho, porém, o número de ônibus e as duas únicas estações de metrô na região (Campo Limpo e Capão Redondo) são claramente insuficientes para atender à crescente demanda.

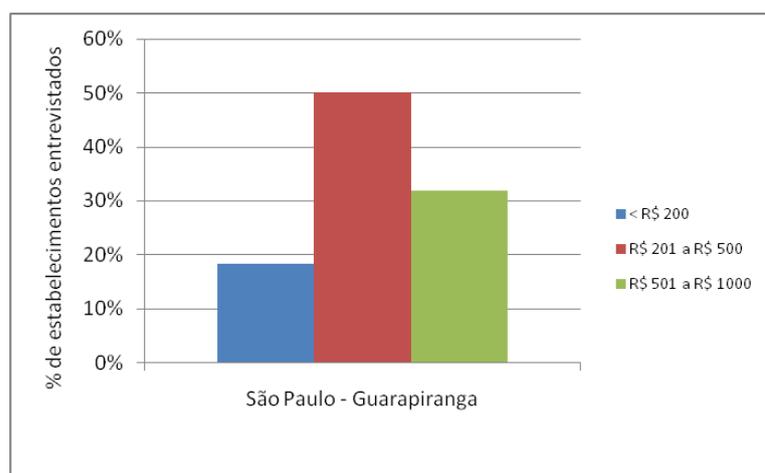
Os distritos do Jardim São Luiz, Capão Redondo e Campo Limpo figuram entre aqueles que contêm os setores censitários com a maior densidade demográfica do Município de São Paulo: mais de 250 habitantes por hectare (SEMPLA, 2002). Enquanto a maioria dos distritos centrais apresentou taxas negativas de crescimento anual da população ao longo dos anos 2000; nestes três distritos, o índice de crescimento populacional oscilou em torno de 3,0% ao ano no mesmo período (ver Mapa de densidade demográfica no Município de São Paulo em ANEXO 6). Esta região da zona sul se destaca entre as áreas de menor rendimento por habitante na cidade, juntamente com os extremos das zonas leste e norte (SEMPLA, 2009). Localizam-se aí também os cinco distritos com o maior número de favelas do Município de São Paulo, os quais correspondem justamente aos distritos Jardim São Luiz, Capão Redondo e Campo Limpo, além dos distritos de Cidade Ademar e Pedreira (SMH/PMSP, 2011).

A concentração da pobreza implica, assim, a presença de suas diferentes formas de trabalho, as quais se sustentam, por sua vez, neste grande mercado pobre que reside nesta área da cidade e na ocupação intensiva de um meio construído precário e desvalorizado. Desenvolve-se, assim, uma enorme diversidade de atividades de uma economia popular que, diferentemente da região central, se completa na escala da cidade ou ainda do próprio bairro e que se sustenta na freguesia da vizinhança.

No bairro do Gurapiranga, as atividades do circuito inferior se realizam em pequenos estabelecimentos, nas calçadas e, em muitos casos, nas próprias residências dos moradores. Alguns pequenos negócios localizam-se nas principais centralidades do bairro, como a Avenida Guarapiranga e a Estrada do M'Boi Mirim, onde o valor do solo é certamente mais elevado do que nas vias menos movimentadas. A maior parte das atividades se distribui pelas múltiplas vielas do bairro, configurando uma capilaridade não alcançada pelo circuito superior, o qual, no entanto, desenvolve atualmente novas estratégias para chegar ao enorme mercado pobre concentrado nas periferias, como veremos a seguir.

O grau de deterioração do meio construído no bairro, revelado sobretudo pelo mau estado de conservação dos imóveis, mas também pela precariedade de seus equipamentos públicos, evidencia o baixo nível de renda da população residente nesta parte da cidade. Todavia, a desvalorização do meio construído é precisamente um dos fatores que permite o surgimento de uma atividade econômica de pequena dimensão, desenvolvida com poucos recursos, voltada às necessidades da população pobre. Os valores dos aluguéis pagos nos imóveis para a realização das atividades do circuito inferior na região concentram-se sobretudo na faixa de R\$ 200,00 a R\$ 500,00; conforme revela o gráfico abaixo. Evidencia-se aí a diferença de valores entre os aluguéis em um bairro periférico e no centro da cidade, onde os preços pagos pelo circuito inferior podem chegar a R\$ 1.500,00.

Gráfico 5. Valores de aluguel pagos pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados no bairro de Guarapiranga (São Paulo) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de São Paulo entre 2008 e 2010.

No bairro de Guarapiranga, a gama de tipos de trabalho pertencentes ao circuito inferior abarca atividades como o conserto de móveis e eletrodomésticos, oficinas mecânicas, borracharias, bicicletarias, serralherias, copiadoras, chaveiros, pequenos salões de cabeleireiro, além das mais diversas atividades realizadas em residências. Assim como em Brasília, Belém e Fortaleza, a densidade de um circuito inferior residencial é um traço que parece marcar a economia popular das periferias destas grandes cidades. Dentre as atividades que compõem o circuito inferior residencial nesta área, destacam-se o preparo e venda de refeições, marmitas e lanches, a fabricação caseira de produtos de limpeza, a revenda de roupa, serviços de corte e costura, aulas de reforço para crianças, consertos de panelas, dentre outros.

A presença de locadoras de filmes e pequenas gráficas que oferecem serviços diversos (fotocópia, impressão, cartões, carimbos, panfletos), além da proliferação das de *lanhouses*, revelam como a técnica moderna também tem chegado à periferia. Tal fenômeno realiza-se não apenas pela expansão do consumo da população de baixa renda, que utiliza cada vez mais objetos técnicos modernos em seu cotidiano, mas também por meio de sua incorporação aos diferentes tipos de atividades econômicas. O telefone celular, por exemplo, é utilizado como um instrumento de trabalho em 65% dos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados no bairro de Guarapiranga; já o computador é empregado por 33% destes agentes em suas atividades. A escassez de capital manifesta-se, por outro lado, na freqüência do uso de equipamentos de “segunda-mão”, constatada em cerca de metade dos estabelecimentos.

Os instrumentos de trabalho envolvem assim tanto computadores, impressoras, *scanners* e telefones celulares, quanto antigas ferramentas, máquinas de costura usadas, garrafas plásticas reaproveitadas, entre outros, revelando esta coexistência entre técnicas representantes de diferentes períodos nas atividades do circuito inferior, ou ainda, este uso combinado das técnicas do “futuro” e do “passado” pelos pobres. Pois enquanto as técnicas representantes de um futuro modernizante se expandem em todas as direções, “(...) o passado não se encontra ultrapassado, mas retomado, repetido, envolvido, protegido, recombinação, reinterpretado e refeito” (LATOUR, 1991, p.74).



Fotos 7 e 8. Pequena gráfica e loja de ferramentas e parafusos no bairro do Guarapiranga.

Característica que parece compor o circuito inferior independentemente de sua localização, a combinação de tarefas não relacionadas entre si também se faz presente nesta área da cidade. Em um salão de cabeleireiro, por exemplo, é oferecido o serviço de conversão de fitas VHS para DVD. Em um pequeno estabelecimento oferecem-se os serviços de chaveiro, recarga de cartuchos de impressora, fabricação

de carimbos sob encomenda, assim como apostas no jogo do bicho. A multiplicidade de tarefas permeia também o circuito inferior residencial: em uma mesma casa, além da venda de pamonha e tapioca, consertam-se painéis de pressão e amolam-se alicates e tesouras. A fabricação caseira de produtos de limpeza se combina à oferta de “carreto”, anunciado no portão da casa; este serviço de transporte é, aliás, uma das atividades que vem crescendo no circuito inferior enquanto estratégia para aumentar os rendimentos familiares. Nesta área periférica, a flexibilidade tropical assume assim feições distintas daquelas presentes nas áreas centrais; envolvendo, em certos casos, inclusive a adaptação e o aproveitamento de partes das residências, como garagens e quintais, para a realização das atividades.

A inserção em determinadas redes de sociabilidade desdobra-se na prestação de pequenos serviços entre os próprios membros destas redes de âmbito local, conforme demonstra Marques (2010, p.167). Desenvolvem-se assim diferentes atividades que envolvem a solidariedade, e em muitos casos também uma remuneração, entre vizinhos ou familiares que tomam conta de crianças, se ocupam de familiares enfermos, ajudam em obras ou reformas, realizam pequenos reparos e serviços de elétrica ou hidráulica, ou se especializam na recepção de migrantes. Este tipo de recepção pode envolver a construção de pequenas habitações para alugar ou o acolhimento de migrantes nas próprias residências, assim como a ajuda na obtenção de um emprego, mediante pagamento por parte dos beneficiados. Assim como nas periferias das demais metrópoles analisadas, identificamos aí um circuito inferior residencial que desenvolve também certas atividades de caráter imobiliário, como a locação de cômodos e edículas. Ainda que as diferentes atividades realizadas entre vizinhos e familiares impliquem, em muitos casos, alguma forma de pagamento, a importância da confiança e da reciprocidade aparece também como um componente central desta teia de relações.

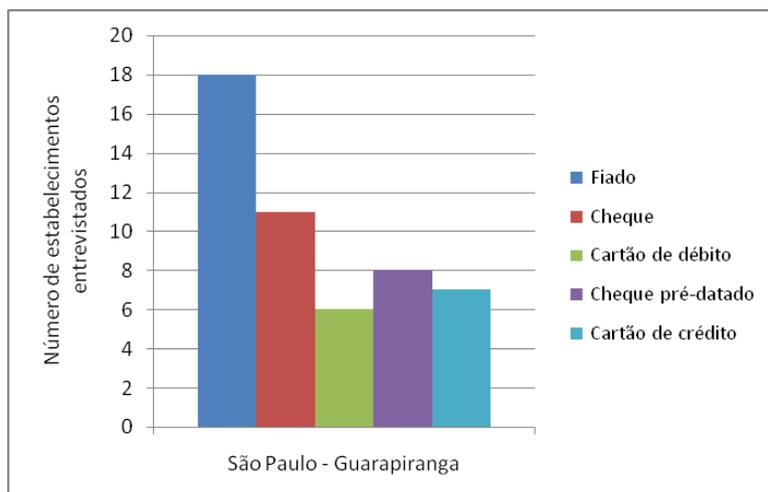
Em sua análise sobre as redes de sociabilidade entre os pobres nas periferias de São Paulo, Marques (2010) destaca sua importância no que tange o acesso às informações sobre oportunidades de trabalho ou mesmo de “bicos”, especialmente entre os migrantes recém chegados à metrópole. No entanto, Marques parece não dar o devido peso às mudanças decorrentes da incorporação de novos objetos técnicos entre os pobres hoje. O uso do telefone celular, difundido também nas periferias, transforma enormemente as redes de contato, ampliando, por conseguinte, o acesso às possibilidades de emprego. A *internet*, sobretudo através das *lanhouses*, também tem grande impacto nas práticas comunicacionais e de lazer da população de baixa

renda. Conforme previsto por Simondon (1958, p.110), a difusão das técnicas da informação confere hoje à tecnologia uma universalidade infinitamente maior.

A importância de um cotidiano compartilhado revela-se também nas formas de sociabilidade estabelecidas, por exemplo, entre pequenos comerciantes e clientes habituais que habitam nas proximidades. O alcance do mercado destes pequenos negócios não ultrapassa, na maioria dos casos, a escala do bairro de Guarapiranga. Ainda que restrita apenas ao bairro, ou mesmo a alguns quarteirões, a área de mercado destas atividades logra alcançar uma dimensão mínima abaixo da qual o estabelecimento não poderia funcionar (GOODALL, 1977, p.230). As noções de co-presença (GIDDENS, 2003) e de vizinhança nos ajudam, assim, a compreender como a coexistência no território implica a interdependência como práxis (SANTOS, 1996a, p.319), sobretudo em uma localização periférica. Manifestação financeira da confiança, o fiado mantém-se como prática corrente no Guarapiranga, sendo aceito em mais de 60% dos pequenos negócios pesquisados no bairro.

Não obstante, a financeirização das formas de pagamento, com a crescente incorporação de terminais de cartão de débito e de crédito nos pequenos estabelecimentos, também tem alcançado a periferia paulistana, provocando a instalação de novos nexos. Conforme revela o gráfico abaixo, além do dinheiro em espécie, o fiado e o cheque ainda representam as principais modalidades de pagamento praticadas no circuito inferior periférico nesta região da zona sul de São Paulo; no entanto, as maquininhas de cartões têm sido incorporadas rapidamente nos últimos anos.

Gráfico 6. Formas de pagamento oferecidas pelos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados no bairro de Guarapiranga (São Paulo) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de São Paulo entre 2008 e 2010.

Se por um lado, a instalação destes terminais eletrônicos representa uma possibilidade adicional de pagamento oferecida pelos estabelecimentos, por outro lado, pode implicar também o endividamento de seus proprietários. Segundo Sciré (2009, p.147), pequenos comerciantes do Campo Limpo que adquiriram estas máquinas, passaram a solicitar aos bancos a antecipação do recebimento do valor de futuros pagamentos a serem feitos pelos clientes com cartões, como uma forma de crédito, ao invés de aguardarem até o fim do mês para obter o valor destas operações. Oferecido aos estabelecimentos afiliados ao sistema Cielo, o ARV é um serviço de antecipação do recebimento das vendas à vista e parceladas feitas com cartões; a antecipação dos créditos a receber pode ocorrer de forma integral, parcial, por data ou por período. Tal prática tem provocado um endividamento destes pequenos negociantes, pois as operações em seus estabelecimentos podem não alcançar o valor antecipado, sobre o qual ainda são cobrados juros. Revela-se aí mais uma nova forma da financeirização atual do circuito inferior e de sua subordinação ao circuito superior.

Assim como o alcance do mercado dos pequenos negócios do Guarapiranga tende a não ultrapassar a escala do bairro, a maior parte dos insumos e dos artigos por eles comercializados provém de Santo Amaro, centralidade popular da zona sul mais próxima à região, ou do próprio bairro. Observamos, assim, como o circuito inferior da cidade de São Paulo participa tanto de circuitos espaciais extremamente dispersos, quanto daqueles concentrados apenas em uma área restrita do território. Atividades como a fabricação de produtos de limpeza caseiros, o preparo e a venda de

marmitas e a restauração de móveis usados aparecem como exemplos da importância desta economia que se completa na contigüidade.

Para além da incorporação das variáveis chave do período em suas atividades, o circuito inferior dos bairros periféricos da zona sul vem sendo impactado também pelas recentes transformações desta região da cidade. A crescente instalação de grandes equipamentos de consumo – como *shopping centers*<sup>38</sup>, hipermercados e franquias de grandes marcas – tem alterado as práticas de consumo da população pobre (SCIRÉ, 2009), provocando, por conseguinte, novas perturbações nas dinâmicas da economia popular de bairros como Guarapiranga, Jardim São Luiz e Campo Limpo.

Nos últimos anos, as grandes redes do circuito superior vêm diversificando sua topologia na cidade de São Paulo, procurando alcançar o grande mercado concentrado nas áreas periféricas. Com a recente expansão do crédito à população de baixa renda, criaram-se as condições para que os pobres residentes nas periferias consumam nas grandes cadeias comerciais de varejo, que agora chegam também aos bairros dos extremos da zona leste e norte e parte da zona sul. A crescente presença de instituições financeiras em Santo Amaro e no Campo Limpo, assim como a proliferação de redes como Magazine Luiza e Casas Bahia, que já possuem quatro lojas no Jardim São Luis e no Jardim Ângela (SILVEIRA, 2009, p.68), apontam para as transformações recentes nas práticas de consumo entre a população nesta região da cidade<sup>39</sup>.

Na periferia da zona sul de São Paulo, surgem também novos serviços sob o sistema de franquias de grandes redes – como academias de ginástica, escolas de línguas e cursos de computação – que buscam adaptar-se às características do público da região. Vale destacar, no entanto, que serviços desta natureza também são oferecidos por empresas menos capitalizadas que identificam estas novas demandas típicas do período atual e logram, ainda que temporariamente, concorrer com as filiais de grandes redes.

Se, em um período anterior, a distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais e de serviço refletia, em grande medida, as condições de demanda da população, ou seja, seu poder aquisitivo e seus hábitos de consumo (GOODALL,

---

<sup>38</sup> Os principais *shoppings centers* próximos à região analisada são o *Shopping Fiesta*, o *Shopping Campo Limpo*, o *Mais Shopping Largo Treze* e o *Shopping Center Sul*.

<sup>39</sup> Em sua análise sobre a periferia de Salvador, Santos e Serpa (2000, p.62) colocam que “a periferia, local de concentração de um público essencialmente de baixa renda, constituiu-se, nos dias atuais, como um atrativo para os estabelecimentos comerciais e de serviços. Isto vai redefinir o conceito de descentralização das atividades comerciais e de serviços, que procuram atender a estas demandas específicas”.

1977, p.236); hoje, a expansão da oferta de crédito à população de baixa renda parece introduzir novos elementos explicativos no que tange a localização dos estabelecimentos das grandes empresas nas metrópoles. Com a transformação da população pobre em mercado, esta topologia tende a se diversificar, adentrando, assim, as periferias mais populosas.

O vigor da publicidade e a agressividade da oferta do crédito em São Paulo contribuem para a potencialização da vontade de consumir bens e serviços, tornados indispensáveis pela força da propaganda (SILVEIRA, 2011), renovando os nexos do efeito padrão nos dias de hoje. A instalação de *shopping centers* e de lojas das grandes redes do circuito superior nas periferias catalisa, ainda mais, os anseios de consumo da população pobre concentrada nestas áreas. Aprofunda-se, assim, uma vocação consumista, cuja força simbólica parece corresponder ao desempenho pessoal do indivíduo, à sua capacidade de responder ao chamado para novos consumos que permitam, aparentemente, conservar ou elevar seu status social (BAUMAN, 2007, p.81). Não obstante, intensifica-se, ao mesmo passo, a vontade de consumir em lugares específicos, como *shopping centers*, não só pelos produtos que oferecem, mas também em função de seu valor simbólico (BALLESTEROS e CARRERAS, 2006, p.333). Como vimos acima, a expansão do consumo nas grandes redes vem sendo acompanhada, no entanto, pelo rápido aumento do endividamento e da inadimplência. Conforme afirma Bauman (2007):

Para os pobres da sociedade de consumidores, não adotar o modelo de vida consumista significa um estigma de exclusão, e adotá-lo implica se aprofundar ainda mais nessa pobreza que impede a inclusão (...) (BAUMAN, 2007, p.188).

A crescente vocação de consumo nas lojas das maiores empresas, que chegam aos bairros periféricos, acaba por impactar as dinâmicas dos pequenos negócios pouco capitalizados aí localizados. Reduzem-se as demandas endereçadas ao circuito inferior, uma vez que o circuito superior busca se apropriar, cada vez mais, de uma parcela do mercado tradicionalmente pertencente ao circuito inferior (SILVEIRA, 2009).

Na periferia do Campo Limpo, por exemplo, pequenos mercadinhos têm desaparecido com a chegada recente dos hipermercados em suas versões mais populares (SCIRÉ, 2009, p.82). No entanto, conforme verificamos em nossas entrevistas, os diferentes tipos de estabelecimento tendem a concentrar tipos de consumo distintos. Enquanto as compras menores do dia-a-dia seguem sendo realizadas em pequenas vendinhas, açougues e padarias de bairro; roupas e

eletrodomésticos tendem a ser consumidos em grandes cadeias comerciais de varejo; os hipermercados, por sua vez, assumem cada vez mais importância para as “compras do mês”. Conforme afirmam Duhau e Giglia (2007, p.89), a crescente integração dos setores populares às modalidades globalizadas de consumo se complementa com a persistência de “outras modalidades mais tradicionais”. Em nossa leitura, esta diversificação dos consumos dos pobres, segundo o tipo de estabelecimento, pode representar uma pista para identificarmos o que “sobra” para o circuito inferior hoje, frente ao avanço do circuito superior sobre seu mercado e suas áreas de maior densidade na cidade.

Não obstante, para além da diversificação de sua topologia, desenvolvem-se ainda outras formas de incursão das grandes empresas nos mercados populares das periferias de São Paulo que afetam o circuito inferior. Dentre estas formas, destacam-se, por exemplo, o recrutamento de revendedoras de produtos cosméticos de grandes marcas (Avon, Natura etc); a venda direta, através do sistema “porta a porta”, de artigos alimentícios mais baratos elaborados por grandes empresas do setor para as chamadas classes C, D e E<sup>40</sup>, ou, ainda, a revenda de roupas de marcas populares que não passam pelo controle de qualidade das grandes lojas. Conforme revela Sciré (2009, p.139), essas peças – de marcas como C&A, Renner e Marisa – são vendidas para sacoleiras que, por sua vez, as revendem para suas conhecidas. Estas vendedoras recebem uma comissão por cada item vendido. Contudo, se não conseguem revender todas as peças adquiridas em um mês ou se suas clientes não pagam integralmente (já que nem todas pagam à vista), elas próprias devem pagar pelas roupas às sacoleiras e acabam por se endividar. Frente à concorrência das grandes lojas que oferecem a possibilidade de parcelamento das compras, as revendedoras também são levadas a parcelar as vendas realizadas.

Tais estratégias exploram laços de vizinhança e confiança, ao terceirizarem a venda destes artigos aos próprios residentes do bairro, além de implicar, muitas vezes, o estabelecimento de novos nexos financeiros, inclusive entre os moradores. Vale destacar que algumas destas atividades também foram identificadas nas áreas periféricas de Brasília, Fortaleza e Belém. Diversificam-se, assim, as práticas, capitaneadas pelo circuito superior, que vêm alterando relações de vizinhança, de trabalho e de consumo na periferia de São Paulo, perturbando, por conseguinte, o funcionamento do circuito inferior.

---

<sup>40</sup> Em artigo da Revista Carta Capital, junho 2008, pp.10-17.

Conforme procuramos mostrar, a região do bairro de Guarapiranga abriga múltiplos processos que nos revelam como as variáveis do período se geografizam na periferia da maior metrópole do país, permeando a economia pobre através de diferentes nexos. Conformam-se aí certas dinâmicas que evidenciam novas facetas das relações de complementaridade, concorrência e subordinação que se estabelecem entre os circuitos da economia urbana na cidade hoje.

Processos gerais que vêm renovando as dinâmicas do circuito inferior da economia no período da globalização assumem, destarte, diferentes manifestações na cidade de São Paulo. Conforme nos ensina Santos (1996a), as possibilidades do período, filtradas pela formação socioespacial, se combinam aos conteúdos preexistentes em cada lugar, rearranjando e reconstituindo constantemente as existências. Daí a reformulação diferenciada do circuito inferior segundo cada região, ou ainda, conforme cada cidade. Neste sentido, buscamos aprofundar, a seguir, a análise das transformações e das dinâmicas atuais do circuito inferior da economia em outras metrópoles das demais regiões do país.

## **CAPÍTULO 3. BRASÍLIA: DINAMISMOS DA ECONOMIA POPULAR FRENTE À RIGIDEZ NORMATIVA**

### **3.1. Da densidade normativa à conformação de um meio construído fragmentado e de uma economia segmentada**

A análise sobre o circuito inferior em Brasília não poderia deixar de abordar, inicialmente, a especificidade de sua condição de “cidade criada”<sup>41</sup> (LAVEDAN, 1936) pelo Estado para exercer a função de capital federal, assim como as implicações decorrentes desta particularidade sobre seu meio construído e sobre sua economia urbana. Tal especificidade nos leva a atentar também às características do processo de urbanização e metropolização Distrito Federal, ocorrido em um intervalo de poucas décadas, e seus desdobramentos no que tange as dinâmicas regionais do circuito inferior.

Nos anos 1950, a criação da nova capital do país representava o principal símbolo do projeto de integração e urbanização do território brasileiro. Em um cenário de crescente internacionalização da economia e de avanço da influência do pensamento geopolítico e do planejamento centralizado no país (VESENTINI, 1986), a construção de Brasília constituía, então, a “meta-síntese” do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. A instalação da capital no planalto central almejava, sobretudo, a integração do espaço em escala nacional, ou seja, a conformação de uma nova divisão inter-regional do trabalho que expandisse a capacidade industrial, concentrada no eixo Rio – São Paulo, em direção ao centro do Brasil e ampliasse o mercado interno para as regiões Centro-Oeste e Norte. Destarte, impôs-se, ao mesmo passo, a necessidade de ampliar uma rede de circulação, transporte e comunicações que assegurasse o exercício da função da nova capital (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982, p.39). Com a construção de Brasília, emergiu, assim, uma “nova arquitetura territorial” das centralidades no país (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.267), visto que a cidade se afirmou, progressivamente, como sua metrópole política, enquanto São Paulo se consolidou como sua metrópole econômica, implicando, por conseguinte, o enfraquecimento de ambos esses papéis na antiga capital do Rio de Janeiro.

---

<sup>41</sup> Segundo Lavedan (1936, p.18), há duas categorias de cidades em função de suas origens: as “cidades criadas” e as “cidades espontâneas”.

Iniciado em meados dos anos 1950, o processo de construção de Brasília atraiu milhares de migrantes para trabalhar na edificação da cidade. Vindos sobretudo do Nordeste, eram cerca de 12.700 migrantes em 1956, contingente que já ultrapassava 127.000 trabalhadores em 1960 (PAVIANI, 1985, p.60). Nas décadas seguintes, com a consolidação das funções administrativas em Brasília, a população da cidade se multiplicou e, logo, estabeleceu-se uma crescente diferenciação entre seu núcleo central e as cidades satélites circundantes. Enquanto o Plano Piloto se firmou como o pólo de residência da população de maior renda e de concentração de empregos no funcionalismo público e nos serviços; as cidades satélites se expandiram através de assentamentos precários que abrigavam a população de baixa renda, como operários, funcionários públicos de baixo escalão e, sobretudo, os habitantes de favelas “erradicadas” pelo governo. Destaca-se aí uma das especificidades do processo de urbanização de Brasília: uma verdadeira “periferização planejada” pelo Estado (PAVIANI, 1989), por meio da determinação da instalação das cidades satélites a cerca de trinta quilômetros, ou mais, de distância do Plano Piloto.

Ao contrário das demais metrópoles que foram agregando bairros, subúrbios, conurbando-se com municípios vizinhos numa verdadeira soldadura do tecido metropolitano, Brasília planejou o espaçamento entre os núcleos, tentando fugir à conurbação e ao emaranhado das cidades ditas tradicionais (PAVIANI, 1989, p.66).

Assim, ao mesmo passo em que equipamentos de consumo coletivos, infra-estruturas, serviços, amenidades e, sobretudo, empregos foram concentrados no Plano Piloto e adjacências imediatas; a periferia em expansão, encontrava-se, cada vez mais, desequipada. O “esmero nas soluções urbanístico-arquitetônicas” no Plano Piloto contrastava com a ausência de atendimento básico aos assentamentos precários, que se multiplicavam na periferia (PAVIANI, 2005, p.194). Tal configuração socioespacial se mantém nos dias atuais e encontra suas origens na própria ação segregadora do Estado que removeu as invasões e favelas das proximidades do Plano Piloto, instalando seus moradores nas chamadas “cidades satélites” que deveriam constituir, a princípio, núcleos de apoio a Brasília. Embora a construção das cidades satélites estivesse inicialmente prevista apenas para o momento em que a população de Brasília ultrapassasse o umbral de 500 mil habitantes, Taguatinga (a primeira cidade satélite) surgiu antes mesmo da inauguração da capital em 1960. Nessa direção, Santos (1965) afirma:

“Cidade “artificial”, surgiu de uma vontade criadora que haveria de se manifestar na prévia definição de diversos aspectos materiais e

formais. A intenção que presidiu à sua criação é que orientaria aquela vontade criadora. Brasília já nascia com um destino predeterminado: ser “a cabeça do Brasil”, o “cérebro das mais altas decisões nacionais” (...). O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela “vontade criadora”, modificando os resultados esperados (...). Vontade criadora e subdesenvolvimento do país são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É de sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual (SANTOS, 1965, pp.54-55).

Outra singularidade do processo de urbanização de Brasília reside no fato de que, no Distrito Federal, a propriedade e uso da terra são geridos pelo poder público<sup>42</sup>. Esta gestão envolve não apenas as atribuições de criação e parcelamento dos lotes, mas também a definição das atividades a serem realizadas em cada área. Destarte, a maior parte da destinação das terras é determinada pelo poder público no Distrito Federal. Nesta dinâmica, encontramos mais uma das características específicas de Brasília: a presença de uma agência imobiliária pública, a TERRACAP, que realiza leilões para a venda de terras por meio de licitações públicas. Por meio desta agência, são definidos os setores de atividades e institui-se o próprio zoneamento da cidade. Além da definição física (perímetro, lote, projeção, características da construção), a TERRACAP está incumbida de determinar o tipo de uso do solo (comercial, industrial, serviços, residencial ou institucional). Uma vez concluídas as etapas de criação e definição do uso e da atividade, as áreas são leiloadas. Após este primeiro leilão, entram no circuito de comercialização do mercado imobiliário. Segundo Schvasberg<sup>43</sup>, estes leilões, conduzidos pelo poder público, são, em realidade, definidos pela lógica do mercado, uma vez que são sobretudo os agentes mais capitalizados que reúnem as condições financeiras e normativas para concorrer pelas áreas.

A propriedade estatal das terras no Distrito Federal constitui, assim, um elemento diferencial em relação às demais cidades; elemento que, em tese, permitiria uma política urbana e um planejamento mais inclusivos, evitando o avanço da especulação imobiliária e da favelização. No entanto, a gestão e concentração das terras nas mãos do Estado “(...) não resultou em uma estrutura urbana menos

---

<sup>42</sup> Com a desapropriação de uma série de fazendas na área que passaria a constituir o Distrito Federal nos anos 1950, as terras foram transferidas para o patrimônio e passaram a ser geridas por uma agência imobiliária pública, a NOVACAP, que, em 1972, teve seu nome alterado para TERRACAP. Através desta agência o Estado passou, então, a lotear e vender parte dessas terras que entrariam, em seguida, no circuito de comercialização do mercado (OLIVEIRA, 1987, p.130).

<sup>43</sup> Em entrevista concedida pelo Prof. Dr. Benny Schvasberg, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em agosto de 2009.

dispersa ou segregatória, lógica semelhante à encontrada em outras partes do país onde esse recurso se encontrava sob controle privado” (LIMA, 2009, p.115)

Para Campos (1991), no processo de urbanização de Brasília, o sistema de leilões realizados pelo Estado favoreceu as empresas mais capitalizadas de diversos ramos, mas em especial as incorporadoras que adquiriram as terras com fins especulativos. Por conseguinte, produziu-se uma extrema valorização diferencial do solo urbano, sustentada na manutenção de vazios urbanos nas imediações do Plano Piloto<sup>44</sup> e na segregação residencial das camadas de baixa renda<sup>45</sup>.

Tal mecanismo se combina a um rígido zoneamento que, além de determinar a localização das atividades econômicas na cidade, impõe uma série de exigências burocráticas e financeiras que as empresas devem atender para que possam se instalar em seus respectivos setores. Vale destacar que em Brasília, diversos ramos de atividades encontram-se distribuídos no tecido urbano segundo a classificação e repartição funcional dos chamados setores, dentre os quais, destacam-se, por exemplo: os setores comerciais, os setores de indústrias, de gráficas, oficinas mecânicas, hospitais, hotéis, bancos, ministérios e embaixadas, clubes esportivos, difusão cultural, diversões, dentre outros (ver Mapa da divisão administrativa de Brasília em ANEXO 7).

Segundo Lavedan (1936, p.207), o zoneamento de tipo funcional, que fixa a localização de cada atividade produtiva em uma área precisa, se faz presente especialmente nas chamadas “cidades criadas”. Em Brasília, cada uso deve corresponder, assim, a uma fração determinada do território: “as indústrias aqui, os serviços acolá, os trabalhadores mais ao longe, e assim por diante, num minucioso dispor de usos permitidos e proibidos (...)” (GALBINSKI, 1987, p.167).

Tal concepção geométrica e funcional do espaço tem como resultado um conjunto de departamentos especializados, entre os quais, muitas vezes, não se estabelece qualquer relação de complementaridade. Conforme afirma Beaujeu-Garnier (2006, p.95), a complexidade dos meios e dinamismos urbanos não pode ser reduzida e não se reduz, efetivamente, a modelos ou a esquemas de ordenamento por setores.

---

<sup>44</sup> Ao redor do Plano Piloto, encontra-se uma espécie de “cinturão verde” ou de “anel sanitário” que garantiu a valorização diferencial do solo e impediu a expansão horizontal contínua da cidade, perifizando a população pobre. Hoje esse “cinturão verde” vem sendo, porém, crescentemente ocupado por grandes empreendimentos imobiliários privados (PENNA, 2003, p.59-60).

<sup>45</sup> De acordo com Galbinski (1987, p.177), “no caso particular de Brasília, a segregação sócio-espacial acompanha, como as outras, a distribuição de renda. Mas, ao contrário das demais cidades brasileiras, em Brasília as distâncias entre as classes sociais são exponenciadas e em muito aumentadas, em decorrência da política de implantação das cidades satélites. De fato, a existência de cidades satélites a 20, 30 ou mesmo 40 quilômetros de distância de Brasília ensejou que aí a segregação sócio-espacial fosse maior do que em quaisquer outras cidades brasileiras”.

Em Brasília, a distribuição funcional e setorial das atividades busca evitar, ao mesmo tempo, a emergência de racionalidades distintas, sobretudo por parte daqueles que não logram alcançar determinado porte ou nível de capitalização e organização para se localizar em seu respectivo setor. Configura-se, assim, uma dinâmica que garante a conformação de uma cidade ordenada e elitizada, graças à aplicação de instrumentos de controle que “(...) direta ou indiretamente atingem populações e atividades terciárias de baixas rendas, que não podem oferecer respostas positivas a um padrão de investimento estipulado pelo sistema de planejamento” (BERTONE, 1987, p.67).

Destarte, revela-se aí como a cidade, enquanto meio construído, é “usada diferentemente segundo o tamanho das firmas e seu poder de mercado”, embora seja “uma condição necessária da atividade econômica” (ARROYO, 2008, p.31). A rigidez do zoneamento das atividades em Brasília acaba por expulsar e empurrar as micro e pequenas empresas pouco capitalizadas para as localizações mais periféricas (BERTONE, 1987, p.56); uma vez que impõe critérios e padrões para a instalação das empresas em seus respectivos “setores” que são, na maioria das vezes, inalcançáveis aos pequenos negócios do circuito inferior. Encontramos, todavia, algumas exceções em certos setores onde os agentes menos capitalizados conseguem se inserir, e permanecer, com relativo êxito, como veremos a seguir.

As exigências burocráticas e o alto valor do solo tendem a impedir, deste modo, a presença de pequenos negócios pouco capitalizados em Brasília, especialmente no perímetro do Plano Piloto, onde se acresce ainda a rigidez urbanística relacionada ao tombamento da cidade enquanto patrimônio cultural da Humanidade pela Unesco<sup>46</sup>.

Verificamos, assim, como o próprio Estado privilegia a parcela mais capitalizada da economia urbana ao definir os agentes adequados aos usos “permitidos” em cada fração do território. Para Topalov (1979, p.35), a diferenciação nas condições de valorização dos capitais no espaço se origina, justamente, do fato de que os efeitos úteis de aglomeração não são reproduzíveis. Daí, os sobrelucros de localização daqueles que, favorecidos pelo Estado, logram instalar-se e usufruir das áreas mais privilegiadas.

---

<sup>46</sup> O tombamento de Brasília se diferencia por não envolver a imobilização física de seu patrimônio (com exceção de alguns edifícios), mas por determinar a preservação de sua configuração urbanística fundada, por sua vez, nas quatro escalas que definem, segundo Lucio Costa, a concepção da cidade: as escalas monumental, gregária, residencial e bucólica (LIMA, 2009).

A densidade normativa que rege o funcionamento e a localização das atividades e o meio construído em Brasília constitui, destarte, um fator central na definição das características e das dinâmicas específicas assumidas pelo circuito inferior nesta metrópole.

### **3.1.1. A metropolização de Brasília e o aprofundamento das desigualdades**

Brasília constitui atualmente o principal centro urbano da região Centro-Oeste e a quarta cidade mais populosa do país. Em um intervalo de cinco décadas, sua população se multiplicou rapidamente: enquanto em 1960 eram apenas 141.000 habitantes, hoje já são hoje cerca de 2,5 milhões de pessoas. Entre 2000 e 2010, foi a segunda capital brasileira que mais cresceu em termos populacionais (crescimento médio anual de 2,28%) (IBGE, 2010).

No período atual, Brasília passa por um processo de metropolização que se estende para além de suas cidades satélites, uma vez que o “aglomerado urbano de Brasília” envolve, hoje, todo o Distrito Federal e mais os municípios goianos de seu entorno<sup>47</sup>, onde se formou uma grande periferia funcionalmente ligada à capital federal (STEINBERG, 2003). Conforma-se, assim, um processo de periurbanização (DEMATTEIS, 1998), uma vez que a dispersão da mancha urbana ocorre, principalmente, através da expansão da periferia.

Segundo Ferreira (1985, p.66), nos anos 1950, Brasília correspondia apenas ao Plano Piloto e adjacências; nas duas décadas seguintes, já envolvia a cidade e certos núcleos periféricos mais dispersos. Desde meados dos anos 1980, porém, a metrópole se expande também para além dos limites do Distrito Federal:

O esquema relativamente fechado de terras públicas para usos urbanos e o mecanismo imobiliário ensejaram um movimento de “empurrão” para além dos limites do Distrito Federal de considerável contingente de população de baixa renda (PAVIANI, 1987, p.38).

Frente à intensa valorização imobiliária no núcleo central de Brasília, combinada, por sua vez, à rigidez normativa na cidade, intensifica-se, hoje, um movimento de centrifugação da população pobre e, por conseguinte, dos agentes e atividades do circuito inferior. Não obstante, grande parte dos moradores desta periferia em expansão segue dependendo dos empregos reunidos na Região

---

<sup>47</sup> Dentre estes municípios, destacam-se Luizânia, Águas Lindas, Cidade Oriental, Valparaíso de Goiás, Nova Gama, Santo Antonio Descoberto, Planaltina de Goiás, Formosa e Padre Bernardo.

Administrativa do Plano Piloto (RA I – Brasília). Vale destacar que o Distrito Federal é composto, atualmente, por 30 Regiões Administrativas; a maioria destas Regiões corresponde, grosso modo, às chamadas cidades satélites<sup>48</sup>. O núcleo central de Brasília concentra mais de 70% dos postos de trabalho do Distrito Federal, embora aí residam apenas 1/5 de sua População Economicamente Ativa e menos de 10% de sua população urbana (PAVIANI, 2005). Já em Ceilândia, em contrapartida, verifica-se que mais de 2/3 da população ocupada trabalha fora de sua Região Administrativa de residência (CODEPLAN/ PDAD, 2010).

Com a expansão da área de influência do pólo de empregos concentrado no Plano Piloto e adjacências para além dos limites do Distrito Federal, intensificam-se os volumosos deslocamentos pendulares diários entre a periferia e o núcleo central. Segundo Catalão (2008, p.73), dentre os residentes dos municípios do chamado entorno metropolitano de Brasília que trabalham ou estudam, 93,9% o fazem em uma cidade diferente daquela onde residem. Estas cifras apontam para a intensidade destes fluxos diários de trabalhadores em direção à Brasília, os quais buscaremos ilustrar, a seguir, com os mapas referentes aos deslocamentos dos agentes do circuito inferior que exercem suas atividades no Plano Piloto.

A interdependência entre as diferentes partes do aglomerado urbano de Brasília nos remete, deste modo, ao debate atual sobre a expansão das metrópoles, no qual se tende a ressaltar o fato de que os limites metropolitanos seriam, cada vez mais, definidos pela conexão e por redes informacionais. No entanto, o processo de metropolização de Brasília revela como as dinâmicas apoiadas na proximidade, ainda que entre áreas distantes, estão longe de perderem sua vigência (MÉNDEZ, 2007, p.59). Demonstra, ademais, como certas retóricas em voga no período atual tendem a privilegiar apenas os processos concernentes aos atores hegemônicos.

O mercado de trabalho de Brasília caracteriza-se, sobretudo, pelo fato de ser um mercado basicamente “terciário”. Entre a população ocupada do Distrito Federal, predominam as ocupações nas atividades de serviço (49,7%), no comércio (16,1%) e na administração pública (15,8%); apenas 8,3% da população ocupada atuam na indústria (CODEPLAN, 2008). Não obstante, os altos índices de desemprego, não apenas das cidades satélites, mas do Distrito Federal como um todo, – que oscilam em torno de 15% de sua População Economicamente Ativa (DIEESE, 2011) – apontam para a redução da capacidade empregatícia do mercado de trabalho do núcleo central de Brasília que tende a polarizar, cada vez mais, os empregos mais

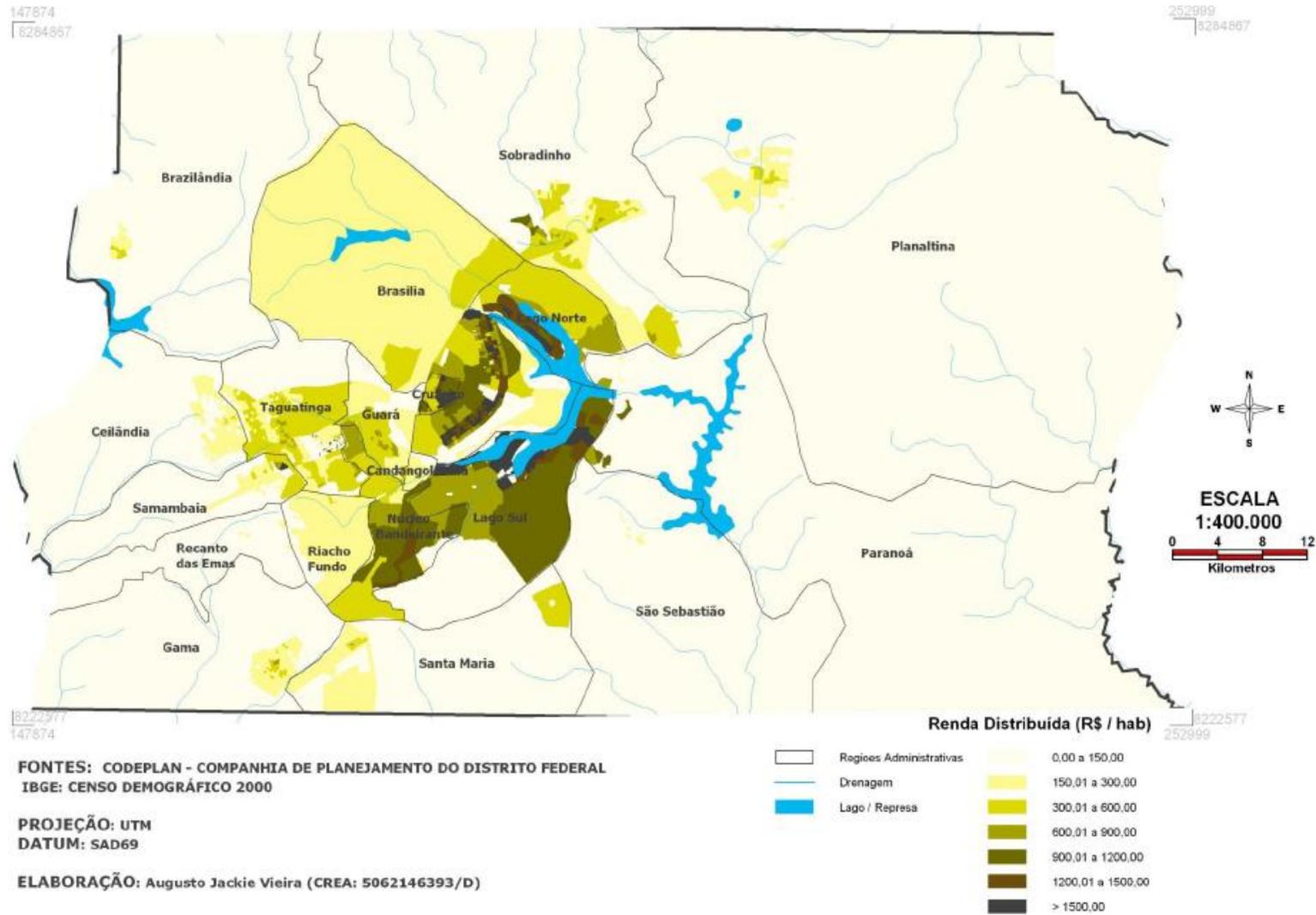
---

<sup>48</sup> No entanto, as Regiões Administrativas não constituem municípios; portanto, não possuem prefeitos, mas administradores designados pelo governador em exercício do Distrito Federal.

qualificados e com maiores remunerações. Por outro lado, como veremos a seguir, proliferam, na periferia, pequenas atividades realizadas com pouquíssimos recursos. Ao mesmo passo em que o circuito superior se torna cada vez menos empregador, o circuito inferior vem encontrando meios de ampliar sua capacidade de geração de trabalho e renda, ainda que em condições bastante precárias.

A metropolização de Brasília é acompanhada pelo aprofundamento das diferenças de renda entre, de um lado, o Plano Piloto e adjacências e, de outro, as cidades satélites empobrecidas. Enquanto a renda domiciliar mensal das Regiões Administrativas de Brasília (referente ao Plano Piloto), Lago Norte e Lago Sul corresponde, respectivamente a 19,3; 34,3 e 43,4 salários mínimos; a renda domiciliar mensal em Brazlândia, Planaltina e Recanto das Emas não ultrapassa o valor de 3 salários mínimos, evidenciando o grau de escassez em que vivem estas populações (CODEPLAN, 2008). Para Paviani (1991, p.137), “em Brasília, mais do que em qualquer outra cidade brasileira, a posição socioeconômica e o status são mensurados pela localização residencial do indivíduo na cidade”; visto que quanto maior a distância de uma localidade em relação ao centro, menor a renda bruta familiar de seus habitantes. O mapa a seguir ilustra essa extrema diferença de renda entre os diferentes núcleos urbanos do Distrito Federal.

Mapa 3. Renda distribuída (R\$/ habitante) no Distrito Federal – 2000



O aglomerado urbano de Brasília constitui, assim, uma condição emblemática de como a localização confere, efetivamente, um valor diferenciado aos homens e à própria condição de cidadão.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território (...). Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 1987, p.81).

Por outro lado, é preciso destacar que essa grande periferia de Brasília não é, certamente, homogênea. Há uma grande diferenciação, sobretudo entre as cidades satélites consolidadas – como Taguatinga e Núcleo Bandeirante, onde se verifica uma relativa expansão da atividade econômica local nos últimos anos – e os núcleos que concentram uma população de baixíssima renda e que seguem exercendo, quase que exclusivamente, o papel de cidades dormitórios, como Brazlândia e Planaltina, por exemplo.

A intensa valorização imobiliária do Plano Piloto avança hoje para as cidades satélites mais estruturadas e acessíveis, implicando, por sua vez, o aumento dos valores dos imóveis e dos preços dos terrenos (FERREIRA, 1985, p.55). Multiplicam-se os grandes empreendimentos imobiliários que visam um público de classe média, conformando um verdadeiro paradoxo frente ao nível de renda da maioria da população da periferia de Brasília. Águas Claras aparece como um dos lugares mais simbólicos deste processo que se intensificou, nos últimos anos, na região.

A enorme população concentrada nesta periferia em expansão tem atraído também grandes redes de varejo e de serviços que buscam alcançar o mercado aí reunido, instalando-se nas centralidades das cidades satélites mais populosas, como veremos a seguir no caso de Ceilândia. Poderíamos, de certo modo, associar também este crescente interesse do setor imobiliário e de grandes empresas a um certo esgotamento do meio construído e aos altos valores do solo no perímetro do Plano Piloto; uma vez que hoje aumenta a concorrência por um ponto na área central, cada vez mais valorizada.

Por outro lado, este processo vem implicando, ao mesmo tempo, a intensificação do “movimento de empurrão” (PAVIANI, 1987) da população mais pobre e das atividades de pequeno porte para fora das áreas relativamente mais bem

equipadas. Cresce a quantidade daqueles que não podem pagar por uma localização e, por conseguinte, avolumam-se as migrações internas, conferindo novas dimensões ao processo de periferização em Brasília. Conforme afirma Paviani (2003), as intensas migrações, a expansão dos assentamentos precários e o aumento da pobreza e do desemprego sintetizam os conteúdos que expõem como as especificidades de Brasília são impactadas pela globalização.

### **3.1.2. O papel do Estado enquanto circuito superior**

A concentração do poder público federal e das mais diversas funções de ordem institucional-administrativas em Brasília confere uma dinâmica bastante particular à economia urbana da cidade, assim como ao papel aí assumido pelo Estado. O aparato estatal centralizado na capital abrange, além da própria presidência da República, mais de trinta ministérios e secretarias especiais com estatuto ministerial, os poderes legislativo e judiciário, as diversas agências reguladoras, dentre outros. A administração pública federal e local emprega quase 180 mil pessoas, as quais representam 15,8% dos ocupados no Distrito Federal (CODEPLAN, 2008).

Aventamos aqui a idéia de que a concentração de funções do poder público federal em Brasília acaba por configurar uma dinâmica específica na cidade, em que o próprio Estado acaba por assumir, de certo modo, o papel do circuito superior da economia urbana, ao criar uma série de demandas que só podem ser atendidas por empresas com níveis elevados de capital e organização.

A presença de todo o aparato de governo, em Brasília, gera as mais diversas demandas e subcontratações por parte de seus diversos órgãos; daí a oferta de uma série de serviços qualificados e especializados em responder às requisições do aparelho do Estado na cidade. Dentre estes serviços, destacam-se, por exemplo, aqueles prestados por diversas empresas de consultoria, por agências de informação, gráficas, empresas de organização de concursos públicos, agências de turismo, empresas de publicidade e *marketing* político; além de grandes empresas dos ramos de alimentação, limpeza, manutenção, segurança etc. Destarte, toda uma gama de atividades quaternárias, representativas das modernizações técnicas e organizacionais do período, encontram, em Brasília, um mercado volumoso e específico que gira em torno das demandas do Estado.

De fato, Brasília tem na administração pública sua função básica e impulsionadora da economia. Nos primórdios da cidade, todas as atividades se voltaram para o mercado interno, com grande destaque

para indústria da construção civil. Nos dias correntes, são as atividades ligadas à administração, demandando serviços e injetando recursos financeiros na praça, que mantêm aquecido o ritmo econômico da cidade (PAVIANI, 1989, p.79).

As empresas que atendem às demandas do governo são contratadas por meio de licitações públicas; como exceção de certos serviços – como transportes (aluguel de carros e motoristas), secretariado de nível médio e manutenção, apoio e atualização de computadores – que são terceirizados através de autorizações especiais do Tribunal de Contas da União. Tal mecanismo tende a excluir as firmas menos capitalizadas deste enorme mercado, uma vez que estas não reúnem as condições tecnológicas, organizacionais e financeiras requeridas para participar das licitações, e tampouco dispõem das informações privilegiadas e estratégicas, possuídas pelas grandes empresas, acerca das demandas e concorrências públicas<sup>49</sup>. Por essa razão, em Brasília, as menores empresas tendem a ser “periferizadas” não apenas pela rigidez do plano urbanístico e pelo alto valor do solo. Os requisitos para participação nesta parcela da economia urbana, gerada pelas demandas do setor público, acabam por eliminá-las deste grande mercado potencial; onde deveriam, inclusive, ser priorizadas. Contudo, a imposição de critérios normativos e financeiros mínimos, inalcançáveis aos pequenos negócios, lhes impede de concorrer na maioria dos processos licitatórios.

As atividades gráficas representam um ramo em que as menores empresas poderiam, por exemplo, fornecer serviços e produtos que atendessem às constantes demandas desta natureza por parte do governo. A importância das atividades gráficas em Brasília é evidenciada pela presença de uma área exclusiva – o Setor de Indústrias Gráficas – reservada às empresas do ramo no Plano Piloto. Não obstante, segundo Netto<sup>50</sup>, encontramos aí apenas grandes empresas altamente capitalizadas de uma indústria especializada e criada em torno das demandas do governo, na qual não “sobra espaço” para as menores empresas. Este ramo evidencia, assim, a prioridade conferida às grandes empresas pelo poder público. Tal como afirma Santos (1979a):

As atividades do circuito superior apóiam-se direta ou indiretamente na ajuda governamental, enquanto as do circuito inferior, ao contrário, não contam com tal apoio; e em muitas cidades são até perseguidas (...). O Estado poderia se considerado um elemento do circuito superior, visto que de sua atividade depende, em grande parte, a

---

<sup>49</sup> Em entrevista concedida pelo Prof. Dr. Oscar Cordeiro Netto, da Universidade de Brasília, em agosto de 2009.

<sup>50</sup> Idem.

viabilidade de capital social novo (*overhead*) suprido principalmente pelo Estado, e do qual as atividades modernas não prescindem. Já no circuito inferior isso não é um pré-requisito necessário à criação de atividades (SANTOS, 1979a, pp.42-43).

Destarte, o Estado tende a potencializar o desenvolvimento das empresas do circuito superior da economia, assumindo o próprio papel deste circuito, uma vez que gera relações de complementaridade atendidas quase que exclusivamente pelas grandes empresas. Algumas destas firmas possuem suas sedes em Brasília – como aquelas especializadas na organização de eventos e de concursos públicos – e são, inclusive, competitivas em termos nacionais, haja vista as constantes demandas governamentais. Já as firmas de consultoria contratadas pelo governo são, em sua maioria, integrantes de grandes grupos sediados em São Paulo.

Vale destacar, por outro lado, que a sanção da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (123/06) abriu certas possibilidades para que os pequenos negócios passem a participar das licitações e compras governamentais. Segundo a lei, prevê-se que as licitações de até R\$ 80.000,00 possam ser feitas exclusivamente para micro e pequenas empresas; além disso, autoriza-se sua subcontratação por empresas de maior porte e o fornecimento parcial de grandes lotes. Prevê-se, também na lei, um tratamento preferencial às micro e pequenas empresas que concorram em licitações de valores superiores a R\$ 80.000,00. Embora tais medidas representem uma iniciativa importante, ainda é extremamente reduzido o número de pequenos negócios que conseguem reunir as condições fiscais, normativas e técnicas para concorrer com as maiores empresas e, por conseguinte, se inserir na rede de fornecedores e prestadores de serviço governamentais.

A concentração do poder público federal em Brasília engendra ainda o desenvolvimento de outras atividades, com altos níveis de capitalização, que não atendem diretamente às demandas governamentais, mas que estão igualmente relacionadas à centralização das funções institucional-administrativas na cidade. A constante demanda de pessoal qualificado para composição de quadros do setor público implica, por exemplo, a grande presença de “cursinhos” especializados em provas de concursos que, por sua vez, constituem mais um ramo onde predominam empresas altamente capitalizadas. O setor hoteleiro da cidade tende, do mesmo modo, a ser dominado pelas grandes redes.

Observamos, assim, como as singularidades do processo de metropolização de Brasília e as diferentes dinâmicas que constituem sua economia urbana permitem reconhecer também em Brasília uma “metrópole corporativa e fragmentada”,

expressão cunhada por Santos (1990) para São Paulo. No entanto, a conformação de tal situação deve-se, justamente, às particularidades de sua urbanização e ao papel central aí desempenhado pelo Estado. Ao privilegiar certos agentes e resguardar determinados pedaços da cidade para usos exclusivos, o Estado não só favorece, mas chega a assumir, inclusive, o próprio papel do circuito superior na economia urbana.

A análise dos processos de formação do aglomerado urbano e de periferização em Brasília revela também, de certo modo, esta faceta corporativa do Estado. Ao dispor, ao menos em um primeiro momento, do monopólio da oferta da terra e ao manter vazios urbanos nas imediações do núcleo central, o governo atua, finalmente, como um agente especulador do mercado imobiliário (CAMPOS, 1991, pp.107-108). Além de auferir lucros provenientes das rendas fundiárias, acumula o capital imobiliário e reserva lotes nas áreas que circundam o Plano Piloto com fins especulativos para grandes empreendedores. Com o tempo, o Estado tende a ceder à pressão do mercado para liberação destas terras que estão sob seu domínio ou a assistir à proliferação de condomínios privados fechados (PENNA, 2003). Estes parcelamentos de alto padrão em áreas públicas passam a demandar, por sua vez, medidas de regularização e investimentos públicos, que são logo atendidos pelo Estado, enquanto a periferia das cidades satélites segue carente e desprovida de investimentos. Revelam-se aí outros aspectos da atuação do Estado em Brasília que o aproximam do circuito superior.

### **3.2. Frente à rigidez do zoneamento, o circuito inferior “encontra” seus espaços**

Embora Brasília caracterize-se pela extrema rigidez normativa no que tange o ordenamento do meio construído e a realização das atividades econômicas, sobretudo no perímetro do Plano Piloto e adjacências imediatas, constatamos que os agentes do circuito inferior logram, através de diferentes estratégias, encontrar os interstícios no meio construído e nas próprias normas para se instalar neste núcleo central.

Além de pequenos estabelecimentos localizados em certos enclaves menos valorizados da cidade, encontramos também – em passagens, calçadas e canteiros entre as quadras residenciais – vendedores de água de coco, pequenos quiosques de chaveiros, de afiação de faca e de serviços de costuras, mecânicos, sapateiros etc. Destacam-se, do mesmo modo, biscateiros que realizam pequenos serviços de

hidráulica, eletricidade e pintura, além de afiadores, catadores, vendedores ambulantes e sorveteiros, circulando pelas ruas e nas proximidades de pontos de ônibus.

Toda uma gama de pequenas atividades, realizadas com poucos recursos, encontra, assim, seu lugar e seu mercado em Brasília, inclusive no Plano Piloto, onde a normatização se impõe com mais vigor. Para Schvasberg<sup>51</sup>, a presença destas atividades evidencia como, apesar da rigidez urbanística que caracteriza a cidade, as dinâmicas urbanas são, muitas vezes, mais ditadas pelo mercado do que pelas normas. A presença destes atores revela como, “na cidade grande, cada agente encontra seu lugar, ou seja, um meio apto para a produção de uma vida de relações que possibilite o trabalho” (SILVEIRA, 2007, p.154).

Não obstante, para além de estratégias pontuais e localizações dispersas no tecido urbano, podemos identificar também certas áreas onde as atividades do circuito inferior se fazem presentes de forma mais densa no Plano Piloto. Dentre estas, destaca-se, especialmente, a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto, ponto central da escala gregária de Brasília. Conforme destacamos acima, o plano urbanístico de Lucio Costa dividia a cidade nas escalas gregária, monumental, residencial e bucólica<sup>52</sup>.

A escala gregária era aquela na qual se previa proporcionar a reunião e integração das pessoas e que exerceria, por sua vez, um papel de centralidade urbana, reunindo as diversas atividades condizentes com um centro urbano. Segundo Costa (1995), a escala gregária abrange todos os setores de convergência da população (setores comercial, bancário, de diversões e cultura, hoteleiro, de rádio e televisão etc) e tem como ponto central a Plataforma Rodoviária, lugar de união da metrópole com as demais cidades da periferia do Distrito Federal. Daí nossa preocupação em analisar especificamente os dinamismos do circuito inferior neste local, onde circula grande parte da população pobre de Brasília.

### **3.2.1. Densidades do circuito inferior no Plano Piloto**

Localizada no entroncamento do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário, a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto parece assumir, de fato, o papel de principal centralidade popular de Brasília (HOLANDA, 1985; VESENTINI,1986). Maior

---

<sup>51</sup> Em entrevista concedida pelo Prof. Dr. Benny Schvasberg, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em agosto de 2009.

<sup>52</sup> Para Holanda (1985, p.145), a divisão da cidade em quatro escalas representa mais uma manifestação da “morfologia da separação” que prevalece em Brasília.

confluência do transporte público da cidade, a rodoviária é o ponto de partida e chegada de mais de 40 linhas de ônibus que ligam as cidades satélites e os municípios contíguos ao Distrito Federal ao “centro” do Plano Piloto. A integração da rodoviária à rede do Metrô do Distrito Federal, por meio da interligação com a “Estação Central”, também reforça este papel de principal nó de circulação da metrópole. O caráter de centralidade popular da área em questão é atestado, ainda, pela presença de diversos pequenos estabelecimentos típicos do circuito inferior central e de várias agências de crédito pessoal, instalados em galerias em seus arredores.



Foto 9. Imagem aérea da Rodoviária do Plano Piloto no entroncamento do Eixo Monumental e do Eixo Rodoviário. Fonte: HOLANDA, 2011.

O movimento na rodoviária é extremamente intenso, haja vista a enorme quantidade de pessoas, residentes nas cidades satélites e nos municípios contíguos ao Distrito Federal, que se deslocam diariamente para o Plano Piloto, às quais ainda se somam os usuários do metrô. Estima-se que circulem cerca de 600 mil pessoas por dia pela rodoviária entre segunda-feira a sexta-feira, 400 mil no sábado e 200 mil no domingo<sup>53</sup>. Além dos passageiros de ônibus e do metrô, há ainda o movimento de consumidores de serviços e comércios instalados na rodoviária. O fluxo de pessoas no fim da tarde é impressionante, neste horário formam-se filas imensas para pegar os ônibus que partem rumo aos núcleos periféricos.

O essencial a observar em relação à Plataforma Rodoviária é que ela é o lugar, no centro urbano, onde a presença de pessoas é mais diversa, variada, contínua e prolongada. A Plataforma concentra todos os terminais de ônibus urbanos do Plano Piloto e os que ligam este às cidades satélites (...) os seus usuários são as mais diversas

<sup>53</sup> Segundo a Administração da Rodoviária do Plano Piloto, em entrevista concedida em agosto de 2009.

pessoas, que se dirigem aos mais diversos pontos do centro com os mais diversos objetivos (HOLANDA, 1985, p.148).

Este enorme fluxo de pessoas permite e, ao mesmo tempo, origina a concentração de diversas atividades do circuito inferior. Na rodoviária, há cerca de 120 boxes, quiosques e lojas<sup>54</sup>, onde trabalham aproximadamente 500 pessoas. Estes pontos são extremamente variados quanto ao grau de capitalização, tecnologia e organização das atividades neles instaladas. Todos funcionam através da concessão de licitações e devem pagar uma taxa de ocupação de área pública ao Governo do Distrito Federal (paga por todos os negócios em Brasília) e uma cota de rateio (espécie de condomínio da rodoviária que abrange os gastos com luz, água e manutenção)<sup>55</sup>.

As maiores lojas abrigam negócios mais capitalizados e empresas franqueadas de grandes redes, como livrarias, agência de turismo, lojas das empresas de ônibus, lanchonetes e restaurantes, lojas de *souvenirs* e roupas, farmácias etc. Já os pequenos negócios menos capitalizados ocupam os menores pontos, como boxes e quiosques, ou mesmo instalações improvisadas nos corredores. Encontramos aí uma composição bastante diversificada de atividades do circuito inferior: fotógrafos, chaveiros, serviços de consertos, desbloqueio e venda de acessórios para celulares, relojoeiros, venda de CDs, DVDs, bijuterias, maquiagens, bolsas, *lingeries* e acessórios, fotocópia e plastificação de documentos, sapateiro, venda de churros, engraxates, serviços de costura, venda de jornais, revistas e cartões telefônicos etc. Na rodoviária, encontram-se reunidas, assim, tanto profissões “típicas” da economia pobre, como sapateiros e engraxates, quanto atividades do circuito inferior que incorporam mais propriamente as novas variáveis do período em suas tarefas, como, por exemplo, os serviços de desbloqueio de telefones celulares.

---

<sup>54</sup> Em 2008, cerca de 120 quiosques que estavam em situação “irregular” foram removidos da rodoviária. Segundo trabalhador entrevistado, o governo anterior e a administração da rodoviária haviam emitido autorizações temporárias a alguns comerciantes. Estas autorizações eram provisórias, mas seu prazo não teria sido respeitado, teriam ocorrido também problemas de sub-locação, além de queixas de suposta venda de mercadorias proibidas.

<sup>55</sup> Os valores da taxa de ocupação de área pública e da cota de rateio variam conforme a metragem em função de um valor fixo de R\$ 14,00 por m<sup>2</sup>.



Fotos 10 e 11. Enorme fluxo de passageiros e os quiosques e lojas na rodoviária do Plano Piloto.

Os fotógrafos que tiram retratos 3x4, e oferecem também serviços de fotocópia e plastificação de documentos, se destacam como agentes representativos do circuito inferior na rodoviária. Conhecidos como “lambe-lambe”, estão no local desde sua criação há 40 anos. Segundo a administração da rodoviária, eles são “tombados” e não podem ser retirados do local. Na medida em que tiveram que aderir ao uso da tecnologia digital e do papel de revelação importado para fazer frente à concorrência de grandes lojas, estes fotógrafos têm incorporado certas modernizações técnicas que se impõem, por sua vez, como garantia de permanência em um mercado de alta concorrência local. Com a instalação de um posto de serviços “Na Hora”<sup>56</sup>, localizado na integração da rodoviária com a rede metroviária, houve um aumento não apenas da demanda, mas também da oferta de serviços complementares, como a fotocópia, a plastificação de documentos e a revelação de fotos. Assim como em São Paulo, a presença deste equipamento público implica o surgimento e/ou a expansão de serviços dessa natureza, demonstrando, ainda, a dimensão dos fluxos reunidos nesses locais (MONTENEGRO, 2006).

Enquanto centralidade popular de Brasília, a rodoviária abriga certos dinamismos que apontam para as diferentes relações que se estabelecem entre a economia pobre e as variáveis chave do período atual. A grande quantidade de quiosques onde se realizam atividades relacionadas à telefonia celular revela como tais tarefas se diversificam, cada vez mais, para além dos consertos no circuito inferior. As atividades correlacionadas abrangem, por exemplo, o serviço de recarga de crédito, a venda de chips de linhas telefônicas (na rodoviária, chips são vendidos por R\$ 10,00), serviço de desbloqueio e a crescente comercialização de aparelhos

---

<sup>56</sup> Equivalente ao “Poupa Tempo” paulista, este posto de atendimento do Governo do Distrito Federal concentra um amplo leque de órgãos e empresas prestadoras de serviços de natureza pública. Nestes postos, são oferecidos, dentre outros, os serviços de emissão de RG, de Carteira de Trabalho e de Carteira Nacional de Habilitação.

usados (assim como de máquinas fotográficas usadas e de cartões de memória). Parece-nos que talvez aí resida uma nova forma de reutilização dos objetos assumida pelo circuito inferior nos dias de hoje. A revenda de aparelhos usados nos faz atentar para os trajetos anteriores que estes celulares já podem ter percorrido, ou seja, podem ser de segunda, terceira ou quarta mão (fenômeno também observado na região da Santa Ifigênia em São Paulo, onde são comercializados, inclusive, artigos quebrados), e para os meios de reaproveitamento e reintegração dos mesmos ao mercado popular após seus usos prévios. Na rodoviária, há bancas em que se compram até mesmo cartões telefônicos usados, sem unidades, por R\$ 0,01.

As atividades relacionadas à telefonia celular, realizadas nestes quiosques, revelam ainda como o circuito inferior tem garantido a distribuição da produção e de serviços do circuito superior junto ao mercado pobre. A frequência do serviço de recarga de crédito expõe, especialmente, esta capilaridade alcançada pelas grandes empresas do setor junto à população de baixa renda através dos estabelecimentos do circuito inferior. No entanto, os pequenos negócios podem apresentar-se, ao mesmo tempo, como concorrentes das grandes redes: ao oferecerem os serviços de reparos, concorrem com as assistências técnicas “autorizadas”<sup>57</sup>; ao revenderem aparelhos usados, disputam a venda de telefones com as lojas das grandes redes. Como observado na Rua Santa Ifigênia, estas atividades apontam também para a crescente articulação da economia popular com circuitos espaciais de produção mais amplos, na medida em que se amplia a gama de artigos com os quais trabalham (*pendrives*, cartões de memória, *chips* etc).

No período atual, as atividades do circuito inferior surgidas em torno da banalização do acesso à telefonia celular se fazem cada vez mais presentes nas centralidades populares. A importância assumida por este fenômeno nas grandes cidades atesta a rápida capacidade de difusão e incorporação, entre os agentes da economia popular, de um *savoir-faire* relacionado a esta tecnologia que envolve não apenas a própria técnica de conserto, mas tarefas como o desbloqueio, a confecção de carregadores adaptados e até mesmo a clonagem de aparelhos. Segundo Gaudin (1978, p.127), a chave do movimento das técnicas reside, justamente, nas modalidades de transmissão do *savoir-faire* entre a população. Para este autor, “a evolução da técnica é feita de momentos de eclosão criativa em que o *savoir-faire*, a cultura técnica, se difunde por toda população” (GAUDIN, 1978, p.208); estes

---

<sup>57</sup> É interessante destacar a concorrência que se estabelece, na rodoviária, especificamente para o serviço de desbloqueio de telefone celular. Este serviço é oferecido tanto em uma loja da empresa *Oi*, quanto nos quiosques que também realizam consertos destes aparelhos. Enquanto na primeira, o serviço de desbloqueio custa R\$ 25,00 e vem “com garantia”, nos últimos vale R\$ 10,00 sem garantia...

momentos são, no entanto, sucedidos por um processo de confiscação deste mesmo *savoir-faire* pelas instituições produtoras.

Na rodoviária, este componente criativo que permeia a economia popular assume ainda outras manifestações; haja vista, por exemplo, as estratégias de trabalho adotadas pelos vendedores ambulantes. Embora o comércio ambulante seja proibido nas dependências da rodoviária, os vendedores costumam se misturar à massa que aguarda nas filas de ônibus, circulando com pouquíssima mercadoria à vista. Relógios, óculos escuros, CDs, DVDs e inclusive bebidas alcoólicas (misturadas à água em garrafinhas de plástico) são camuflados por esses trabalhadores para evitar a fiscalização.

A distância e a duração dos trajetos, realizados diariamente pelos trabalhadores entre o Plano Piloto e as cidades satélites e/ou os municípios contíguos ao Distrito Federal, conferem certas particularidades ao comércio localizado na rodoviária. A presença, por exemplo, de um pequeno açougue, da venda de artigos de cozinha e de bancas de frutas, em plena plataforma rodoviária, indicam a realização de compras domésticas no próprio local. O fato de que estes tipos de comércio encontrem um mercado na rodoviária pode estar relacionado ainda à dificuldade de deslocamento que caracteriza a cidade de Brasília, assim como ao elevado custo das tarifas de transporte. Segundo Duhau e Giglia (2007 p.82), as ocasiões propícias às compras para a população pobre, que costuma enfrentar longas viagens urbanas em transporte público, se encontram muitas vezes localizadas nos próprios terminais de transporte, ao longo das rotas de deslocamento:

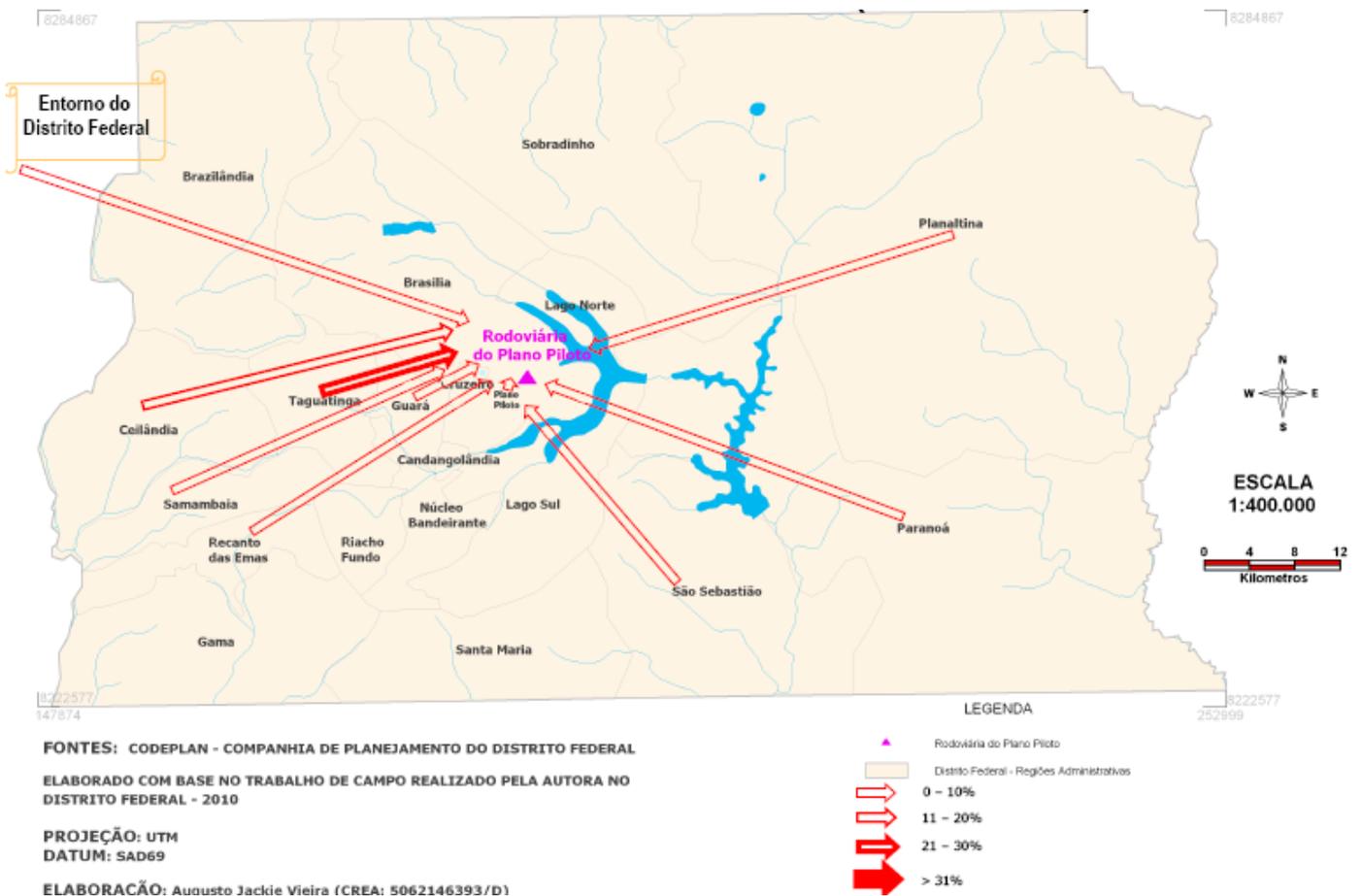
Os lugares de compra são, neste caso, lugares “de passagem” das viagens urbanas que muitos habitantes têm que realizar cotidianamente. A presença massiva do comércio ambulante nestes nós e nos lugares de trânsito evidencia esta função de (...) serviço brindado a um cliente em trânsito (DUHAU e GIGLIA, 2007, p.83).

A rodoviária constitui, assim, um local de intenso movimento, por onde circulam milhares de passageiros que representam, por sua vez, um grande mercado para os pequenos serviços e comércios aí localizados. Vale destacar que todos os trabalhadores do circuito inferior entrevistados na rodoviária consideram esta localização adequada a suas atividades. Por outro lado, é interessante notar como, mesmo neste universo do “consumo de passagem” de milhares de pessoas, podem se estabelecer relações mais pessoais e flexíveis, típicas de um pequeno comércio de vizinhança, como as práticas do fiado e da pechincha. Churros vendidos por R\$ 0,50

podem custar apenas R\$ 0,40 ou menos, ou até mesmo serem pagos em outra ocasião...

O alcance do mercado de todos os quiosques e boxes entrevistados engloba o Distrito Federal e os municípios de seu entorno. Tal abrangência aparece como mais um indicador da dimensão dos fluxos pendulares que se realizam cotidianamente entre a periferia de Brasília e seu núcleo central. Conforme revela o mapa a seguir, os próprios trabalhadores dos pequenos negócios do circuito inferior localizados na rodoviária devem realizar longas viagens diárias, uma vez que residem, em sua maioria, a grandes distâncias do Plano Piloto.

Mapa 4. Principais locais de residência dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados na Rodoviária do Plano Piloto (Brasília) (%) – 2010



O enorme fluxo de pessoas centralizado pela rodoviária do Plano Piloto representa um mercado que interessa igualmente às grandes empresas. Segundo a administração da rodoviária<sup>58</sup>, há um crescente interesse pela posse de um ponto comercial em suas dependências, sobretudo por parte das grandes redes de farmácia e de *fast food*. A importância desta localização revela-se também na grande quantidade de *stands* de consórcios de automóveis, de faculdades particulares e de construtoras nos corredores da rodoviária. Revela-se aí, mais uma vez, o crescente interesse do circuito superior nos mercados concentrados nas centralidades populares.

Face à densidade dos fluxos e à presença de uma ampla gama de pequenas atividades pouco capitalizadas, que encontra no público pobre que aí circula o seu mercado, a rodoviária pode ser compreendida como uma área de diversidade (SILVEIRA, 2007). Este local constitui um dos principais pontos, senão o principal, de concentração da economia popular no Plano Piloto. Consideramos que este papel aglutinador de fluxos assumido pela rodoviária, enquanto uma centralidade popular da cidade, se deve também à presença de um meio construído não propício a aglomerações. A própria morfologia segregadora influencia a dinâmica da circulação na cidade (HOLANDA, 1985, p.136). Deste modo, o meio construído fragmentado e setorializado de Brasília tende a dificultar, ainda mais, o fluxo das massas e a aglomeração de atividades do circuito inferior em seu núcleo central. Nessa direção, Nunes (2003) assevera:

O desenho físico da cidade, especialmente o urbanismo racional implementado no Plano Piloto, segmenta os usos do seu espaço, priorizando a circulação de veículos motorizados, o que leva a uma irrisória presença de pedestres nas ruas. O comércio ambulante, por exemplo, restringe-se a espaços restritos (...) (NUNES, 2003, p.92).

Destarte, as restrições de diferentes ordens, impostas aos pequenos negócios em Brasília, acabam por limitar a quantidade de áreas de maior densidade do circuito inferior na cidade. Contudo, além da rodoviária, é possível identificar ainda outras áreas de concentração de atividades populares no Plano Piloto, como, por exemplo, o Setor Comercial Sul. Neste local de grande circulação, coexistem pequenos comércios e serviços, vendedores ambulantes, empresas de maior porte e diversas agências de crédito pessoal, conformando uma situação semelhante à dos centros urbanos tradicionais (HOLANDA, 1985, p.146). A “feirinha” da torre de televisão e o chamado

---

<sup>58</sup> Segundo a Administração da Rodoviária do Plano Piloto, em entrevista concedida em agosto de 2009.

“*Shopping Popular*”, localizado ao lado da antiga Rodoferroviária, constituem igualmente pontos representativos do comércio e consumo popular no Plano Piloto.

Nos arredores da Plataforma Rodoviária, sempre houve uma grande concentração de vendedores ambulantes. Contudo, no primeiro semestre de 2008, o Governo do Distrito Federal desocupou esta área, transformando-a em estacionamento, e “transferiu” os vendedores ambulantes que aí trabalhavam para um “*Shopping Popular*”: um galpão ao lado da antiga Rodoferroviária de linhas interestaduais, a oito quilômetros de distância da Plataforma Rodoviária. Esta nova localização não abrigava, evidentemente, os mesmo conteúdos que a anterior, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos fluxos e à acessibilidade. A Rodoferroviária localiza-se em uma área descampada e erma, logo, as pessoas que chegavam a Brasília em ônibus vindos de outros Estados não circulavam em seus arredores. Os vendedores ambulantes aí instalados tiveram, assim, suas atividades comprometidas pela falta de um público consumidor. Com a construção de uma nova rodoviária para os ônibus interestaduais e a desativação desta antiga Rodoferroviária, os ambulantes que foram removidos para o dito “*Shopping Popular*”, encontram-se, atualmente, ainda mais prejudicados e com um mercado cada vez mais restrito. Por outro lado, esta nova rodoviária interestadual poderia representar, em contrapartida, um espaço de oportunidades para pequenos negócios. No entanto, todos os seus pontos comerciais foram locados a franquias de grandes empresas (Bob’s, Casa do Pão de Queijo, Subway etc) que praticam preços, muitas vezes, inacessíveis aos passageiros e migrantes de baixa renda que chegam à Brasília. Já nos arredores da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto, verifica-se o retorno de vendedores ambulantes que passaram a realizar suas atividades de forma mais precária.

Para além destas áreas onde os agentes do circuito inferior se fazem presentes de forma mais densa, destacam-se ainda certos “enclaves”, dispersos pelo tecido urbano, através dos quais as atividades pouco capitalizadas conseguem se inserir no Plano Piloto. A grande presença de quiosques, “banquinhas”, trailers e similares parece caracterizar especialmente o circuito inferior de Brasília<sup>59</sup>. Instalados nas entrequadras, calçadas e canteiros, os quiosques e bancas, onde se realizam pequenos consertos e são oferecidos diversos serviços, se integram, discretamente, à paisagem, inclusive nas áreas mais valorizadas.

---

<sup>59</sup> Os estabelecimentos deste tipo funcionam através de “concessões de uso precárias” concedidas pelo Governo do Distrito Federal; no entanto, nem todos possuem tal autorização.



Foto 12. Pequeno quiosque de chaveiro no Plano Piloto, onde também se consertam secadores de cabelo e ferros de passar, se afiam facas e é anunciada a realização de “pequenos serviços elétricos”.

A adaptação de imóveis para a instalação de pequenos comércios e serviços, em áreas onde o uso comercial não é permitido, configura outro tipo de estratégia adotada pelos agentes menos capitalizados no Plano Piloto. Conforme analisado por Lima (2009, p.100-102), nas quadras 700 Sul (voltadas para a Avenida W3), é possível identificar pequenas lojas, oficinas e, inclusive, pensões funcionando em imóveis definidos, segundo as normas de uso e edificação, exclusivamente como habitações unifamiliares. Fenômeno semelhante ocorre nas quadras 700 Norte, onde imóveis, que deveriam abrigar apenas residências, são convertidos em estabelecimentos como salões de cabeleireiros, cursos de língua, papelarias etc, passando, muitas vezes, a abrigar um uso misto<sup>60</sup>. Tais práticas nos demonstram como é o próprio “(...) espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente” (SANTOS, 1996a, p.140). Para Lima (2009, p.140), ao invés de exercer uma ação repressora e fiscalizadora, o Estado deveria atentar às alterações de uso desta natureza, visto que elas “(...) podem dar uma idéia de quais são as atividades e os usos que estão carentes de espaços na cidade e, desse modo, auxiliar na formulação de estratégias de intervenção com finalidade coletiva”. No entanto, a opção do Estado por privilegiar os agentes e atividades mais capitalizados é explícita em Brasília.

As condições em que o circuito inferior consegue se inserir no Plano Piloto conformam, assim, situações pontuais, uma vez que o alto valor do solo, a rigidez normativa e o caráter corporativo do Estado tendem a expulsar os pobres e suas atividades para a periferia. Destarte, poderíamos considerar que, em Brasília, o circuito inferior se caracteriza por um padrão de ocupação diferenciado do tecido

---

<sup>60</sup> Grandes empreendimentos imobiliários em áreas destinadas exclusivamente ao uso comercial e institucional revelam, por outro lado, como os agentes mais capitalizados também “desrespeitam” as normas de edificação, uso e gabarito (LIMA, 2009, p.102).

urbano, segundo sua localização. Enquanto no Plano Piloto, se restringe a um pequeno número de áreas onde se faz presente de forma mais densa – como a rodoviária e o Setor Comercial Sul – e às situações intersticiais em que consegue se inserir em certos “enclaves” do meio construído; nas cidades satélites, apresenta uma distribuição bem mais dispersa pelo tecido urbano. A extensão alcançada pela mancha urbana, com a expansão das cidades satélites e o avanço da periferação, implica, ademais, um crescente espraiamento do circuito inferior pelo território do Distrito Federal, como veremos a seguir.

Por outro lado, as situações analisadas revelam, ao mesmo passo, como os agentes do circuito inferior conseguem, através de diferentes estratégias, encontrar os interstícios no meio construído e nas próprias normas para se instalar neste núcleo central mais valorizado e normatizado de Brasília. Conforme afirma Santos (1996a, p.232), certas parcelas do espaço das grandes cidades podem escapar à rigidez das normas.

Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos (SANTOS, 1996a, p.232).

Por meio de diversos artifícios, o circuito inferior logra obter uma localização e, portanto, um mercado, no Plano Piloto, objeto de tantas normatizações. A análise destas situações nos revela, finalmente, como os usos, nascidos da escassez que caracteriza o período, conferem vida a uma materialidade com vocações originalmente distintas, ou seja, como os usos podem atualizar e flexibilizar formas tão enrijecidas pelas normas.

A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (SANTOS, 1996a, p.104).

Assim, conforme nos ensina Ribeiro (2005, p.94), embora o trabalho morto busque impor regras e condições ao trabalho vivo, através de um território extremamente normatizado, a “ação é sempre interação”. Deste modo, os dinamismos

do território só podem ser alcançados quando este é entendido enquanto “território usado” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou seja, como um território “(...) praticado, prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos” (RIBEIRO, 2005, p.94).

### **3.2.2. Relações entre os circuitos da economia urbana em áreas de especialização**

Como vimos acima, em Brasília, a especialização espacial das atividades econômicas assume feições extremas; visto que as normas de edificação, uso e gabarito determinam a localização de vários ramos de atividades em setores específicos, dentre os quais, se destacam os setores comerciais, de indústrias, gráficas, oficinas mecânicas, hospitais, hotéis, bancos, ministérios e embaixadas, clubes esportivos, difusão cultural, dentre outros. Estes setores podem ser compreendidos também como áreas de especialização, ou seja, como partes da cidade onde agentes com distintos graus de capital e organização dividem as diferentes tarefas envolvidas em um mesmo circuito espacial de produção e estabelecem, entre si, diversas relações de cooperação e concorrência (SILVEIRA, 2004a, p.11). As áreas de especialização geralmente nascem de aglomerações espontâneas; em Brasília, porém, derivam da densidade normativa que caracteriza a cidade, apresentando, portanto, uma natureza distinta.

Enquanto instrumento de planificação urbana, a distribuição das atividades em setores poderia representar “uma forma de regulação social dos efeitos úteis de aglomeração” (TOPALOV, 1979, p.34). No entanto, em Brasília, rígidos requisitos em termos de capital e organização acabam por eliminar, na maioria dos casos, as possibilidades dos pequenos negócios usufruírem dos efeitos de aglomeração de seus respectivos setores. Há, todavia, certas situações excepcionais, em que determinados agentes menos capitalizados conseguem se inserir em setores especializados, como, por exemplo, no ramo de oficinas.

As oficinas mecânicas figuram entre as atividades que têm suas localizações definidas em setores específicos em Brasília. Na cidade, há dois Setores de Oficina, um localizado na Asa Sul (SOF Sul) e outro na Asa Norte (SOF Norte). Sua implementação ocorreu em meados da década de 1980; até então, as oficinas localizavam-se principalmente nas entrequadradas da Asa Norte. Na ocasião de criação dos Setores de Oficinas, Bertone (1987, p.56) afirmou: “(...) a Terracap adota critérios,

prazos e preços que não atendem aos pequenos proprietários e só as grandes oficinas terão condições de se mudar para o setor definitivo”. A forma de implantação do zoneamento desta atividade demonstra, mais uma vez, como o Estado, no processo de urbanização de Brasília, repeliu as menores firmas para uma situação periférica, não só em termos de distância física, mas igualmente de acessibilidade sócio-econômica. A análise a seguir expõe as conseqüências do processo de realocação e normatização das pequenas oficinas mecânicas para seus proprietários e trabalhadores.

Estas camadas da população, consideradas como desprivilegiadas, são realmente (...) as vítimas de uma política de renovação urbana, pois sua incapacidade em atender à ação desta soma-se à insegurança presente, de dispor daquele espaço para desenvolverem suas atividades comerciais. Esta política, enquanto renova e privilegia certos espaços, contribui para a eliminação espacial e social do pequeno capital comercial ali anteriormente estabelecido (BERTONE, 1987, p. 56).

O atual predomínio de empresas mais capitalizadas nos Setores de Oficinas decorre, assim, do próprio modelo de zoneamento adotado em Brasília. Como nos demais setores especializados da cidade, para que uma empresa se instale nestas áreas, deve participar de uma licitação para concorrer a um lote, ou comprar ou alugar um lote de um terceiro e se adequar às normas impostas ao exercício da atividade no local em questão.

Localizado nas imediações do Plano Piloto, o SOF Norte concentra, sobretudo, empresas de médio porte e representantes das grandes marcas automotivas. Não obstante, encontramos aí também algumas pequenas oficinas que logram manter-se nesta localização e desenvolver suas atividades com níveis reduzidos de capital, tecnologia e organização. Já no SOF Sul, predominam as empresas do circuito superior do ramo automotivo, como grandes lojas, concessionárias e autorizadas.

Embora as oficinas localizadas atualmente no SOF Norte possam apresentar níveis mais distintos de capitalização, esta área se caracteriza pela presença relativamente restrita de pequenos negócios, frente à preponderância de estabelecimentos mais capitalizados e de maior porte. De todo modo, a coexistência de empresas pertencentes aos dois circuitos da economia, no SOF Norte, nos permite entrever os interstícios nos quais os pequenos negócios conseguem se inserir nos setores especializados, onde coexistem, através de relações de complementaridade e concorrência, com empresas mais capitalizadas.

O SOF Norte reúne tanto oficinas mecânicas que realizam serviços diversificados, quanto estabelecimentos especializados em determinadas tarefas do próprio ramo, como as funilarias, as borracharias, as oficinas de tapeçaria e capotaria, de alinhamento e injeção eletrônica, de instalação de aparelhos de som, os “lava-rápido” etc. Há ainda uma série de lojas de auto-peças e de artigos especializados para veículos. O nível de capitalização e organização dos estabelecimentos pode variar para cada serviço ou tipo de comércio.

No entanto, as oficinas do circuito inferior correspondem notadamente às borracharias e às funilarias, que são os negócios mais simples e menos capitalizados do setor, ou ainda a serviços como auto-elétrico, lanternagem, lavagem e à venda de peças usadas. A fragmentação das tarefas, inerente à divisão do trabalho no circuito inferior, aparece, portanto, como um dos elementos que permite a presença dos mais variados pequenos negócios nesta área de especialização.

A co-existência de empresas do mesmo ramo implica o desenvolvimento de relações de cooperação e concorrência entre os diferentes estabelecimentos aí localizados. Para além da disputa por clientes, estabelece-se uma interdependência entre as empresas que abrange diversas ordens. Esta envolve não apenas o fornecimento de peças, mas também o repasse de serviços, a terceirização de tarefas, empréstimos de ferramentas, trocas de informações, sublocações de partes das oficinas, indicações, etc. Certas relações de complementaridade aí desenvolvidas podem conformar, inclusive, manifestações de uma solidariedade orgânica (SANTOS, 1996a) estabelecida entre os agentes regionais.

O repasse de serviços, por exemplo, é constante entre as oficinas, e ocorre tanto entre as empresas de médio porte, quanto entre as grandes e as pequenas. Por um lado, tem-se a “terceirização” de certos serviços mais corriqueiros, como a lavagem de veículos e a troca de pneus, das maiores empresas para as menores. Por outro lado, as oficinas pequenas também terceirizam determinadas tarefas “mais complexas” para as maiores, como, por exemplo, o diagnóstico de problemas dos veículos, serviços de alinhamento, injeção eletrônica e alarme. O repasse de tarefas pode ocorrer ainda para oficinas “parceiras” localizadas no Setor de Oficinas Sul. Estabelece-se, assim, uma certa hierarquia entre os graus de complexidade deste repasse de serviços mecânicos: aqueles que demandam mais recursos técnicos e

informacionais são repassados às maiores empresas, já as tarefas mais banais tendem a ser terceirizadas para as menores oficinas<sup>61</sup>.

O constante empréstimo e repasse de ferramentas, materiais e utensílios, entre os mecânicos de diferentes oficinas, configura outro tipo de solidariedade que permeia as relações de cooperação nesta área. O emprego de equipamentos de trabalho (como máquinas, soldas e ferramentas) de “segunda mão”, traço típico do circuito inferior, se faz igualmente presente em diversos estabelecimentos. Grande parte do material utilizado no dia-a-dia das oficinas mecânicas provém de empresas do circuito superior que dominam a produção de peças, equipamentos e insumos do ramo. Encontramos aí outro tipo de atividade em que o circuito inferior participa, ainda que em suas etapas finais, de circuitos espaciais de produção de alcances mais amplos, inclusive internacionais, como é o caso do circuito espacial produtivo automotivo.



Fotos 13 e 14. Anúncio de pequenos serviços e oficina de lanternagem e pintura ao lado de borracharia no SOF Norte.

Muitas oficinas do SOF Norte adquirem seus acessórios e peças no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) de Brasília, localizado nas imediações do Plano Piloto. Estabelece-se, assim, uma interdependência constante entre essas duas áreas da cidade em torno da especialização mecânica e automotiva. Esta situação nos mostra como a repartição do tecido urbano em setores específicos pode engendrar, em certos casos, relações de complementaridade entre as áreas especializadas. E como a cidade, enquanto grande mercado, é composta por subsistemas articulados através de fluxos das mais diversas ordens.

<sup>61</sup> Vale destacar, neste ponto, a visão de Simondon (1958, p.81) sobre a tecnicidade. Para este autor, o fenômeno técnico não seria hierarquizável, pois só existe inteiramente através dos cuidados com os elementos (nível abaixo da máquina) e com os conjuntos (nível acima da máquina).

Por outro lado, observa-se que as menores oficinas se abastecem freqüentemente em lojas maiores, localizadas no próprio SOF Norte. Destarte, a contigüidade acaba por exercer um papel essencial, mesmo num ramo dominado por grandes empresas internacionais. Uma das maiores empresas localizadas no SOF Norte, comercializa cerca de 800 produtos por dia e possui um fluxo de caixa diário superior a R\$ 20.000,00<sup>62</sup>. Segundo o gerente entrevistado, esta demanda advém, em grande parte, das próprias pequenas oficinas do SOF Norte que aí se “abastecem”. As constantes compras destas oficinas, na loja em questão, ilustram a relação basilar de complementaridade estabelecida, entre os circuitos, em função da necessidade dos menores empreendimentos se abastecerem nas maiores empresas. Em áreas de especialização, este tipo de relação se mostra de forma mais explícita; visto que a concentração espacial favorece as relações de interdependência e de cooperação, fundamentais para o desenvolvimento da própria divisão social do trabalho (TOPALOV, 1979, p.25).

Contudo, o abastecimento nas grandes empresas implica, igualmente, a reprodução de velhas e novas formas de dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior. O fornecedor de peças ou o representante de uma grande marca constitui, muitas vezes, a principal fonte de informação das pequenas oficinas sobre novas técnicas e produtos. Assim, embora haja hoje um maior acesso a diferentes fontes de informação, aquela de caráter estratégico tende a não ser difundida para a totalidade dos agentes (BERNARDES, 2001), nos mais diferentes campos de atividade. Por outro lado, a troca de informação pessoal, o “boca a boca”, representa ainda a fonte de informação predominante sobre oportunidades de negócios entre as pequenas oficinas do circuito inferior, de modo geral.

No SOF Norte, relações de complementaridade também se estabelecem entre as oficinas e as atividades não diretamente relacionadas ao ramo automotivo, mas que se encontram localizadas no setor. Gráficas são constantemente solicitadas para a fabricação de cartões de visitas, folhetos e encartes encomendados pelas oficinas; botecos e pequenos restaurantes servem almoço aos mecânicos, destaca-se inclusive a presença de pequenas pensões. A distância e o relativo isolamento do SOF Norte, em relação ao núcleo mais central da cidade, obrigam aqueles que aí trabalham a utilizar os serviços oferecidos nas proximidades de seu local de trabalho. Localizado na EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento), a cerca de dez quilômetros do

---

<sup>62</sup> Filial de uma grande rede, a loja em questão se destaca como a empresa mais capitalizada localizada no SOF Norte. Segundo o gerente entrevistado, a loja emprega 58 funcionários, utiliza métodos modernos de organização (softwares especializados), tem linhas de financiamento em três bancos e faz publicidade na televisão e em jornais e revistas especializadas.

núcleo central do Plano Piloto, O SOF Norte é uma área bastante inacessível, sobretudo através de transporte público. Segundo Holanda (1985, p.149), a criação de lugares especializados e isolados configura um traço típico da “morfologia da separação” que caracteriza Brasília.

Para além das complementaridades, estabelece-se, ao mesmo tempo, uma intensa concorrência entre as empresas no interior desta área de especialização. A disputa por clientes pode ocorrer em torno de serviços específicos dentro do próprio ramo (entre funiladoras ou entre borracharias, por exemplo), entre empresas do mesmo porte e/ou entre oficinas de diferentes níveis de capitalização que oferecem serviços diversos. Para as menores oficinas entrevistadas, a principal concorrência é exercida pelas empresas de médio porte localizadas no próprio SOF Norte. Como vimos acima, serviços mais banais, e mais baratos, tendem a ser solicitados às menores oficinas, enquanto as maiores empresas disputam o mercado de serviços mais caros e de maior complexidade.

O perfil predominante do consumidor destas oficinas é de classe média, inclusive entre os menores estabelecimentos. Apenas 10% das oficinas entrevistadas afirmaram que seus clientes eram exclusivamente de baixa renda. A abrangência do mercado das oficinas localizadas no SOF Norte não ultrapassa, na maioria dos casos, a Região Administrativa de Brasília. Este alcance configura um indicador importante do perfil da clientela deste setor; visto que a população pobre tende a utilizar os serviços das oficinas localizadas nas proximidades de suas residências, ou seja, nas próprias cidades satélites.

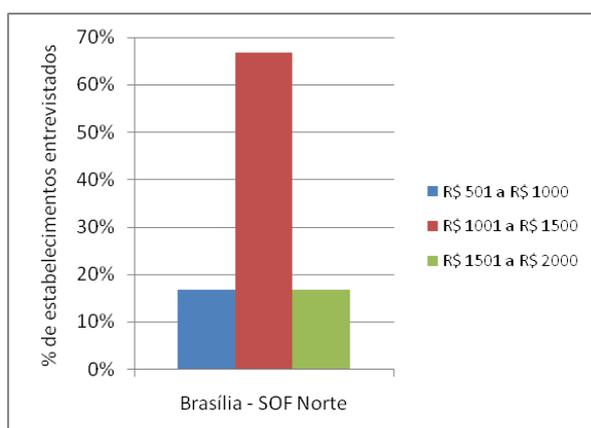
Por outro lado, constatamos que a composição do mercado e os dinamismos das pequenas oficinas das grandes cidades do país, de modo geral, também vêm sendo impactados pelo vigor de variáveis chave do período atual, como o consumo e as finanças. Nos últimos anos, a banalização do acesso ao crédito vem acarretando o forte aumento da compra parcelada de veículos, sobretudo entre a classe média. Enquanto este estrato endivida-se para adquirir automóveis novos, a população de baixa renda faz girar, cada vez mais, o mercado de veículos usados que demandam, por sua vez, os serviços de oficinas mecânicas com mais frequência. Por conseguinte, a clientela de pequenas oficinas, localizadas em áreas pobres das metrópoles, tende a se expandir.

A análise das relações entre as empresas de ambos os circuitos instaladas no SOF Norte demonstra uma trama de ligações que envolvem as atividades em uma área de especialização, tanto à montante (origem dos insumos) quanto à jusante

(mercado consumidor) (CORREA, 1989, p.57). Diferentes formas de complementaridade se combinam à concorrência, renovando esta relação dialética que se torna crescentemente complexa no período atual e que assume, por sua vez, feições singulares segundo a especialização ou a diversidade da área em questão.

Como vimos acima, a maioria das oficinas localizadas no SOF Norte possui um nível relativamente elevado de capitalização, podendo arcar, portanto, com os altos valores de aluguel cobrados no setor. Apesar do custo de tal localização, alguns estabelecimentos menos capitalizados também logram permanecer nesta área. Os pequenos negócios ocupam os imóveis menores e mais deteriorados; de todo modo, os valores de aluguel pagos por eles são bastante elevados para os níveis de capitalização do circuito inferior, conforme revela o gráfico a seguir.

Gráfico 7. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no SOF Norte (Brasília) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Brasília entre 2008 e 2010.

Contudo, este alto valor do solo se compensa pela importância que o SOF Norte possui enquanto principal referência para os serviços mecânicos em Brasília, garantindo, por conseguinte, um acesso constante ao público consumidor para as empresas aí instaladas. Segundo Beaujeu-Garnier (2006, p.143), a reunião de lojas e estabelecimentos de uma mesma especialidade, em uma pequena área, permite a multiplicação da frequência da clientela e favorece as compras pelas possibilidades de comparação e agrupamento de compras diversas. Apesar da distância em relação ao núcleo central e da deficiência de transporte público, a localização é considerada adequada pela maioria dos estabelecimentos, tanto pelos pequenos quanto pelos grandes.

A presença de uma dada oficina no SOF Norte assegura sua participação em uma economia de aglomeração e, portanto, significa também uma economia de escala. O abastecimento local permite reduzir, por exemplo, os gastos gerais de circulação e os tempos de deslocamento. Conforme afirma Silveira (2007, p.158), a localização em uma área de especialização nas metrópoles “(...) representa uma diminuição dos custos para aquelas empresas cuja força não lhes permite disputar grandes mercados territoriais”. Das vantagens derivadas da combinação destes fatores, resultam certas estratégias adotadas pelos agentes menos capitalizados para se manterem no SOF Norte. Dentre estas, destacam-se, por exemplo, a sublocação de partes de outras oficinas, que representa igualmente uma forma de dividir os custos de tal localização, e até mesmo a montagem de uma pequena oficina no interior de um *trailer* em uma calçada.



Foto 15. Pequena oficina improvisada em um *trailer* no SOF Norte.

Vale destacar que há diversas oficinas mecânicas que permanecem localizadas fora dos Setores de Oficinas, sobretudo nas quadras 700 da Asa Norte, onde não são permitidas. Embora algumas consigam manter-se neste ponto através de “alvarás precários”<sup>63</sup> (LIMA, 2009), outras simplesmente permanecem “irregularmente”. Identificamos ainda diferentes estratégias desenvolvidas por pequenas oficinas improvisadas para garantir uma localização no interior do Plano Piloto. Na Asa Sul, por exemplo, um mecânico guarda suas ferramentas e peças no porta-malas de seu automóvel, que passa o dia estacionado em uma quadra (ponto onde já é conhecido por seus serviços); quando precisa contatar um fornecedor ou

---

<sup>63</sup> Segundo Lima (2009, p.120), a figura do alvará precário “permite o funcionamento de atividades de qualquer sorte (comerciais, institucionais e até industriais) em imóveis urbanos, independentemente da regra de uso e ocupação do solo, por prazo que pode chegar a dois anos, passível de renovação por novos prazos, de forma indeterminada”. Na prática, ainda segundo Lima, “a legislação em questão parece estar mais fundamentada em motivações políticas que propriamente urbanísticas.

cliente, utiliza seu telefone celular. Outros mecânicos oferecem seus serviços em quiosques, embora a atividade também não seja permitida neste tipo de instalação. Verificamos assim, mais uma vez, como apesar da rigidez normativa, tanto as maiores empresas quanto os pequenos negócios encontram as brechas no meio construído e na normatização para a realização de suas atividades.

Por outro lado, as situações analisadas expõem algumas das adversidades que os agentes do circuito inferior devem enfrentar para realizar suas atividades em Brasília. Assim sendo, entendemos que o poder público poderia atuar no sentido de assegurar certas localizações, e, portanto, um maior mercado, ao circuito inferior, no núcleo central de Brasília, tanto em setores especializados quanto nas áreas de grande circulação. Destarte, não reservaria apenas ao circuito superior as áreas que asseguram “sobrelucros de localização” (TOPALOV, 1979, p.33). Pelo poder que concentra em Brasília – no que tange a destinação do uso dos lotes, a definição da localização das atividades e a setorialização do tecido urbano – o Estado deveria garantir que os agentes menos capitalizados pudessem usufruir de condições mais favoráveis para realização de suas atividades.

### **3.3. A economia pobre de uma periferia em transformação**

Como vimos acima, o processo de urbanização de Brasília, no qual o Estado desempenhou um papel central, se deu através da formação de uma enorme área periférica no entorno da cidade. Se, por um lado, a maioria dos empregos foi centralizada nas imediações do Plano Piloto; por outro lado, a concentração da população de baixa renda nas cidades satélites engendrou, ao mesmo passo, o florescimento de um circuito inferior periférico. Ou seja, a aglomeração da população pobre na periferia levou ao surgimento de diversas atividades de sobrevivência nestas localidades.

Contudo, é preciso destacar que, desde os anos 1980, as cidades satélites abrigam também os pequenos negócios que “(...) sofrem a concorrência na área central e que, pelo seu porte, não podem pagar o preço da localização no Plano Piloto, e migram para os núcleos periféricos” (FERREIRA, 1985, p.54). As relativas facilidades de entrada no mercado da periferia, onde há uma maior permissividade e tolerância com os pequenos estabelecimentos (BERTONE, 1987, p.68), contrastam, assim, com a rigidez normativa do Plano Piloto.

Nas cidades satélites da periferia de Brasília, predominam os pequenos comércios e serviços que atendem às demandas cotidianas da população pobre local. Estes constituem, muitas vezes, negócios familiares, onde a divisão das tarefas não é fixa e a rentabilidade do trabalho é baixa. Neste mercado periférico, o baixo nível de renda da clientela é compensado, em certa medida, pelo volume da demanda aglomerada nestes núcleos distante do Plano Piloto. Não obstante, a grande capacidade de proliferação destes pequenos negócios não deixa de se combinar a suas altas taxas de mortalidade (FERREIRA e PENNA, 1996, p.199).

A economia popular da periferia de Brasília também tem incorporado novas variáveis representativas do período da globalização aos seus dinamismos, visto que as relações do circuito inferior com as variáveis chave do período não se limitam às áreas centrais das metrópoles. Conforme veremos a seguir, a técnica moderna, a informação e o crédito vêm permeando, progressivamente, as atividades do circuito inferior periférico de Brasília.

Por outro lado, seus dinamismos também são impactados por fatores de ordem regional. A forte valorização imobiliária do Plano Piloto e as restrições normativas aos pequenos negócios, combinadas às intensas migrações e à expansão da mancha urbana, entre outros, vem implicando um alargamento constante da periferia e, por conseguinte, um rearranjo do circuito inferior nesta metrópole (PAVIANI, 1987).

Visando apreender os dinamismos atuais da economia pobre na periferia de Brasília, analisamos, a seguir, certas situações geográficas consideradas reveladoras em Ceilândia. Este aglomerado nos aparece, quiçá, como a mais emblemática das cidades satélites, tanto no que tange a permanência de componentes intrínsecos à natureza excludente destes núcleos periféricos, quanto no que concerne as transformações recentes desta periferia. Localizada a trinta e cinco quilômetros do Plano Piloto, Ceilândia é uma cidade extremamente populosa e pobre, com um meio construído bastante deteriorado e carente em termos de equipamentos públicos. Contudo, a estes conteúdos, combinam-se, atualmente, o avanço da valorização imobiliária, a chegada de grandes redes de varejo e o aumento, embora bastante limitado, do emprego local.

No fim dos anos 1960, diversas favelas e acampamentos de construtoras (chamados, na época, de “grandes invasões”) ocupavam terrenos considerados estratégicos no Plano Piloto, abrigando sobretudo migrantes nordestinos que trabalhavam, então, nas construções da nova capital. Buscando coibir a proliferação deste tipo de assentamento, o Governo do Distrito Federal instituiu a “Campanha de

Erradicação de Invasões” (CEI) que transferiu, no início da década de 1970, cerca de 80 mil habitantes dessas favelas (Iapi, Vila Tenório, Esperança, Bernardo Saião e Morro do Querosene) para a localidade que viria a ser chamada de Ceilândia (PAVIANI, 1991). A trinta e cinco quilômetros de distância do Plano Piloto, o local não dispunha, na ocasião, de nenhuma infra-estrutura, de serviços básicos e, muito menos, de ofertas de trabalho. Segundo Paviani (1985, p.65), com a Campanha de Erradicação de Invasões, os órgãos governamentais “tentaram preservar a “cidade-mãe” de algumas das mazelas comuns às metrópoles brasileiras, mas, por outro lado, ampliaram, sem planejamento globalizado, o espaço “urbanizado” do Distrito Federal”. O processo de constituição deste núcleo que deu origem à Ceilândia foi, assim, uma das manifestações mais explícitas da atuação segregadora do Estado, na condução da urbanização inicial de Brasília. Para Villaça (1998, p.359), a segregação representa, justamente, a configuração socioespacial que viabiliza a dominação através do espaço e que garante às classes dominantes o controle do espaço urbano.

A construção inicial de Ceilândia se deu, sobretudo, através do trabalho de seus novos moradores, mobilizados em mutirões. O plano urbanístico implantado posteriormente teve como referência o racionalismo do Plano Piloto, com a disposição das ruas em quadras residenciais e entrequadras comerciais, orientadas por dois grandes eixos ortogonais. Os limites da cidade foram definidos conforme a forma de um barril, demonstrando, mais uma vez, como em Brasília, “o desenho dos espaços urbanos se concretiza pela visão “a vôo de pássaro do plano” e escassamente pela acomodação ao sítio e às formas pelas quais a comunidade exerce sua cidadania” (ROMERO, 2005, p.138).



central de Brasília. No entanto, a frequência e a quantidade de trens, assim como a cobertura da rede, ainda são claramente insuficientes para a demanda concentrada na periferia de Brasília.

Embora Ceilândia já abrigue hoje uma atividade econômica local relativamente mais dinâmica, apenas de 1/3 de sua população ocupada trabalha nesta mesma Região Administrativa. O comércio aparece como o principal setor empregador, ocupando 33,3% daqueles que exercem alguma atividade remunerada, enquanto os serviços, em geral, empregam 11,6% desta parcela da população (CODEPLAN/PDAD, 2010). Não obstante, Ceilândia enfrenta ainda altos índices de desemprego: no início dos anos 2000, o desemprego chegou a atingir mais de 110 mil pessoas, ou seja, 1/3 de seus habitantes. A insuficiência de empregos atinge, assim, a maior parte de sua população economicamente ativa que segue dependendo daqueles concentrados no Plano Piloto. No início dos anos 1990, Ceilândia foi definida por Paviani (1991, p.130) como a maior cidade dormitório da região Centro-sul.

O baixo nível de renda de sua população e a precariedade de seu meio construído expõem, do mesmo modo, o nível de carência e escassez em que vive a maioria de sua população. Em 2010, quase 40% de seus domicílios possuíam uma renda mensal per capita inferior a ½ salário mínimo. Enquanto a renda média domiciliar mensal dos habitantes no Plano Piloto alcança o valor de quase 20 salários mínimos, em Ceilândia é de 4,7 salários mínimos, ou seja, não chega a 1,2 salários mínimos per capita por mês (CODEPLAN/PDAD, 2010).

Por outro lado, embora possa ser associada, mormente, a este panorama de pobreza, Ceilândia já é atingida também pelo processo de expansão e valorização imobiliária de Brasília, que tem avançando, cada vez mais, rumo às cidades satélites “consolidadas”. Segundo Schvasberg<sup>64</sup>, a velocidade desse fenômeno seria aí, inclusive, mais acelerada do que no Plano Piloto.

A grande população concentrada em Ceilândia tem atraído, igualmente, grandes redes de varejo e de serviços que buscam, por sua vez, alcançar o enorme mercado reunido na cidade, cujo consumo encontra-se facilitado pelo maior acesso ao crédito. Estas redes instalam-se nos locais de maior circulação, como nas imediações da Avenida Helio Prates, onde há lojas de empresas como Ponto Frio, Casas Bahia, Oi etc, além de diversas agências de crédito pessoal e estabelecimentos de grandes grupos regionais de móveis, concessionárias, calçados e vestuário etc. Conforme afirma Silveira (2010, p.7), as centralidades pobres de áreas de diversidade têm se

---

<sup>64</sup> Em entrevista concedida pelo Prof. Dr. Benny Schvasberg, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em agosto de 2009.

tornado cada vez mais atrativas para grandes redes nacionais e estrangeiras, cuja distribuição se expande para a escala metropolitana. Destarte, verificamos que este crescente interesse do circuito superior no dinamismo das áreas populosas e dos mercados pobres também se faz presente em Ceilândia.

Por outro lado, este processo vem implicando, ao mesmo passo, a intensificação, em diferentes escalas, do “movimento de empurrão” (PAVIANI, 1987) da população mais pobre e das atividades de pequeno porte para fora das áreas relativamente mais bem equipadas, inclusive nas cidades satélites. Em Ceilândia, uma parcela dos moradores de baixa renda e dos pequenos negócios antes localizados nas proximidades da Avenida Helio Prates, principal centralidade da cidade, transferiu-se para áreas de expansão recente, como os setores O e P Norte. Este “movimento de empurrão” acaba por expulsar também, em certos casos, a população pobre e suas atividades para fora dos limites do Distrito Federal. Aumenta hoje a quantidade daqueles que não podem pagar por uma localização, ainda que periférica, e, por conseguinte, avolumam-se as migrações internas, conferindo novas dimensões ao processo de empobrecimento e de periferização em Brasília. De acordo com Schvasberg<sup>65</sup>, entre 2000 e 2008, mais de 140 mil pessoas migraram do Distrito Federal para os municípios goianos do chamado entorno. Daí o forte crescimento populacional de localidades como Santo Antonio do Descoberto, Luiziânia e Águas Lindas (CATALÃO, 2008), as quais aparecem como as novas cidades dormitório desta grande periferia de Brasília.

No entanto, a recente valorização imobiliária e a chegada de grandes empresas representam um fenômeno de alcance bastante restrito, visto que a maior parte do tecido urbano de Ceilândia ainda encontra-se desequipada, degradada e desvalorizada, expondo o baixo nível de renda de sua população e o desamparo por parte do poder público. Vale destacar que, mesmo em sua área mais central, a economia popular e as moradias precárias são predominantes. O ar de modernidade e os estabelecimentos mais capitalizados não se estendem para muito além do perímetro imediato em torno de suas duas maiores avenidas. Estas empresas representam também uma parte mínima do total de estabelecimentos da cidade, compostos, em sua grande maioria, por pequenos negócios do circuito inferior. Segundo a Associação de Micro Empresas de Ceilândia, há cerca de 20 mil micro

---

<sup>65</sup> Idem.

empresas na cidade, representadas sobretudo pelos ramos de confecções e de oficinas mecânicas.

Localizada na Avenida Hélio Prates, a Feira Central compreende a principal centralidade popular de Ceilândia. Neste grande mercado, são comercializados artigos de confecções, bolsas, sapatos, produtos horti-frutigranjeiros, ingredientes típicos da culinária nordestina, utensílios de cozinha etc. Segundo Romero (2005, p.149), a ausência de um lugar propício à sociabilidade em Ceilândia transforma a Feira Central em sua principal centralidade, onde se reúnem seus habitantes. Nesta feira, assim como nos botecos e pequenos restaurantes de Ceilândia, predominam as comidas típicas nordestinas, como mocotó, acarajé, baião de dois, carne de sol, tapioca etc, além de frutas e sucos da região. Encontramos aí a manifestação de um dos traços regionais especialmente representativos do circuito inferior de Brasília: a importância dos migrantes nordestinos tanto entre os trabalhadores, quanto como consumidores dos pequenos negócios, onde, muitas vezes, são comercializados produtos típicos desta região.

O grande fluxo de trabalhadores migrados sobretudo do Nordeste, para a construção da capital federal nos anos 1950 e 1960, se reflete na participação que os habitantes originários desta região possuem ainda hoje entre os habitantes do Distrito Federal, onde mais de 25% da população é nordestina. Em Ceilândia, essa participação chega a 33% da população (CODEPLAN/ PDAD, 2010). Vale destacar que mais de 50% da população residente no Distrito Federal não é natural nem do município onde mora, nem desta Unidade da Federação (IBGE, PNAD, 2009).

### **3.3.1. Particularidades e universalidades do circuito inferior periférico de Brasília**

Dada a dimensão da área ocupada por Ceilândia, selecionamos o setor P Norte para explorar as dinâmicas atuais que caracterizam a economia pobre na periferia de Brasília. Esta área de ocupação recente, onde se concentra uma população mais carente, abriga uma composição de situações geográficas que nos permite analisar certas especificidades do circuito inferior periférico nesta região. Assim como nas periferias das demais metrópoles pesquisadas, encontramos, nesta área, uma economia popular bastante diversificada, ainda que realizada com um nível de capitalização muito reduzido.

Pequenos comércios de vizinhança e estabelecimentos onde são oferecidos os mais diversos serviços compõem o circuito inferior desta área. Não obstante, a realização de pequenas atividades em residências aparece como uma de suas principais manifestações, senão a principal. Avançamos, aqui, a hipótese de que o circuito inferior residencial periférico possui uma importância imensurável enquanto gerador de trabalho e renda nas grandes cidades brasileiras. Abrangendo toda uma atividade econômica praticamente não estudada, ele exerce um papel fundamental na complementação da renda, ou mesmo enquanto atividade principal, das famílias pobres de bairros periféricos das metrópoles. Segundo o IBGE (2003), de um total de 2,7 milhões de micro empreendimentos existentes nas cidades do país, 14,6% funcionam nos domicílios dos próprios empreendedores. Dentre cerca de um milhão de trabalhadores cadastrados como Micro Empreendedores Individual (MEI) no país, 70% fazem uso do próprio domicílio para realizar a atividade econômica (SEBRAE, 2011).

O circuito inferior residencial desta área de Ceilândia é composto pelas mais diversas atividades. Instalados sobretudo em garagens e nas partes das casas voltadas para a rua, encontram-se pequenos salões de cabeleireiro, serviços de manicure e pedicure, fabricação e venda de dindin, fabricação e conserto de sapatos, pequenos serviços de consertos e reparos, papelarias, venda de doces e salgados caseiros para festas e até mesmo pequenas *lanhouses* improvisadas. Certas atividades como a venda de artigos de segunda mão (que vão desde roupas e sapatos a portas, grades, fogão, carrinho de super mercado, máquina de algodão doce etc) e a compra de cobre e de latinhas de alumínio para revenda expõem, de forma mais explícita, o grau de pobreza desta população; evidenciado ainda pela própria precariedade do meio construído.



Fotos 16 e 17. Anúncios de atividades do circuito inferior residencial em Ceilândia.

A realização desta enorme gama de atividades nas residências demonstra a própria impossibilidade destes trabalhadores em arcar com os custos adicionais de um ponto comercial. Por outro lado, exprime certas manifestações criativas do circuito inferior que garantem a sobrevivência de grande parte da população pobre, ou ainda, este “domínio da flexibilidade tropical com a adaptabilidade extrema dos atores” (SANTOS, 2000, p.146). Neste sentido, vale destacar que a combinação de tarefas não relacionadas entre si também permeia o circuito inferior doméstico em Ceilândia. Na garagem de uma mesma casa, por exemplo, funcionam concomitantemente uma pequena sorveteria de picolés fabricados na própria residência, o serviço de chaveiro e a venda de marmitas.

Em diversos imóveis, pratica-se o fracionamento de cômodos para a instalação de pequenos negócios, não necessariamente realizados pelo morador, ou seja, há uma sublocação de partes das residências para fins comerciais. Tais práticas figuram, assim, entre as estratégias, adotadas pelos agentes menos capitalizados, para dividir os custos relativos ao meio construído. A subdivisão das habitações e sua locação podem se dar, igualmente, para a moradia de terceiros<sup>66</sup>, conformando um verdadeiro “submercado imobiliário” entre a população de baixa renda (CAMPOS, 1991, p.104).

Este tipo de aluguel encontra uma demanda constante entre a população pobre na periferia de Brasília. Frente ao avanço da valorização imobiliária e à rigidez das normatizações urbanísticas, os grupos de menor renda não conseguem, muitas vezes, assumir a posse definitiva dos lotes, inclusive nas cidades satélites. Destarte “(...) se vêem permanentemente impelidos a sair destes espaços por eles constituídos ou alterar sua forma de apropriação, como, por exemplo, pela sublocação” (CAMPOS, 1991, p.104).

Fenômenos desta natureza estão relacionados, também, à intensidade dos fluxos populacionais no interior do Distrito Federal e em seu entorno, os quais implicam, por sua vez, uma alta rotatividade dos imóveis nesta região. Como vimos acima, o processo de valorização do centro das cidades satélites consolidadas se combina ao crescimento de sua população e à escassez de lotes para os mais pobres, provocando, por conseguinte, um alargamento constante da periferia de Brasília, que já se estende para além dos limites do Distrito Federal. Ainda que com menor intensidade que nas décadas anteriores (IBGE, 2011), a metrópole de Brasília segue

---

<sup>66</sup> Para Davis (2006, p.52), a locação é uma relação social fundamental na vida favelada, constituindo, segundo este autor, o principal modo dos pobres urbanos gerarem renda com seu patrimônio. A forte presença do circuito inferior residencial nas periferias das grandes metrópoles analisadas nos sugere, no entanto, que a locação não representa o principal meio de geração de renda entre essa camada da população a partir de seu patrimônio imobiliário, mas sim o aproveitamento das residências para a realização de diversas atividades econômicas.

exercendo um forte poder de atração sobre a população pobre que “(...) carecendo de alternativas, procura a capital, por considerá-la o eldorado onde se “doam” terrenos aos favelados” (PAVIANI, 1991, p.141). Esta demanda reprimida por lotes, canalizada para o Distrito Federal, constitui um dado muito forte da psicoesfera (SANTOS, 1996a) entre os migrantes mais pobres que buscam a região. Segundo Nunes (2003, p.83), em Brasília, “(...) mais do que a oferta de emprego, é a oferta de terra que se firma como principal indutor da expansão da cidade”.

Entre a população de Ceilândia, por exemplo, verifica-se que cerca de 20% de seus habitantes chegaram ao Distrito Federal após os anos 1990 (CODEPLAN/ PDAD, 2010). A intensidade destes fluxos migratórios implica, conseqüentemente, uma reconfiguração constante do circuito inferior periférico localizado nas cidades satélites e do entorno, conferindo-lhe certas características particulares. Conforme afirma Paviani, muitos “trabalhadores de menor renda encontram uma saída para a sobrevivência na própria periferia em organização” (PAVIANI, 1987, p.48).

Certas atividades do circuito inferior do P Norte em Ceilândia apontam, especialmente, para a adaptação não só de suas atividades, mas do próprio meio construído, frente a estes processos. Conforme constatamos, o P Norte se “divide” em uma área mais consolidada (P Norte “de cima”) e uma área nova de expansão recente, onde prevalecem as instalações mais precárias e barracos recém instalados (P Norte “de baixo”). Este arranjo espacial se manifesta, também, nos tipos de atividades realizadas. Em uma pequena loja de compra e venda de móveis usados, verificamos, por exemplo, que os itens usados são vendidos, principalmente, para os moradores do P Norte “de baixo”, que estão montando suas casas; enquanto os móveis usados são comprados sobretudo dos moradores do P Norte “de cima”, que já têm mais condições de trocar suas mobílias. Tal situação nos revela os nexos do espaço dividido, relacionados, mais uma vez, à periferização, à expansão do tecido urbano e à importância das migrações na região. Estas representam, efetivamente, um elemento de rearranjo constante do circuito inferior periférico regional, e ocasionam, inclusive, o surgimento de atividades específicas, como a venda de móveis e utensílios usados, o serviço de frete e carreto para mudanças, pequenas lojas de material de construção, dentre outras.

Destarte, apesar da preponderância das atividades realizadas em residências, o circuito inferior nesta área de Ceilândia é composto, igualmente, por pequenos negócios instalados em “estabelecimentos comerciais”. Conforma-se, assim, uma combinação de diversos pequenos comércios de vizinhança, típicos dos núcleos

periféricos de áreas de maior dificuldade de acesso e de baixa renda (SANTOS e SERPA, 2000, p.56). De todo modo, o baixo nível de capitalização e organização caracteriza ambas as situações, ou melhor, define a maior parte da economia urbana localizada nos núcleos da periferia de Brasília, como um todo.

A atividade econômica dessas localidades, constituída de pequenos negócios informais, ligados à função residencial, representa um dos aspectos da estratégia de sobrevivência dessa população pobre, gerando parte de seus empregos a custos reduzidos e atendendo às suas necessidades cotidianas de abastecimento e serviços junto à residência (FERREIRA e PENNA, 1996, p.199).

Conforme destacamos acima, os ramos de oficinas mecânicas e de confecção e costura reúnem o maior número de micro empresas em Ceilândia. A grande presença de oficinas mecânicas na periferia revela, de modo geral, o volume da demanda por esse tipo de serviço entre a população de baixa renda. Com o aumento do consumo de carros novos pela classe média, permitido pela maior oferta de crédito, cresce a frota usada que tende a ser incorporada na periferia. Daí a proliferação de atividades do circuito inferior ligadas à manutenção, aos consertos de veículos e à venda de peças, as quais garantem, por sua vez, a circulação e a distribuição de uma produção oriunda do circuito superior. Telles e Hirata (2007) também atentam aos dinamismos relacionados às oficinas mecânicas localizadas nas periferias das grandes cidades:

Oficinas de carro, que se multiplicam por toda a periferia, em que se misturam o trabalho informal e a transação de peças de origem duvidosa, em conexão (ou não) com os vários pontos de desmanche de carros roubados, tudo isso alimentando um espantoso mercado popular de peças, motos e automóveis de “segunda mão”; (...), fontes de renda para os que agenciam os pontos de venda pelas periferias afora, mobilizando redes locais de sociabilidade e mais uma cascata confusa de intermediários por onde esses produtos circulam nos hoje expansivos mercados de consumo popular (TELLES e HIRATA, 2007, p184).

Por outro lado, vale destacar a importância da bicicleta enquanto meio de transporte para grande parte dos deslocamentos na área em questão. É interessante notar como surgem diversas atividades voltadas à bicicleta e que a empregam, inclusive, enquanto um instrumento de trabalho, como as bicicletarias, borracharias, lojas de pneus de bicicleta, venda de sucos e salgados em bicicleta, bicicletas de som etc. O alcance do mercado dos pequenos negócios do circuito inferior não ultrapassa,

para 60% dos trabalhadores entrevistados nesta área, a escala do bairro; demonstrando-nos a relevância da contigüidade e deste tempo mais lento, expresso pela intensidade do uso da bicicleta, no cotidiano destas atividades.

Tendo em vista a predominância de pequenos negócios nesta área de Ceilândia, as relações diretas entre empresas do circuito inferior e superior se restringem, de certo modo, ao abastecimento dos agentes menos capitalizados em grandes supermercados ou em lojas atacadistas da cidade e da região. Trabalhadores do circuito inferior podem realizar, esporadicamente, certos “bicos” para as maiores empresas aí localizadas, dentre os quais se destacam, por exemplo, os serviços de “cartazista” e de carro de som, prestados ao maior supermercado do bairro.

A complementaridade local que caracteriza a atividade econômica da periferia de Ceilândia se manifesta, também, na procedência dos insumos e artigos com os quais trabalham os pequenos negócios do circuito inferior. Conforme explicita a tabela a seguir, estes produtos provêm, em sua maioria, de Ceilândia, Taguatinga, Brasília e Goiânia, revelando-nos a participação majoritária destas micro empresas em circuitos espaciais de produção de alcance regional (Ver Mapa das principais procedências dos insumos e artigos comercializados pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados em Ceilândia em ANEXO 8).

Tabela 5. Procedência dos insumos e artigos dos pequenos negócios do circuito inferior entrevistados em Ceilândia (%) – 2010

<b>Procedência</b>	<b>%</b>
Ceilândia	32%
Taguatinga	13%
Brasília	13%
Goiânia	6%
Distrito Federal	6%
São Paulo	6%
Taguatinga e São Paulo	6%
Brasília, Goiânia e São Paulo	6%
Planaltina, Goiás, Minas Gerais e São Paulo	6%
Goiânia, Pernambuco e China	6%
Total	100%

Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo em Ceilândia entre 2008 e 2010.

O fornecedor ou o representante de uma grande marca constitui muitas vezes, a principal fonte de informação sobre técnicas e produtos para estes agentes pouco capitalizados. Vale destacar que este fenômeno foi identificado não apenas em Ceilândia, mas também nas demais áreas analisadas em Brasília. Este tipo de relação ocorre, por exemplo, através do provimento de cosméticos para um pequeno salão de beleza localizado na periferia, do fornecimento do papel de revelação para fotógrafos que trabalham na rodoviária, ou ainda da revenda de peças e acessórios para as pequenas oficinas do SOF Norte. O fato de as informações sobre novas técnicas e materiais procederem do fornecedor, ou do representante de uma grande empresa, conforma, afinal, uma relação de subordinação do circuito inferior face ao superior, no que diz respeito à variável informação. Como vimos acima, o acesso desigual às informações distingue os atores da economia urbana; conforme afirma Santos (1987, p.85), “na fase atual da economia, ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mutações tão rápidas”.

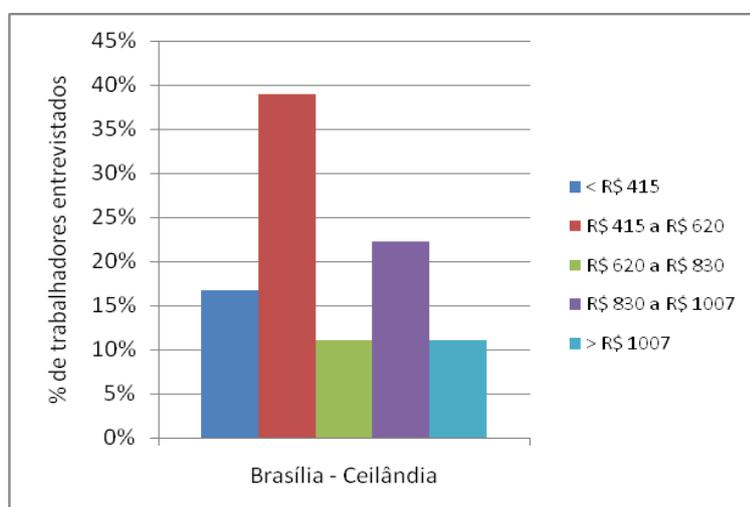
Configura-se, assim, um processo que acentua a dependência do circuito inferior face ao circuito superior, pois há um controle e uma limitação da informação disponibilizada ao pequeno negócio. De acordo com Silveira (2010, p.7) “(...) a negociação com os fornecedores e intermediários a respeito de quantidades e qualidades, preços e prazos, é significativamente desigual entre os agentes”. Por outro lado, este processo revela como as relações do circuito inferior com o superior podem ser pensadas, para cada variável chave do período, como uma relação de subordinação e, ao mesmo tempo, de complementaridade. Encontramos aí formas renovadas das relações dialéticas que se estabelecem entre os circuitos na globalização.

Outros fatores de ordem regional influenciam também os dinamismos atuais do circuito inferior periférico de Brasília. O avanço da valorização imobiliária para as cidades satélites vem afetando, até mesmo, os valores do solo de suas partes menos valorizadas. Assim, o recente processo de valorização dos imóveis da área central de Ceilândia alcança hoje suas regiões mais pobres, como o P Norte. Em 2007, o aluguel de um barraco custava em torno de R\$ 180,00; atualmente já vale R\$ 300,00. De modo geral, a média dos valores mensais de aluguel pagos pelos pequenos negócios do circuito inferior nesta parte de Ceilândia oscila na faixa entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00. Uma pequena loja de compra e venda de móveis usados, que ocupa um cômodo e um banheiro de um imóvel de terceiros, paga R\$ 250,00 por mês por sua

locação; o aluguel de um pequeno salão de beleza custa em torno de R\$ 350,00 mensais.

A remuneração média dos trabalhadores dos pequenos negócios do circuito inferior do P Norte reflete o baixo nível de renda dos moradores de Ceilândia que, como vimos acima, é inferior a 1,2 salários mínimos per capita por mês (CODEPLAN, 2008). O rendimento mensal da maioria dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados não ultrapassa o valor de 1,5 salários mínimo, conforme revela o gráfico a seguir. Dentre as áreas analisadas em Brasília, as menores remunerações dos trabalhadores deste circuito se encontram em Ceilândia.

Gráfico 8. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados em Ceilândia (DF) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo em Ceilândia entre 2008 e 2010.  
Observação: Em 2010, o salário mínimo no Brasil está fixado em R\$ 510,00. Em 2008, quando foram iniciados os trabalhos de campo, o valor do salário mínimo no país era de R\$ 415,00.

Este baixo nível de renda dos trabalhadores e do mercado consumidor do circuito inferior não impede, todavia, a presença, e até mesmo o aumento, de atividades voltadas aos objetos técnicos mais modernos. Serviços como o desbloqueio de telefones celulares, a recarga de cartuchos de impressora e consertos de aparelhos de áudio e vídeo também se fazem presentes nesta área de Ceilândia, comprovando, mais uma vez, como a banalização da base técnica contemporânea abrange a população pobre da periferia das grandes cidades.

Tecnologias modernas também são aí incorporadas como instrumentos de trabalho, permitindo a proliferação de pequenos negócios que funcionam como *lanhouses* e oferecem ainda serviços de fotocópias, impressões, elaboração de currículos, consertos e configurações de computadores etc. Sua clientela é grande,

pois a maioria dos moradores desta periferia não possui computadores e tampouco acesso à *internet* em suas residências. Em Ceilândia, por exemplo, mais de 70% dos domicílios não dispõem de serviço de *internet* (CODEPLAN/ PDAD, 2010).

Freqüentadas por crianças, adolescentes e adultos, as pequenas *lanhouses* aparecem como um dos principais meios pelos quais as variáveis da informação e da técnica têm chegado à periferia, transformando o cotidiano da população pobre. Estima-se que haja atualmente 108 mil *lanhouses* no Brasil, instaladas sobretudo nas periferias e bairros pobres, nas quais circulam cerca de 31 milhões de pessoas por dia<sup>67</sup>. Tal cifra nos indica como a incorporação de objetos técnicos emblemáticos do período da globalização, como o computador (SANTOS, 1996a), vem permeando as atividades de ambos os circuitos. No circuito inferior, a adoção de tecnologias modernas se dá, evidentemente, com menores intensidades e através de objetos que já se encontram envelhecidos, frente ao ritmo da modernização capitaneada pelas grandes empresas. De todo modo, a incorporação destas tecnologias, enquanto instrumentos de trabalho e objetos de consumo, tem permitido a emergência de novas atividades e de novos usos entre a população pobre.

Nas periferias das grandes cidades, conformam-se, assim, situações geográficas bastante reveladoras das transformações e permanências que caracterizam o circuito inferior hoje. Uma pequena *lanhouse* entrevistada em Ceilândia ilustra, especialmente, o arranjo entre velhos e novos conteúdos que definem o circuito inferior atualmente. Neste pequeno estabelecimento instalado em parte da residência de seu proprietário, trabalham diferentes pessoas de sua família. Um empréstimo garantiu o crédito para a compra, a prazo, de computadores e vídeo *games*. A incorporação e o contato com estas técnicas levaram ao desenvolvimento de um *savoir-faire* (GAUDIN, 1978) e permitiram ampliar, progressivamente, os serviços oferecidos à digitação de documentos, à elaboração de currículos e até mesmo à formatação e manutenção de computadores de terceiros, além do acesso à *internet* e aos jogos eletrônicos. Ao mesmo passo que incorporou métodos modernos de organização, com a instalação de um *software* para controle do tempo de uso da *internet* de cada cliente, este pequeno negócio emprega métodos como o simples registro em um caderninho, para controlar o uso dos vídeo *games*. Apesar da diversidade de serviços oferecidos, o rendimento familiar obtido não deixa de ser bastante modesto; daí o proveito do estabelecimento para a venda de salgadinhos,

---

<sup>67</sup> “Banda larga de pobre se chama *lan house*” (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Cidades, 29/11/2009).

lanches e refrigerantes, comprados, por sua vez, no maior supermercado da região. O trabalho é intensivo: a *lanhouse* funciona todos os dias da semana das 9 às 22 horas e atende cerca de 70 clientes por dia. O volume desta clientela explica-se, em parte, pela localização deste pequeno negócio em uma das principais vias do P Norte. Embora cada cliente possa gastar apenas alguns centavos no estabelecimento, o efeito de compensação do tamanho do mercado concentrado na periferia garante sua sobrevivência.

Assim, ao mesmo passo que incorpora variáveis chave do período aos seus dinamismos, o circuito inferior não deixa de se definir, primordialmente, pela escassez e pelo baixo nível de capitalização. Nas áreas de maior circulação de Ceilândia, atividades voltadas a objetos técnicos modernos se combinam, assim, às tarefas típicas da economia pobre, como o preparo de marmitas e a venda de almoço. A condição de carência e de pobreza dos trabalhadores do circuito inferior gera combinações desta natureza que revelam, por sua vez, o grau de adaptabilidade e criatividade empregado para a obtenção da renda. A “divisão do trabalho por baixo” se funda, assim, “na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida e, segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e quantidade” (SANTOS, 2000, p.146).



Foto 18. Venda de acessórios e de cartões de recarga de crédito para telefone celular junto à venda de almoço e marmitas em “Shopping Popular” de Ceilândia.

Foto 19. Pequeno estabelecimento onde se realiza o serviço de desbloqueio de telefones celulares em Ceilândia.

A partir das análises de certas situações geográficas em Ceilândia e no núcleo central de Brasília, constatamos como o circuito inferior assume diferentes manifestações nesta metrópole. Conforme procuramos mostrar, a densidade

normativa que caracteriza Brasília se reflete na conformação de um meio construído fragmentado e de uma economia extremamente segmentada.

Por um lado, os dinamismos do circuito inferior aí analisados expõem, como nas demais cidades analisadas, a incorporação, relativa, de certas possibilidades do período da globalização. Por outro lado, revelam como estes dinamismos se integram, ao mesmo tempo, a processos de âmbito regional e nacional, redefinindo os conteúdos e as existências de cada lugar. Conforme afirma Santos, “as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre o valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza” (SANTOS, 1996a, p.86).

Nos capítulos seguintes, procuramos analisar os dinamismos dessa “divisão do trabalho por baixo” (SANTOS, 2000) nas demais regiões do país, a partir das análises do circuito inferior em Fortaleza e Belém. Buscamos, assim, desvendar manifestações locais e regionais do circuito inferior que revelem suas características e, sobretudo, suas transformações no período atual.

## **CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DO CIRCUITO INFERIOR NA CAPITAL CEARENSE**

### **4.1. Fortaleza: entre o turismo globalizado e o aumento da pobreza**

Fortaleza pode ser considerada, hoje, como uma das metrópoles regionais do Nordeste, haja vista a expansão de sua área de influência, a diversificação de sua atividade econômica e a importância de seu contingente populacional de 2,5 milhões de habitantes (SILVA, 2007a, p.220). Historicamente, no entanto, a cidade exerceu um papel secundário na rede urbana regional, visto que o Ceará integrou-se à divisão internacional do trabalho, “pela via da produção do algodão” (OLIVEIRA, 1978, p.55)<sup>68</sup>, apenas na segunda metade do século XIX. A partir deste momento, Fortaleza deixou progressivamente de ser uma cidade voltada ao interior, onde a pecuária era praticada para abastecimento da zona açucareira, e passou a se desenvolver como um centro urbano exportador (SILVA, 2007a).

Durante o século XX, seu efetivo populacional aumentou rapidamente, potencializado, sobretudo, pela abertura de estradas ligando a capital ao interior. Ao crescimento demográfico, somava-se, então, o intenso fluxo de migrantes vindos do sertão, onde predomina, até os dias de hoje, uma estrutura fundiária arcaica e excludente. Em 1900, Fortaleza contava com apenas 48 mil habitantes, em 1940 com 180 mil e em 1970 com quase 900 mil residentes. Em 2000, seu contingente populacional já ultrapassava mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Ao longo de seu processo de urbanização, Fortaleza abandonou progressivamente a função de “capital do sertão”, para transformar-se em “cidade do sol” ou turística (DANTAS, 2006), como veremos a seguir. Não obstante, para Silva (2006), Fortaleza ainda pode ser definida como uma “metrópole sertaneja do litoral”, dado não só o papel de cidade primaz de um vasto espaço do sertão, mas também pelo fato de reproduzir diversas manifestações da cultura sertaneja dos migrantes que nela residem.

No período atual, a modernização recente do espaço cearense tem se centrado, sobretudo, em torno de três vetores principais: a atividade turística, o

---

<sup>68</sup> “Localizada em uma área de clima semi-árido, não produzia a sua hinterlândia produtos de exportação cobiçados no mercado europeu, dedicando-se à pecuária com a finalidade de fornecer carnes e animais de trabalho à região açucareira pernambucana economicamente mais dinâmica. Com a Revolução Industrial e a intensificação da demanda de algodão pelo mercado inglês, o Ceará passou a produzir um produto de exportação e a intensificar o povoamento de seu território e a abertura de sua economia. Foi como porto exportador de algodão e, posteriormente, de cera de carnaúba, que Fortaleza ganhou importância no século XX e teve suas instalações portuárias construídas” (ANDRADE, 1978, p.91).

agronegócio de frutas tropicais e grãos, e a indústria moderna (SILVA, CAVALCANTE e DANTAS, 2007). A crescente inserção do Estado do Ceará nas lógicas de produção e consumo globalizados, através destes vetores, tem implicado um intenso processo de reestruturação do território e da economia cearenses (ELIAS, 2007, p.429). Segundo Lima (2007, p.37), atualmente, “(...) uma outra rede geográfica se constrói no Ceará. Se no início, as rodovias e as ferrovias serviram de ligação de pontos (cidades, fazendas, aglomerados etc.), agora são estradas virtuais que se instalam”.

Definido pelo binômio gado e algodão até os anos 1970, o espaço agrário cearense se ajusta, hoje, à chegada de novas formas de produção intensivas em capital e tecnologia (do agronegócio às grandes indústrias calçadistas). Já em Fortaleza, as principais mudanças recentes, que abrangem também seu litoral próximo, derivam, sobretudo, da intensificação da atividade turística. Nos últimos anos, o Ceará vem passando, assim, por aceleradas transformações tanto em seu espaço agrário, quanto em sua área metropolitana. A intensidade das mudanças é acompanhada, no entanto, pelo agravamento do empobrecimento da população e pelo aprofundamento da fragmentação do território cearense, inclusive nas escalas intra-urbanas.

O Ceará, no Nordeste brasileiro, passou nas últimas décadas do século XX, por um processo de aceleradas transformações, numa impulsão em busca do novo, inserindo “espaços neutros” no conjunto dos “espaços operacionais”, reforçando, portanto, a criação dos “espaços seletivos” (LIMA, 2007, p.41).

Em Fortaleza, a força do paradigma de modernização fundamentado no turismo tem remodelado seu meio construído e rearranjado sua economia urbana, implicando a seleção de determinados atores e de parcelas da cidade que concentram não só os investimentos privados, mas também públicos. Segundo Dantas (2007), nas últimas duas décadas, o turismo se consolidou efetivamente como a principal diretriz de modernização da economia cearense. Neste processo, o Estado tem atuado no sentido de garantir o equipamento do território para aumentar sua atratividade para grandes investidores e turistas.

A promoção recente do turismo no Ceará se sustenta, sobretudo, na participação do governo do Estado no PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste). Através deste programa, foram captados recursos do Banco do Nordeste e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a construção de um novo aeroporto internacional e de vias litorâneas, para a implantação de uma infra-estrutura básica para a prática do turismo (melhoria de estradas, ampliação da cobertura das redes de energia elétrica e saneamento), para a

consolidação de equipamentos de lazer (como o Mercado Central e o Centro Cultural Dragão do Mar), e para a revitalização de calçadões à beira-mar (nas praias de Iracema, Meireles e Futuro). Toda uma materialidade “propícia” à prática do turismo é produzida, assim, sob a forma de um meio construído com características definidas para um uso determinado. Este meio construído, que constitui uma pré-condição para a produção e para o consumo, é apropriado enquanto capital fixo por certos atores e, ao mesmo passo, utilizado como fundo de consumo por outros, ou seja, alguns de seus elementos não são consumidos diretamente, mas servem como instrumentos de consumo<sup>69</sup> (HARVEY, 2006, p.229).

Nos últimos anos, o Estado tem buscado garantir assim a conformação de um território fluido à prática do turismo e aos grandes investimentos no Ceará e, de maneira especial, em Fortaleza. Não obstante, a inserção na lógica da produção e do consumo globalizados se faz às custas da retirada do investimento público das áreas sociais (ELIAS, 2007, p.453), implicando, por conseguinte, o aumento das taxas de pobreza e desemprego e da precariedade das condições de vida da população de baixa renda como um todo, conforme veremos a seguir. Evidenciam-se aí, mais uma vez, as formas de socialização capitalista (TOPALOV, 1979) que definem o caráter corporativo da urbanização brasileira. No Ceará se aprofunda hoje, como em outros Estados da região, uma lógica fragmentadora, conduzida, em grande medida, pelo próprio poder público.

Percebe-se claramente uma fragmentação do Nordeste: espaços propícios à exploração de diferentes atividades e receptores de farto volume de investimentos, evidenciando um Nordeste turístico e um Nordeste do agronegócio, em oposição ao Nordeste esquecido, o dos baixos indicadores socioeconômicos e resultante de uma política de distribuição de renda desigual (DANTAS et alli, 2006, p.43).

Para além das intervenções infra-estruturais e paisagísticas, instaurou-se, desde os anos 1990, uma intensa campanha publicitária de valorização dos “atributos” cearenses. Neste processo, o Estado busca, ainda hoje, substituir a imagem do Ceará associada à seca e à pobreza do sertão, pela imagem do Ceará de sol, praias, jangadas e coqueiros (DANTAS, 2006, p.275). Conforma-se, assim, uma verdadeira “psicoesfera” (SANTOS, 1996a) de promoção do turismo que integra, também, a preparação sistemática para que Fortaleza se consolide, cada vez mais, como um pólo turístico.

---

<sup>69</sup> Conforme assevera Harvey (2006, p.229), os itens do meio construído podem ser apropriados e utilizados como capital fixo e como fundo de consumo, passando de uma categoria à outra.

Nos últimos anos, observa-se, efetivamente, a intensificação da atividade turística na cidade. Enquanto em 1995, a demanda turística ao Ceará, via Fortaleza, foi estimada em 761 mil turistas; em 2010, esta cifra já alcançava quase 2,7 milhões de pessoas (além do turismo direcionado à própria cidade, Fortaleza centraliza a recepção e distribuição dos fluxos para as praias do litoral do Estado). Entre 2003 e 2005, Fortaleza foi o destino mais vendido para turistas nacionais em agências de viagens (DANTAS, 2006, p.30) e desde 2007, o movimento de passageiros em seu aeroporto é de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas ao ano. Ao longo da última década, a capacidade de hospedagem da cidade também se ampliou consideravelmente: em 1999, contava com 131 meios de hospedagem (hotéis, albergues e *flats*), totalizando 12.159 leitos; em 2009, já eram mais de 200 meios de hospedagem com 25.891 leitos. A grande quantidade de agências de turismo, mais de 330 apenas em Fortaleza, também evidencia a intensidade da atividade turística (SETUR/CE, 2010).

Além da ampliação da capacidade de hospedagem, dinamizam-se também outras atividades que representam “suportes para o turismo”, ou seja, propagam-se os efeitos decorrentes da intensificação do turismo para certas atividades não turísticas que sustentam sua prática, como serviços de restaurantes e bares, centros de compras e artesanato, pesca e abastecimento, dentre outras (CORIOLANO e FERNANDES, 2007, p.386).

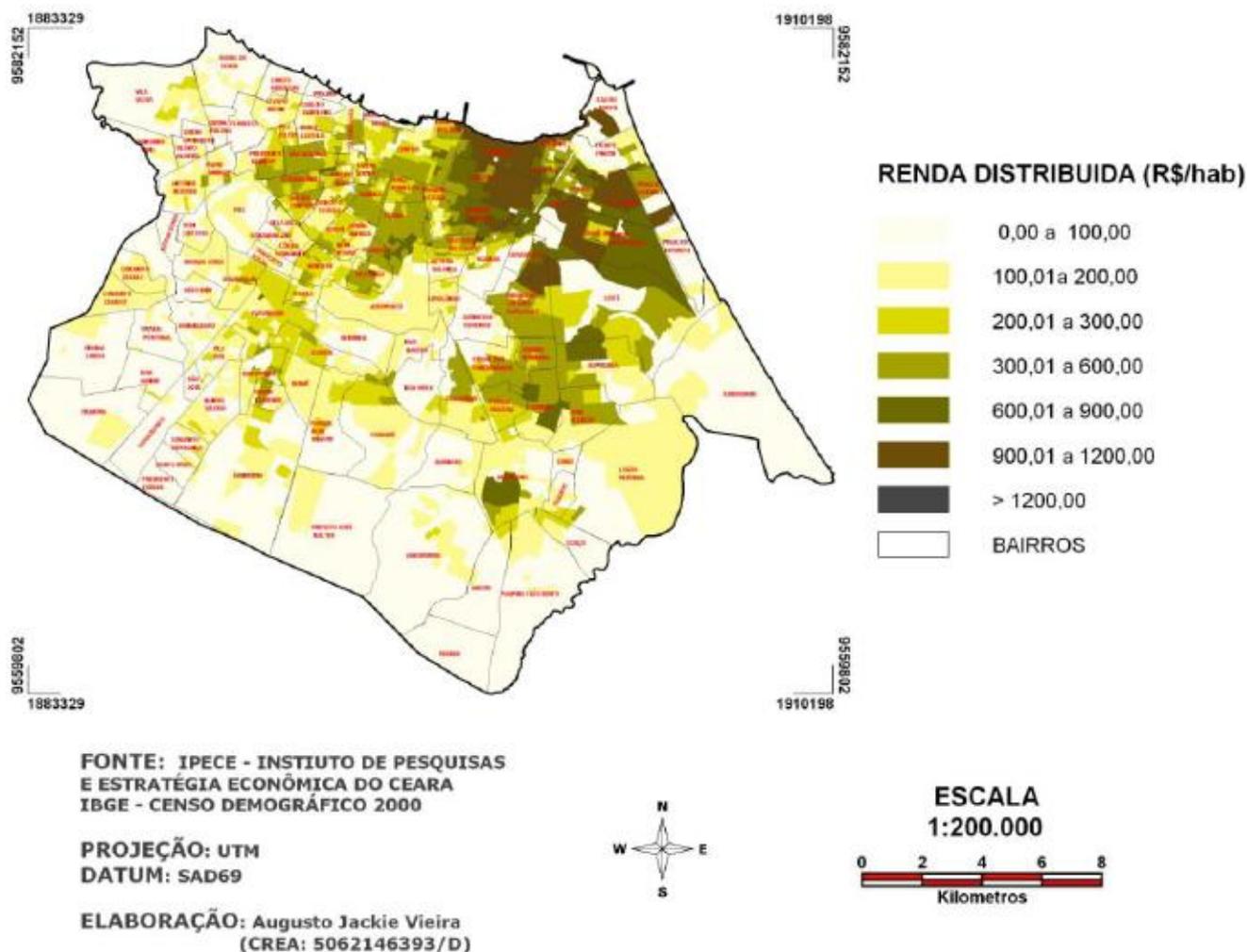
A crescente instalação de grandes redes hoteleiras internacionais, *shoppings centers*, lojas de grifes internacionais e restaurantes sofisticados, se concentra na parcelas já privilegiadas da cidade, acelerando a verticalização e a especulação imobiliária e aprofundando, ao mesmo passo, a segregação. Pois, se por um lado, a paisagem de Fortaleza revela um cenário de modernidade recém instalado para a promoção do turismo; por outro lado, abriga também conteúdos que expõem o grau de carência e precariedade das demais frações da cidade e da maioria de sua população. Assim, Fortaleza não consegue ocultar sua face de metrópole pobre. A modernidade ligada ao turismo concentra-se em uma parcela extremamente limitada do tecido urbano e, mesmo nessa área, a presença de uma população miserável é explícita, haja vista a grande presença de moradores de rua e pedintes. Conforme afirmam Santos e Silveira (2001):

Sem dúvida, as grandes cidades buscam adaptar-se às demandas da economia mais moderna, adequando o seu espaço construído às respectivas exigências. Isso, porém, atinge apenas uma pequena parcela do território urbano, mesmo porque os custos são muito altos, enquanto o resto da grande cidade mostra uma grande variação

quanto à modernidade das infra-estruturas disponíveis (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.285).

Tal seletividade reflete-se na própria configuração do espaço da cidade. Os bairros de residência da população de alta renda – como Aldeota, Meireles e Varjota – onde estão concentrados também os principais serviços, equipamentos de consumo e grandes hotéis, localizam-se na faixa leste da cidade, compondo sua face moderna e verticalizada. Esta área se consolida hoje como a nova centralidade hegemônica de Fortaleza, frente ao avanço da desvalorização do antigo centro da cidade (SOUZA, 2006). Já na faixa oeste e em seu “interior”, estão situados os bairros pobres menos providos de infra-estrutura e serviços básicos, ou seja, as parcelas da cidade não alcançadas pelos vetores da modernização recente. O mapa a seguir revela a grande disparidade de renda entre os bairros do município.

Mapa 6. Renda distribuída (R\$/ habitante) no Município de Fortaleza – 2000



A presença de favelas ou de núcleos favelados em praticamente todos os bairros de Fortaleza, com exceção apenas de Aldeota, Meireles e Varjota (SOUZA, 2006, p.93), evidencia o grau de precariedade da maior parte de seu meio construído, assim como a condição de pobreza de grande parcela da população.

Cresce a economia cearense, expandem-se, verticalizam-se e adensam-se os bairros ricos e de classe média. Mas concentra-se a riqueza, aumentam o desemprego, a miséria, a violência urbana, as áreas faveladas, os desequilíbrios e os conflitos sociais. Fortaleza é a própria contradição. Cidade dinâmica, turística, com setores de alto padrão e ao mesmo tempo miserável (COSTA, 2007, p.94).

O avanço da pobreza em Fortaleza é revelado, por exemplo, pelo aumento da proporção de domicílios cuja renda per capita é inferior a ½ salário mínimo. Em 1995,

33% de seus domicílios estavam nesta faixa de renda na Região Metropolitana de Fortaleza; em 2007 essa proporção já atingia 40,6% (IBGE, PNAD, 2007). Na capital, onde vivem 2,5 milhões de habitantes, estima-se que haja mais de 310.000 famílias pobres, dentre as quais, quase 180.000 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2010).

A multiplicação das formas de habitação precária configura outro indicador importante do grau de pobreza e carência de grande parte de sua população. Segundo Silva (1986, p.153), até meados da década de 1980, quase 25% da população da cidade vivia em favelas, e 57% dos domicílios não estavam ligados à rede de energia elétrica e tampouco dispunham de qualquer tipo de instalação sanitária. Nos anos 2000, as condições de habitação da maioria pobre se mantêm bastante precárias: de acordo com Maricato (2006, p.153), 28% da população de Fortaleza vive em favelas e 36% em habitações precárias em áreas de risco ou em moradias inadequadas. Em 2001 havia mais de 330 favelas na cidade, onde moravam cerca de 540 mil famílias (SILVA, 2007a, p.235). É importante destacar que a expansão da mancha urbana em direção aos novos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza vem ocorrendo, em grande medida, através da formação de grandes favelas e de imensos conjuntos habitacionais. Destarte, a urbanização do território e da sociedade em Fortaleza também tem avançado por meio da periferização.

Fortaleza ainda exerce, nos dias de hoje, uma forte atração sobre a população pobre e migrante do interior do Estado. Não obstante, atualmente, o aumento populacional nos demais municípios da Região Metropolitana é superior ao crescimento da capital, uma vez que a população de baixa renda recém-chegada se instala, cada vez mais, na periferia da metrópole, onde os custos de vida são inferiores (COSTA, 2007). Durante a década de 2000, a taxa de crescimento da população de Fortaleza foi de aproximadamente 14%; enquanto em outros municípios da Região Metropolitana, como Horizonte, Eusébio e Caucaia, foi consideravelmente superior (63%; 46% e 29%, respectivamente) (IBGE, 2010). Não obstante, parte da população pobre migrante continua se direcionando para Fortaleza, onde se instala em áreas desvalorizadas do centro, bairros pobres da zona oeste, áreas de marinhas e dunas.

Por outro lado, embora a população de Fortaleza cresça em um ritmo menor do que nos demais municípios da Região Metropolitana, o Ceará ainda constitui, juntamente com Alagoas, o Estado mais macrocefálico do Nordeste, ou seja, é o Estado com o maior desnível entre a população entre sua primeira e sua segunda cidades mais populosas: Fortaleza e Caucaia. Vale destacar que, no caso cearense, a macrocefalia é especialmente acentuada, uma vez que Caucaia integra, também, a Região Metropolitana de Fortaleza. Revela-se aí a fragilidade de um sistema urbano,

composto por um grande número de centros locais com pouca expressão, que não conseguem reter sua população no interior (SILVA, 2007a, p.234). De acordo com Santos e Silveira (2001), o processo de urbanização do Nordeste é menos dinâmico do que em outras regiões do país, pois:

Outra é realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária desde cedo hostil a uma melhor distribuição de renda, a um maior consumo e a uma maior terceirização ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva (...). Um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta o retardamento da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.275).

Grande parte da população pobre que reside e/ou trabalha em Fortaleza garante sua sobrevivência, nesta metrópole, através da realização de atividades pouco capitalizadas, desenvolvidas com baixos graus de tecnologia e organização. Daí a enorme dimensão assumida pelo circuito inferior na economia urbana de Fortaleza. Conforme assevera Silveira (2010, p.4), parte crescente da população não atende aos requisitos para a participação no circuito superior no período atual, e acaba por realizar, assim, “trabalhos ocasionais orientados a consumos banais” que lhe permitem sobreviver. As mais diversas pequenas atividades urbanas representam oportunidades de trabalho que garantem, à população pobre, a obtenção de alguma renda, ainda que mínima, e o consumo de bens e serviços de menor valor agregado.

Estima-se que mais de 55% da população ocupada de Fortaleza trabalhe em atividades ditas de “baixa produtividade” (MESQUITA, 2008, p.9). Dentre estas, as principais ocupações são as de comerciante varejista e ambulante, empregado doméstico, costureiro, cabeleireiro, manicure, artesão e mecânico. Estes profissionais integram a categoria de trabalhadores autônomos, a qual vem efetivamente se expandindo na cidade: entre 2000 e 2008, sua participação entre a população ocupada passou de 25,9% a 31,8%. Ainda segundo Mesquita (2008), 70% dos trabalhadores ditos “informais” em Fortaleza possuíam um rendimento menor ou igual a um salário mínimo em 2007, o que evidencia o grau de pobreza em que vive a maioria destes trabalhadores.

Nesta metrópole, destaca-se, também, a grande quantidade de pequenas empresas que trabalham sem condições de adotar tecnologias sofisticadas que confirmam maior volume à produção (LIMA e GUILHOTO, 2004, p.123). Segundo a Associação de Micro Empresas de Fortaleza, há cerca de 650 mil micro e pequenas empresas no Ceará, dentre as quais 500 mil seriam “informais”. Os principais ramos

de atividades dos pequenos negócios localizados em Fortaleza são a fabricação de confecções, sapatos, bijuterias e móveis, o comércio destes mesmos artigos, lanchonetes, serviços de informática, mototáxi, borracheiro, sapateiro e relojoeiro. Vale destacar que a Associação de Micro Empresas de Fortaleza realizou uma pesquisa, em parceria com a Prefeitura do Município e com o Banco do Nordeste, sobre as profissões de borracheiro, sapateiro e relojoeiro, pois supunham que as mesmas estariam desaparecendo. Constataram, entretanto, a resistência destas atividades no mercado de trabalho de Fortaleza e revelaram também, por outro lado, a ausência de qualquer política pública de apoio a essas profissões<sup>70</sup>.

Por outro lado, como vimos acima, a modernização recente de Fortaleza, pautada no turismo, vem alterando a composição de sua economia urbana, uma vez que se verifica o aumento da oferta de bens e serviços sofisticados e a crescente instalação de grandes empresas, inclusive internacionais. Verifica-se, assim, uma elevação do grau de modernização e capitalização das empresas do circuito superior da economia presente na cidade. Daí resulta, conseqüentemente, uma ampliação da distância entre as atividades dos dois circuitos da economia urbana em Fortaleza. As considerações de Sassen (2003), a seguir, parecem delinear certas dinâmicas deste processo.

A implantação de processos e mercados globais significa que o setor internacionalizado da economia se expandiu de forma pronunciada e impôs uma nova dinâmica de valorização – ou seja, um novo conjunto de critérios para valorizar (...) diversas atividades econômicas e produtos. Isto teve efeitos devastadores em grandes setores da economia urbana. Os altos preços e os níveis de lucro no setor internacionalizado e em suas atividades subsidiárias (...) tornaram cada vez mais difícil para os outros setores a concorrência por espaço e investimentos. Muitos destes outros setores experimentaram uma considerável desvalorização (SASSEN, 2003, p.17).

Segundo Dantas<sup>71</sup>, com a implantação do turismo no Ceará, a lógica do grande empreendimento não vem suscitando a incorporação do pequeno capital e da população local, e quando o faz é de forma precária. Não obstante, como veremos a seguir, o circuito inferior também participa de forma ativa, e como resultado indireto, da modernização recente de Fortaleza.

---

<sup>70</sup> Segundo Antonia Mota, presidente da associação de micro empresas do Ceará, em entrevista realizada em outubro de 2009.

<sup>71</sup> Em entrevista concedida na Universidade Federal do Ceará no dia 23 de outubro de 2008.

## **4.2. A reformulação do circuito inferior e sua inserção na metrópole turística**

Quais são, então, os resultados indiretos das modernizações recentes em Fortaleza? A incorporação do litoral próximo à capital ao turismo globalizado, nos últimos anos, vem implicando o surgimento de uma nova paisagem, composta por grandes hotéis, *resorts*, pousadas, residências secundárias, parque aquáticos e pela ampliação da infra-estrutura turística. A emergência desta materialidade vem acompanhada de uma profunda transformação na propriedade fundiária e imobiliária no litoral próximo a Fortaleza, a qual envolve, por sua vez, a valorização da terra e a expulsão de muitos de seus antigos habitantes. Daí a propagação de conflitos que envolvem, por exemplo, comunidades tradicionais de pesca e mariscaria, que se encontram em situação de desvantagem frente à força dos grandes grupos econômicos que chegam ao litoral cearense (SILVA, 2006, p.50).

As mudanças recentes abrangem também uma reconfiguração da divisão social do trabalho nesse litoral próximo à capital. Em antigas comunidades de pescadores, multiplicam-se ocupações como a de caseiros e de empregadas domésticas, em residências de veraneio, e a prestação de serviços diversos em pousadas e restaurantes (limpeza, manutenção, restauração etc) (DANTAS, 2007, p.275). Surgem também atividades como a de jangadeiros, “bugueiros” e guias que oferecem passeios aos turistas (até mesmo em burricos ou cavalos).

Mas e em Fortaleza, quais os impactos da modernização recente sobre as populações pobres e as atividades realizadas pelas mesmas? Qual é o espaço que “sobra” e que surge para elas? Segundo Santos (1994, p.76), a economia urbana das grandes cidades encontra, constantemente, os meios de se adaptar às vagas de modernização, “segmentando-se, através do paralelismo de atividades com os mais diversos níveis de capitalização, tecnologia e organização, e criando oportunidades de trabalho que ali não estariam se apenas existissem as empresas modernas”.

A expansão dos meios de hospedagem e o aumento do nível de capitalização dos hotéis vêm impactando, de modo geral, diversos pequenos negócios do circuito inferior em Fortaleza. As atividades do ramo hoteleiro envolvem a subcontratação de uma série de tarefas complementares que abarcam não apenas agências de viagens, mas também padarias, lavanderias, fornecedores de frutas etc. Se antes esses serviços eram demandados sobretudo a micro empresas, com a chegada das grandes redes hoteleiras, mesmo as demandas mais simples tendem a ser endereçadas a empresas que já possuem um maior nível de capitalização. Assim, se outrora os hotéis de Fortaleza terceirizavam a lavagem de roupas para lavanderias de fundo de quintal;

atualmente, são as lavanderias industriais que têm assumido esta tarefa. Conforme constatamos em nossas entrevistas, pequenas vendinhas que abasteciam hotéis e pousadas perdem espaço, hoje, para os maiores supermercados e grandes padarias. O fato de que os hotéis também busquem se associar, cada vez mais, às grandes agências de turismo, para participar de pacotes e oferecer opções de passeios aos hóspedes, implica o aumento da concorrência para guias independentes e pequenas agências. Destarte, observa-se, atualmente, a transferência de diversas atividades que antes eram realizadas por pequenos negócios do circuito inferior para o circuito superior e superior marginal.

Por outro lado, o circuito inferior parece se expandir na realização de atividades mais precárias e menos capitalizadas, mas que, no entanto, não deixam de atrair e sustentar o turismo, como a produção e comercialização do artesanato e de produtos semi-industriais (bijuterias, bordados, bolsas, sandálias, *souvenirs* etc), a venda de água de coco, tapioca e outros alimentos típicos, os serviços de passeios em *vans* e microônibus etc.

O crescente número de ambulantes nas praias de Fortaleza e a diversificação dos artigos e serviços oferecidos configuram um importante componente da economia urbana da cidade. Na Praia do Futuro, por exemplo, impressiona a variedade de serviços ofertados aos turistas, como massagem, manicure, pedicure, tatuagem de *henna*, repentistas e caricaturistas. Os mais diversos artigos também são vendidos por centenas de ambulantes: picolé, bronzeador e protetor solar, chapéu, boné, óculos de sol, biquínis, saídas de praia, espetinho de queijo coalho, água de coco, salada de frutas, castanha, camarão, caju, salgados, DVDs e CDs de forró etc. Estes ambulantes trabalham por conta própria ou são subcontratados por outros comerciantes, recebendo comissões pelas vendas das mercadorias que mantêm em consignação. Assim, estas atividades podem representar a ocupação principal dos agentes em questão ou um trabalho de ocasião nos fins de semana e/ou nas altas temporadas, revelando a influência da sazonalidade do turismo nos dinamismos da economia pobre das grandes cidades litorâneas. A presença deste circuito inferior de praia, cada vez mais populoso e diversificado, constitui uma das especificidades do circuito inferior de Fortaleza. Revela, ademais, sua natureza auto-inflacionária (McGEE, 1971) e sua capacidade de renovação.

Em Fortaleza, a feirinha de artesanato da Avenida Beira-Mar, na praia do Meireles, compõe uma situação geográfica bastante emblemática do processo de reformulação do circuito inferior no período atual, assim como de suas formas de participação na modernização recente desta metrópole. A feirinha é realizada diariamente no calçadão da Av. Beira-Mar que constitui, por sua vez, o ponto mais

valorizado da cidade, assim como a principal localização de seus hotéis de luxo e dos serviços de apoio à atividade turística<sup>72</sup>. Vale destacar que o processo de valorização da faixa litorânea de Fortaleza se iniciou apenas nos anos 1960, com o avanço da urbanização para a linha costeira, até então ocupada principalmente por comunidades de pescadores. A partir da década de 1960, a faixa litorânea foi progressivamente integrada à cidade por meio da instalação de equipamentos de lazer, clubes e hotéis e de sua ocupação para habitação pelas classes de maior renda (DANTAS, 2002, pp.65-66).



Foto 20. Praia do Meireles de Fortaleza em 1920 (autoria de José Teophilo Gaspar de Oliveira).

Foto 21. Avenida Beira-Mar, na praia do Meireles, de Fortaleza em 2009.

A “feirinha da Beira-Mar” é um dos pontos mais tradicionais de visitação de turistas em Fortaleza. Compreende uma área de diversidade que abriga um circuito inferior profundamente relacionado com o caráter turístico da cidade. Representa, assim, um lugar que nos permite analisar como uma atividade dita “tradicional”, como o artesanato, se atualiza conforme as vagas de modernização. A feirinha em questão foi oficialmente criada em meados da década de 1980. Nesta época, a maioria de seus feirantes havia migrado do sertão para Fortaleza, passando a trabalhar, em seguida, como vendedor ambulante na cidade. Ao longo das duas décadas seguintes, a feirinha conheceu uma grande expansão, e passou a ser gerenciada e fiscalizada pela Prefeitura. Durante este período, a Av. Beira-Mar também sofreu grandes transformações, haja vista a intensificação dos processos de verticalização e a “instalação de grandes hotéis de redes internacionais em decorrência da inserção de Fortaleza no turismo mundializado” (GONÇALVES e AMORA, 2009, p.102).

---

<sup>72</sup> Segundo Gonçalves e Amora (2009, p.104), “a maioria absoluta dos hotéis se fixou, principalmente, nas avenidas Beira-Mar e Abolição (...), bem como os equipamentos de apoio à atividade turística como postos bancários, agências dos correios, *fast-foods*, restaurantes, agências de viagens, locadoras de veículos, casas de câmbio, farmácias, supermercados, entre outros”.

Embora seja a localização mais valorizada de Fortaleza, a Av. Beira-Mar abriga uma grande diversidade de usos relacionados ao trabalho e ao lazer que lhe conferem uma dinâmica bastante específica, dentre os quais se destaca justamente a feirinha em questão. Em seu calçadão, combinam-se diversas práticas envolvendo, entre outros, turistas, esportistas, feirantes, ambulantes, artistas plásticos e guias que oferecem *tours* e passeios. É curioso notar como a praia aí localizada não é freqüentada pelas classes de maior renda; visto que estas optam sobretudo pela Praia do Futuro, cujo entorno é habitado pela população de menor renda. Por outro lado, a praia do Meireles, da Av. Beira-Mar, é freqüentada principalmente pelos pobres...

A feirinha da Av. Beira-Mar é composta por centenas de pequenas barracas que são armadas e desarmadas diariamente a partir das 17hs. Em 2005, o número de feirantes foi delimitado em 650; estes trabalhadores são permissionários da Prefeitura e devem pagar uma taxa mensal de ocupação do espaço público por seus boxes (barracas). Nos finais de semana, como não há fiscalização, a feirinha se estende por toda a orla da Av. Beira Mar, extrapolando não só o perímetro delimitado para sua realização, mas igualmente a quantidade de feirantes e de vendedores ambulantes para muito além do permitido. Evidencia-se aí a importância da demanda por uma oportunidade de trabalho e do mercado concentrado nesta localização.

O movimento de clientes na feirinha oscila bastante ao longo do ano, justamente em função da sazonalidade do turismo na cidade. A demanda turística direcionada à Fortaleza em janeiro de 2009, por exemplo, foi estimada em mais de 300.000 pessoas; em maio deste mesmo ano, esta demanda se reduziu a cerca de 140.000 turistas, ou seja, diminuiu 46% (SETUR/CE, 2010, p.22). Segundo Silva<sup>73</sup>, há uma simbiose total entre a feirinha e os hóspedes dos grandes hotéis da Av. Beira-Mar.

Esta se formou em função do estabelecimento dos hotéis na orla e, conseqüentemente, pelo grande fluxo de turistas no calçadão, atraindo também um grande número de vendedores ambulantes que utilizam aquele espaço público como local de trabalho (GONÇALVES e AMORA, 2009, p.107).

---

<sup>73</sup> Entrevista concedida pelo Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva na Universidade Federal do Ceará em outubro de 2009.



Foto 22. Feirinha da Beira-Mar em Fortaleza.

O grande volume de turistas, em Fortaleza, gera um fluxo de capital que se distribui entre diferentes tipos de consumo na cidade. Estima-se que cada turista gaste, em média, cerca de R\$ 140,00 por dia em Fortaleza e que 28% deste valor seja despendido em compras (SETUR/CE, 2010, p.9). Estes indicadores nos revelam o volume de capital aportado pelos turistas à cidade, assim como o grau de vinculação de diversas atividades à demanda oriunda da atividade turística. Contudo, em função da crescente internacionalização das empresas voltadas às demandas turísticas, não sabemos, ao certo, qual o percentual deste capital que permanece efetivamente na cidade. Segundo Beaujeu-Garnier (2006, p.41), a função turística figura entre as chamadas “funções de enriquecimento” que geram fluxos monetários suscetíveis de acumulação nas cidades; ainda que o maior volume destes recursos tenda a ser concentrado por um número reduzido de agentes.

#### **4.2.1. Remodelamento de objetos e ações na economia popular: do artesanato ao industriano**

Até meados dos anos 1990, a feirinha da Beira-Mar caracterizava-se sobretudo pela venda de artesanato regional e de produtos típicos do Ceará, como a castanha de caju e seus derivados, acessórios de couro, esculturas de madeira, enfeites de areia colorida em potes de vidro, bijuterias de conchas, redes artesanais, bordados nordestinos como a renascença e o bilro. Atualmente, esta composição se encontra bastante alterada, haja vista a presença crescente do chamado “industriano” (PINHO, 2002), de artigos customizados (item industrializado ao qual é acrescido algum adereço artesanal) e de produtos industrializados (confeções, bolsas, bonés, nécessaires etc) e não típicos da região, como as roupas indianas.

Conforma-se, assim, uma nova combinação entre estes diferentes tipos de produtos na feirinha; de modo que os principais artigos aí comercializados hoje são: roupas, bolsas, biquínis, bijuterias, calçados, comidas e bebidas típicas do Ceará (caju, castanha de caju, doce de caju, cocadas, rapaduras, pimentas, pingas, tapiocas etc), redes, toalhas de mesa, artigos de decoração, “lembrancinhas”, quadros em madeira, pinturas, cerâmica, brinquedos etc. Apesar desta grande diversidade, observa-se que é crescente o número de barracas de roupas e acessórios, e que estas já são predominantes na feirinha. Por outro lado, tornam-se cada vez mais escassas as barracas em que artesãos comercializam sua própria produção. De todo modo, ainda é possível presenciar alguns feirantes confeccionando sandálias de couro, costureiras e rendeiras de bilro trançando suas peças e artesãos preparando potinhos de areia colorida, entre outros.

Esta nova composição dos artigos vendidos na feirinha da Beira-Mar de Fortaleza revela transformações recentes das atividades ligadas ao artesanato, de modo geral. Diversas feiras onde inicialmente, ou supostamente, se comercializavam artigos representativos de artesanatos regionais, hoje se caracterizam pela venda de uma infinidade de produtos que, na maior parte dos casos, não constituem objetos artesanais, haja vista sua origem e os meios utilizados na sua produção.

Isso faz com que nestas feiras sejam vendidos mais “industrializados” do que peças feitas artesanalmente (...). Desse modo, feiras que anteriormente só comercializavam artesanato são descaracterizadas e transformadas em feiras de variedades, tamanha a diversidade de seus produtos, tornando-se às vezes o artesanato um elemento residual em meio à predominância do industrializado e mesmo de produtos industrializados (FERNANDES e MAIA, 2010, p.67).

É importante destacar que não adotamos aqui uma definição rígida de artesanato, mas endossamos a proposição de Pinho (2002, p.180), que entende o objeto artesanal como aquele portador autêntico de raízes do lugar onde é elaborado, embora o artesanato também esteja sujeito a um processo contínuo de adaptação e reconstrução. Feitas com técnicas manuais, que pressupõem a ausência de procedimentos industriais em sua criação, as peças artesanais representam e identificam sua região de origem (FERNANDES e MAIA, 2010, p.72).

Em Fortaleza, a intensificação da atividade turística vem implicando não só a realização de uma produção de artigos artesanais em maior escala, mas também, por outro lado, sua crescente adaptação aos modelos demandados e, em certa medida, impostos por um mercado com anseios cada vez mais globalizados e, ao mesmo passo, padronizados. Daí o avanço da produção do chamado “industrializado”. Destarte,

o artesanato passa, muitas vezes, a não controlar mais a etapa de definição do modelo de suas peças, tornando-se apenas o reprodutor daqueles itens mais demandados pela moda do momento. O artesão se vê, assim, desprovido de uma das etapas da técnica que lhe pertence, ou seja, da invenção e da elaboração de um plano de atividade para realizá-la (ORTEGA y GASSET, 1963, p.64), restando-lhe apenas a fase da execução propriamente dita.

A crescente inserção do artesanato regional em circuitos mais amplos de distribuição e consumo tem provocado, deste modo, um processo de massificação dos produtos tradicionalmente fabricados de forma artesanal, ou ainda, de “estereotipação” do artigo artesanal (PINHO, 2002, p.171). Emerge assim uma produção cada vez mais moldada para atender ao mercado turístico<sup>74</sup>. Em outras palavras:

O crescimento da produção artesanal depende de um novo tipo de demanda motivado pela afeição turística pelo pitoresco, por um certo nacionalismo que é mais simbólico do que efetivo e pela necessidade de se renovar, oferecendo variação e rusticidade dentro da padronização industrial (CANCLINI, 1983, p.100).

Por outro lado, a crescente presença de produtos industrializados tende a se combinar à permanência dos artigos artesanais, ainda que padronizados. Dentre os itens vendidos na feirinha da Av. Beira-Mar, observa-se que, no caso do vestuário, por exemplo, enquanto algumas peças parecem ainda ser fabricadas artesanalmente (camisas de renda, bilro, filé etc), outras já são totalmente industrializadas (camisetas de lembrança de Fortaleza). Situação semelhante ocorre com a venda da roupa de mesa: toalhas e caminhos de mesa vão dos mais artesanais (de renascença, fibra de coco, filé etc) aos mais industrializados. O mesmo fenômeno se verifica entre os artigos de decoração, bijuterias e “lembrancinhas”, que parecem variar quanto ao grau de homogeneização e padronização. A adequação dos produtos às demandas de consumidores e turistas “globalizados” revela, assim, o papel de elo que o turismo pode exercer na relação entre os dois circuitos, uma vez que estes são definidos tanto pelas atividades que os compõem, quanto pela população que neles trabalha e consome (SANTOS, 1978).

Destarte, a feirinha da Av. Beira-Mar de Fortaleza caracteriza-se cada vez menos como uma feira de produtos típicos regionais e artesanais. Artigos como as rendas de renascença, bilro, *richelieu*, filé e labirinto, redes e produtos derivados da castanha se tornam cada vez mais raros. Segundo os próprios feirantes, as rendeiras

---

<sup>74</sup> Segundo Antonia Mota, presidente da associação de micro empresas do Ceará, “o artesanato tem um regimento, tem que ser feito com uma matéria-prima extraída da natureza e sua produção não é em série. No entanto, hoje o valor do artesanato é definido muito de acordo com o gosto do turista. Além disso, há uma adaptação à sazonalidade, aos eventos. Por exemplo, com a Copa do Mundo, tem-se a produção de artigos com motivos do Brasil” (em entrevista realizada em outubro de 2009).

e bordadeiras que guardam o *savoir-faire* da renda e do bordado cearense já estão se tornando idosas, e as mais jovens não têm interesse no ramo e desejam trabalhar em outras atividades. Rendeiras entrevistadas na feirinha afirmam ter aprendido seu *métier* com suas mães e avós. Revela-se aí a importância da transmissão de um *savoir-faire* – que denota aí, literalmente, este aprender a como realizar (GAUDIN, 1978, p.143) – contido em diferentes técnicas artesanais que são passadas, tradicionalmente, de geração em geração.

Os preços dos artigos de rendas artesanais variam bastante segundo a técnica utilizada: enquanto a fibra de coco, o filé e o bilro são os artigos mais freqüentes e têm os menores preços, a renascença se torna cada vez mais escassa e, logo, mais cara. Artesanato típico do Ceará, a renascença é um trabalho extremamente detalhado e demorado, em que uma pequena peça pode levar mais de um mês para ser confeccionada.



Foto 23. Barracas da feirinha da Beira-Mar em Fortaleza. Foto 24. Bordado de renascença.

Frente à rarefação de certos artigos artesanais em espaços como a feirinha da Av. Beira-Mar, poderíamos supor que estes produtos estariam se tornando mais presentes em grandes lojas enquanto artigos de luxo, como em *boutiques* de hotéis, shoppings e aeroportos. No entanto, este fenômeno é bem pouco expressivo em Fortaleza, uma vez que os artigos artesanais não se tornam mais escassos apenas nos pontos turísticos, mas nos demais locais de comercialização da cidade, como um todo. No Mercado Municipal, importante atração turística de Fortaleza, também se verifica hoje a predominância de artigos customizados, a padronização das peças e o arrefecimento da venda de produtos regionais.

De todo modo, é importante ressaltar que o artesanato apresenta diferentes formas de resistência, e que nem toda produção artesanal é alcançada pelo processo de “estereotipação” destacado acima. As próprias barracas da feirinha da Av. Beira-Mar nos revelam diversos graus de avanço desta tendência, que tende a permear as

dinâmicas do artesanato nas grandes metrópoles turísticas. A presença de um artesanato cearense típico se mantém, por exemplo, nas poucas barracas que seguem vendendo peças de bordado, renascença, bilro, *richelieu* etc; dentre as quais há uma enorme variedade no grau de padronização dos artigos.

Se por um lado, parte dos feirantes ainda comercializa produtos artesanais, os quais podem ser inclusive produzidos por eles próprios; outra parte realiza a etapa final de comercialização de artigos industrializados provenientes de São Paulo e até mesmo da China. Encontramos aí, mais uma vez, manifestações do processo de alargamento dos circuitos espaciais de produção dos quais certos agentes do circuito inferior passam a participar no período atual. Esta ampliação das escalas do circuito inferior se revela especialmente nas chamadas feirinhas e mercados populares. Segundo Machado (2008, p.8), desde os anos 1980, aumenta a presença de produtos “*made in China*” nas feirinhas das grandes cidades brasileiras. Se outrora os principais artigos vendidos nestes pontos eram artesanatos locais e alimentos; com a inauguração da Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e *Ciudad del Este*, o mercado popular passou a comercializar também produtos do sudeste asiático, sobretudo da China. A partir dos anos 1990, este fenômeno adquiriu maiores dimensões, graças à abertura dos mercados e à crescente recepção de mercadorias importadas no Porto de Santos. Após sua chegada no país, muitos destes produtos integram cadeias de distribuição e comercialização que terminam nos mercados populares das grandes cidades. Nestes casos, o circuito inferior funciona como um escoadouro, como a ponta final de uma cadeia de intermediários, ou ainda, de um circuito espacial de produção que começa no exterior e se capilariza, na cidade, através de feirantes e vendedores ambulantes. Estes trabalhadores, que não são necessariamente artesãos, irão comercializar a gama de artigos que chega a eles, ou ainda, os produtos aos quais conseguem ter acesso.

Por um lado, este processo também se faz presente na feirinha da Av. Beira-Mar de Fortaleza, haja vista o aumento da venda de artigos importados, como bolsas, bonés, nécessaires, brinquedos de plástico etc. Por outro lado, é importante frisar, mais uma vez, a diversidade de situações reunidas da feirinha. Grande parte dos artigos aí comercializados provém de Fortaleza, de municípios cearenses ou de outros Estados da região Nordeste; demonstrando, por conseguinte, a importância que a integração em circuitos espaciais de produção de alcance regional ainda possui entre os feirantes. Muitos destes pequenos comerciantes seguem se abastecendo na própria cidade, sobretudo os artesãos; ainda que a procedência regional não signifique que o artigo seja artesanal. A integração em circuitos produtivos regionais se mantém especialmente nos ramos destacados na tabela a seguir.

Tabela 6. Procedência de artigos comercializados em barracas selecionadas na feirinha da Av. Beira-Mar de Fortaleza – 2010

<b>Artigo comercializado</b>	<b>Procedência</b>
artesanato de areia colorida	Fortaleza, interior do Ceará e Canoa Quebrada (CE)
rendas de bilro e bordado	interior do Ceará
produtos derivados do caju	Morada Nova, Viçosa, Cascavel e Chorozinho (CE)
redes	centro de Fortaleza, Jaguaruna e Canindé (CE)
roupas de mesa e vestuário de renascença e filé	centro de Fortaleza
confecção feminina e masculina	Fortaleza e Messejana (CE)
biquínis e artigos de moda praia	centro e cidade Fortaleza
artesanato e lembrancinhas de Fortaleza	Trairi, Cariri, Padre Cícero (CE) e centro de Fortaleza
roupa de mesa e blusas de bordado	centro de Fortaleza e interior do Ceará

Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Fortaleza entre 2008 e 2010.

Entre as vendedoras de toalhas de mesa, observamos, por exemplo, que numa mesma barraquinha são comercializados itens de origens diversas: as peças de renascença vêm do interior de Pernambuco (algumas já prontas e outras para serem montadas em Fortaleza), as toalhas de filé chegam de Jaguaribe (Ceará), enquanto outras toalhas são feitas por costureiras em Fortaleza. Muitas peças de vestuário vendidas na feirinha são fabricadas no próprio Estado, onde há um importante pólo de confecções e de couro. Em contrapartida, quando o feirante é mais capitalizado consegue, em certos casos, se abastecer em malharias e atacadistas de São Paulo.

Destarte, não é possível generalizar, são múltiplas as combinações que caracterizam os arranjos encontrados na feirinha, a qual reúne, por sua vez, diferentes elementos representativos de processos que permeiam o circuito inferior no período atual. A imitação, componente característico da economia popular, também se faz presente e assume formas bastante criativas; como a venda de sandálias de couro sintético, vendidas como se fossem de “couro de jegue”, ou de bolsas e malas semelhantes às de marcas internacionais.

Vale destacar que a Prefeitura de Fortaleza pretende implantar um plano de reurbanização na Av. Beira Mar, o qual deverá alterar, entre outros aspectos, as características atuais da feirinha. Estão previstas mudanças na área e disposição da feirinha, a instalação de espaços culturais e esportivos e a criação de pavilhões multiuso ao longo da orla. Em 2009, a Secretaria de Turismo de Fortaleza lançou um

Concurso Nacional de Idéias para o Reordenamento da Avenida Beira Mar, que foi vencido pelo grupo Fausto Nilo Arquitetura, com sede em Fortaleza. O projeto elaborado foi entregue à Prefeitura em agosto de 2011 e deve ser implementado em breve.

Dentre as alterações previstas para a feirinha, as principais medidas já definidas pela Prefeitura são: a feira passará a ser fixa (e não mais montada e desmontada todos os dias), cada barraca será um balcão, que funcionará em um pequeno contêiner, e a venda de produtos industrializados não será mais permitida, uma vez que poderão ser comercializados apenas artigos artesanais. Segundo a Prefeitura, a decisão sobre a definição do que compreende o artesanato, neste projeto, será estabelecida pelo Sindicato dos Artesãos do Ceará. No entanto, cabe questionar, desde já, qual a representatividade efetiva desta organização para os trabalhadores que produzem e/ou comercializam produtos artesanais na feirinha.

Embora não possamos avaliar ainda a condução e os resultados desta política de reordenamento, destaca-se, neste caso, o avanço das normatizações sobre as atividades do circuito inferior. Por um lado, é possível que tais medidas venham a estreitar os laços entre o circuito superior, enquanto os turistas que aí consomem, e o circuito inferior; uma vez que, conforme destacamos acima, as características do artesanato tendem a ser cada vez mais definidas pela demanda turística. Por outro lado, talvez resida aí uma possibilidade de revalorização de um *savoir-faire* típico envolvido no artesanato cearense, que se torna cada vez mais escasso.

Não obstante, cabe destacar ainda que, caso as mudanças na organização da feirinha sejam realmente implantadas, as diferentes ocupações envolvidas em sua montagem diária devem ser também afetadas ou até mesmo extintas. Daí a importância de conhecer a complexidade da divisão do trabalho que permeia a economia pobre, nos diferentes lugares, e as implicações das políticas urbanas sobre seus agentes (SANTOS, 1994, p.128).

#### **4.2.2. O fracionamento das tarefas e a flexibilidade técnica**

Um traço bastante representativo do circuito inferior na feirinha da Av. Beira-Mar reside no fracionamento das tarefas envolvido na armação e “desarmação” das barracas. Conforme destacamos acima, a feira é montada, diariamente, em um perímetro do calçadão desta avenida, concedido aos feirantes pela Prefeitura, durante o período de sua realização. Além dos 650 vendedores (os permissionários), há, em geral, um substituto ou auxiliar para cada permissionário (o qual é, muitas vezes, seu familiar), cerca de 30 carregadores das mercadorias e das estruturas metálicas das

barracas, os montadores das barracas, os montadores de baterias elétricas, 42 vendedores autorizados de alimentos circulando entre as barracas, aos quais se somam ainda os vendedores ambulantes não autorizados.

A extrema divisão das tarefas, propriedade essencial da economia pobre, assume, assim, uma configuração bastante peculiar de cooperação entre estes agentes. Combinam-se, aí, as diferentes formas de fracionamento do trabalho no circuito inferior, identificadas por Missen e Logan (1977, p.66) como: o aumento do número de comerciantes; a ampliação das funções intermediárias especiais; a multiplicação do número de intermediários em cada função especial e o aumento do número de trabalhadores indiretamente envolvidos com os comerciantes.

O fracionamento das tarefas permite, assim, a geração de ocupação e renda, ainda que mínima, para uma multiplicidade de agentes envolvidos na realização da feira, e não apenas para os feirantes. Os “carregadores”, por exemplo, recebem cerca de R\$ 40,00 semanais de cada feirante para o qual trabalham<sup>75</sup>. Conforme afirma Silveira (2007, p.156), “próprio do circuito inferior, o fracionamento das tarefas aumenta a ocupação mas reduz a repartição dos lucros”.

O nível de capitalização dos trabalhadores da feirinha da Av. Beira-Mar é bastante variável. Enquanto alguns feirantes exercem suas atividades com escassos recursos em termos de capital, tecnologia e organização, dependendo inteiramente desta atividade para o sustento familiar; outros já são mais capitalizados e possuem duas ou três barracas no local, sublocadas a outros comerciantes, embora a posse de mais de um box não seja permitida. Segundo funcionários da Prefeitura de Fortaleza<sup>76</sup>, as barracas melhor posicionadas na feirinha são sublocadas por cerca de R\$ 800,00, e a posse de um ponto (ou seja, a permissão concedida pela Prefeitura) pode ser comercializada por mais de R\$ 60.000,00, embora tais práticas também não sejam autorizadas. Revela-se aí a importância desta localização e do acesso por ela conferido ao grande mercado de turistas reunido na Av. Beira-Mar.

A inserção no turismo globalizado e a participação nas modernizações recentes envolvem ainda a financeirização das formas de pagamento oferecidas. A possibilidade de pagamento com cartões de crédito e de débito se expandiu muito nos últimos anos não só na feirinha da Av. Beira-Mar, mas também nos demais locais

---

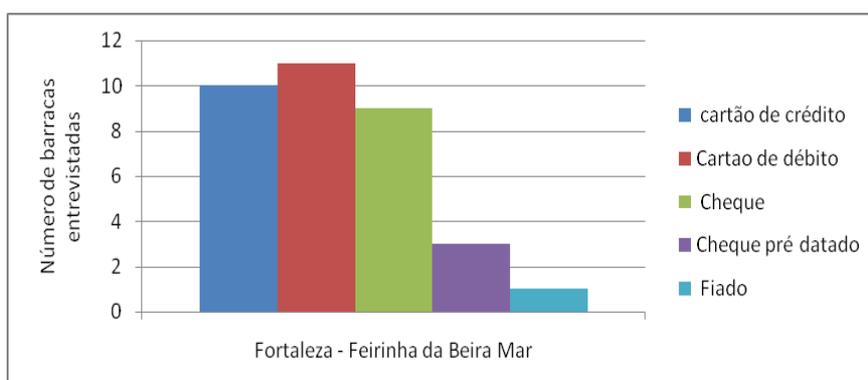
<sup>75</sup> Em função da montagem diária das barracas, as estruturas dos boxes e mercadorias devem ser transportadas pelos carregadores todos os dias dos galpões e estacionamentos, onde ficam guardados, para o local da feira. Tal prática implica o uso de terrenos e imóveis das ruas próximas como galpões que são alugados pelos feirantes para guardarem suas mercadorias e estruturas dos boxes. O aspecto é bastante precário, contrastando com a valorização do meio construído desta área da cidade; muitos dos carregadores dormem nas calçadas em frente aos galpões durante o período da feira, aguardando seu fim para guardar as mercadorias e estruturas dos boxes.

<sup>76</sup> Em entrevista na realizada na Secretaria Executiva Regional II da Prefeitura do Município de Fortaleza em outubro de 2009.

analisados em Fortaleza. Muitos dos feirantes que possuem os terminais para pagamento com cartões já informam, inclusive, os preços de suas mercadorias à vista e no cartão, sendo este último, em geral, R\$ 5,00 mais caro que o primeiro. Representantes das bandeiras dos cartões de crédito comparecem regularmente à feirinha, “oferecendo” o aluguel das máquinas aos feirantes; encontramos aí, mais uma vez, o circuito superior aportando novos nexos à economia pobre.

A expansão da financeirização das formas de pagamento corresponde à fixação de preços mais rígidos, reduzindo, portanto, a prática da pechincha entre vendedores e clientes. Além do dinheiro em espécie, destacamos no gráfico abaixo a frequência das demais formas de pagamento aceitas na feirinha da Av. Beira-Mar.

Gráfico 9. Frequência das formas de pagamento oferecidas pelos feirantes entrevistados na Av. Beira Mar em Fortaleza – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Fortaleza entre 2008 e 2010.

Não obstante, ao mesmo passo em que estas novas formas de pagamento se capilarizam pela economia popular, emergem também diferentes formas de contornar a rigidez por elas impostas. Daí os diferentes acordos estabelecidos entre vendedores, envolvendo o empréstimo das máquinas para passar os cartões e as porcentagens do valor das operações para o uso das mesmas. Os “empréstimos” podem se estender inclusive a estabelecimentos localizados em outras partes da cidade, uma vez que o uso do terminal (da “maquininha) não está atrelado, em certos casos, a uma linha de telefone fixo. Vale lembrar que os terminais eletrônicos para pagamento com cartões podem ser fixos ou móveis. No primeiro caso, seu funcionamento está atrelado a uma linha de telefone fixo e à rede de energia elétrica; no segundo, os terminais funcionam através de redes de telefonia celular e de radiofrequência.

Embora os objetos técnicos sejam cada vez mais idealizados para corresponder a uma especialização determinada, tornando-se desadaptados a mudanças em suas condições de uso; tais práticas mostram como o circuito inferior

logra driblar esta hipertelia (SIMONDON, 1958, p.50) e a rigidez desse sistema técnico que incorpora, atualmente, a variável financeira. Programadas para determinados tipos de usos, as maquininhas podem servir a outras finalidades e a um número maior de agentes. Destarte, acabam por participar do rol das técnicas doces, escapando, em diferentes medidas, do controle previsto e assumindo, por conseguinte, certa autonomia (GAUDIN, 1978). Não obstante, tudo isto se dá num contexto de aprofundamento da sujeição do circuito inferior ao circuito superior pela via do sistema financeiro.

Constatamos, assim, como os pontos turísticos de Fortaleza abrigam diversas dinâmicas reveladoras das transformações que permeiam o circuito inferior no período atual. Diferentes processos representativos de sua adaptação e subordinação às variáveis chave da globalização se entrelaçam nas situações geográficas analisadas acima, demonstrando como os agentes menos capitalizados participam das modernizações recentes nesta metrópole.

Contudo, para além de suas localizações turísticas, as demais áreas de Fortaleza, como seus bairros periféricos e o antigo centro, abrigam diferentes dinamismos que também caracterizam o circuito inferior na cidade atualmente, conforme veremos a seguir.

### **4.3. A concentração da pobreza e o circuito inferior na periferia de Fortaleza**

A costa leste de Fortaleza concentra sua face mais moderna e verticalizada. Aí estão os bairros residenciais da população de alta renda – como Meireles, Aldeota e Varjota – os principais serviços, grandes equipamentos de consumo e os maiores hotéis. Já a faixa oeste do litoral de Fortaleza, em contrapartida, foi historicamente rejeitada pelas classes abastadas. A proximidade de uma zona de atividade industrial e da via férrea, que aí passava, isolava-a da área mais desenvolvida da cidade. A desvalorização da costa oeste era agravada ainda pelo despejo do esgotamento sanitário em sua praia (SOUZA, 2006; DANTAS, 2002). A combinação destes fatores levou à sua progressiva ocupação por uma população pobre e, por conseguinte, à consolidação de grandes bairros periféricos, dentre os quais se destaca o Pirambu<sup>77</sup>, o bairro mais populoso de Fortaleza.

---

<sup>77</sup> O bairro do Pirambu se constituiu na década de 1950, quando o aumento do fluxo de migrantes pobres do sertão para Fortaleza provocou a multiplicação de favelas na costa oeste da cidade, até então ocupada por comunidades de pescadores (DANTAS, 2002, p.53).

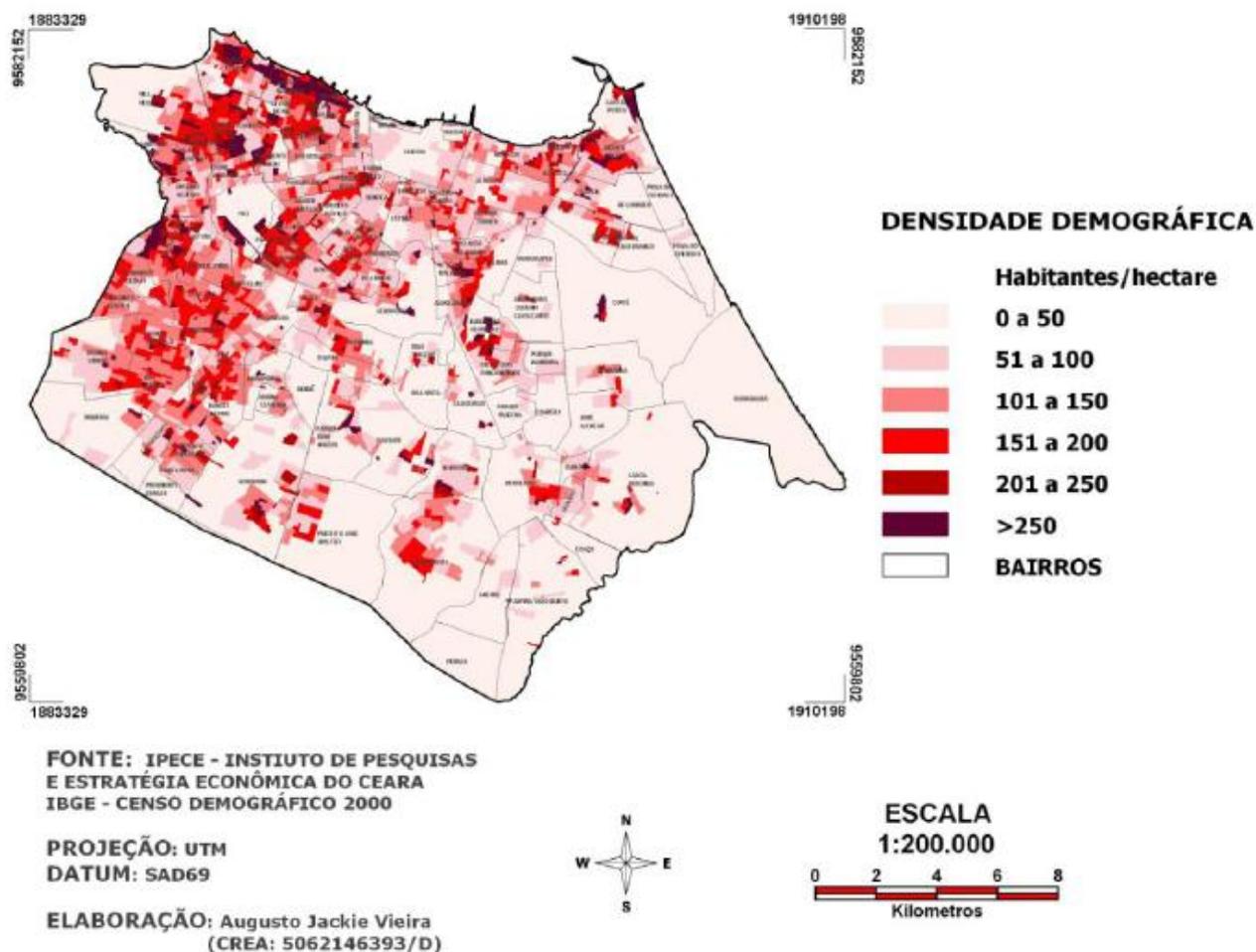
Embora não estejam tão distantes do centro da cidade, os bairros localizados na costa oeste reúnem as carências que compõem uma situação de periferia, haja vista a concentração de uma população de baixa renda e a deficiência de sua infraestrutura e de seus equipamentos de serviços coletivos (SANTOS e SERPA, 2000, p.48). A intensa mobilização de seus moradores e dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e 1980, alertou o poder público para a precariedade das condições de vida nesta região. Nos últimos anos, verificou-se, efetivamente, a ampliação do acesso aos serviços de água, tratamento do esgoto e energia elétrica, assim como a maior presença de equipamentos públicos de saúde, educação e segurança nesta parte da cidade, sobretudo no Pirambu. Contudo, mesmo neste bairro, a implantação desta infra-estrutura básica se restringiu a algumas de suas vias<sup>78</sup>. Segundo Souza (2006, p.155), o processo de urbanização das favelas da faixa oeste permite caracterizá-las hoje como “bairros populares”, embora ainda estejam profundamente associadas ao estigma de favelas e grande parte de suas habitações ainda seja bastante precária.

Conforme revela o mapa a seguir, a faixa oeste de Fortaleza é a área de maior densidade demográfica da cidade. Segundo dados da Prefeitura do município, a população do Grande Pirambu – que abrange os bairros do Pirambu, Nossa Senhora das Graças, Cristo Redentor, Quatro Varas e Barra do Ceará – é de aproximadamente 400 mil habitantes.

---

<sup>78</sup> Verifica-se, por exemplo, que apenas 47% de suas vias são asfaltadas (CINV, 2008, p.29).

Mapa 7. Densidade demográfica no Município de Fortaleza – 2000



O nível de renda médio da população que reside na costa oeste é muito baixo, prevalecendo os domicílios cuja renda per capita mensal não ultrapassa um salário mínimo. No bairro do Pirambu, a renda de quase 60% dos chefes das famílias é menor ou igual a um salário mínimo, conforme revela a tabela a seguir.

Tabela 7. Renda dos chefes de família no bairro do Pirambu (Fortaleza) em salários mínimos (%) – 2008

até ½	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	mais de 5	sem renda	sem dados	total
19,5%	38,1%	14,9%	1,5%	0,6%	0,3%	12,4%	12,5%	100,00%

Fonte: CINV, 2008, p.17.

Assim como nas periferias das demais metrópoles pesquisadas, a concentração da pobreza nesta área de Fortaleza implica a presença de um profuso circuito inferior. Verificamos, com efeito, que o Pirambu abriga uma multiplicidade de atividades realizadas com baixíssimos níveis de capital e tecnologia; daí sua seleção como uma das áreas para o estudo do “circuito inferior periférico” em Fortaleza. Encontramos aí uma economia de vizinhança que se sustenta, sobretudo, num mercado contíguo formado pelos moradores do próprio bairro. As mais variadas estratégias de sobrevivência se combinam nesta periferia de Fortaleza, expondo não só o grau de criatividade que caracteriza o circuito inferior, mas também o caráter reprodutor da pobreza deste circuito (SANTOS, 1975).

#### **4.3.1. Circuito inferior doméstico e circuito inferior de rua na periferia**

A realização de pequenas atividades nas residências é uma constante no Pirambu, ou seja, o circuito inferior periférico define-se aí especialmente por seu componente residencial. Dentre os agentes do circuito inferior entrevistados no bairro, 70% realizavam suas atividades nas próprias residências. Embora se capilarize pela totalidade do tecido urbano das grandes cidades, o circuito inferior residencial assume, certamente, uma maior densidade em suas periferias. No Pirambu, pequenos cômodos, garagens, portões, janelas e grades, que formam uma espécie de balcão voltado para a rua, são aproveitados, das mais variadas maneiras, para a realização de algum tipo de trabalho gerador de renda, ainda que mínima. Não obstante, encontramos aí também, diversos negócios instalados em pequenos estabelecimentos comerciais, além das atividades realizadas nas calçadas ou nas vias públicas.

Esta composição da economia pobre aparece como um conteúdo constantemente presente nas periferias das grandes cidades analisadas. Assim, para além da distinção entre circuito inferior central e periférico, poderíamos distinguir, na própria periferia das metrópoles, a presença de um “circuito inferior residencial” e de um “circuito inferior de rua”. Com esta distinção buscamos demonstrar, ao mesmo tempo, como a heterogeneidade da pobreza e, por conseguinte, a diferenciação do circuito inferior assumem diferentes manifestações não apenas segundo o lugar e a região considerados, mas também segundo o pedaço da cidade.

A partir da seleção de determinadas situações geográficas na periferia de Fortaleza, procuramos desvendar, a seguir, certas dinâmicas características das atividades do circuito inferior tipicamente presentes nas residências e daquelas que funcionam em pequenos estabelecimentos comerciais ou, simplesmente, nas ruas e calçadas.

Na periferia da costa oeste de Fortaleza, uma das principais manifestações do circuito inferior residencial é a “bodega”: pequena “vendinha” de itens variados, mas especialmente de produtos alimentícios de consumo imediato (sorvete, dindin, doces, bolos, pastéis, salgados etc) ou de primeira necessidade (água, açúcar, arroz, feijão etc). As bodegas são geralmente montadas em algum cômodo da residência voltado para a rua, que permita expor os itens vendidos. Vale destacar que muitas dessas vendinhas se abastecem nos supermercados da região ou do bairro, revendendo os produtos a varejo para vizinhos e para a população passante.



Fotos 25 e 26. Bodegas no Pirambu.

Além das bodegas, o circuito inferior residencial do Pirambu abarca uma grande variedade de pequenos serviços, comércios e, inclusive, de fabricações. Destacam-se, entre outros, pequenos restaurantes e lanchonetes caseiros; consertos de eletrodomésticos; serviços de manicure e corte de cabelo; venda de móveis, aparelhos e eletrodomésticos usados; preparo e venda de marmitas; serviços de costura; aulas de reforço escolar; serviços de fotocópia e *lanhouses* improvisadas; preparo de bolos sob encomenda; fabricação de produtos de limpeza caseiros em garrafas PET<sup>79</sup> etc. Conforme observado nas demais cidades analisadas, o reaproveitamento dos insumos permanece como uma das características que define o circuito inferior, sobretudo nas periferias.

A revenda de cosméticos de grandes marcas (Avon, Natura, Rocco etc), por donas de casa, também se faz bastante presente no Pirambu, apontando, mais uma vez, para o grau de capilaridade alcançado pelo circuito superior entre o mercado pobre concentrado nas periferias. O recrutamento de revendedoras “autônomas” por

<sup>79</sup> Segundo Telles e Hirata (2007, p.173), “calcula-se que mais de um terço da água sanitária e dos desinfetantes consumidos no país é clandestino e vendido a granel de porta em porta ou em pequenos comércios”.

parte destas grandes empresas configura, ademais, uma forma de dispor de uma mão-de-obra extremamente barata e sem vínculo empregatício, que garante o acesso a este mercado.

Em muitos domicílios, identificamos a prática da diversificação das tarefas e da combinação de atividades não relacionadas entre si. Em uma mesma casa, por exemplo, funcionava uma pequena bodega, a venda de roupas e a locação de vídeos; em outra, a venda de pastel e um pequeno salão de cabeleireiro. O aluguel de cômodos e edículas também se combina a outras tarefas, como a venda de móveis usados (anunciados como “tudo usado”), o conserto de eletrodomésticos e a recarga de bateria de automóveis. Tendo em vista o grau de escassez que caracteriza as condições de vida na periferia pobre de Fortaleza, a diversificação de tarefas parece apontar, neste caso, sobretudo para a necessidade de diversificar e aumentar os rendimentos domésticos.

A realização desta multiplicidade de atividades nos ambientes domésticos evidencia também, conforme destacamos acima, a impossibilidade, por parte de agentes pouco capitalizados, em arcar com os custos de um ponto comercial.

Em contrapartida, a “capacidade de dissimulação no habitat lhes permite escapar aos impostos” (SANTOS, 1979b, p.100), que seriam mais facilmente cobrados, caso ocupassem um imóvel não residencial. Nas periferias das grandes cidades, esta possibilidade de mascarar a realização de uma atividade econômica é um componente importante do circuito inferior residencial, visto que a maioria dos imóveis não é regularizada, ou seja, não tem escritura e não paga os impostos municipais que incidem sobre a propriedade urbana. Por outro lado, a dissimulação no habitat acaba por dificultar a apreensão da dimensão assumida por este circuito inferior residencial.

As atividades do circuito inferior realizadas em pequenos imóveis comerciais, alugados ou próprios, também são bastante diversificadas no Pirambu. Salões de cabeleireiro, bicicletarias, serralherias, padarias, açougues, locadoras de vídeo, fliperamas, oficinas de conserto de artigos eletroeletrônicos e *lanhouses* figuram entre os pequenos negócios localizados no bairro. Esta composição revela como o circuito inferior da periferia de Fortaleza agrega tanto atividades tipicamente pertencentes à economia pobre, quanto aquelas mais diretamente permeadas pelas variáveis da globalização, que incorporam novas dinâmicas relacionadas à informação e à técnica moderna em suas tarefas cotidianas. Pequenos estabelecimentos que vendem recarga para telefone celular e consertam estes aparelhos estão espalhados pelas vielas do bairro. Sua presença demonstra a incrível capilaridade alcançada pelas

grandes empresas de telefonia e de telecomunicações entre os pobres nas periferias das grandes cidades, garantida pelo próprio circuito inferior.

Certas situações parecem expor especialmente o baixíssimo nível de capitalização com o qual algumas atividades são realizadas. Em imóveis de dimensões muito reduzidas e em estado bastante precário, funcionam, por exemplo, oficinas de costura, bicicletarias e barbearias. O capital necessário para iniciar a atividade varia conforme o ramo, a quantidade de agentes envolvidos no negócio e a possibilidade de aceder ao crédito. Uma pequena oficina de consertos entrevistada foi montada, por exemplo, com R\$ 400,00.

Apesar da expansão de uma infra-estrutura básica à periferia da costa oeste nos últimos anos, o meio construído ainda evidencia sua desvalorização em relação aos bairros mais privilegiados de Fortaleza. Os imóveis menos valorizados e mais degradados estão localizados próximo à praia, diferentemente dos bairros da faixa leste de Fortaleza, onde a proximidade do mar significa uma maior valorização. No Pirambu, esta situação parece derivar do fato destes imóveis estarem mais afastados das principais centralidades do bairro, assim como de sua maior vulnerabilidade em função da proximidade da praia.

O baixo valor do aluguel dos imóveis evidencia a desvalorização do meio construído na região. Entre as micro empresas pesquisadas, predominam os valores de aluguel na faixa de R\$ 200,00 mensais. Conforme afirma Topalov (1979, p.125), nas áreas periféricas e favelizadas, os valores de aluguel são definidos, muitas vezes, pelo grau de penúria dos imóveis menos deteriorados. Nessa direção, Silveira (2007) coloca:

Incluindo as condições do meio construído e certamente a localização, o valor do aluguel é um indicador interessante para conhecer o poder das empresas no uso do território, sua capitalização e a capacidade de ampliar a divisão do trabalho para além do estabelecimento e de sua própria organização (SILVEIRA, 2007, p.153).

A escassez caracteriza igualmente o conteúdo técnico destas atividades. A aquisição de máquinas de costura de segunda mão permite montar uma pequena oficina de confecção de bolsas; através da locação de um fogão industrial, pode funcionar a fabricação de doces e salgados sob encomenda; a posse de algumas ferramentas permite instalar uma bicicletaria ou uma oficina mecânica. A realização destas atividades parece se sustentar, sobretudo, na criatividade e no *savoir-faire* – muitas vezes nascido do contato com as próprias técnicas – que permeia a economia

popular, ou seja, “essa espécie de saber que não é um saber quê, mas um saber como (...) o saber do gesto no gesto” (RICOEUR, 1988, p.34).

Recursos ainda mais limitados são empregados nas atividades realizadas nas ruas e calçadas. Banquinhas improvisadas, instaladas apenas com uma mesa e uma balança, servem para a venda de frutas ou funcionam como açougues em plena calçada. Às bicicletas são acopladas caixas de som para fazer propaganda dos estabelecimentos localizados no bairro. Estas também são utilizadas para a venda produtos de limpeza caseiros. Diversos ambulantes circulam pelas ruas, vendendo artigos como escovas, pentes, vassouras, espanadores etc. Revela-se aí como as demandas do circuito inferior, no que concerne a materialidade e o próprio meio construído, são restritas; visto que suas atividades podem ser realizadas em estabelecimentos de dimensões mínimas, em vias públicas, calçadas, garagens etc. O fato de que, nas cidades brasileiras, 10% dos micro empreendimentos funcionem em via pública (IBGE, 2003), aponta para uma das dimensões assumida por este fenômeno no país.

Segundo Beaujeu-Garnier (2006, p.99), as atividades urbanas se distinguem, entre outros, em função de suas necessidades de superfície e de sua capacidade de pagar por esta. Não obstante, segundo a autora, a despeito desta distinção, as atividades que dependem do contato com o público se assemelham por buscarem localizações que garantam uma maior acessibilidade. Na periferia de Fortaleza, um conteúdo do qual se vale o circuito inferior de rua é justamente a grande quantidade de pessoas circulando nas calçadas e nas ruas. Os moradores ficam em frente às suas casas conversando, brincando, trabalhando, cozinhando; a estes se somam os que estão circulando pelo bairro. Assim, o circuito inferior de rua acaba por se beneficiar do fato de já estar, de certo modo, inserido em seu mercado. Cabe destacar que dentre os agentes do circuito inferior entrevistados no Pirambu que não exerciam as atividades em residências, 80% consideravam a localização adequada para sua atividade econômica. Já para o circuito inferior residencial, é fundamental buscar uma forma de visibilidade adicional para anunciar as atividades praticadas nos domicílios. Daí a importância de realizar algum tipo de divulgação, como cartazes, placas, folhetos e, sobretudo, o “boca a boca”, principal tipo de propaganda presente no circuito inferior periférico, de modo geral.



Fotos 27 e 28. Açougue improvisado na calçada e lanhouse no Pirambu.

Os pequenos estabelecimentos localizados nas principais vias do bairro são especialmente favorecidos. O Pirambu está situado entre a Avenida Presidente Castelo Branco – via que liga Fortaleza às praias do leste cearense – e a praia, e tem como sua principal centralidade a Avenida Theberge, via transversal àquela avenida, que dá acesso ao bairro. Enquanto centralidade comercial do bairro, a Av. Theberge concentra não apenas os estabelecimentos de médio porte como supermercados, mas também as maiores oficinas, farmácias, óticas etc. No entanto, nesta avenida, encontramos ainda uma série de pequenos negócios, além de vendedores comercializando artigos nas calçadas e até mesmo peixarias e açougues “improvisados”. Além da Av. Theberge, as ruas Pasteur, Nossa Sra. das Graças e Santa Elisa constituem as principais vias do bairro, por onde circulam a maioria dos veículos e dos pedestres, especialmente aqueles que chegam de ônibus ao bairro.

Na periferia, os eixos principais de circulação assumem grande influência na consolidação de centralidades de comércio e serviços para a população local, sobretudo em função de sua acessibilidade ao transporte individual e coletivo, assim como para os passantes (SANTOS e SERPA, 2000, p.52).

Apesar da capilaridade alcançada pelos pequenos negócios do circuito inferior instalados nas vielas do Pirambu, parte importante do consumo mensal dos moradores parece se concentrar nos maiores estabelecimentos do bairro – como supermercados, quitandas e açougues – localizados nestas vias principais vias. Tal fato nos remete à consideração das diferentes práticas de consumo de cada faixa de renda, que variam segundo os artigos comprados e os tipos de estabelecimentos freqüentados (DUHAU e GIGLIA, 2007).

Por um lado, fatores como a possibilidade de parcelamento e os menores preços explicam a realização de compras semanais ou mensais em supermercados do

bairro ou da região. Por outro lado, a proximidade, os laços de sociabilidade e o fiado influenciam as compras diárias miúdas de artigos de primeira necessidade no pequeno comércio vizinho à residência, mesmo que estes apresentem preços mais altos do que nos supermercados do bairro e que, inclusive, se abasteçam nestes estabelecimentos. Os maiores preços aí praticados podem se explicar, também, pelo maior número de intermediários envolvidos na distribuição dos produtos.

Assim, verificamos que, no Pirambu, as compras realizadas nos supermercados ou nas bodegas e vendinhas do bairro são de diferentes naturezas. Segundo Goodall (1977, p.234), a distância dos deslocamentos do consumidor varia segundo o tipo de artigo necessitado, a vigência da necessidade, a freqüência da compra individual, o valor da mercadoria e a renda do consumidor. Para este autor, os bens de ordem inferior, obtidos em intervalos curtos e regulares, tendem a ser adquiridos em lojinhas próximas às residências.

Contudo, como vimos acima, as práticas de consumo nas periferias tendem a se tornar cada vez mais complexas no período atual; haja vista a maior capilarização das finanças entre os pobres e a recente chegada de grandes equipamentos de consumo a estas partes da cidade. Não obstante, diferentemente das periferias de São Paulo e Brasília, a presença de grandes equipamentos de consumo, como hipermercados e *shoppings*, não tem se expandido para a periferia pobre de Fortaleza. Não encontramos aí tampouco uma capilaridade tão grande das finanças entre os pobres: os cartões de débito e crédito não são aceitos como forma de pagamento em praticamente nenhum estabelecimento. Daí a maior importância do consumo nos pequenos estabelecimentos e nas bodegas do bairro, sobretudo daqueles artigos de primeira necessidade. Conforme afirmam Duhau e Giglia (2007, p.86), entre os pobres, “a experiência das compras rotineiras é pedestre e de curta distância, quando não se realiza como uma atividade de passagem no trajeto entre o trabalho e a casa, no qual se gasta parte do salário do dia e se provê a comida para esse dia”.

Cabe destacar ainda o papel das redes de sociabilidade e de solidariedade nas práticas de consumo da população de baixa renda nas periferias das grandes cidades. A preferência pela bodega ou pela pequena vendinha para a compra de artigos de consumo diário se explica, também, por “uma fidelidade que é construída através das relações de vizinhança” (SANTOS e SERPA, 2000, p.61). Conforme afirma Santos (1996a, p.324), na “divisão do trabalho de baixo”, as relações de proximidade e de comunicação assumem uma maior importância entre os agentes.

Como em Ceilândia e no bairro de Guarapiranga, nos últimos anos, houve uma multiplicação do número de locadoras de vídeo e de *lanhouses* na periferia de Fortaleza. Enquanto alguns destes estabelecimentos são extremamente simples,

outros já são mais equipados<sup>80</sup>. A proliferação das *lanhouses* representa uma das manifestações assumidas por essa vontade de comunicação, que caracteriza o período atual e que perpassa as diferentes camadas de renda. No Pirambu, a limitação das opções de lazer e a ausência de computadores e do serviço de telefonia fixa, em mais de 80% dos domicílios do bairro (CINV, 2008, p.29), acabam por conferir um crescente papel de destaque às *lanhouses*. Além do acesso à Internet, estes estabelecimentos oferecem ainda serviços como fotocópia, impressão, descarga de fotos, elaboração de currículos etc.

Outra atividade que se expandiu recentemente na periferia de Fortaleza, assim como em sua área central, foi a de mototaxista. A moto parece se consolidar, cada vez mais, como um instrumento de trabalho e como um meio de transporte entre a população de baixa renda na cidade. Segundo Oliveira (2009, p.162), o mototaxi aparece como uma alternativa ao transporte público precário ou inexistente, garantindo acesso a lugares não atendidos por linhas de ônibus, além de representar uma opção de transporte mais rápida e barata para a população pobre. No Pirambu, a presença de diversas oficinas de moto e de lava-jatos de moto demonstra como a difusão desse meio de transporte, e instrumento de trabalho, tem implicado o surgimento de outras atividades co-relacionadas.

É importante ressaltar que, nesta área da cidade, tanto o circuito inferior residencial quanto o circuito inferior de rua abrigam também diversas atividades que revelam, mais explicitamente, feições regionais da economia pobre de Fortaleza. A fabricação de dindin (ou “geladinho”), a produção de tapiocas, o conserto de ventiladores, a venda de queijo coalho e a confecção de chinelos são atividades que possuem, de certo modo, relações com algumas das singularidades de Fortaleza, como seu clima e a culinária regional. Particularidades de âmbito mais local também se expressam na composição desta divisão do trabalho intra-urbana. A atmosfera de insegurança da periferia gera, por exemplo, um mercado de reforma de grades e portões, no qual ex-operários e antigos metalúrgicos empregam seu *savoir-faire*.

Verifica-se, assim, que há toda uma economia interna ao Pirambu, ou seja, uma produção e um consumo que se realizam na escala do próprio bairro, sustentadas na contigüidade deste espaço periférico. A criação do chamado Banco Pirambu<sup>81</sup> e a tentativa de implantar uma moeda local, que valha apenas nas

---

<sup>80</sup> Vale destacar que o grupo do maior supermercado do Pirambu, a rede Zezão, abriu duas *lanhouses* no bairro, apenas no ano de 2009.

<sup>81</sup> Inspirada no exemplo do Banco Palma, a Ong Centro de Incentivo a Vida (CINV) criou o Banco Pirambu. Segundo Nildo Sobral do Nascimento, presidente da organização, o objetivo do banco é incentivar o comércio local e dar acesso ao crédito aos pequenos negócios do bairro. Em 2010, o Banco do Brasil cedeu a marca “Banco Popular” ao Banco Pirambu, autorizando-o a funcionar como instituição financeira e como correspondente bancário. O banco oferece o chamado crédito misto, ou seja, produtivo

imediações do bairro, demonstram a importância da dinâmica dessa economia e do fluxo de capital que aí circula, ainda que fracionado em pequenos valores.

### 4.3.2. Trabalho intensivo e renda escassa

Um fenômeno identificado na periferia de Fortaleza, mas também nas demais metrópoles analisadas, consiste na realização de múltiplas tarefas por parte do mesmo agente, ou seja, em seu engajamento em diferentes ocupações simultaneamente. Encontramos aí diversos trabalhadores do circuito inferior que exercem mais de uma atividade em locais e horários diferentes, e inclusive em empresas do circuito superior: motoristas de ônibus vendem churrasquinho na garagem de suas casas no fim do dia; pedreiros trabalham como ambulantes ou pescadores no final de semana; funcionários de empresas de telefonia prestam assistência “por fora”; mecânicos oferecem serviço de carro; empregadas domésticas são também revendedoras de cosméticos. O cumprimento de uma dupla ou tripla jornada revela o quão intensivo é o dia de trabalho destes agentes.

A simultaneidade de ocupações exercidas pelos trabalhadores pobres é especialmente analisada por Zaluar (2000), que demonstra como estes trabalhadores podem passar por diferentes ocupações ao longo da vida, sem que isso resulte em uma mobilidade financeira. A autora destaca, ademais, a grande importância dos chamados “bicos” “para ajudar na comida ou comprar um ‘extra’” (ZALUAR, 2000, p.93). Uma vez que o trabalhador pobre não pode esperar o momento “ideal” para entrar no mercado de trabalho, acaba assumindo diferentes ocupações concomitantemente<sup>82</sup>. Embora não seja nosso foco específico de análise, identificamos aí outra possibilidade de diversificação das tarefas, mas nestes casos, em relação aos próprios agentes e não aos estabelecimentos onde são realizadas as atividades. Estas situações explicitam como, entre os pobres, “o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura” (SANTOS, 1996a, p.220).

A multiplicidade de trabalhos realizados por um mesmo agente evidencia, notadamente, a insuficiência dos ganhos mensais e a constante necessidade de complementar a renda entre a população pobre da periferia de Fortaleza. Entre os

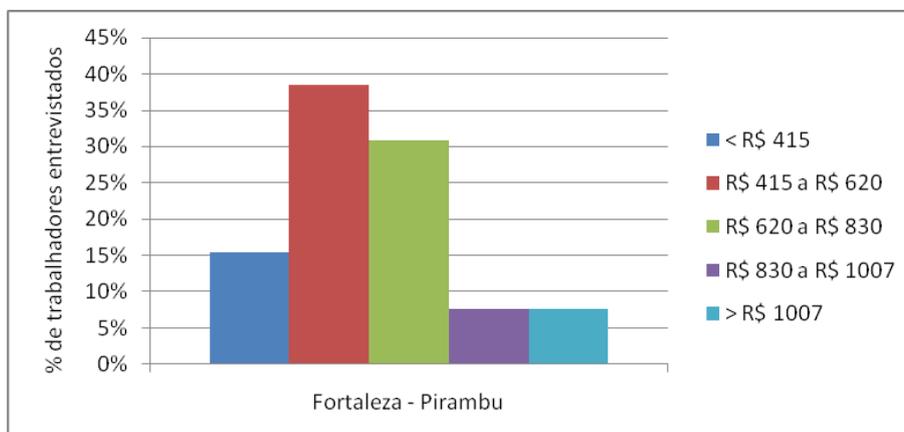
---

e pessoal. O empréstimo é previsto para 30 dias, a partir do segundo mês são cobradas taxas de juros de 2% ao mês. Estão tentando criar também uma moeda local, chamada de “Pirambu”. Sua circulação deve se dar inicialmente através do cadastramento de um estabelecimento de cada segmento (lanchonete, cabeleireiro, vendinha etc), e, em seguida, os demais estabelecimentos serão cadastrados conforme a aceitação e a procura.

<sup>82</sup> Segundo Offe (1994), esta impossibilidade do trabalhador aguardar o momento mais conveniente para o engajamento em um emprego compreende, justamente, uma das desvantagens de poder do lado da oferta no mercado de trabalho.

trabalhadores do circuito inferior no Pirambu, os níveis de remuneração são extremamente baixos, conforme revela o gráfico a seguir.

Gráfico 10. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Pirambu (Fortaleza) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Fortaleza entre 2008 e 2010. Observação: Em 2010, o salário mínimo no Brasil está fixado em R\$ 510,00. Em 2008, quando foram iniciados os trabalhos de campo, o valor do salário mínimo no país era de R\$ 415,00.

Por fim, cabe destacar que a concentração da pobreza nesta área de Fortaleza é evidenciada também pela grande presença de beneficiários do Programa Bolsa Família. Como vimos acima, Norte e Nordeste são as regiões mais assistidas pelo programa no país. No Ceará, cuja população é de 8,4 milhões de habitantes, há mais de um milhão de famílias beneficiadas, dentre as quais 18% residem em Fortaleza (MDS, 2010).

Lócus da habitação de grande parte da população pobre na cidade, a costa oeste concentra, por conseguinte, uma parcela importante dos beneficiários do Bolsa Família. Apenas no Pirambu, o programa atende cerca de 1.200 famílias que correspondem, por sua vez, a 88,3% do total de famílias assistidas por algum programa social no bairro (CINV, 2008, p.16).

A renda recebida, cujo valor varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 mensais, representa um complemento importante na contabilidade destas famílias, ampliando suas possibilidades de consumo e, em certos casos, de investimentos em pequenas atividades. Destarte, o programa pode exercer também um papel complementar na dinamização do circuito inferior, sobretudo nas periferias de grandes cidades como Fortaleza e Belém.

#### **4.4. Centralidade popular e a importância das confecções no trabalho e no consumo da economia pobre**

Por fim, em nossa análise sobre o circuito inferior de Fortaleza, não poderíamos deixar de abordar certas dinâmicas que caracterizam o centro da cidade atualmente. Antiga centralidade das atividades hegemônicas, o centro histórico de Fortaleza, a exemplo de outras metrópoles do país, sofreu um intenso processo de desvalorização e de recomposição de seus usos ao longo das últimas décadas. Conforme afirma Villaça (1998, p.283), a partir dos anos 1970, os centros das maiores cidades brasileiras foram abandonados como local de comércio, serviços e lazer das classes mais abastadas; se consolidando, ao mesmo passo, enquanto centralidade de comércios e serviços populares. Este processo vem sendo acompanhado, em muitos casos, da ascensão de um discurso de depreciação e estigmatização das áreas centrais:

Aquilo que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua tomada pelas classes populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é o centro da cidade (VILLAÇA, 1998, p.283).

Até os anos 1970, o centro de Fortaleza concentrava, efetivamente, os principais estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade, assim como a maior parte de suas funções administrativas e equipamentos de lazer. A emergência de novas centralidades econômicas, em bairros como Meireles, Varjota e Aldeota, e a transferência da maioria dos órgãos de administração pública, para este último bairro, aceleraram o processo de recomposição de usos no centro. Desde os anos 1980, a área central passou a concentrar, cada vez mais, atividades da economia pobre, com a multiplicação dos pequenos negócios, feiras populares e, sobretudo, do comércio ambulante. O agravamento da pobreza e o grau de precariedade de suas infra-estruturas e equipamentos teriam transformado, segundo Silva (1986; 2007b), o centro de Fortaleza em “centro da periferia”.

Neste processo, o centro tradicional da cidade vai se convertendo em centro da periferia, visto que, a população burguesa e amplos setores da classe média encontram sub-centros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente pela zona central. Esta por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças, antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia (...), hoje são convertidas em terminais de transporte

coletivo (...) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (SILVA, 1986, p.64).

No período atual, os arredores da Praça José de Alencar se consolidaram como a principal localização de comércio e consumo popular no centro de Fortaleza. Grande parte do fluxo diário de pessoas que trabalham e consomem no centro converge para esta praça, ponto de partida e chegada de muitas linhas de ônibus que ligam os bairros periféricos a esta área da cidade.

Nos últimos anos, a expansão do circuito inferior no centro de Fortaleza se deu, sobretudo, por meio da multiplicação de feiras populares de confecção, como as feiras da Rua José Avelino, da Catedral da Sé, da Praça da Lagoinha e o Beco da Poeira, que analisaremos mais detalhadamente a seguir. Localizada ao lado do Mercado Central, a feira da Rua José Avelino concentra diariamente de 5 a 10 mil comerciantes de roupas e acessórios. Às segundas-feiras, o movimento é muito intenso, são mais de 150 ônibus que chegam de outras cidades para as compras no varejo e no semi-atacado no local. Conhecida como “shopchão”, a Feira da Sé é uma espécie de feira da sulanca, que trabalha com sobras de tecidos, retalhos e peças desprezados pelas lojas. Funciona durante a madrugada e atrai também uma grande quantidade de “sacoleiros”, vindos sobretudo de outras cidades do Nordeste, para nela se abastecer. As mercadorias são expostas em calçadas, galhos de árvores, capôs de carros e até mesmo penduradas nos ônibus.

A recente multiplicação destas feiras populares de roupas e acessórios no centro da cidade nos remete à questão da crescente importância assumida pelo ramo de confecções na economia pobre. A fabricação e a comercialização de roupas e acessórios se consolidam, cada vez mais, como um ramo concentrador de ocupações entre os agentes do circuito inferior e, por conseguinte, como opção de geração de renda para a população pobre. A dimensão assumida por este fenômeno nas grandes metrópoles está relacionada, também, à expansão do consumo de bens não-duráveis entre a camada de baixa renda.

No período atual, a comercialização de confecções vem se tornando, efetivamente, uma das atividades mais representativas do circuito inferior nas grandes cidades brasileiras. Verifica-se, por exemplo, que os vendedores de roupas e acessórios compreendem a principal categoria entre os micro empreendedores individuais (MEI) no país, totalizando quase 100.000 trabalhadores (SEBRAE, 2011). Visto que este dado abrange apenas os micro empreendedores cadastrados, deduz-se que o número de pessoas envolvido nesta atividade seja consideravelmente maior.

O trabalho em pequenas fábricas de tecidos e de confecções também assume crescente destaque no circuito inferior hoje. Conforme analisa Freire (2008), com a

modernização recente no ramo das confecções, as maiores empresas têm se concentrado nas funções relacionadas ao *design*, à moda e à publicidade. Já as tarefas mais intensivas em mão-de-obra, como corte e costura, têm sido externalizadas para pequenas oficinas. Deste modo, grande parte da mão-de-obra, até então ocupada nas grandes indústrias, vem sendo dispensada, uma vez que estas etapas tendem a ser, cada vez mais, terceirizadas a fabriquetas que empregam baixos níveis de capital, tecnologia e organização. Este processo vem implicando, portanto, o avanço da precarização das relações trabalhistas no ramo; visto que o trabalho assalariado é, progressivamente, substituído pela prestação de serviços em pequenas oficinas subcontratadas, que estão localizadas, muitas vezes, nas periferias das grandes cidades. Ainda segundo Freire (2008, p.66), além da supressão de benefícios trabalhistas, a terceirização da produção a pequenas fábricas implica também o repasse de certos custos embutidos no processo produtivo (linhas, aluguel, luz, desgaste e manutenção das máquinas de costura) para as costureiras. Destarte, as modernizações organizacionais acabam por aprofundar, ainda mais, a escassez de recursos entre os agentes menos capitalizados.

Constatamos, assim, que a centralização da gestão e a dispersão da atividade produtiva, dinâmicas geográficas características da globalização, se realizam também na escala intra-urbana e metropolitana. Este rearranjo na divisão social e territorial do trabalho no ramo das confecções nos aponta, ainda, “novas” formas de relação entre os circuitos superior e inferior, que surgem especialmente com a terceirização de determinadas tarefas. Aprofunda-se, conseqüentemente, a subordinação do circuito inferior frente ao superior, haja vista sua maior dependência de atravessadores e o caráter intermitente das encomendas. A terceirização das etapas intensivas em mão-de-obra a micro e pequenas empresas ocorre também em outros ramos, como na alimentação e no artesanato, conforme veremos a seguir.

Por outro lado, a maior presença das confecções chinesas no país tem implicado o aumento da concorrência para a produção das pequenas fábricas de confecção, sobretudo para aquelas que não participam de cadeias controladas por grandes empresas. Estas fabriquetas devem fazer frente à difusão da mercadoria importada, e barata, no mercado popular das grandes cidades brasileiras, distribuída, muitas vezes, por vendedores ambulantes e feirantes que servem como canais de escoamento das peças a comerciantes maiores e importadores.

O ramo de confecções abriga, assim, diversas dinâmicas reveladoras do processo de reconfiguração do circuito inferior no período atual, assim como de suas relações com processos de diferentes ordens escalares. Conforme afirma Santos

(1996a, p.220), as “divisões proteiformes de trabalho, adaptáveis, instáveis, plásticas, adaptam-se a si mesmas, mediante incitações externas e internas”.

Nas grandes cidades brasileiras, a fabricação e a comercialização de roupas e acessórios envolvem uma parcela importante dos trabalhadores do circuito inferior. Na Região Metropolitana de São Paulo, há cerca de 200 mil ocupados no setor de confecções, dentre os quais apenas 80 mil trabalham com carteira assinada (FREIRE, 2008). Por outro lado, o dinamismo das áreas de especialização como o Brás e o Bom Retiro revela a multiplicidade de atores envolvidos na comercialização de roupas e acessórios, assim como a dimensão do mercado consumidor aí reunido. Na periferia de Brasília, os ramos de confecção e costura, juntamente com as oficinas mecânicas, reúnem o maior número de micro empresas desta metrópole<sup>83</sup>.

Em Fortaleza, as indústrias têxtil e de confecções assumem também grande importância no mercado de trabalho da cidade. As primeiras indústrias do ramo datam do século XIX, quando o Ceará se integrou à divisão internacional do trabalho, através do beneficiamento do algodão e da produção de tecidos. Na dinâmica industrial cearense, os setores têxtil, vestuário, de calçados e de alimentos constituem, atualmente, os ramos mais importantes em número de empresas e mão-de-obra ocupada (AMORA, 2007, p.377). Embora, verifique-se nos últimos anos, a chegada de empresas mais capitalizadas e a modernização de algumas indústrias já instaladas no Estado; a maior parte das fábricas caracteriza-se pelo trabalho intensivo e pelos baixos salários, sobretudo as menores empresas. Segundo Lima e Guilhoto (2004, p.123), as pequenas indústrias cearenses “(...) não são tão exigentes quanto à qualificação dos empregados, propiciando assim a geração de mais emprego”.

De acordo com Amora (2007, p.377), a concentração das empresas do ramo de confecções na Região Metropolitana de Fortaleza constitui um dos pólos mais dinâmicos do Nordeste e do país. Empresas dos ramos fornecedores de insumos, como dos setores têxtil e de fiação<sup>84</sup>, também integram este pólo, conformando assim uma área de especialização de alcance metropolitano.

Embora formado por empresas de diferentes portes e de níveis de capitalização distintos, as pequenas fábricas de tecidos e confecções apresentam grande importância neste circuito espacial produtivo. Neste sentido, vale destacar que o trabalho de costureira em pequenas fábricas se destaca como uma das cinco ocupações mais frequentes entre os trabalhadores autônomos de Fortaleza. As

---

<sup>83</sup> Segundo a Associação de Micro Empresas de Ceilândia.

<sup>84</sup> Segundo Silva (2007b, p.119), a Região Metropolitana de Fortaleza é o pólo mais importante de empresas do setor de fiação no país.

demais atividades mais frequentes são: comerciante ambulante, empregado doméstico, cabeleireiro e pedreiro (MESQUITA, 2008, p.44).

A produção gerada pelo pólo têxtil e de confecções na Região Metropolitana de Fortaleza é, em grande medida, distribuída e consumida na própria capital. Hoje, as feiras populares, realizadas na área central de Fortaleza, representam importantes canais de comercialização desta produção, tanto para a revenda para sacoleiros, quanto para o consumo da população de baixa renda. Destarte, revelam dinâmicas que caracterizam o circuito inferior envolvido neste ramo, assim como feições regionais da economia pobre de Fortaleza, conforme veremos a seguir.

#### **4.4.1. Expansão do circuito inferior e reconfiguração das densidades no centro de Fortaleza**

Nos últimos anos, o centro de Fortaleza se consolida, cada vez mais, como a principal centralidade do circuito inferior na cidade. Embora diversas atividades da economia pobre se encontrem aí reunidas, a comercialização de roupas e acessórios foi aquela que mais se expandiu no período recente. Não obstante, vale destacar que o centro de Fortaleza concentra uma multiplicidade de pequenos negócios tipicamente pertencentes ao circuito inferior central, como pequenas papelarias, fotocopiadoras, oficinas de consertos diversos, lanchonetes, lojinhas etc.

Até meados de 2010, um grande mercado, conhecido como Beco da Poeira, constituía a principal centralidade popular de compra e venda de confecções de Fortaleza. Localizado entre as Praças José de Alencar e Lagoinha, o Beco da Poeira, atraía uma grande quantidade de consumidores, estimulando o aparecimento de outros comércios e serviços em suas proximidades (SILVA e SOUZA, 2006, p.178).



Foto 29. Antigo Beco da Poeira na Praça José de Alencar, no centro de Fortaleza.

O Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes de Fortaleza (CPNVA), porém mais conhecido como Beco da Poeira, era um grande galpão que abrigava mais de 2.100 vendedores trabalhando como permissionários no local<sup>85</sup>. No entanto, o terreno onde funcionava pertencia à Prefeitura de Fortaleza<sup>86</sup>; e foi comprado, em 2001, pelo Governo do Estado do Ceará para a construção de uma estação de metrô no local. A administração municipal anterior desapropriou, então, outro imóvel no centro da cidade, para a instalação de um novo “Centro de Pequenos Negócios”.

Vale destacar que a desativação do antigo Beco da Poeira foi um processo extremamente longo e conflituoso, envolvendo os trabalhadores, a Associação de Vendedores Ambulantes (APROVACE), a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Governo do Estado do Ceará. Após quase dez anos de negociações e embates, o Beco da Poeira foi totalmente desocupado em abril de 2010. A maior parte de seus permissionários foi transferida pela Prefeitura para o novo “Centro de Pequenos Negócios”, instalado no prédio de uma antiga fábrica têxtil na Avenida Imperador, a duas quadras de sua localização anterior. No local onde funcionava o Beco, já foram iniciadas as obras da futura estação do Metrô Lagoinha pelo Governo do Estado do Ceará.

Tendo em vista a seleção, em nossa investigação, do Beco da Poeira como uma das áreas reveladoras dos dinamismos atuais do circuito inferior central de Fortaleza, destacamos a seguir certos processos analisados neste grande mercado popular, quando este ainda estava em operação, para, em seguida, apontar algumas das conseqüências de sua desativação.

O Beco da Poeira podia ser compreendido como uma pequena área de especialização localizada no centro de Fortaleza, ou ainda, como um enclave de especialização inserido numa grande área de diversidade (SILVEIRA, 2007). O “galpão” onde funcionava era uma estrutura bastante precária e inadequada ao trabalho, haja vista o calor intenso, as estreitas passagens entre pequenos boxes improvisados, o piso irregular e descontínuo. A paisagem era dominada por um emaranhado de corredores apertados, com cerca de 2.050 boxes enfileirados um ao lado do outro, entre os quais circulavam também ambulantes vendendo caldo de mocotó, café, água, sucos etc.

---

<sup>85</sup> Os vendedores deviam pagar, a cada seis meses, uma taxa de R\$ 40,00 à Prefeitura de Fortaleza, além da taxa mensal de R\$ 14,00 à APROVACE para os custos com limpeza e segurança.

<sup>86</sup> O terreno onde funcionava o Beco da Poeira, localizado no centro da cidade entre as Praças José de Alencar e Lagoinha, foi cedido, em 1989, pela Prefeitura de Fortaleza à APROVACE (Associação Vendedores Autônomos do Estado do Ceará), entidade que representava os trabalhadores do Beco, e que, na ocasião, instalou 869 boxes no local, com recursos próprios e dos ambulantes. Ao longo das duas décadas seguintes, o número de boxes, assim como a clientela, cresceu muito e o local se consolidou como um grande mercado popular de confecções.

Nos boxes, prevalecia o comércio de confecções de “modinha” (roupas femininas de malha), camisaria, *surfwear*, moda infantil, jeans, lingerie, moda praia e acessórios. No entanto, nos corredores dos extremos do galpão, encontravam-se também banquinhas de serviços de reparação e assistência de artigos eletroeletrônicos, desbloqueio de telefones celulares, chaveiros, venda de ferramentas e controles remotos, além de manicures trabalhando em pequenas banquetas nos corredores. Havia ainda pequenos boxes com fogões e geladeiras para o preparo e venda de comida caseira típica nordestina, café, tapioca, refrescos, refrigerantes etc.



Fotos 30, 31 e 32. Boxes de “modinha” e de desbloqueio de telefone celular no antigo Beco da Poeira.

O comércio de confecções funcionava tanto no varejo, quanto no semi-atacado, abastecendo outros mercados populares na região. Como nas demais feiras de confecções do centro de Fortaleza, era grande a presença de “sacoleiros” vindos de outras localidades. O mercado consumidor do Beco da Poeira abrangia, assim, não apenas os compradores e revendedores de Fortaleza, mas também de outros municípios do Ceará, de outros Estados (principalmente do Norte e Nordeste) e até mesmo de outros países, como a Guiana. Dentre os vendedores entrevistados, 60% afirmaram que seus clientes também vinham de outros Estados, além do Ceará.

Assim como nas demais centralidades de consumo popular das metrópoles brasileiras, a difusão da possibilidade de pagamento com cartões no Beco da Poeira se deu a partir de 2002. No entanto, desde 2008, a presença desta forma de pagamento se reduziu em função da crescente dificuldade em arcar com os valores cobrados pelo aluguel dos terminais e pelas porcentagens das vendas, segundo depoimentos dos permissionários. Diferentes situações nas cidades analisadas revelam como o dinheiro, já escasso no circuito inferior, vem sendo drenado para o circuito superior por meio da difusão destes objetos técnicos entre os pequenos

negócios. No entanto, este fato não tem passado despercebido entre os agentes da economia pobre.

No Beco da Poeira, a presença de atividades relacionadas ao comércio de confecções – como a venda de manequins, cabides e cruzetas de segunda mão, além dos vendedores “quenqueiros”<sup>87</sup> – indicava a complementaridade interna entre aqueles que aí trabalhavam. Fornecedores de roupas e acessórios, funcionários de gráficas que fabricavam os cartões de visitas dos boxes e representantes das bandeiras dos cartões de crédito também transitavam pelo local. A divisão do trabalho era, assim, intensa na escala do próprio Beco, haja vista a densidade de pessoas, mercadorias e serviços aí reunidos. Estima-se que dezenas de milhares empregos fossem gerados, de forma indireta, pelo Beco da Poeira (CAVALCANTE SANTOS, 2009).

Os artigos de vestuário comercializados no Beco da Poeira eram confeccionados principalmente em Fortaleza ou no Estado do Ceará. Destaca-se aí, como no caso da feirinha da Av. Beira Mar, a importância da participação destes agentes em circuitos espaciais de produção de alcance regional. Tal integração aponta, também, para a relevância do ramo das confecções na economia de Fortaleza, composto sobretudo por pequenas fabriquetas de mão-de-obra feminina (MESQUITA, 2008, p.25). Grande parte destas micro empresas funciona em residências, nas quais o trabalho familiar assume grande importância (SILVEIRA, 2007, p.156). Estas fabriquetas integram um circuito inferior residencial<sup>88</sup> que se capilariza pela Região Metropolitana de Fortaleza e estabelece laços de complementaridade com o interior do Estado, onde estão muitos dos fornecedores de tecidos e peças.

O mapa a seguir ilustra a representatividade das principais procedências das roupas e acessórios comercializados pelos vendedores entrevistados no Beco da Poeira em Fortaleza. No mapa, destacamos também a aquisição de peças em atacadistas no próprio centro da cidade para a revenda no Beco da Poeira.

---

<sup>87</sup> Vendedores que circulavam pelo Beco da Poeira oferecendo os produtos a preços mais altos do que nos boxes.

<sup>88</sup> Vale destacar que dentre os trabalhadores cadastrados como Micro Empreendedores Individual (MEI) no Estado do Ceará, 74,5% fazem uso do próprio domicílio para realizar a atividade econômica (SEBRAE, 2011).



Para além da complementaridade, estabelece-se, ao mesmo passo, uma grande concorrência entre as empresas dos ramos de fabricação e comercialização de roupas e acessórios. No Beco da Poeira, o movimento de consumidores era extremamente intenso, assim como a disputa pelos clientes entre os vendedores. A pechincha e a negociação representavam elementos centrais da concorrência entre os boxes, sobretudo nas vendas para sacoleiros e revendedores. Vale destacar que a maioria dos vendedores do Beco considerava as feiras de roupas do centro e os demais boxes como seus principais concorrentes.

Tabela 8. Concorrência dos pequenos boxes entrevistados no Beco da Poeira em Fortaleza (%) – 2010

vendedores ambulantes	10%
feiras do centro	10%
feiras do centro e vendedores ambulantes	5%
grandes empresas	10%
pequenas empresas	5%
demais boxes do beco	45%
pequenas empresas e feiras do centro	10%
não declarou	5%
Total	100%

Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Fortaleza entre 2008 e 2010.

A renovação constante das coleções e peças vendidas no Beco da Poeira se destacava como outro componente central do dinamismo desta área, relacionado, por sua vez, à expansão do consumo entre a camada de baixa renda e ao anseio da clientela por acompanhar o passo da moda. A assiduidade do consumo de roupas novas, sobretudo entre o público feminino, a forte influência da moda ditada pelas grandes grifes e a imitação são elementos chave do período atual que permeiam, cada vez mais, as atividades de fabricação e comercialização de roupas e acessórios no circuito inferior.

O fenômeno da imitação assume uma crescente importância no universo do consumo popular nos dias de hoje. Daí a necessidade dos agentes menos capitalizados acompanharem constantemente, sobretudo através da televisão e de revistas, o surgimento das novas tendências e de novos modelos para, logo, copiá-los. Haja vista a impossibilidade de comprar os modelos originais de roupas das grandes marcas, a aquisição de peças semelhantes, inspiradas naquelas originais, aproximam os consumidores do sentimento de pertencimento, ou ainda, de identificação

metonímica do indivíduo com o pelotão da moda (BAUMAN, 2007, p.115). A centralidade do consumo no período atual confere, assim, dimensões ainda maiores ao fenômeno da imitação e, ao mesmo passo, da criatividade, na economia pobre.

Algumas pessoas adotam a novidade em breve espaço de tempo, enquanto outras não reúnem as condições para fazê-lo, ou preferem recusá-la, permanecendo com modelos anteriores. Se cada época cria novos modelos, o seu uso porém não é geral. Mas o fato central é a produção de réplicas, mais ou menos fiéis, a partir do objeto original (SANTOS, 1996a, p.68).

No período atual, o constante lançamento de novas tendências e a efemeridade das coleções parecem impor uma certa obsolescência planejada também às roupas e acessórios. Apesar do baixo nível de capitalização das pequenas fábricas de confecções e da maioria dos comerciantes do ramo, a necessidade de rápido escoamento de peças consideradas ultrapassadas acaba por se impor também a estes agentes, tamanha a importância de acompanhar o passo do aparecimento das novas tendências que caem no gosto popular. Para Agamben (2008, p.27), a moda constitui um bom exemplo da experiência particular do tempo que caracteriza a contemporaneidade. O tempo da moda, segundo o autor, é um tempo inalcançável, inapreensível, que está no limite entre o “ainda não” e o “não mais”, e que parece estar sempre adiantado sobre si mesmo.

Neste sentido, o Beco da Poeira constituía um mercado especialmente revelador destas dinâmicas que permeiam o consumo popular no período da globalização. O dia-a-dia do mercado envolvia a combinação de diferentes estratégias, adotadas pelos agentes não-hegemônicos, de adaptação e resistência às modernizações atuais. Uma vez que o Beco da Poeira representava a principal centralidade popular de compra e venda de confecções de Fortaleza, sua desocupação acabou implicando uma reconfiguração dos dinamismos e densidades no centro da cidade.

Concluída em meados de 2010, a desocupação do antigo Beco foi um processo extremamente conflituoso e não houve uma posição consensual entre os trabalhadores. Estabeleceu-se, por conseguinte, uma divisão entre os permissionários que aceitaram a transferência para o novo Centro e aqueles que não aprovaram os termos da negociação ou não foram incluídos na mesma, por diferentes motivos<sup>89</sup>. Segundo a Prefeitura, alguns permissionários recusaram a transferência porque diversas irregularidades praticadas no Beco não seriam mais “toleradas” no novo

---

<sup>89</sup> Segundo a Secretaria Executiva Regional Centro da Prefeitura de Fortaleza, dos 2120 trabalhadores anteriormente instalados no Beco, apenas 10% dos permissionários não teriam sido transferidos para o novo Centro de Pequenos Negócios.

Centro, dentre as quais se destacam: a sublocação de boxes, de paredes e até mesmo de partes do chão do local para terceiros. Estas práticas nos revelam a dimensão da luta por uma localização central entre os agentes pouco capitalizados.

Os trabalhadores que não foram para o novo Centro se juntaram, então, a um grupo de vendedores ambulantes dos arredores e ocuparam o edifício conhecido como “Esqueleto”, imóvel inacabado que abrigaria inicialmente o novo Centro de Pequenos Negócios, localizado na Rua 24 de Maio.

O processo de desativação do antigo Beco da Poeira, e de remoção de parte de seus trabalhadores, expõe o caráter efêmero da localização das atividades do circuito inferior instaladas nas áreas centrais das grandes cidades, onde agentes com diferentes forças disputam, muitas vezes, a mesma parcela do território. Conforme afirma Silveira (2010, p.6), “o meio construído urbano está em metamorfose permanente, levando a buscar novas condições de produção e, em definitivo, de vida”. Nas periferias, em contrapartida, as localizações das atividades pobres tendem a ser mais longevas. No entanto, como vimos acima, o crescente interesse do circuito superior por estas áreas tende a ameaçar, também, as localizações e o mercado tradicionalmente pertence ao circuito inferior nas periferias.

No centro de Fortaleza, o “Esqueleto” parece assumir, hoje, o papel de um novo Beco da Poeira. Nesta estrutura (pois o edifício não foi concluído), se conforma, hoje, uma espécie de reprodução do cenário do antigo Beco, haja vista a grande concentração de vendedores de roupas trabalhando em boxes improvisados e em condições bastante precárias. Atualmente, já há mais de 800 barracas no local. Dentre outras semelhanças, destacam-se o preparo e venda de refeições, pequenos serviços de reparo, venda de chips, baterias e carregadores para telefone celular e até mesmo a possibilidade de pagamento com cartões de débito e crédito. A permanência destes trabalhadores no Esqueleto revela sua resistência e possibilidade de adaptação a condições de trabalho extremamente adversas, assim como uma postura combativa frente à intensa pressão do Estado para que saíssem do local. Esta situação elucida, ademais, a incrível capacidade de reprodução dos mercados e feiras populares.

No “Centro de Pequenos Negócios”, para onde foi transferida a maioria dos permissionários do Beco da Poeira, os trabalhadores apresentam, efetivamente, melhores condições de trabalho em relação ao antigo local: há mais ventilação e iluminação, banheiros, lanchonetes etc. As atividades são as mesmas, com o domínio absoluto da venda de roupas (“modinha”); destacam-se igualmente os boxes de conserto e serviços para celulares que também vendem chips, cartões de memória, *pendrives* etc, e de conserto de relógios. Os preços praticados no local são semelhantes aqueles encontrados anteriormente no Beco. No entanto, certos

comerciantes entrevistados se queixaram da redução da clientela, visto que o maior fluxo de pedestres segue concentrado nos arredores da Praça José de Alencar, onde se localizava o antigo Beco, a uma distância de duas quadras do novo ponto concedido pela Prefeitura.



Foto 33. Ambulantes em frente ao antigo Beco da Poeira. Foto 34. Boxes no novo Centro de Pequenos Negócios.

Antes da desocupação do Beco da Poeira, já havia uma grande concentração de ambulantes vendendo roupas e acessórios em suas adjacências, sobretudo nas praças Lagoinha e José de Alencar. Com a desativação do mercado, a quantidade destes trabalhadores nesta área do centro se multiplicou ainda mais. Os arredores da Praça José de Alencar reúnem, atualmente, uma enorme aglomeração de ambulantes, já que a localização se mantém como uma forte referência para o consumo popular. As roupas se destacam como as principais mercadorias comercializadas, mas há também bolsas, toalhas de mesa, redes, bijuterias, dentre outros. Os ambulantes se concentram, sobretudo, em frente ao local onde funcionava o antigo Beco da Poeira. Até mesmo os tapumes das obras da futura estação do metrô são utilizados para expor roupas vendidas pelos ambulantes. Ao cair da noite, a venda de roupas e acessórios dá lugar aos carrinhos de bebidas e a uma série de “bares improvisados”.

A multiplicação da quantidade de ambulantes também se estende à Praça da Lagoinha, ao lado da Praça José de Alencar, onde o número de pessoas trabalhando, em condições muito precárias, aumentou exponencialmente ao longo dos últimos anos. Formou-se aí uma espécie de feira popular ao livre, onde são vendidos CDs e DVDs, refeições, refrescos, roupas, eletrodomésticos e eletroeletrônicos de segunda mão, dentre outros. Há inclusive cabeleireiros e barbeiros ambulantes que instalam mesas com espelho e cadeiras em plena praça, onde atendem seus clientes. Evidencia-se aí uma das faces pobres de Fortaleza.

A proliferação de atividades desta natureza no centro de Fortaleza revela o grau de carência do dia-a-dia destes trabalhadores, cujas condições cotidianas de trabalho são extremamente adversas. Face à dimensão assumida pelo circuito inferior na área central de Fortaleza, mas também nos centros das demais metrópoles brasileiras, impõe-se, cada vez mais, a necessidade de compreensão da dimensão do cotidiano desta população, pois:

É nesta temporalidade que se afirma o homem lento, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços *clean* e nas grandes superfícies (...). É na agência cotidiana que o homem lento, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim é na espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes (RIBEIRO, 2005, p.96).

Consideramos que a expansão das atividades do circuito inferior no centro de Fortaleza – manifestada, entre outros, pela multiplicação das feiras populares de confecções e da quantidade de ambulantes – explicita, sobretudo, o aumento da pobreza na cidade e a capacidade auto-inflacionária deste circuito, ou seja, sua possibilidade de abrigar cada vez mais pessoas no interior da economia pobre.

Por fim, buscamos desvendar, no capítulo a seguir, os dinamismos e transformações que caracterizam o circuito inferior na metrópole de Belém no período atual.

## **CAPÍTULO 5. FEIÇÕES REGIONAIS DO CIRCUITO INFERIOR DE BELÉM**

### **5.1. Urbanização e dimensões da pobreza na metrópole da Amazônia oriental**

A Região Metropolitana de Belém compreende o maior aglomerado urbano da região amazônica, com cerca de 2 milhões de habitantes. No entanto, Manaus constitui o município mais populoso da região, com 1,88 milhões de habitantes; enquanto Belém tem 1,4 milhões de residentes (IBGE, 2010). Pode-se considerar que a região amazônica é composta por duas grandes sub-regiões: a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental. Enquanto a primeira compreende a área de influência direta e indireta de Manaus, abrangendo os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre; a segunda corresponde à área de influência de Belém, abarcando os Estados do Pará, Amapá e parte de Maranhão e Tocantins (TRINDADE JR., 2006, p.178). Segundo Becker (2004, p.95), a região Norte se distingue por possuir muitos aglomerados urbanos com pouca centralidade, e poucas cidades com uma centralidade importante, dentre as quais se destacam, sobretudo, Belém e Manaus.

Fundada em 1616 para consolidar o domínio territorial do norte da colônia, a cidade de Belém possui uma história de mais de quatro séculos. Sua posição estratégica permitia controlar a circulação na região que adentrava a Amazônia, além de representar um importante entreposto para o escoamento das drogas e especiarias no período da colonização portuguesa. Diferentemente da metrópole de Fortaleza, inserida tardiamente na divisão internacional do trabalho, e de Brasília, criada apenas na década de 1950, o desenvolvimento de Belém data já do século XVII.

Ao longo dos últimos quatro séculos, a cidade passou, grosso modo, por três fases de crescimento (MOREIRA, 1989 in TRINDADE JR., 2005): uma fase ribeirinha que vai de sua fundação (1616) a meados do século XVIII, em que a cidade já se destacava como o principal entreposto comercial da Amazônia; um momento de interiorização do território até meados do século XIX, quando o *boom* da borracha trouxe um especial dinamismo à cidade, desencadeando também a modernização de sua infra-estrutura; e, por fim, um momento de avanço da urbanização para sua hinterlândia. Para Trindade Jr. (2005), a partir da década de 1960, configurar-se-ia uma quarta etapa do crescimento de Belém correspondente à sua metropolização, com a incorporação das cidades próximas em uma única malha urbana e o aumento

de sua população. Esta fase caracteriza-se ainda pela maior integração da região amazônica ao Sudeste e ao Centro-Oeste, permitida, sobretudo, pela abertura da Rodovia Belém-Brasília.

Desde o século XVII, a circulação fluvial e a ocupação da orla ditaram o processo de urbanização de Belém, implicando, por conseguinte, a concentração da atividade econômica ao longo de seus dois rios principais: Guajará e Guamá (ver Mapa da subdivisão da orla de Belém em ANEXO 9). Esta especificidade do fenômeno urbano na Amazônia, em que a vida da cidade está estreitamente associada às águas, manifesta-se especialmente nesta grande metrópole que guarda conteúdos de cidade ribeirinha.

Localizada na confluência do estuário amazônico, Belém polariza uma enorme quantidade de cidades, vila e ilhas (CASTRO, 2006, p.16), ou seja, comanda "(...) uma extensa rede urbana dentrítica espreada ao longo dos rios que compõem a bacia fluvial amazônica" (TRINDADE JR. et alli, 2006, p.59). Enquanto metrópole regional, Belém representa, também, o principal destino da população migrante da Amazônia Oriental. Nos anos 1960, uma série de políticas voltadas ao desenvolvimento regional<sup>90</sup> desencadeou a intensificação dos fluxos migratórios e, de certo modo, a dinamização da urbanização em escala regional. Contudo, Belém não contava com um setor industrial capaz de absorver o fluxo de milhares de migrantes que passou a se direcionar à cidade. Logo estes migrantes se integrariam ao mercado de trabalho através da realização de pequenas atividades de sobrevivência, expandindo, assim, o seu circuito inferior.

A partir dos anos 1970, Belém adentra uma fase de metropolização, marcada pelo rápido crescimento populacional e pela periferização da população pobre (FAURE et alli, 2006, p.181). Entre 1970 e 2000, a população na Região Metropolitana de Belém cresceu cerca de 3,6% ao ano. Se em um primeiro momento, a população pobre tendia a se concentrar nas áreas desprovidas de infra-estrutura próximas ao centro, como as áreas de baixada; a partir da década de 1980, essa população passa a se instalar, progressivamente, na periferia distante e nos demais municípios da Região Metropolitana (TRINDADE JR., 1998, p.42).

Até os anos 1990, o crescimento da Região Metropolitana de Belém esteve, efetivamente, mais concentrado no município de Belém. A partir de então, ocorreu uma verdadeira explosão demográfica nos demais municípios da Região

---

<sup>90</sup> Na década de 1960, políticas macro-regionais, como o Plano de Desenvolvimento Nacional, a Operação Amazônia e o Plano de Integração Nacional provocaram o aumento da migração para a região Norte do país.

Metropolitana, sobretudo em Ananindeua que constitui, atualmente, a segunda cidade mais populosa do Pará, com mais de 470 mil habitantes. Durante a década de 1990, o crescimento da população de Belém foi da ordem de 0,32% ao ano, enquanto a população dos demais municípios da Região Metropolitana cresceu mais de 12% ao ano. Entre 2000 e 2010, o ritmo do crescimento da população metropolitana se desacelerou; mas, ainda assim, manteve-se mais elevado nos demais municípios: enquanto a população de Belém aumentou 9%, a população de Ananindeua cresceu 19,5% (IBGE, 2010). Encontramos aí uma dinâmica populacional e migratória semelhante aquela ocorrida na Região Metropolitana de Fortaleza no período em questão.

Por outro lado, a recente instalação de grandes empreendimentos econômicos – como os projetos Jari, Carajás, Trombetas e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí – vem alterando profundamente as dinâmicas da urbanização na Amazônia oriental, distinguindo, portanto, o processo regional daquele observado nas demais regiões. A instalação destes grandes empreendimentos de mineração, siderurgia e construção civil vem difundindo o meio técnico-científico-informacional pela região (TRINDADE JR., 2006). Uma tecnoesfera moderna tem se alojado no território de maneira pontual (SANTOS e SILVEIRA, 2001), permitindo, a difusão de uma urbanização corporativa, cuja manifestação principal são as chamadas *company towns*, como Carajás, Vila de Tucuruí e Porto Trombetas.

Estas novas cidades, criadas para atender às demandas de grandes grupos privados, passam a concentrar recursos, investimentos e uma parcela dos empregos, em detrimento da metrópole de Belém que, por sua vez, vê seu contingente de pobres e desempregados se multiplicar (TRINDADE JR., 2006). Os municípios sedes desses grandes empreendimentos acabam por assumir uma certa independência frente aos maiores centros regionais, estabelecendo, muitas vezes, relações diretas com São Paulo. Não obstante, Belém representa ainda a principal metrópole da região:

O espaço metropolitano de Belém desempenha papel que não deixa de ser importante para a atual dinâmica metropolitana do espaço regional, ainda que esse papel tenha tudo a ver com o processo de empobrecimento (...), culminando com aquilo que poderíamos chamar de uma verdadeira 'metropolização da pobreza' (TRINDADE JR., 1998, p.44)

A instalação de grandes empreendimentos vem implicando, assim, um rearranjo na dinâmica da urbanização regional, visto que a Região Metropolitana

passa crescer num ritmo menor que o Estado do Pará<sup>91</sup>. Configura-se, assim, um processo de involução metropolitana, no qual a região cresce mais que a metrópole, e esta última, por sua vez, passa a concentrar uma população empobrecida e suas respectivas atividades (SANTOS, 1994).

O direcionamento de investimentos privados e do aporte de recursos públicos para as áreas de expansão destes grandes projetos se dá em detrimento do investimento público em Belém, onde os nexos da modernização recentemente instalados se combinam ao agravamento da pobreza. Segundo Castro e Santos (2006, p.27), “a cidade hoje vive uma modernização ao lado do crescimento da desigualdade e de novas formas de pobreza, segregação e marginalidade (...)”. Mais de 1/3 dos habitantes da Região Metropolitana de Belém vive, atualmente, com menos de ½ salário mínimo por mês (IBGE, PNAD, 2007). Conforme veremos a seguir, tamanha concentração da pobreza corresponde à densidade e à diversidade de um circuito inferior especialmente revelador de traços da economia regional.

No período atual, a modernização recente da cidade de Belém tem se pautado, sobretudo, em torno do beneficiamento e da exportação de minérios e produtos regionais (açai, castanha, pescado, cupuaçu etc), da expansão do setor imobiliário e da promoção do turismo, especialmente aquele de caráter religioso, por ocasião do Círio de Nazaré<sup>92</sup>. A crescente presença de grandes empresas exportadoras na cidade tem reforçado o perfil extrativista de sua atividade econômica, implicando, por conseguinte, a modernização de sua infra-estrutura portuária voltada à exportação (CASTRO e SANTOS, 2006).

Grandes projetos de requalificação urbana e de renovação do patrimônio histórico também figuram entre os vetores da modernização recente da cidade. Dentre as principais intervenções urbanísticas realizadas nas últimas duas décadas, destacam-se os Complexos Estação das Docas e Feliz Lusitânia. A orla aparece como a principal vitrine destes grandes projetos de revitalização, em que a cidade tem sido palco das práticas de um urbanismo hegemônico (TRINDADE JR. et alli, 2006) e do avanço do uso corporativo do território, como veremos a seguir.

---

<sup>91</sup> “A Amazônia Oriental cresce mais que sua metrópole (Belém) devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional nos últimos anos, onde são implantados projetos, em especial os grandes empreendimentos, que necessitam de espaços urbanos relativamente bem estruturados para o seu funcionamento (...) mas que não se limitam a eles, implicando em redefinições espaciais que alcançam um raio de influência relativamente significativo e que repercutem no grau de urbanização do território” (TRINDADE JR., 2006, p.183).

<sup>92</sup> A exploração da atividade turística se intensificou na última década, sobretudo aquela de caráter religioso por ocasião do Círio de Nazaré. Considerada a maior procissão religiosa católica do mundo, o Círio de Nazaré reúne cerca de dois milhões de pessoas em Belém no mês de outubro. O evento mobiliza uma série de atividades na cidade, desempenhadas tanto por pequenos negócios quanto por grandes empresas, como agências de publicidade, grandes redes hoteleiras e empresas aéreas.

Intervenções na estrutura portuária, novos projetos para o turismo e para o embelezamento da cidade representam, assim, as novas prioridades de investimentos do Estado e do poder privado em Belém (CASTRO e SANTOS, 2006, p.33). Não obstante, ao mesmo passo em que avança a instalação deste modelo de modernização voltado às demandas externas, a maior parte da população de Belém se encontra inserida em uma divisão do trabalho intra-urbana, composta por uma multiplicidade de pequenas atividades realizadas com pouquíssimos recursos. Nas ruas da cidade, já se revela a pobreza de seus habitantes, haja vista a grande quantidade de pedintes, moradores de rua e pessoas trabalhando em condições extremamente precárias.

A Região Metropolitana de Belém está, de fato, entre as regiões metropolitanas mais pobres do Brasil, e o processo de empobrecimento de sua população tem se intensificado rapidamente nos últimos anos: em 1995, a proporção de seus domicílios com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário era de 19,6%; em 2007, essa proporção já alcançava 33,6% de seus domicílios (IBGE, PNAD, 2007). A proliferação das favelas e das habitações precárias também aponta para o avanço da pobreza nesta metrópole. Em 1991, havia cerca de 20 favelas na Região Metropolitana de Belém; em 2000, já eram mais de 93 (FAURE et alli, 2006, p.199). De acordo com Maricato (2006, p.153), 30% da população de Belém vive em favelas. O processo de empobrecimento de Belém também se manifesta na precarização das condições de trabalho de seus habitantes. Segundo o Dieese, em 2004 havia cerca de 360 mil trabalhadores sem registro em carteira na Região Metropolitana de Belém, em 2008 já eram mais de 400 mil.

Segundo Trindade Jr.<sup>93</sup>, o agravamento desta situação se deve, em parte, à relativa dispersão dos grandes investimentos no Pará, realizados em sua maioria fora da região Metropolitana; o que implicaria a não geração de empregos industriais e a reprodução de um quadro de pobreza estrutural. Belém caracteriza-se, efetivamente, como uma metrópole terciária, concentrando empregos no comércio e nos serviços, mas não na indústria. De todo modo, é preciso ressaltar que a industrialização não traria, necessariamente, melhores qualidades de vida a seus habitantes. Singer (1998, p.142) destaca que se costuma afirmar que grande parcela das populações de Belém e de Fortaleza é pobre e subempregada pelo fato destas cidades não possuírem muitas indústrias; todavia, segundo o autor, “seria mais correto dizer que tais cidades não possuem indústrias porque são pobres”.

---

<sup>93</sup> Em entrevista concedida na Universidade Federal do Pará em outubro de 2009.

O circuito inferior de Belém abriga atividades realizadas com baixíssimos níveis de capitalização, tecnologia e organização. Embora haja, certamente, áreas de maior concentração do circuito inferior, a dimensão da pobreza na cidade faz com que este circuito se encontre, aparentemente, mais espalhado pelo tecido urbano do que nas demais metrópoles analisadas.

O centro de Belém se destaca como uma das áreas de maior densidade do circuito inferior na cidade. Pequenos comércios e serviços se distribuem pelas ruas do centro que são, por sua vez, ocupadas também por uma enorme quantidade de ambulantes. Os mais diversos artigos são vendidos por estes comerciantes: desde artigos tipicamente comercializados por “camelôs”, como bijuterias, óculos, relógios, bolsas, até biscoitos de frutas regionais, antenas de televisão, filhotes de cachorro e de coelho, guarda-chuvas, café e leite em carrinhos de feira, pratos típicos da comida regional paraense etc. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Mercado Informal de Belém, haveria mais de 20 mil vendedores ambulantes na cidade, dentre os quais 5 mil trabalhando no centro.

Não obstante, as atividades do circuito inferior também se espraiam ao longo de sua orla fluvial e dos demais bairros periféricos. De acordo com Trindade Jr. (2005, p.3), os agentes do circuito inferior representam 33,41% dos “agentes produtores do espaço urbano na orla fluvial de Belém”. Na orla sul, sua presença chega a 47,59% do total destes agentes. Além de concentrar diversos pequenos estabelecimentos, esta área abriga também pequenos portos onde atracam as embarcações que trazem diariamente os habitantes das ilhas próximas a Belém, assim como uma grande quantidade de feiras realizadas diariamente nos trapiches destes portos.

Por outro lado, como vimos acima, a orla de Belém acolhe também uma infraestrutura portuária voltada à atividade exportadora, embarcações modernas, assim como diversas empresas de grande porte que possuem portos particulares. Destarte, a orla fluvial de Belém representa um espaço onde se combinam as mais diferentes técnicas de produção, distribuição e circulação, representativas, por sua vez, de temporalidades distintas (SANTOS, 1996a), em coexistência no período atual. Conforme afirmam Santos e Silveira (2001):

A gama de produções presentes num lugar se diferencia também por suas exigências de infra-estrutura modernizada e pela necessidade de fluidez, uma relação se estabelece, no conjunto do organismo urbano, entre uma tipologia de sistemas de engenharia e uma topologia de níveis de modernidade na produção, no emprego, na

circulação, na distribuição e no consumo (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.285).

Buscamos analisar, a seguir, como diferentes atividades do circuito inferior exercem, em Belém, um papel fundamental na divisão intra e interurbana do trabalho, atentando, sobretudo, à sua integração em circuitos espaciais produtivos de alcance regional. Procuramos destacar, ao mesmo passo, diferentes formas de incorporação e resistências às variáveis do período atual entre os agentes do circuito inferior na cidade.

## **5.2. Portos e feiras e o entrelaçamento entre circuito inferior e circuitos espaciais de produção regionais**

Embora o circuito inferior de Belém seja composto pelos mais diversos tipos de trabalho, a multiplicidade de atores e atividades envolvidos nas etapas finais de circuitos espaciais de produção de artigos regionais – como o açaí, a castanha, o pescado e a farinha de açaí – representa um dado especialmente revelador das singularidades de sua economia pobre.

Nos portos e bairros populares ao longo da orla, os circuitos espaciais de produção de alcance regional se articulam com a cidade, revelando como os trabalhadores ribeirinhos se integram à economia urbana, uma vez que sua produção atende, em primeiro lugar, à demanda local de restaurantes, lanchonetes, feiras, mercados etc. Para Trindade Jr.<sup>94</sup>, a economia da orla, na região amazônica, é um misto entre o rural e o urbano, como uma grande feira, onde subsistem práticas “tradicionais” em contato com as dinâmicas de uma economia cada vez mais globalizada. A orla abriga, assim, diferentes práticas que são “(...) tidas muitas vezes como residuais e que revelam a cidade ribeirinha, ainda existente e persistente no contexto urbano da metrópole” (TRINDADE JR. e SILVA, 2005, p.10).

Frutas, legumes, verduras e peixes que chegam à cidade são encaminhados, em grande medida, às feiras livres espalhadas pela cidade. Muitas vezes, estas feiras já estão integradas a um porto específico, comercializando principalmente a mercadoria por ele desembarcada. A intensidade deste movimento leva à existência de uma grande quantidade de feiras permanentes, que representam, por sua vez, um dos traços típicos da economia popular de Belém. Segundo Medeiros (2008), a

---

<sup>94</sup> Em entrevista concedida pelo Prof. Dr. Saint Clair Cordeiro da Trindade Jr. na Universidade Federal do Pará em maio de 2010.

expansão da quantidade de feiras livres em Belém acompanhou o próprio processo de crescimento da cidade.

Estima-se que haja cerca de 6 mil feirantes trabalhando em mais de 40 feiras livres realizadas diariamente em Belém; dentre estas, 5 estão localizadas à beira-rio e 36 em vias públicas, distribuídas pelos diferentes bairros. O volume total de produtos comercializados nas feiras livres de Belém é de 210 mil toneladas por ano (SECON, 2007). Esses dados apontam para a dimensão do circuito inferior envolvido na realização das feiras em Belém. Pois “quanto maior a cidade, mais ela poderá abrigar mercados diários, e mais importantes serão esses mercados” (HODDER, 1969, p.68 in SANTOS, 1978).

Por outro lado, esta grande quantidade de feiras revela o grau de complementaridade estabelecido entre a capital e as comunidades ribeirinhas, que abastecem Belém de produtos hortifrutigranjeiros e peixes. Permitindo esse abastecimento cotidiano da cidade, as feiras explicitam a articulação imediata entre produção e venda realizada nos mercados populares (BRAUDEL, 1987; CORRÊA, 1996). As feiras permanentes são extremamente importantes para a população pobre de Belém, não apenas por constituírem um mercado preferencialmente freqüentado pela população de baixa renda, mas também por envolverem uma infinidade de tarefas que garantem a sobrevivência de feirantes, ajudantes, carregadores, pequenos produtores etc. Segundo Medeiros (2008, p.56), as feiras livres se diferenciam dos demais espaços de comercialização de Belém enquanto expressões da resistência popular face às grandes redes de hipermercados.

Além de abrigar a comercialização de itens locais e regionais, o ambiente das feiras livres envolve também a intensidade da co-presença diária entre os agentes. Toda uma sociabilidade específica do trabalho, do encontro e da própria vida da feira compõe as situações aí vivenciadas cotidianamente. Nas feiras, a dimensão do contato face a face parece assumir especial relevância para o trabalho de uma multiplicidade de agentes do circuito inferior.

No decorrer de suas atividades diárias, os indivíduos encontram-se uns com os outros em contextos situados de interação – interação com os outros que estão fisicamente presentes (...). O “aqui” do corpo não se refere a uma série determinada de coordenadas, mas a situação do corpo ativo para suas tarefas (GIDDENS, 2003, p.75).

### 5.2.1. Dinamismos do circuito inferior no ponto comercial mais tradicional de Belém

Cartão postal da cidade e ponto comercial mais tradicional de Belém, o Mercado Ver-o-Peso foi criado ainda no período colonial<sup>95</sup>. Inicialmente composto apenas por uma feira, o Ver-o-Peso assumiu progressivamente a forma de um Complexo, englobando também o Mercado de Ferro e a Pedra do Peixe, para comercialização do pescado, o Mercado de Carnes e o Porto da Feira do Açaí. Vale destacar que o conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso foi tombado em 1977 pelo IPHAN<sup>96</sup>.

O Complexo do Ver-o-Peso constitui o principal mercado de abastecimento de Belém. Aí trabalham mais de 5 mil pessoas – entre feirantes, carregadores, balanceiros, ajudantes, artesãos etc – envolvidas na comercialização de artigos regionais como açaí, castanha, tucupi, farinha, peixes, frutas, ingredientes, temperos, artesanatos etc (SECON, 2007). O Ver-o-Peso compreende, assim, uma área de diversidade em que o circuito inferior se articula a diversos circuitos espaciais de produção de alcance regional.

O dinamismo deste grande mercado pode ser entrevisto pela dimensão dos fluxos que concentra: são aproximadamente 50.000 pessoas por dia, ou 1.500.000 de pessoas por mês circulando no Ver-o-Peso (SECON, 2007). Além dos trabalhadores e consumidores, outros agentes também participam da dinâmica cotidiana do mercado, como os vendedores ambulantes e passageiros das pequenas embarcações, que chegam ao pequeno terminal fluvial localizado às margens do rio Guajará (TRINDADE JR., 2005). Estima-se que as transações comerciais aí realizadas cheguem a R\$ 1.300.000,00 por dia (SECON, 2007).

A Feira do Ver-o-Peso, o porto da Feira do Açaí e os Mercados de Peixes<sup>97</sup> e de Carne, que integram o Complexo do Ver-o-Peso, formam um complexo realmente

---

<sup>95</sup> A história do Ver-o-Peso se confunde com a própria história da cidade. Localizado na orla central da Belém, às margens do rio Guajará, o local data do fim do século XVII, quando funcionava como um posto de fiscalização e de recolhimento de tributos da capitania do Grão-Pará, primeira província colonial na Amazônia. Chamava-se então “Casa do Haver o Peso”, pois a fiscalização envolvia o peso dos produtos que por aí passavam. Belém compreendia, na época, a principal porta de entrada e de escoamento das drogas do Amazonas. Ao longo dos séculos seguintes, o Ver-o-Peso centralizou as transações comerciais na região, especialmente do café e da borracha.

<sup>96</sup> O aterramento da margem da baía do Guajará para a construção do novo porto de Belém, já no século XX, implicou sua reestruturação, com a retirada dos velhos trapiches de madeira, e a construção de edifícios históricos como o Mercado de Ferro e o Solar da Beira.

<sup>97</sup> A Pedra do Peixe compreende o maior entreposto de pescado fluvial da Região Norte. Aí desembarcam cerca de 80 toneladas de peixe por dia, oriundas principalmente da região do Baixo Amazonas, da costa do Pará e Ilha do Marajó (SECON, 2007).

integrado. Sua articulação se dá tanto pela contigüidade física, quanto pela circulação de pessoas, produtos, informações e dinheiro entre eles.



Foto 35. Complexo do Ver-o-Peso em Belém.



Foto 36. Porto da Feira do Açaí.

Neste sentido, vale destacar o papel de complementaridade exercido pela Feira do Açaí, pequeno porto contíguo ao mercado, que constitui o principal ponto de abastecimento de hortifrutigranjeiros da feira do Ver-o-Peso e da cidade de Belém como um todo. Estima-se que aí sejam comercializados 64% do volume de produtos hortifrutigranjeiros vendidos anualmente em Belém, de um total de 72,2 milhões de quilos (SECON, 2007). Um dado interessante é que, com exceção do açaí, nesta feira só podem ser comercializadas, no sistema de atacado, as frutas que chegam ao local por via fluvial; uma vez que as demais frutas destinadas à comercialização no atacado que chegam à Belém por via rodoviária devem ser obrigatoriamente encaminhadas ao Ceasa.

Os produtos comercializados no porto da Feira do Açaí – açaí, farinha, macaxeira, peixes e outros legumes e frutas, como o abacaxi e o coco verde – provêm das ilhas que integram o município de Belém e de localidades próximas como Abaetuba, Acará, Bacarena, Bujaru, Cametá, Igaraé-Miri, Moju e São Domingos do Capim, entre outras (SILVA, 2006, p.162). Estima-se que mais de mais de 150 embarcações atraiam diariamente neste porto (SECON, 2007). O movimento de atravessadores, balanceiros, feirantes e compradores é intenso desde as 4 horas da manhã, quando os produtos trazidos pelos ribeirinhos começam a ser vendidos, encerrando-se às 8 horas. Parte dos produtos aí adquiridos será, então, comercializada pelos feirantes do Mercado Ver-o-Peso, ao longo do dia que se inicia.

O Mercado Ver-o-Peso, por sua vez, é composto por cerca de 1.250 boxes, distribuídos em 19 setores<sup>98</sup>, segundo o tipo de produto comercializado: carne, peixe, hortifrutigranjeiro, ervas medicinais, refeição, artesanato ou artigo industrializado. As instalações de trabalho ocupadas pelos feirantes, que são permissionários da Prefeitura de Belém<sup>99</sup>, também variam conforme o produto vendido, podendo ser um arreado, uma barraca, um estrado, um tabuleiro, um tanque e até mesmo uma pequena loja na parte externa do mercado. Certos feirantes dispõem suas mercadorias sobre caixotes entre os setores, talvez estes não possuam uma permissão de uso, porém buscam também estar localizados nesta economia de aglomeração.

Assim como na feirinha da Av. Beira-Mar em Fortaleza, o nível de capitalização entre os trabalhadores é muito variado. Enquanto há feirantes que realizam suas atividades com pouquíssimos recursos e enfrentam dificuldades, os mais capitalizados possuem mais de um box na feira. Em cada barraca, trabalham em média duas pessoas, além dos ajudantes. O trabalho familiar, característica típica do circuito inferior, é extremamente presente entre os feirantes no Ver-o-Peso. Em muitas barracas, há pessoas da mesma família que compartilham as tarefas e técnicas relacionadas a produtos específicos, como no caso da produção de polpas de frutas e bombons, na torrefação da castanha, no preparo do tucupi etc. Em 70% das barracas entrevistadas, o trabalho familiar configurava a principal relação de trabalho entre os feirantes.

As jornadas de trabalho e as práticas de consumo variam conforme os setores da feira. A venda do pescado, por exemplo, tem início às 3hs; sua clientela abrange feirantes de outras feiras que se abastecem no Ver-o-Peso, donos de restaurantes e supermercados, assim como consumidores de varejo. Dinâmica semelhante ocorre na comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros e da farinha do açaí. No Mercado Ver-o-Peso, o açaí é vendido principalmente como refeição para o consumo imediato, uma vez que sua venda em maior quantidade é realizada no Porto da Feira do Açaí, durante a madrugada. A crescente demanda por este produto, inclusive no mercado externo, vem implicando a presença cada vez maior de caminhões de empresas exportadoras no local. A castanha do Pará, por sua vez, é vendida pelos feirantes tanto in natura, quanto em sua forma desidratada. Enquanto a castanha in natura é

---

<sup>98</sup> Esta organização das barracas foi estabelecida pela Prefeitura de Belém em 2001, quando ocorreu a última reforma do Ver-o-Peso.

<sup>99</sup> Os trabalhadores possuem uma “permissão de uso” concedida a título precário e em número limitado pela Prefeitura de Belém, a permissão implica o pagamento de tributos e regularização dos feirantes junto à Administração Municipal, ao Ministério do Trabalho e à Previdência Social.

descascada pelo próprio feirante e tem uma validade reduzida, a castanha desidratada provem principalmente de grandes fábricas, como artigo para exportação. Se no primeiro caso, o feirante faz o elo entre o pequeno produtor e o consumidor final; no segundo caso, o circuito inferior garante a distribuição de parte da produção do circuito superior.



Fotos 37, 38 e 39. Castanha, tucupi e farinha de açai vendidos na Feira do Ver-o-Peso.

O setor de refeições funciona 24 horas por dia e assume um papel central na polarização exercida pelo Ver-o-Peso junto à população pobre da cidade. Pratos da cozinha regional – como o tacacá, a maniçoba, o açai com farinha etc – são consumidos principalmente pela população local. Ervas medicinais e temperos também se destacam entre os artigos tipicamente paraenses comercializados na feira. O reaproveitamento dos materiais é intenso entre estes feirantes e revela-se, por exemplo, no uso de garrafas PET para a venda de tucupi e de pimenta, conforme ilustrado na foto acima.

Já os turistas freqüentam, sobretudo, os boxes de onde são vendidos bombons de frutas regionais, castanhas e o artesanato marajoara. Conforme constatamos em nossas entrevistas, o atendimento a esta parcela de consumidores implica uma maior financeirização das formas de pagamento oferecidas entre os boxes destes setores, onde cartões de crédito e de débito são mais aceitos do que no restante da feira.

A produção, distribuição e consumo de bombons de frutas típicas e do artesanato paraense abrigam uma série de situações reveladoras das relações do circuito inferior regional com certos nexos do período da globalização. Como nas demais cidades analisadas, a terceirização configura um tipo de relação cada vez mais freqüente entre os pequenos negócios e as grandes empresas. Em Belém, a maior parte da produção de bombons de frutas é caseira, fabricada por um circuito inferior doméstico. Enquanto uma parte da produção destes bombons é comercializada em feiras e pequenas vendinhas, outra parte é encomendada por grandes lojas e sorveterias, que, muitas vezes, agregam embalagens e marcas aos mesmos.

Fenômeno semelhante ocorre com o artesanato marajoara, produzido por pequenos artesãos para abastecer grandes lojas. Assim como em Fortaleza, o artesanato também tem sofrido um processo de padronização face às demandas do mercado em Belém. É interessante notar como, nestas situações, o circuito inferior assume a etapa da produção, enquanto o circuito superior realiza a etapa da comercialização junto ao consumidor final. Conforme assevera Sassen (2006, p.172), a subcontratação de operações de baixos custos a fabriquetas domésticas, cuja produção visa atender certas demandas da população de alta renda, assume crescente importância na economia das grandes cidades atualmente.

No setor de artigos industrializados do Ver-o-Peso, predomina a venda de camisas de times de futebol, calçados, roupas que buscam imitar marcas famosas da moda, CDs e DVDs “piratas”. Esta gama de produtos explicita uma combinação de dados do período com elementos regionais, haja vista a comercialização de jogos de vídeo *game* de última geração e de CDs de tecnobrega, ritmo popular paraense. Vale destacar que a produção destes CDs é realizada, muitas vezes, por agentes pouco capitalizados em pequenos estúdios caseiros, conforme analisado por Tozi (2010)<sup>100</sup>.

A sazonalidade também é um dado importante entre os trabalhadores do circuito inferior no Ver-o-Peso e se manifesta diferentemente segundo o produto comercializado. Os vendedores de artesanato, por exemplo, dependem mais da alta temporada turística em outubro, mês da procissão do Círio de Nazaré. Já para os vendedores de produtos hortifrutigranjeiros, a sazonalidade está ligada aos ciclos naturais de cada produto. No entanto, estes últimos têm uma demanda mais constante, uma vez que abastecem outras feiras e clientes no varejo.

A variedade de processos envolvidos em cada setor do Ver-o-Peso nos permite considerá-los como “cenários de interação” (GIDDENS, 2003, p.138), cuja contextualidade combina conteúdos gerais que perpassam as dinâmicas do mercado e, ao mesmo passo, conteúdos específicos referentes a cada ramo. O Complexo do Ver-o-Peso poderia ser compreendido, assim, segundo a proposição de Giddens (2003, p.139), como um local tipicamente regionalizado em seu interior, “onde as regiões são de importância crucial na constituição de contextos de interação”.

---

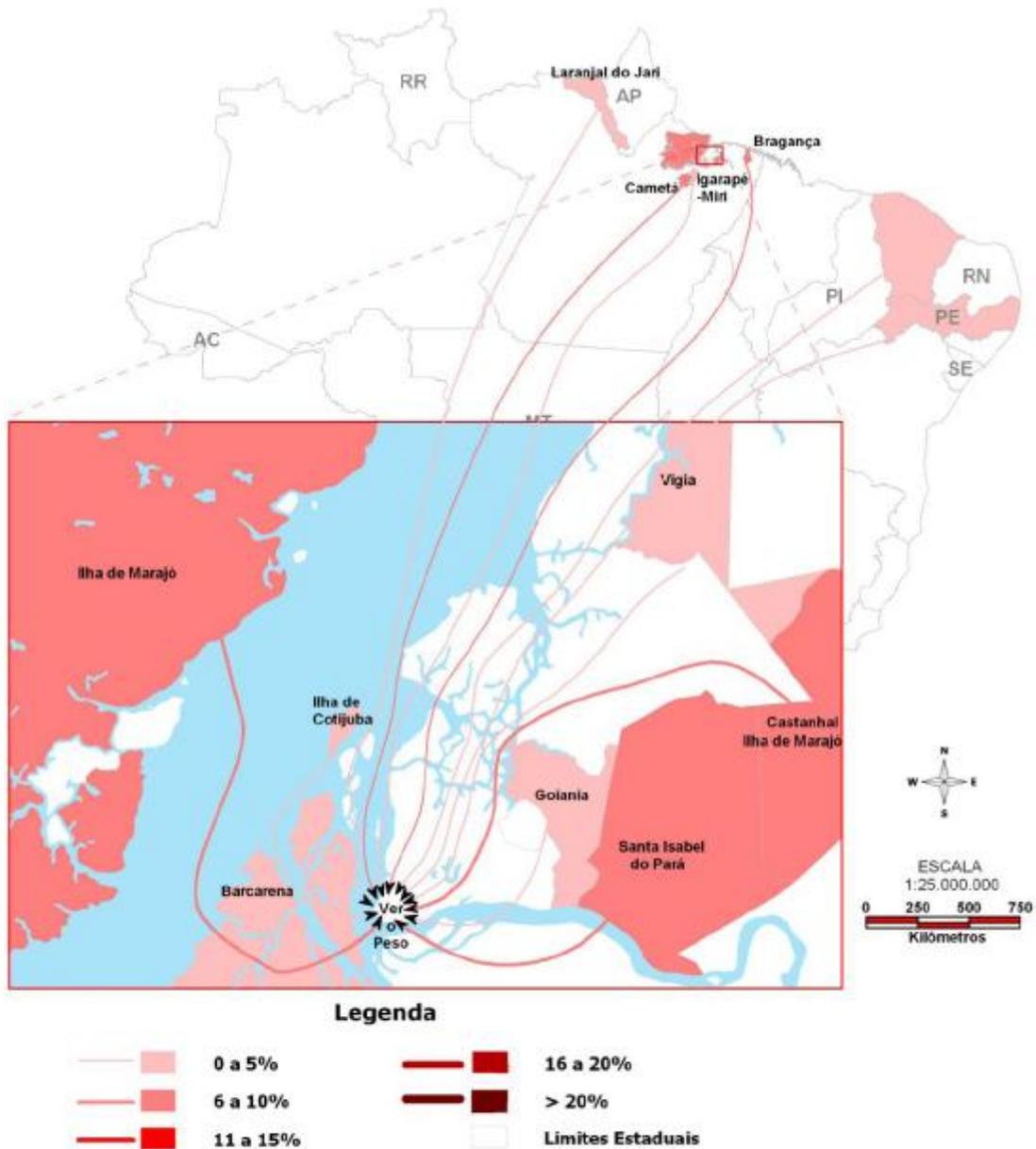
<sup>100</sup> “88% dos grupos de tecnobrega paraense nunca teve contrato com uma gravadora. Apoiados nas novas tecnologias da informação, os grupos reinventaram o processo de produção de CDs e DVDs, bem como de distribuição e *marketing*. Feitos em pequenos estúdios profissionais ou caseiros, os CDs e DVDs são criados, distribuídos e vendidos pelas próprias bandas, em suas apresentações, ou, apoiados em “pirateiros”, entram no mercado de rua a partir dos camelôs. 80% dos CDs e DVDs vendidos nos camelôs da cidade de Belém têm como origem grandes pirateiros, enquanto 16% são reproduzidos por conta própria (FGV, 2007)” (TOZI, 2010, p.22).

Por outro lado, a diversidade de artigos comercializados, dos mais diferentes tipos e procedências, configura um universo de entrecruzamento de circuitos espaciais de produção que convergem para esse grande mercado que é o Ver-o-Peso. Produtos como o açaí, o pescado e os hortifrutigranjeiros – vindos das ilhas e municípios próximos a Belém, como Abaetuba, Bacarena, Cametá – apontam para situações geográficas em que o circuito inferior se integra a circuitos espaciais de produção de alcance regional e emprega técnicas menos modernas nos processos de produção, circulação e distribuição. A castanha, proveniente principalmente de Laranjal do Jari, Cametá, Maju, Acará, envolve uma dinâmica semelhante. O artesanato marajoara, produzido em Icoaraci, Abaetetuba ou na Ilha de Marajó, e os bombons de frutas típicas, confeccionados em fabriquetas improvisadas na capital, representam situações em que a divisão do trabalho também se realiza na escala regional ou até mesmo intra-urbana.

Já no setor de artigos industrializados, os vendedores de camisas de times de futebol, por exemplo, tendem a participar de circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação mais amplos, visto que estes artigos provêm, em grande parte, de pequenas fábricas da Região Metropolitana de Fortaleza ou de Pernambuco. Em contrapartida, muitos dos CDs de tecnobrega comercializados neste setor são fabricados na cidade de Belém, delineando um circuito espacial que pode se completar na escala da cidade.

A importância da integração em circuitos espaciais de produção regionais é ilustrada no mapa a seguir, no qual destacamos a representatividade das diferentes procedências dos insumos e produtos comercializados pelos feirantes entrevistados no Mercado Ver-o-Peso.

Mapa 9. Principais procedências dos insumos e produtos comercializados pelos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Mercado Ver-o-Peso (Belém) (%) – 2010



**FONTE:**Elaboração com base no trabalho de campo realizado pela autora no Município de Belém de 2008 - 2010  
CODEM - Companhia de Desenvolvimento Municipal

**PROJEÇÃO:** Cilíndrica Equidistante  
**DATUM:** SAD69  
**ELABORAÇÃO:** Augusto Jackie Vieira (CREA: 5062146393/D)

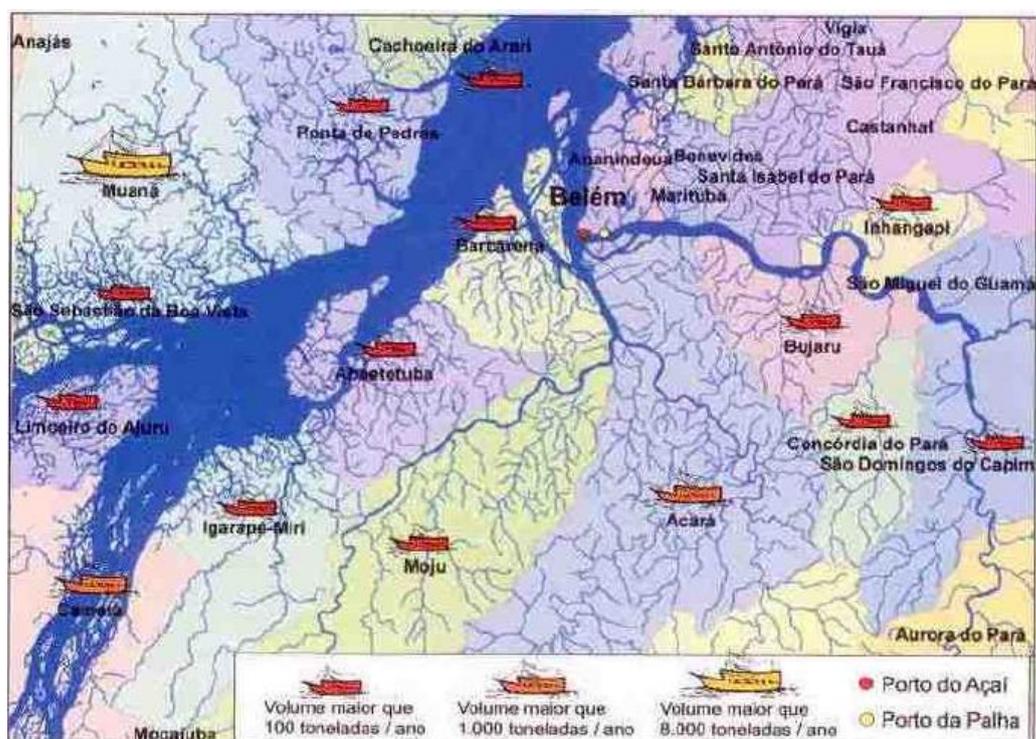
Dentre os produtos considerados acima, o açaí se destaca como aquele mais representativo da alimentação e da cultura paraenses. Daí a importância de aprofundarmos a análise sobre as dinâmicas do circuito inferior em uma área de especialização voltada especialmente à comercialização deste produto em Belém.

### **5.2.2. Cruzamentos entre os circuitos revelados por uma área de especialização**

Localizado no Jurunas, bairro popular da orla sul, o Porto do Açaí é o segundo maior ponto de venda de açaí de Belém. O volume desse bem comercializado na cidade só é maior na Feira do Açaí, que integra o Complexo do Ver-o-Peso. Cerca de 30 embarcações atracam por dia no Porto do Açaí, transportando em média 10 toneladas deste produto por ano, além de outras frutas regionais.

Em 2008, foram comercializados 20.528.400 quilos de açaí neste pequeno porto municipal; vindos, sobretudo, das ilhas e de outros municípios paraenses como Acará, Anajas, Barcarena, Bujaru, Breves, Cametá, Chaves, Mojú, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, São Domingos do Capim e São Sebastião da Boa Vista (SILVA, 2006, p.162). Estas cifras apontam, mais uma vez, para a importância dos laços entre a cidade e a região em seu entorno, evidenciada pelo intenso dinamismo do comércio de produtos vindos das ilhas e de outros municípios para estes grandes mercados, como o Porto Açaí e o Ver-o-Peso, dentre outros. O volume de açaí, proveniente das ilhas e municípios próximos que é transportado anualmente para o Porto do Açaí e para o Porto da Palha, também localizado na orla do rio Guamá, encontra-se ilustrado no mapa a seguir.

Mapa 10. Volume de açaí proveniente das ilhas e municípios próximos transportado para o Porto do Açaí e para o Porto da Palha (Belém) em 2007



Fonte: SECON, 2007 in Fascículo 7, Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007. Mapa sem escala.

Conformando uma pequena área de especialização, o Porto do Açaí nos permite analisar como agentes do circuito inferior participam especificamente deste circuito espacial de produção regional, no caso, do açaí e de seus derivados. Ou seja, nos permite identificar quais os interstícios das etapas de circulação, distribuição e consumo deste produto, em que os agentes do circuito inferior estão inseridos, conforme veremos a seguir.

Dentre os mais de 100 portos localizados na orla ao longo da Avenida Bernardo Sayão, às margens do rio Guamá, o Porto do Açaí é aquele onde o movimento de pessoas e mercadoria é mais intenso (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005, p.46). Conforme afirma Goodall (1977, p.63), o alto nível de especialização supõe, como corolário, um intenso intercâmbio.

Cabe destacar que embora o Porto do Açaí sirva sobretudo ao desembarque e à comercialização do açaí, as pequenas embarcações que aí chegam, trazem também artigos como farinha, carvão, banana, coco verde, macaxeira, pupunha e uxi (MALHEIRO, 2006). Enquanto o açaí é comercializado no próprio trapiche, os demais produtos hortifrutigranjeiros abastecem, principalmente, o Complexo do Jurunas,

grande feira localizada nas proximidades. A conexão do porto com esta feira estabelece-se, assim, na escala do próprio bairro.

O fluxo de trabalhadores e compradores é constante no Porto do Açaí. A circulação diária neste local abrange também os moradores das ilhas e municípios próximos que vão cotidianamente a Belém, como as pessoas que trabalham na cidade, estudantes de escolas da capital, usuários dos serviços de saúde etc. Estima-se mais de 3.000 pessoas circulem por dia no Porto do Açaí (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005). A complementaridade e a interdependência entre a capital e as ilhas e comunidades próximas são reveladas, assim, por esta articulação que tem este pequeno porto como um dos seus principais pontos de ancoragem. Para Silva e Malheiro (2005), o trapiche, os barcos e o rio compõem uma unidade sócio-espacial que sintetiza o encontro entre mundos diversos que entram e saem da metrópole.

No Porto do Açaí, a comercialização do açaí ocorre em quatro feiras diárias no próprio trapiche (às 3hs, 10hs, 16hs e 19hs). Estima-se que apenas durante a primeira feira sejam vendidas 12.000 rasas (cestos) do produto. A clientela abrange diferentes tipos de compradores: pequenos batedores locais, empresas de porte médio que negociam o produto nas feiras, grandes exportadores e supermercados que já possuem acordos fechados na ponta da cadeia de produção. Em geral, restaurantes e lanchonetes não costumam comprar diretamente o açaí in natura no porto, pois adquirem a polpa já batida para consumo imediato.

É interessante notar os diferentes tipos de veículos empregados para o transporte do produto segundo o comprador: enquanto as maiores empresas utilizam caminhões, peruas e carros particulares; os pequenos compradores do bairro e arredores recorrem principalmente às bicicletas e aos carrinhos de mão, conhecidos como “burros sem rabos”. Estes objetos técnicos, representativos do nível de capitalização de cada agente, representam, assim, autorizações para desempenhar as tarefas de formas distintas e segundo diferentes ritmos (SANTOS, 1996a, p.55).

A transação da compra e venda do açaí no trapiche, chamada de “marretagem”, envolve uma dinâmica que remete à velha acepção de mercado, com a exposição e negociação do produto em um local público, conforme ilustra a foto abaixo. Neste processo, a oferta e a demanda se combinam para compor os preços, e a própria aglomeração acaba por exercer um papel ativo no desenrolar das negociações.



Foto 40. Rasas de açaí no Porto do Açaí.



Foto 41. "Marretagem" no Porto do Açaí.

Nos últimos anos, o açaí se tornou um produto mais conhecido e consumido nas grandes metrópoles brasileiras e no exterior; daí a crescente participação de maiores firmas neste mercado, as quais passaram não só a comercializar o produto no país, mas também a exportá-lo. No território brasileiro, a produção do açaí está concentrada na Amazônia, especialmente no Pará, principal Estado produtor que responde por 92% da oferta nacional do produto (EMBRAPA, 2006)<sup>101</sup>. A exportação de polpa congelada de açaí para os Estados Unidos e para a Europa foi iniciada em 2000. Segundo a Embrapa (2006), o mercado externo do produto vem crescendo 20% ao ano e as exportações de polpa ou na forma de mix, para outros países, ultrapassam o volume de mil toneladas por ano. Somente em janeiro e fevereiro de 2009, foram exportados pelo Pará mais de sete milhões de dólares em suco do produto. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, este valor representa mais do que o dobro do que foi exportado no mesmo período desde 2004.

A venda de polpa congelada para outros Estados brasileiros também vem aumentando significativamente nos últimos anos, com taxas anuais superiores a 30%. Esta produção atende principalmente os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiás e da Região Nordeste. O consumo mensal de açaí no Rio de Janeiro é estimado em 500 toneladas, em São Paulo de 150 toneladas e em outros Estados de 200 toneladas (EMBRAPA, 2006).

O crescente interesse dos mercados interno e externo pelo açaí tem provocado grandes oscilações no preço deste produto, que se torna mais escasso com o aumento da demanda, repercutindo tanto na remuneração dos trabalhadores

---

<sup>101</sup> No Pará, as microrregiões Furos de Breves, Arari, Belém, Salgado, Cametá e Guamá, respondem por 97% da produção estadual, ou seja, por 119 mil toneladas, segundo dados da Embrapa.

envolvidos em sua cadeia produtiva, quanto no aumento do preço de um item central da alimentação da população pobre da região amazônica.

Neste sentido, vale destacar que uma das formas de invasão do circuito superior no circuito espacial de produção do açaí reside, justamente, na recente instalação de grandes empresas nas ilhas produtoras próximas a Belém. Com o aumento no volume da demanda pelo produto nos mercados interno e externo, grandes empresas têm se instalado nestas áreas como produtoras, ou como compradoras in loco dos pequenos produtores. Em ambos os casos, configura-se uma situação de oligopsônio<sup>102</sup>. Tais práticas vêm impactando as dinâmicas e hierarquias neste ramo que se caracteriza, justamente, por garantir renda e ocupação a toda uma trama de agentes pouco capitalizados.

A chegada de grandes empresas às ilhas produtoras de açaí implica, ainda, o financiamento e o endividamento dos pequenos produtores e intermediários. Encontramos aí novas formas de oligopolização da economia na região amazônica que explicitam, por sua vez, como o poder de dispor do território varia conforme a importância das empresas, e, ademais, como esse poder de uso do território envolve não apenas a fração técnica do processo produtivo, mas igualmente sua fração política (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.295). Daí a importância de identificar as estratégias dos agentes dos circuitos inferior e superior e reconhecer, neste processo, a “multiplicidade de formas de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e num determinado lugar” (RIBEIRO, 2005, p.94).

Não obstante, a despeito das novas práticas adotadas pelas grandes empresas, nas diferentes etapas do circuito espacial de produção do açaí, predomina ainda o baixo nível de capitalização dos agentes, desde sua produção, até a circulação, distribuição e revenda do produto na cidade. O circuito espacial produtivo do açaí envolve uma complexa divisão social e territorial do trabalho que abrange os níveis intra e interurbano, articulados, sobretudo, pela via fluvial que compreende, por sua vez, o elemento mais importante da rede urbana regional (TRINDADE JR., 1998). Tal articulação é fundamental tanto para o abastecimento da cidade, quanto para a economia ribeirinha que depende da capital. Como veremos a seguir, esta complementaridade envolve uma série de atividades do circuito inferior que podem ser, inclusive, realizadas pelos próprios ribeirinhos (SILVA e MALHEIRO, 2005).

---

<sup>102</sup> Em 2007, a empresa americana *Bolthouse Farms*, fabricante de sucos de fruta, inaugurou nos arredores da cidade de Belém sua primeira instalação fora dos Estados Unidos. Foi realizado um investimento de mais de 10 milhões de dólares para viabilizar a produção diária de 60 toneladas de polpa de açaí para abastecer a sua fábrica de sucos tropicais na Califórnia. Além da fabricação de sucos e de bebidas energéticas, o açaí também vem sendo utilizado na produção de xampus, sabonetes e cremes, haja vista o crescente interesse de empresas de cosméticos pelo produto.

### 5.2.3. Divisão do trabalho e técnica popular

A divisão social e territorial do trabalho que se estabelece ao longo do circuito espacial de produção do açaí pode ser entrevista através dos diferentes papéis exercidos pelos agentes nele envolvidos: produtores, peconheiros (trabalhadores que colhem o açaí do açazeiro), atravessadores (agentes que compram o açaí do produtor para entregar ao marreteiro), barqueiros, marreteiros (negociantes), carregadores portuários, carregadores de carro de mão, maquineiros (batedores da fruta, produzem o caldo), feirantes e ajudantes de feirantes. Esta divisão das tarefas entre os agentes não é rígida e, muitas vezes, as diversas funções se sobrepõem, visto que o próprio produtor pode fazer o transporte de sua mercadoria e negociá-la, o feirante pode ser também um marreteiro e maquineiro, e assim por diante (MALHEIRO, 2006). Destarte, ribeirinhos realizam certas funções urbanas e agentes urbanos se encarregam de tarefas tipicamente realizadas por ribeirinhos, configurando, por conseguinte, um ambiente de trabalho misto, característico dos portos e feiras de Belém.

Agentes do circuito inferior da economia urbana, constituídos desde o feirante ao ‘carregador’ (...) não deixam de ser ribeirinhos, pois a vida desses agentes se encontra extremamente ligada a um cotidiano de relações com o rio (SILVA e MALHEIRO, 2005, p.165).

A sucessão de tarefas complementares, envolvidas nas diferentes etapas da produção, circulação, distribuição e consumo do açaí, configura uma trama de ações altamente interdependentes entre si. O grau de interdependência entre as atividades destacadas acima explicita como a ação implica “não só uma cadeia de ações individuais, mas também um entrelaçamento de ações coletivas” (RICOEUR, 1988, p.63).

Estas atividades encontram-se, ao mesmo tempo, profundamente arraigadas à região das ilhas próximas a Belém e aos portos desta cidade, ou ainda, às características deste meio ribeirinho. Conforme afirma Santos (1996a, p.133), o valor efetivo de cada atividade “somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades”. Destarte, a complementaridade entre os agentes decorre de sua própria coexistência no lugar. Em outras palavras:

A solidariedade orgânica resulta de uma interdependência entre ações e atores que emana de sua existência no lugar. Na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.306).

Como vimos acima, a chegada do açaí ao Porto do Açaí implica o cumprimento de uma série de tarefas realizadas com baixíssimos níveis de capital, organização e tecnologia, ou seja, envolve a realização de atividades do circuito inferior como aquelas desempenhadas pelos marreteiros (negociantes), carregadores portuários (de bicicleta e de carro de mão), maquineiros e feirantes do trapiche. No entanto, a especialização desta área implica também a presença de outras atividades complementares, como a venda do açaí batido em pequenos negócios dos arredores, o conserto e revenda das máquinas de bater açaí, a venda de farinha de açaí etc. O fluxo constante de embarcações entre o porto e as ilhas próximas envolve ainda atividades como o transporte de passageiros em pequenas embarcações, a comercialização de equipamentos para barcos, as pequenas oficinas mecânicas de reparo e manutenção de embarcações, pequenos comércios de ferramentas para o trabalho na floresta etc.

Conforme afirma Goodall (1977, p.67), nas áreas de especialização, o grau de complementaridade entre as tarefas manifesta-se, entre outros, pela necessidade de utilizar produtos e serviços das demais atividades especializadas; estabelecendo-se, por conseguinte, uma estreita comunicação entre elas, para que todas funcionem eficazmente. Estes benefícios da economia de aglomeração são especialmente vantajosos para os agentes menos capitalizados, visto que, nas áreas de especialização, estes agentes podem encontrar seus insumos e matérias-primas a custos mais baixos do que em outras áreas da cidade, onde a divisão do trabalho é menos densa (SILVEIRA, 2007, p.158).

A multiplicidade de atividades destacadas acima aponta também para o fenômeno de fracionamento das tarefas, característica inerente à economia pobre, que revela, por sua vez, como o circuito inferior de um pequeno porto de Belém se entrelaça ao circuito espacial de produção do açaí. Não obstante, cabe destacar que o fracionamento das tarefas aparece como um componente que permeia o universo das feiras e portos de Belém, de modo geral. No Complexo do Ver-o-Peso, por exemplo, identificamos também esta subdivisão das atividades entre barqueiros, carregadores, atravessadores, balanceiros, ajudantes, feirantes, artesãos etc. Como vimos acima, estima-se que mais de 5 mil pessoas trabalhem no Complexo do Ver-o-Peso (SECON, 2007).



Foto 42. Barraca de venda de açaí no Porto do Açaí.



Foto 43. Carregadores no Porto do Açaí.

De acordo com Missen e Logan (1977, pp.66-67), poderíamos distinguir certos fatores que permitem o fracionamento das tarefas no circuito inferior, como: o rápido crescimento da oferta de trabalhadores em relação à produção, não havendo outra forma de trabalho que não o fracionamento; a redução do custo de cada trabalhador na cadeia, afastando o circuito superior das funções intermediárias; e o fato de as mercadorias de pequenos tamanhos favorecerem o fracionamento de sua comercialização. Para estes autores, o fracionamento das tarefas estaria, por fim, estreitamente relacionado à própria reprodução da pobreza (MISSEN e LOGAN, 1977, p.67).

No circuito inferior, a extrema divisibilidade do trabalho atua como um fator multiplicador das possibilidades de ocupações, dilatando a capacidade auto-inflacionária deste circuito e reforçando seu papel de abrigo para a população pobre (SANTOS, 1978, p.352).

O circuito inferior da economia urbana constitui um mecanismo permanente de integração que oferece um número máximo de oportunidades de emprego com um volume mínimo de capital. Esse circuito corresponde exatamente às condições gerais de emprego e disponibilidade de dinheiro, assim como às necessidade de consumo de uma importante fração da população (SANTOS, 1979a, p.54).

A fragmentação das tarefas corresponde, assim, ao fracionamento do capital, cujo volume já é bastante escasso no circuito inferior. No caso do circuito espacial de produção do açaí, analisado aqui, o fato de que um mesmo agente possa desempenhar simultaneamente diferentes funções revela, ao mesmo tempo, como o

recurso à pluri-atividade é uma necessidade constante entre a população pobre (LAUTIER et alli, 1991, p.148).

O baixo grau de capitalização destes agentes implica o emprego de técnicas simples, tipicamente adotadas nas diferentes etapas na cadeia produtiva do açaí, desde sua colheita até o seu consumo final na cidade. Muitos dos objetos técnicos usados, e reutilizados<sup>103</sup>, nas atividades, e na vida do dia-a-dia, fazem parte do entorno, do meio onde estas pessoas crescem e vivem; seu uso envolve um saber técnico que lhes é implícito, costumeiro, cotidiano (SIMONDON, 1958, p.85). Nos processos de colheita, debulha (liberação dos frutos dos cachos) e transporte do açaí, os ribeirinhos utilizam, por exemplo, cestos de folhas de guarumã<sup>104</sup>, fabricados por artesãos que residem nos locais de produção do açaí. Estes cestos, chamados de “rasas”, estão associados a uma técnica específica de conservação e transporte do produto, empregada tradicionalmente por produtores, carregadores e feirantes. No entanto, cabe destacar aqui que esta técnica vem sendo questionada pelo poder público, que tem buscado, por sua vez, impor aos ribeirinhos a adoção de um outro sistema para armazenar e carregar o açaí.

Em 2007, a ocorrência de uma série de casos de Doença de Chagas no Pará foi atribuída, pelo governo do Estado, ao consumo de açaí contaminado com os transmissores desta doença. A partir daí, iniciou-se uma intensa campanha de “adequação” da atividade a diversas normas relacionadas aos procedimentos de colheita, debulha e transporte do açaí. Dentre estas, destacou-se a pressão para que produtores e feirantes substituíssem a rasa (o cesto de folhas de guarumã) pela basqueta (engradado de plástico); visto que, segundo o poder público, a rasa favoreceria o alojamento do mosquito transmissor da Doença de Chagas.

Este argumento vem sendo fortemente questionado pelos ribeirinhos enquanto uma forma de desvalorização do trabalho dos pequenos produtores, feirantes e batedores<sup>105</sup>. Segundo a Associação de Feirantes de Belém, a atribuição dos casos de Doença de Chagas à utilização das rasas estaria relacionada, também, à pressão de grandes redes de supermercado que passaram a comercializar recentemente o açaí e que tem buscado alcançar os consumidores das feiras livres. Através da coação pela substituição de uma técnica tradicional, que implica, conseqüentemente, a estigmatização da venda do açaí in natura em portos e feiras, as grandes empresas do

---

<sup>103</sup> Vale destacar que 60% dos trabalhadores entrevistados no Porto do Açaí utilizam equipamentos de “segunda mão” em suas atividades.

<sup>104</sup> Planta palmácea típica da região amazônica.

<sup>105</sup> In Fascículo 7 do Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” (Fundação Ford/ PPGSCA/ UFAM), 2007.

setor varejista estariam buscando, assim, se inserir neste mercado em que predominam agentes menos capitalizados.

Este episódio nos parece emblemático de como a técnica pode ser entendida não só como um modo de fazer conjugado à tecnologia embutida na materialidade, mas também enquanto ideologia. Conforme afirma Silveira (2000, p.215), no período atual, sistemas técnicos invasores tendem a desprezar “(...) as solidariedades técnicas transperiódicas entre elementos únicos e formas de fazer de idade diversa, e impõem novos conjuntos de solidariedades como única garantia de eficiência”. Neste sentido, a polêmica envolvendo o uso da rasa e da basqueta nos remete também à leitura de Gaudin (1978, pp. 148-149) sobre os dois modos extremos de existência das técnicas: o modo elitista e o modo popular. Para este autor, o modo elitista atende às demandas dos agentes mais poderosos, mobiliza meios consideráveis e recruta especialistas para confiscar e normatizar as demais modalidades técnicas. O modo de existência popular, em contrapartida, brota do contato do *savoir-faire* e da imaginação da maioria, que inventa os objetos da vida cotidiana em uma verdadeira bricolagem.



Foto 44. Rasas e basquetas no Porto do Açaí.

A disposição do Estado para impor uma série de normas – condizentes com os interesses das grandes empresas – aos procedimentos de colheita, debulha e transporte do açaí contrasta, por outro lado, com seu descomprometimento em garantir condições mínimas de infra-estrutura nos locais de trabalho dos agentes envolvidos nestas atividades; haja vista o mau estado de conservação dos pequenos portos públicos localizados na orla sul. No Porto do Açaí, por exemplo, o descaso do poder público reflete-se na precariedade de suas instalações, como o trapiche e as barracas dos feirantes, que se encontram em condições extremamente precárias.

As barracas montadas no trapiche do Porto do Açaí evidenciam, ao mesmo tempo, o baixo nível de capitalização dos comerciantes que aí trabalham, os quais, como vimos acima, podem ser os próprios produtores ou atravessadores. Em Belém, é interessante notar como os pequenos portos funcionam também como feiras, fazendo com que haja, de certo modo, uma indistinção entre ambos. Em certas barracas do Porto do Açaí, são vendidos artigos como açaí, farinha e carvão, trazidos das ilhas para atender a demanda da cidade. Por outro lado, há também barracas voltadas às demandas dos moradores das comunidades e ilhas por artigos como óleo, açúcar, produtos de limpeza, etc. O porto acaba por fazer, assim, a ligação entre as demandas desses dois mundos (MARIN et alli, 2005, p141).

Grande parte dos artigos industrializados deve ser comprada pelos ribeirinhos em Belém, pois estes produtos não são encontrados nas ilhas ou seus preços são aí inacessíveis. No entanto, as compras maiores dos ribeirinhos, que circulam no Porto do Açaí, são realizadas no supermercado ao lado do porto ou no centro da cidade. Já nas pequenas barracas do trapiche porto, dá-se mais um consumo miúdo, de ocasião, de artigos como café, tapioca, cigarro, água, balas, refrigerantes etc. Revela-se aí, mais uma vez, como as práticas de consumo entre os pobres podem variar segundo a natureza do produto comprado e o porte do estabelecimento.

A realização de quatro feiras diárias para a venda do açaí implica a existência de turnos diferenciados de funcionamento entre as 35 barracas instaladas no trapiche do porto. Enquanto algumas barracas abrem às 2hs e fecham às 10hs, vendendo tapioca e café para aqueles que trabalham nas feiras de comercialização de açaí da madrugada e da manhã, outras funcionam ao longo do dia. Estas barracas constituem, em sua maioria, pequenos negócios familiares onde trabalham de uma a três pessoas, que são geralmente mulheres.

Deste modo, o fracionamento das tarefas se estende também à esfera familiar, estabelecendo, em certos casos, uma divisão do trabalho segundo o gênero dos membros da família. Enquanto as mulheres se ocupam da venda nas barracas do trapiche, os homens assumem ocupações como a de carregador, batedor, marreteiro ou até mesmo de produtor de açaí. Destarte, a pobreza parece se reproduzir, assim, entre as gerações destas famílias que aí trabalham.

A convivência entre trabalhadores, que circulam diariamente pelo porto, e os feirantes leva ao estabelecimento de laços de confiança que se manifestam, por exemplo, na prática do fiado. Conforme destaca Macedo (1979, p.44 in SCIRÉ, 2009, p.43), “a existência do fiado implica um padrão de compras baseado no conhecimento

peçoal comerciante-freguês, que só é possível na pequena empresa”. Vale destacar que dentre as áreas selecionadas nas diferentes metrópoles analisadas, o Porto do Açaí é aquela onde o fiado possui maior importância como forma de pagamento entre os agentes do circuito inferior; quase metade dos trabalhadores aí entrevistados pratica o fiado. Em contrapartida, nenhum deles aceita cartões de crédito e débito como forma de pagamento, evidenciando o baixo nível de capitalização dos trabalhadores e de grande parte de seu mercado consumidor.

A densidade comunicacional configura, assim, um elemento central no cotidiano do Porto do Açaí. Neste ambiente misto de porto e feira, o intercâmbio de mercadorias corresponde também a uma troca simbólica de vivências e narrativas (SILVA e MALHEIRO, 2005). Segundo Trindade Jr.<sup>106</sup>, as feiras e os portos do Norte revelam a especificidade regional não apenas pela presença dos produtos típicos, mas também pela própria sociabilidade estabelecida nestes espaços. A importância do “boca a boca” e de um leva e traz de notícias e informações revelam uma comunicação mais lenta, típica da atividade ribeirinha. Em uma das barracas do Porto do Açaí, por exemplo, funciona também uma espécie de “posto de informação”, onde são transmitidos recados, orientações e dicas de trabalhos para os recém-chegados à cidade. As interações representam, assim, “verdadeiros recursos que ajudam os indivíduos a “se virar” em condições de escassez, utilizando intensamente as redes em suas estratégias de sobrevivência” (BRIGGS, 2001 in MARQUES et alli, 2007, p.6).

### **5.3. A diversidade do circuito inferior periférico de Belém**

Como vimos acima, a população mais pobre de Belém se encontra concentrada nas áreas de baixada da orla sul, relativamente próximas ao centro da cidade, e na periferia distante dos demais municípios que integram a Região Metropolitana (TRINDADE JR., 1998).

Durante a fase de metropolização de Belém, nas décadas de 1960 e 1970, a orla sul, às margens do rio Guamá, foi intensamente ocupada pela população pobre. A ausência de planejamento, combinada ao rápido crescimento populacional, resultou na ocupação sem critérios de uma área desprovida de uma infra-estrutura mínima que

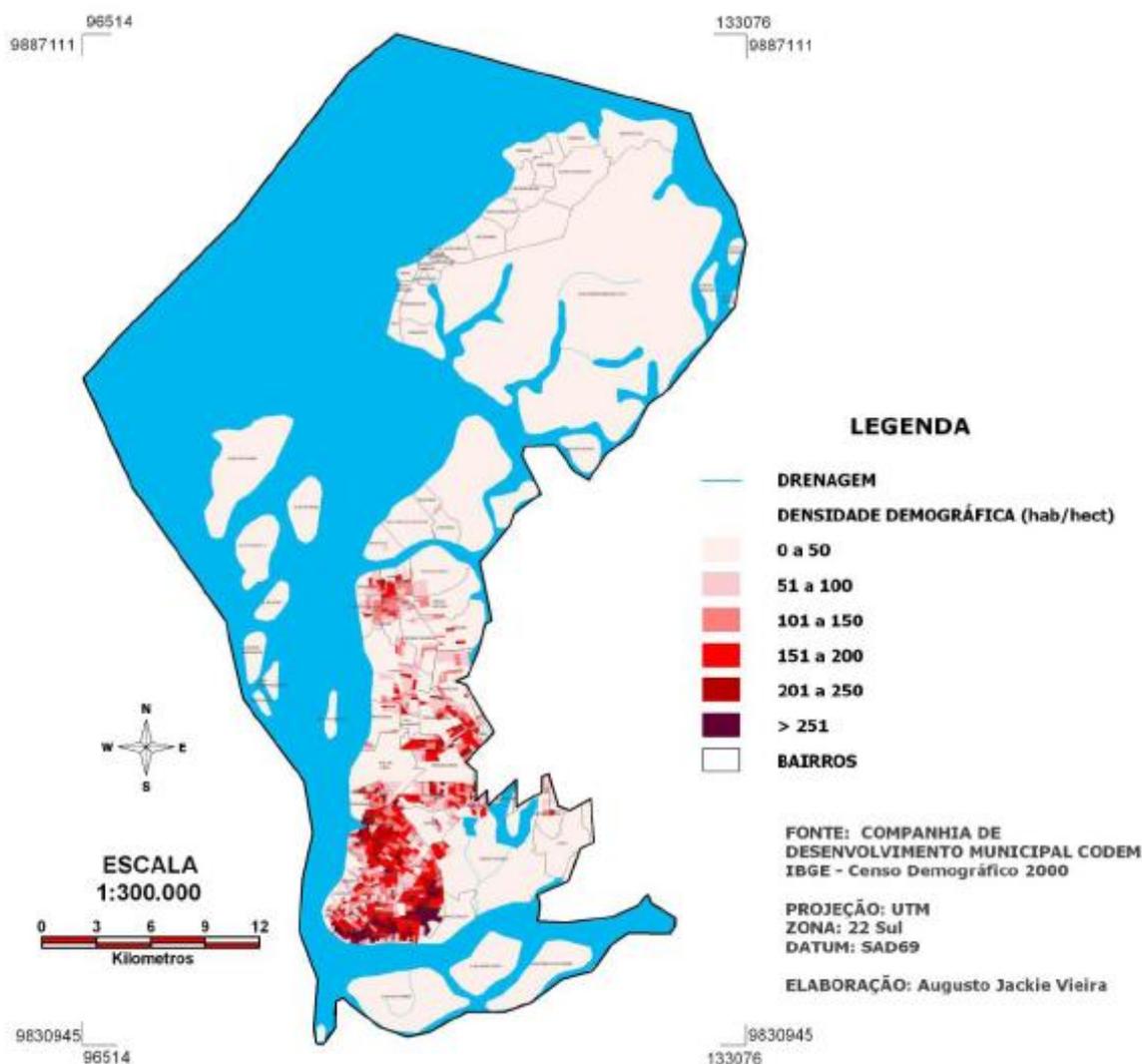
---

<sup>106</sup> Em entrevista concedida na Universidade Federal do Pará em setembro de 2008.

garantisse quaisquer condições habitacionais (TRINDADE JR. et alli, 2005, p.34). Dada a deficiência do sistema de drenagem e de esgotamento sanitário, os bairros localizados ao longo desta orla sul estão expostos a alagamentos constantes, tornando as condições de vida muito precárias na região. A população que aí se instalava buscava se beneficiar, por outro lado, da proximidade do centro da cidade, local de concentração da maior oferta de emprego.

Apesar da proximidade da área central, o grau de precariedade do meio construído e das infra-estruturas, as más condições de habitação e o nível de carência da maioria da população que aí reside permitem caracterizar o Guamá como um bairro periférico, onde se concentra grande parte da população pobre de Belém. O Guamá compreende, atualmente, o bairro mais populoso da cidade, onde vivem cerca de 250 mil habitantes, ou seja, quase 1/6 da população do município de Belém (SECON, 2007). O mapa de densidade demográfica, abaixo, revela a intensidade da concentração populacional na orla sul de Belém.

Mapa 11. Densidade demográfica no Município de Belém – 2000



Haja vista a concentração da pobreza nesta área, o Guamá abriga uma grande diversidade de atividades do que estamos propondo entender como circuito inferior periférico, conforme veremos a seguir. As principais centralidades do bairro – a Avenida Bernardo Sayão (trecho entre a Avenida José Bonifácio e o campus da UFPA) e a Rua Barão de Igarapé-Miri – correspondem às áreas de maior densidade de atividades do circuito inferior. O fluxo de pessoas que circula cotidianamente nestas vias é extremamente intenso, mostrando-nos, mais uma vez, como a relação entre a densidade do circuito inferior e a circulação se dá tanto nas áreas centrais, quanto nas periferias das grandes cidades.

A Av. Bernardo Sayão, chamada pelos belenenses de Estrada Nova, acompanha a orla sul da cidade, margeando os bairros Jurunas, Condor e Guamá. Aí estão centenas de pequenas e médias empresas, como serralherias, fábricas de castanhas e madeiras, que buscam uma localização neste eixo “(...) devido à possibilidade de possuírem seus trapiches e portos particulares” (TRINDADE JR., 2005. p.7). Nesta avenida, há uma grande concentração de pequenos portos, dentre os quais se destacam o Porto do Açaí e o Porto da Palha, de feiras e de atividades relacionadas às embarcações. Para Trindade Jr.<sup>107</sup>, a Av. Bernardo Sayão, na orla do rio Guamá, é a parte da cidade que melhor representa a dimensão ribeirinha de Belém.

No trecho da Estrada Nova situado no Guamá, encontramos também uma enorme diversidade de pequenos negócios pertencentes ao circuito inferior; dentre os quais se destacam, entre outros, as “baiúcas” (pequenas vendinhas de artigos diversos), as “pechinchas” (lojinhas de itens de “segunda-mão”), os pontos de venda de açaí, as lojas de ferragens e de materiais de construção e as oficinas de consertos. Grande parte destes estabelecimentos constitui empresas familiares, muitas vezes instaladas em espaços contíguos aos domicílios (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005, p.48).

A Rua Barão de Igarapé-Miri, por sua vez, assemelha-se a uma grande feira livre que se espalha das calçadas para as ruas, incorporando as lojas em um tecido contínuo. Há uma enorme quantidade de vendedores nas ruas comercializando todo tipo de artigo: *lingeries*, alimentos, CDs, DVDs, frutas, bonés, roupas etc. Em carrinhos (semelhantes aos utilizados por pipoqueiros), oferecem-se serviços de desbloqueio e conserto de telefone celular.

Frente à diversidade da economia pobre desenvolvida no Guamá, propomos diferenciar, grosso modo, as atividades do circuito inferior neste bairro entre aquelas pertencentes ao circuito inferior residencial e ao circuito inferior de rua. A exemplo da reflexão realizada para a periferia de Fortaleza, tal distinção representa um esforço analítico de compreensão da divisão do trabalho no circuito inferior da periferia de Belém e das dinâmicas que envolvem as atividades da economia pobre em cada situação; não pretendendo esgotar, de maneira nenhuma, a diversidade de situações geográficas aí encontradas.

Em toda a orla sul de Belém, o circuito inferior residencial se faz presente de forma bastante densa e diversificada. As atividades realizadas nas residências são

---

<sup>107</sup> Em entrevista concedida na Universidade Federal do Pará em setembro de 2008.

extremamente variadas, abrangendo desde a venda de polpa de frutas regionais aos serviços de manicure e pedicure, o preparo de comida caseira, aulas de reforço escolar, aluguel de mesas e cadeiras para festas, compra de materiais recicláveis, venda de garrafas usadas, dentre outras.

Uma atividade bastante freqüente no Guamá é a venda de café, bolos e lanches caseiros em mesas instaladas diante das casas pela manhã e ao fim da tarde. Este fenômeno é observado especialmente nas residências localizadas nas proximidades de escolas e pontos de ônibus, que buscam se aproveitar da maior circulação de estudantes e usuários do transporte público nestes horários. Encontramos aí uma situação em que o circuito inferior residencial se aproxima dos dinamismos que delineiam o circuito inferior de rua.

A importância do açaí na economia regional e na alimentação da população local também se reflete na composição do circuito inferior residencial da orla sul, especialmente em função da proximidade de certos portos, onde o produto chega à cidade. Em diversas casas ao longo da orla, tanto no bairro do Guamá como no Jurunas, encontramos uma multiplicidade de placas domésticas que anunciam a venda, nas próprias residências, de picolé e “chopp” (geladinho de refresco) feitos com açaí “batizado” (ao qual é acrescentada água para que renda mais) (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005, p.52).

Restaurantes caseiros e a venda de marmitas também se destacam como atividades freqüentes no circuito inferior residencial desta periferia de Belém. No Guamá, identificamos uma situação interessante de um restaurante, instalado na garagem de uma casa, que vende marmitas e serve refeições na hora do almoço. Os ingredientes para o preparo da comida, deste restaurante, são comprados diariamente no sistema de “apurado”, ou seja, são retirados pela manhã nas pequenas vendinhas dos arredores e pagos no mesmo dia, ao fim da tarde. Revela-se aí a importância do dinheiro que circula entre os pequenos negócios localizados no bairro, de um volume de capital que, embora bastante restrito, faz “girar” as atividades do circuito inferior na escala local. Dinâmica semelhante ocorre com outros restaurantes caseiros que adquirem o peixe, a farinha, o camarão, o açaí e os legumes em quitandas na principal feira do bairro, o Complexo do Guamá, ou ainda, no Complexo do Jurunas. É na contigüidade do território vivido cotidianamente que pode se estabelecer esta interdependência entre pequenas atividades que se reforçam mutuamente. Conforme assevera Santos (1996a):

A proximidade que interessa ao geógrafo (...) não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contigüidade

física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações (SANTOS, 1996a, p.318).

A permanência do fiado como forma de pagamento no circuito inferior periférico do Guamá também está relacionada a esta solidariedade orgânica que se cria entre os diferentes atores que coexistem em uma situação de escassez de capitais e de recursos, de modo geral. Dentre os trabalhadores entrevistados no bairro, 30% deles afirmaram aceitar o fiado de vizinhos e conhecidos.

Assim como na periferia de Brasília e de Fortaleza, as garagens e partes das casas voltadas para a rua são aproveitadas para a realização das atividades domésticas no Guamá. Os serviços mais diversos são anunciados em papéis fixados em janelas, portões, grades e muros. As combinações entre tarefas não relacionadas também abrangem o circuito inferior residencial deste bairro, configurando, por vezes, situações curiosas. Em uma residência, por exemplo, vende-se “chopp” e aplicam-se injeções; em outra, CDs e DVDs piratas são expostos na grade da janela, enquanto também vende-se bolo na porta; em uma terceira, consertam-se ventiladores e enchem-se balões de festa. Haja vista o baixo nível de renda da população do bairro, tais combinações parecem fundar-se na criatividade oriunda da condição de escassez dos pobres (SANTOS, 1996a). A sublocação de cômodos e edículas, igualmente presente nas periferias das demais metrópoles analisadas, aponta, mais uma vez, para a necessidade da divisão dos custos fixos e da insuficiência da renda de seus moradores.

Assim como no bairro do Jurunas, a presença de um porto comercial influencia a composição do circuito inferior de rua no Guamá. No bairro, está localizado o Porto da Palha, importante ponto de abastecimento de açaí, farinha e banana da orla sul da cidade<sup>108</sup>; onde se concentra também o transporte fluvial de um intenso fluxo de passageiros vindos de Macapá, Santarém e Manaus. Vale destacar que a infraestrutura do Porto Palha é extremamente precária, o trapiche encontra-se bastante deteriorado, além de não haver iluminação pública nem água corrente no local.

Parte das mercadorias que chegam ao Porto da Palha é encaminhada às feiras, sobretudo ao Complexo do Guamá, e às vendinhas da orla sul, enquanto outra parte é comercializada com empresas mais capitalizadas. Assim como ocorre no Porto do Açaí, as etapas de transporte, distribuição e comercialização destes produtos

---

<sup>108</sup> Embora o volume aí comercializado seja menor do que no Porto do Açaí, o Porto Palha se destaca como um dos principais portos comerciais de Belém. Em 2008, foram comercializados, neste porto, 1.088.675 quilos de açaí, 257.700 quilos de farinha, 28.040 quilos de banana e 9.585 quilos de cupuaçu (SECON, 2008).

envolvem a realização de uma série de tarefas que garantem ocupação e renda a uma longa trama de agentes pouco capitalizados. O constante fluxo de passageiros no Porto da Palha implica a presença de diversas barracas de alimentação, dentre as mais de 160 barracas instaladas no próprio trapiche, assim como de um grande número de vendedores ambulantes que visam o público que aí circula.

O circuito inferior de rua do Guamá é composto também pelos serviços voltados às embarcações, oferecidos por oficinas especializadas em carregamento de baterias e em consertos de peças e motores de barcos. A complementaridade de atividades envolvidas neste ir e vir de mercadorias, pessoas e embarcações no porto influencia, assim, a composição do circuito inferior na orla sul da cidade, de modo geral.

Um traço especialmente revelador desta dinâmica consiste na presença de diversos pequenos pontos de venda de açaí batido, nos quais uma bandeira vermelha indica que o produto começou a ser amassado. Muitos destes estabelecimentos, que representam importantes pontos de encontro para vizinhos e amigos, funcionam também como pequenas quitandas, onde se vende farinha, peixe, temperos, carne seca etc (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005, p.53). Estima-se que haja mais de três mil pontos de venda de açaí em Belém, os quais são freqüentados principalmente pela população de baixa renda. Nestes locais, comercializam-se diariamente cerca de 120 mil litros do produto (EMBRAPA, 2006).



Fotos 45 e 46. Pequeno restaurante caseiro e ponto de venda de açaí no Guamá.

Oficinas de consertos de máquinas de bater açaí, lanchonetes e botecos improvisados em quiosques de madeira bastante precários também são freqüentes no bairro. Esta combinação de atividades nos aponta, assim, para certos traços regionais da economia pobre de Belém. A alimentação parece ser, aliás, uma das principais especializações em torno da qual se desenvolvem os pequenos negócios não só no Guamá, mas na cidade de Belém como um todo, gerando ocupação para milhares de pessoas. A importância da alimentação permeia também o circuito inferior residencial, conforme vimos acima.

Um traço típico do circuito inferior de Belém é, certamente, a enorme quantidade de “barraquinhas” instaladas nas ruas, nas quais se vendem pratos típicos da alimentação paraense como tacacá, vatapá, caruru, açaí com farinha etc. Apenas no centro da cidade, estima-se que haja mais de 600 vendedores ambulantes de alimentos (SENA, 2002, p.231).

Em pesquisa sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios em Belém, Sena (2002, p.144) destaca os motivos apresentados por estes trabalhadores para venderem alimentos: este tipo de produto teria mais saída porque “todos precisam se alimentar”; o pequeno volume de recursos e de capital para iniciar a atividade; e a presença de parentes ou amigos que já trabalhavam no ramo. Além das refeições preparadas, muitos destes ambulantes também revendem doces e salgadinhos comprados em atacados. Ainda segundo Sena (2002), a jornada de trabalho destes vendedores é de aproximadamente 11 horas por dia, e seu rendimento médio mensal é inferior a dois salários mínimos.

A população de baixa renda consome cotidianamente esses alimentos. Em pé ou sentadas em banquinhos improvisados, as pessoas almoçam, lancham e jantam em plena calçada. Vale destacar o fenômeno que ocorre nos arredores do *Shopping Iguatemi* de Belém, onde encontramos uma verdadeira praça de alimentação regional nas calçadas da Travessa Padre Eutíquio. Grande parte dos funcionários do *shopping* faz suas refeições nessas barraquinhas e não no interior do *shopping*, em virtude da grande disparidade dos preços. O volume assumido pelo comércio ambulante de produtos alimentícios em Belém nos remete, mais uma vez, ao papel de abrigo exercido pelo circuito inferior que, de um lado, permite a geração de renda para grande parcela da população e, de outro, reproduz a pobreza estrutural nas grandes cidades. Embora tais atividades pareçam ser realizadas de forma quase independente em relação ao circuito superior, é preciso lembrar sua relação de subordinação a este circuito:

Elas nunca são totalmente autônomas porque, por um lado, dependem da aquisição de algum insumo ou ferramenta fornecida pelas empresas do circuito superior e, por outro, porque a existência e a reprodução do circuito inferior se explicam por uma demanda de empregos e serviços não atendida pela parte mais moderna da economia urbana (ARROYO, 2008, p.31).

Embora as relações do circuito inferior com as variáveis chave do período atual se dêem de maneira menos densa nas situações analisadas em Belém do que nas demais cidades consideradas, as atividades menos capitalizadas também se encontram aí permeadas por processos associados a estas variáveis. Assim, a incorporação e a adaptação às variáveis do período da globalização também alcançam o circuito inferior de Belém. Como vimos acima, o crescente interesse dos mercados externo e interno pelo açaí tem implicado, por exemplo, rearranjos nas atividades do circuito inferior que integram este circuito espacial produtivo, haja vista a imposição de novos nexos normativos, organizacionais e financeiros. No bojo deste processo, o circuito superior se aproveita, de certo modo, do sistema de produção e distribuição preexistente do circuito inferior.

Não obstante, diversas atividades que integram o circuito inferior periférico na cidade explicitam também as relações estabelecidas hoje entre as variáveis do período e a economia pobre. No Guamá, observa-se que uma série de pequenos negócios tem incorporado certas tecnologias relativamente modernas ao seu trabalho. A proximidade do campus universitário da UFPA gera uma demanda constante por serviços de fotocópia, impressão, digitação, recarga de cartuchos etc, oferecidos, sobretudo, por pequenas *lanhouses* que surgiram nos últimos anos. No entanto, apesar do ar de “modernidade” assumido por estes serviços, que devem se adaptar às demandas deste mercado específico, tais tarefas são realizadas com níveis de capitalização extremamente reduzidos.

Pequenos estabelecimentos de conserto e recarga de telefone celular também são freqüentes no bairro do Guamá. É interessante notar que, muitas vezes, os estabelecimentos de consertos de relógios, passaram a oferecer também o serviço de reparos para telefones celulares. Esta diversificação das tarefas realizadas tem lhes permitido ampliar a clientela atendida, haja vista a popularização do acesso a estes aparelhos nos últimos anos. Este fenômeno aponta, ao mesmo tempo, para a presença de um certo *savoir-faire*, de uma técnica no manuseio de ferramentas e pequenos utensílios, que parece ter se desenvolvido a partir do *métier* do relojoeiro para os novos artefatos da telefonia celular.

Os serviços de reparo se destacam, aliás, como um dos principais ramos de atividade dos pequenos negócios do circuito inferior nesta área da cidade de Belém. Conforme afirma Santos (1979b, p.100), “a multiplicidade dos consertos, que permitem prolongar a vida de veículos, rádios, televisores e tantos outros objetos (...) garantem trabalho a uma multidão de especialistas sem capital”. Um dado regional que parece influenciar os tipos de reparos oferecidos é o calor intenso, haja vista a grande presença de pequenos negócios de consertos de ventiladores e de aparelhos de ar condicionado.



Fotos 47e 48. Pequeno estabelecimento de fotocópia e de recarga de telefone celular e anúncios de salão de cabeleireiro e injeção *shop* no Guamá.

Como nos bairros periféricos das demais metrópoles analisadas, encontramos aí pequenos salões de beleza, estabelecimentos de fabricação de carimbos, placas e faixas, a revenda de cosméticos de grandes marcas nas “baiúcas” e nas residências, mototaxistas, entre outros. O reaproveitamento de garrafas PET e de plástico também se faz presente no Guamá, especialmente para a venda do tucupi, de refrescos e produtos de limpeza.

Uma atividade do circuito inferior encontrada apenas nesta área de Belém consiste nas chamadas “injeção *shop*”, pequenos estabelecimentos onde funciona uma espécie de enfermaria improvisada para a aplicação de injeções e realização de curativos. Face à carência de equipamentos públicos de saúde nas proximidades, o circuito inferior acaba por assumir aí certos serviços que seriam da alçada do Estado.

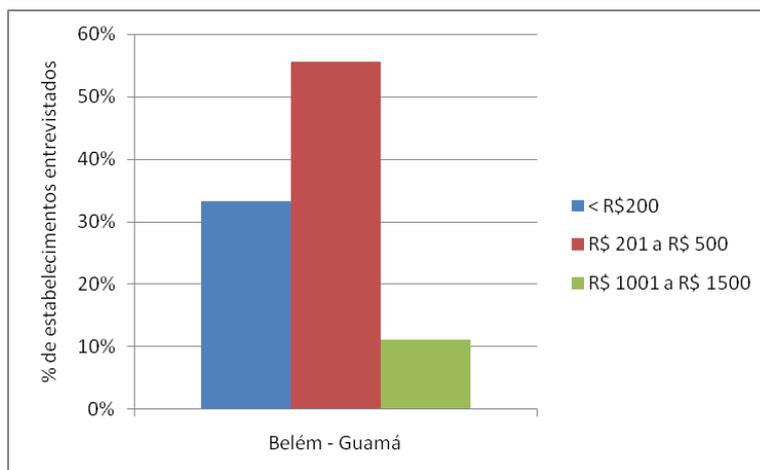
A desvalorização do meio construído aparece como um fator central que permite a instalação desta multiplicidade de pequenas atividades pouco capitalizadas no bairro do Guamá. As condições das vias e dos imóveis são, efetivamente, bastante

precárias e, muitas vezes, até mesmo insalubres: há muito lixo nas ruas, os córregos que separam a Av. Bernardo Sayão das construções estão sujos e poluídos, carnes à venda são expostas sem refrigeração etc. As condições materiais de realização das atividades do circuito inferior na orla sul de Belém demonstram o quão seus agentes são pouco “exigentes” em relação às infra-estruturas.

Não obstante, é justamente a desvalorização do meio construído nesta área, em relação às demais partes da cidade, que permite a conformação desta densidade do circuito inferior. As diferentes valorizações do tecido urbano nos ajudam a entender, assim, como os atores não-hegemônicos encontram um lugar na cidade em função do valor da atividade e da parcela do meio construído em que estão inseridos. Conforme assevera Santos (1994, p.98), “o trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo”.

Dentre as diferentes áreas pesquisadas em cada metrópole, identificamos que os menores valores de aluguel pagos pelo circuito inferior estão no Guamá, em Belém, e no Pirambu, em Fortaleza. Esses dados confirmam a desvalorização do solo e do meio construído nestes bairros periféricos. O Guamá é a área que concentra a maior parcela de estabelecimentos com valores de aluguel inferiores a R\$ 200,00 mensais. Os valores pagos pelos pequenos negócios no bairro encontram-se ilustrados no gráfico abaixo.

Gráfico 11. Valores de aluguel pagos pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados no Guamá (Belém) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Belém entre 2008 e 2010.

No entanto, como veremos a seguir, a especulação imobiliária, com o apoio de um grande projeto, de caráter público-privado, de “reurbanização e modernização de infra-estrutura”, parece avançar para esta área da cidade de Belém; devendo provocar, em breve, sua valorização e, por conseguinte, o rearranjo da economia pobre aí concentrada.

### **5.3.1. Economia dos centavos e escassez de capital**

Por fim, destacamos um último aspecto que nos parece especialmente ilustrativo de certas dinâmicas representativas do circuito inferior nas áreas pobres das grandes metrópoles, e que está relacionado, por sua vez, à escassez de capital que é inerente à própria natureza deste circuito.

Embora a possibilidade de pagamento com cartões de débito e de crédito venha se difundindo recentemente no circuito inferior, o dinheiro à vista se mantém como a principal forma de circulação monetária entre os agentes deste circuito nas metrópoles brasileiras. Não obstante, um fenômeno especialmente identificado na orla sul de Belém e na periferia de Fortaleza reside no fato de que, nestas áreas, há toda uma economia que gira em torno dos centavos, visto que as próprias moedas assumem aí um valor central.

No Porto do Açaí, por exemplo, a água é vendida em saquinhos de plástico por R\$ 0,50; cafés, cigarros, balas e comprimidos avulsos também circulam através de moedas, valendo sempre menos de R\$ 0,50. Nos pequenos pontos de venda de açaí nos bairros do Guamá e do Jurunas, um litro de açaí pode ser comprado por R\$ 0,50; enquanto no centro da cidade, o valor do litro pode chegar a R\$ 7,00. Nas feiras da orla sul de Belém, a farinha, o peixe e a carne seca são comprados “a retalho” pelos moradores da região, ou seja, em pequenas quantidades por valores igualmente fracionados (BELTRÃO e RODRIGUES, 2005, p.53).

Na periferia de Belém, este fenômeno manifesta-se em diversas situações, como, por exemplo, no pagamento de centavos pelo uso da internet em *lanhouses* (pagamento pela fração de hora), na venda de dindin fresco por R\$ 0,25, ou na versão cremosa por R\$ 0,30, na venda de balas e chicletes em baiúcas etc<sup>109</sup>. Na economia pobre, o fracionamento das tarefas se combina, em certos casos, ao fracionamento das mercadorias (comprimidos, doces, cigarros avulsos) e, por conseguinte, ao fracionamento do capital que circula, constantemente, na forma de moedas entre os

---

<sup>109</sup> Vale destacar que situações semelhantes foram identificadas nos bairros periféricos de Fortaleza.

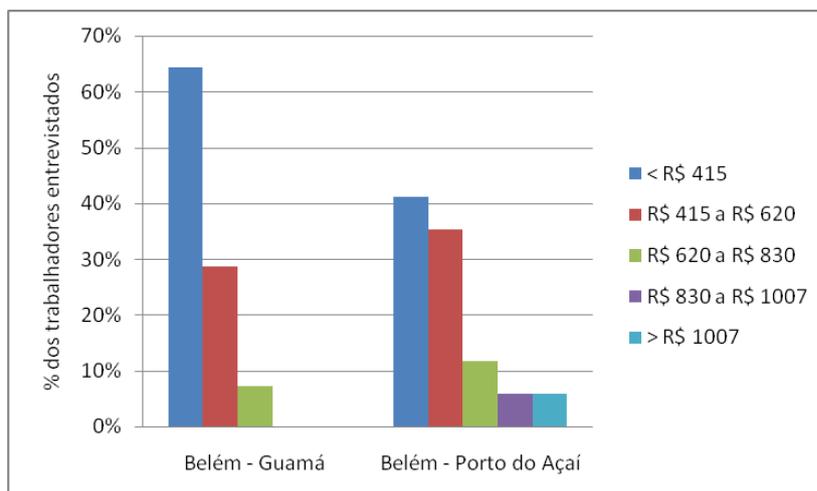
agentes. Segundo Santos (1978, p.252), no circuito inferior, “(...) a multiplicidade dos atos de comércio age como um acelerador da circulação da moeda”.

Haja vista o baixo poder de compra dos consumidores, cada cliente só pode comprar quantidades muito pequenas ou demandar serviços relativamente “baratos”, conforme revelado por estabelecimentos como bicicletarias, chaveiros, sapateiros e copiadoras. A importância da bicicleta como meio de transporte e instrumento de trabalho nas periferias das grandes cidades implica a presença de diversas oficinas especializadas em bicicletas nos bairros pobres. Em Belém, encontramos, por exemplo, bicicletarias onde se enchem os pneus murchos por R\$ 0,25.

A escassez de capital se reflete, entre outros aspectos, na importância assumida por estes pequenos valores, ou ainda em toda uma “economia dos centavos” que gira no interior do circuito inferior e se manifesta especialmente nos bairros pobres e populosos das grandes cidades como Belém e Fortaleza.

Os baixíssimos níveis de remuneração mensal dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados na periferia de Belém, ilustrados no gráfico abaixo, apontam para o grau de carência de capital que define o cotidiano destes agentes. Vale destacar que 65% dos trabalhadores entrevistados no Guamá têm um rendimento mensal inferior a um salário mínimo.

Gráfico 12. Faixas de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior entrevistados no Guamá e no Porto do Açaí (Belém) (%) – 2010



Fonte: elaboração própria com base no trabalho de campo na cidade de Belém entre 2008 e 2010. Observação: Em 2010, o salário mínimo no Brasil está fixado em R\$ 510,00. Em 2008, quando foram iniciados os trabalhos de campo, o valor do salário mínimo no país era de R\$ 415,00.

As situações destacadas acima ilustram este fenômeno que estamos propondo entender como “economia dos centavos”. Situações desta natureza, presentes, em diferentes medidas, nas periferias das quatro cidades analisadas, nos remetem à discussão, na qual pretendemos avançar futuramente, do quanto pode “render” o dinheiro entre a população de baixa renda, tanto para o desenvolvimento de pequenas atividades quanto para a realização de seus consumos diários. Frente ao alto custo de vida nas metrópoles brasileiras e aos baixos níveis de remuneração dos trabalhadores do circuito inferior, desenvolvem-se diferentes táticas, ocupacionais e financeiras, que garantem que tais rendimentos sustentem uma família até o fim do mês.

Segundo Zaluar (2000, p.93), entre as famílias pobres que vivem nas periferias das grandes cidades, “são inúmeros os arranjos internos à unidade doméstica para manter o padrão de vida que separa a miséria da pobreza e afasta o espectro da fome, socializando o esforço de gerar renda entre os vários membros da família”<sup>110</sup>. Conforme procuramos mostrar, diferentes estratégias de obtenção de renda se combinam para manter um padrão mínimo de consumo entre as famílias pobres nas metrópoles analisadas: multiplicidade de ocupações de um mesmo agente, realização de pequenos serviços e instalação de vendinhas na própria residência, fabricação de produtos caseiros, diversificação das tarefas no pequeno negócio familiar, dentre outras. Estes arranjos apontam para certas manifestações assumidas pela flexibilidade tropical (SANTOS, 1996a) que permitem que a renda seja não só gerada, mas também suficiente para chegar ao fim do mês.

Por outro lado, o avanço da financeirização da pobreza, através da expansão do crédito e da subordinação do circuito inferior a novos nexos financeiros, aparece como um novo elemento que permeia o orçamento e o trabalho dos pobres no período atual, tornando-os ainda mais complexos. Como vimos acima, o aumento do consumo vem sendo acompanhado do forte avanço do endividamento e da inadimplência, aprofundando a pobreza de grande parte das famílias que recorrem ao crédito e aos mecanismos financeiros nos dias de hoje.

---

<sup>110</sup> “A comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter. É ela que explica a preocupação constante com a possível falta, e a ginástica efetuada no orçamento doméstico para que se chegue até o fim do mês ‘com comida dentro de casa’. É ela que explica a o constante cuidado com o ‘controle’, e a ‘economia’” (ZALUAR, 2000, p.105).

#### 5.4. O urbanismo hegemônico na versão belenense

Assim como em São Paulo, as relações atualmente estabelecidas entre o Estado e o circuito inferior em Belém nos parecem bastante emblemáticas do processo de avanço do uso corporativo do território, conduzido pelo próprio Estado, que vem permitindo, por sua vez, o aprofundamento da condição oligopolista da cidade (SILVEIRA, 2010).

Nos últimos anos, Belém vem passando por uma série de intervenções urbanísticas que tem implicado não só o rearranjo de seu meio construído, mas uma recomposição de seus usos pelos diferentes circuitos da economia urbana. Dentre os principais projetos urbanísticos implantados recentemente na cidade, destacam-se os Complexos Estação das Docas e Feliz Lusitânia, o Parque Mangal das Garças, a reestruturação do Mercado Ver-o-Peso e o Projeto Ver-o-rio. Estas intervenções ocorreram ao longo dos anos 1990 e no início dos anos 2000. Enquanto as três primeiras foram realizadas pelo Governo do Estado do Pará, as duas últimas procederam de iniciativas da Prefeitura Municipal de Belém.

Conforme veremos a seguir, estes projetos foram pautados em intencionalidades distintas, priorizando diferentes objetivos. Estas ações tiveram, conseqüentemente, diferentes implicações sobre os atores do circuito inferior. Vale destacar que todos os projetos de intervenção urbanística em questão foram implantados ao longo da faixa da orla central de Belém, buscando valorizar uma imagem da cidade associada ao rio, seja enquanto “cidade das águas” ou enquanto “cidade ribeirinha” (SILVA e RIBEIRO, 2007, p.3)<sup>111</sup>.

O Complexo da Estação das Docas se originou de um projeto de revitalização do Governo do Estado para a área portuária da orla central. Galpões do antigo porto de Belém foram reformados e adaptados para a construção de um complexo comercial com restaurantes, lojas, auditórios, cafés, agências bancárias etc. Segundo Trindade Jr. et alli (2006, p.70), o projeto de revitalização aí implantado se inspirou na concepção de “*waterfront*”, que busca incorporar a orla apenas enquanto vitrine da

---

<sup>111</sup> “Nos projetos de intervenção urbanísticos propostos para sua faixa de orla, busca-se construir uma imagem da cidade, traduzida de formas diversas nas sínteses “cidade das águas” e “cidade ribeirinha”. A síntese “cidade das águas” foi utilizada amplamente nos meios de divulgação oficial como denominação para os projetos de renovação urbana do Governo do Estado do Pará, constituídos pelo “Complexo Turístico Estação das Docas”, “Complexo Feliz Lusitânia” e “Parque Naturalístico Mangal das Garças”, ao passo que a “cidade ribeirinha” remete àqueles definidos pela gestão petista da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) que vigorou no período de 1997/2000 e 2001/2006, dos quais citamos o “Projeto Ver-o-Rio”, a revitalização do mercado “Ver-o- Peso”. Todos se localizam na porção central da faixa de orla da cidade” (SILVA e RIBEIRO, 2007, p.3).

cidade<sup>112</sup>. Os pontos comerciais no interior da Estação das Docas foram ocupados por empresas altamente capitalizadas, em muitos casos sob o sistema de franquia. Os altos preços aí praticados, inacessíveis às camadas de menor renda, acabaram por selecionar o perfil de público almejado: turistas e as classes de média e de alta renda. Para Santos (1994, p.135), intervenções desta natureza fazem com que a cidade se torne um espaço que “é cada vez menos possível de ser utilizado pelos membros da sociedade local, e cada vez mais por atores forâneos, que não contribuíram para a formação desse capital geral que é o espaço urbano”.

O complexo Feliz Lusitânia, por sua vez, envolveu o embelezamento paisagístico e a “revitalização” de um conjunto de prédios coloniais em um perímetro do centro histórico. Estes imóveis foram restaurados e muitos deles passaram a abrigar restaurantes, sorveterias, lojinhas etc. Assim, como no caso da Estação das Docas, estes pontos foram igualmente ocupados por empresas de altos níveis de capitalização.

As intervenções municipais ocorridas no Projeto Ver-o-rio e no Mercado Ver-o-Peso, em contrapartida, parecem ter sido guiadas por intencionalidades distintas. No caso do Projeto Ver-o-rio, uma área da orla do rio Guajará, pertencente ao poder público, mas indevidamente ocupada por grandes empresas privadas, foi retomada pela Prefeitura e transformada em uma área de lazer e esportes de uso público e popular (COSTA dos SANTOS, 2002). Pequenos quiosques de alimentação foram assumidos, no momento da implantação do projeto, por famílias que participavam, na ocasião, do Projeto Bolsa Escola. Deste modo, configurou-se uma iniciativa de geração de trabalho e renda para uma parcela da população carente da cidade.

Também localizado em área pertencente à Prefeitura municipal, o Complexo do Ver-o-Peso passou por um processo de reorganização e recadastramento dos feirantes. Contudo, a grande maioria dos vendedores foi mantida no local e a eles foram oferecidos cursos sobre legislação, higiene e organização da feira (AMARAL, 2005, p.188). O processo de reorganização do Ver-o-Peso não constituiu, assim, uma tentativa de elitização ou de reconversão dos usos do espaço da orla central, como no caso da Estação das Docas, mas buscou reafirmar o caráter popular e regional do mercado. A permanência das classes populares, como os principais atores dessa área, aparece como um contraponto na paisagem, como um enclave entre os projetos de revitalização da orla voltados ao turismo e às classes de alta renda, como a Estação das Docas e o Projeto Feliz Lusitânia.

---

<sup>112</sup> A exemplo das experiências realizadas em Buenos Aires (*Puerto Madero*), Baltimore (*Inner Harbor*), Londres (*Docklands*), entre outras (TRINDADE JR. et alli, 2006, p.70).

Enquanto estas últimas intervenções visaram principalmente a revitalização do meio construído e a seleção de um público elitizado, conformando espaços que reforçam a segregação na cidade; o projeto Ver-o-rio e a reestruturação do Mercado Ver-o-Peso priorizaram o uso coletivo e social dos espaços públicos (TRINDADE JR. et alli, 2006, p.76). Em vez de beneficiar grandes empresas para que se instalassem nos espaços revitalizados, buscaram priorizar agentes menos capitalizados, como feirantes e famílias pobres, e a formação de cooperativas de trabalhadores (AMARAL, 2005).

Atualmente, o “Portal da Amazônia” compreende o principal projeto urbanístico em curso na cidade de Belém. A orla sul da cidade – onde estão os bairros do Guamá, Jurunas e Condor – abrange a área de implantação deste grande plano de “reurbanização e modernização de infra-estrutura” da atual Prefeitura do Município de Belém. O projeto prevê a realização de obras de macrodrenagem e a construção de uma grande avenida ao longo da orla do rio Guamá, nos moldes da orla do Rio de Janeiro, através da duplicação da Av. Bernardo Sayão, onde estão previstos calçadões e áreas de esporte e lazer.

O perímetro da implantação deste projeto abrange os quase sete quilômetros da orla sul da cidade, que sempre se caracterizou como uma área de concentração da população pobre e das atividades ribeirinhas. Como vimos acima, aí estão localizados os bairros mais populosos de Belém. De acordo com Malheiro (2009), a concepção do Portal da Amazônia atende aos interesses do capital imobiliário, que busca expandir suas operações a esta parte da cidade, e não às necessidades efetivas de urbanização e drenagem dos bairros pobres deste trecho da orla. Nas imediações das primeiras obras, já é possível constatar a presença de *stands* e anúncios de incorporadoras, divulgando o lançamento de condomínios de torres residenciais de alto padrão com vista para o rio<sup>113</sup>. Segundo Maricato (2000, p.157), a valorização das propriedades fundiárias e imobiliárias compreende o principal motor que move a localização dos investimentos públicos, sobretudo aqueles voltados à circulação viária. Nesta direção, Corrêa (1986) afirma:

Quando existe uma possibilidade efetiva de ampliar o espaço residencial para as elites e alta classe média, inicia-se o processo de valorização da área. O Estado capitalista, permeado de interesses fundiários e imobiliários – sobretudo na esfera municipal e estadual – investe maciçamente na infra-estrutura da periferia em pauta: sua

---

<sup>113</sup> Os valores dos apartamentos estão na faixa de R\$ 600.000,00 a R\$ 900.000,00, ou seja, são totalmente inacessíveis à população que reside atualmente nos bairros onde está previsto o Portal da Amazônia.

ação é espacialmente desigual, a favor da periferia aprazível e em detrimento da periferia da 'povão' (CORRÊA, 1986, p.75).

Com a implementação do projeto, mais de 2.000 famílias devem ser diretamente afetadas, ou seja, serão reassentadas ou retiradas. Segundo Malheiro (2009, p.121), os pequenos portos localizados nos bairros abrangidos pelo Portal da Amazônia, como o Porto do Açaí e o Porto da Palha, são simplesmente desconsiderados no plano; uma vez que o projeto prevê a duplicação da Av. Bernardo Sayão justamente sobre a área onde estão localizados estes portos. O Estudo de Impacto da Vizinhança, obrigatório em obras de grande porte segundo o Estatuto da Cidade, não foi realizado pela Prefeitura. Conforme destaca Davis (2006), a palavra infra-estrutura expressa o “novo codinome da eliminação sem cerimônia dos frágeis abrigos dos pobres” (SEABROOK, 1996 in DAVIS, 2006, p.108).

As famílias removidas devem ser “transferidas” para pequenos apartamentos ou receber uma indenização simbólica. Não obstante, como vimos acima, a desapropriação da residência significa também, em muitos casos, a eliminação do local de trabalho e da fonte de renda familiar. As obras previstas pelo Portal da Amazônia devem afetar ainda dezenas de pequenos portos, dos quais depende a sobrevivência de milhares de pessoas, e uma multiplicidade de pequenos negócios localizados nesta área. A proximidade da clientela e dos portos e feiras, que constituem os principais fornecedores de diversas vendinhas, representam conteúdos primordiais da localização para estes pequenos negócios.

Segundo Topalov (1979, p.180), os projetos de renovação extinguem, muitas vezes, os elementos que sustentam as pequenas atividades tradicionais em seu perímetro de intervenção; comprometendo, por conseguinte, toda uma trama de relações de complementaridade entre os agentes. Nestes casos, a renovação pública acaba por exercer um papel de desestruturação e desestabilização das menores empresas que enfrentarão, conseqüentemente, dificuldades para se instalar em outro local e reconstituir seu mercado.

Vale destacar que as obras do Portal da Amazônia já foram iniciadas. Não obstante, as informações sobre as áreas realmente afetadas e sobre a remoção das famílias seguem inacessíveis à maior parte da população que será diretamente atingida pelo projeto<sup>114</sup>. Para Trindade Jr.<sup>115</sup>, o projeto do Portal da Amazônia está fundamentado em uma concepção da cidade que vem sendo construída desde a

---

<sup>114</sup> In Boletim Informativo “Nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia”. Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição especial, agosto de 2009.

<sup>115</sup> Em entrevista concedida na Universidade Federal do Pará em outubro de 2009.

década de 1980, baseada, por sua vez, numa perspectiva higienista e no planejamento estratégico de uma “cidade competitiva”. Nesta perspectiva de planejamento adotada para Belém, a orla aparece como um elemento central na construção da imagem da cidade, haja vista as demais intervenções citadas acima.

A análise das intervenções urbanísticas recentes em Belém, mas também nas demais cidades analisadas, nos revela como o circuito inferior se encontra, cada vez mais, frente a um Estado que compactua com o avanço da oligopolização não só da economia, mas do próprio território (SILVEIRA, 2010).

Segundo afirma Beaujeu-Garnier (2006, p.31), o conjunto de fatores e variáveis que influenciam a existência da cidade resulta de um jogo de relações dialéticas entre as forças exógenas, de âmbito nacional e global, e as forças endógenas. Neste processo, “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 1996a, p.317). O avanço da oligopolização do território, travestido muitas vezes de projetos de modernização e revitalização, compreende um elemento central da atual fase de urbanização das grandes metrópoles brasileiras. Destarte, o circuito inferior deve fazer frente a estes projetos, que representam um dado chave do período, e que simbolizam, por sua vez, a disputa travada com o circuito superior pelo uso do território e pelo mercado.

Processos gerais assumem, no entanto, manifestações particulares segundo a região e a cidade consideradas, e até mesmo segundo a parcela de cada cidade. Conforme procuramos mostrar, as variáveis do período da globalização se geografizam diferentemente conforme o lugar, permeando a economia pobre através de diferentes nexos e implicando, por conseguinte, diferentes práticas de adaptação e de resistência por parte do circuito inferior.

## **CONCLUSÕES**

Nos últimos anos, verifica-se uma redução dos índices de pobreza e uma expansão do consumo das camadas de baixa renda no Brasil. Contudo, como vimos acima, embora a pobreza venha se reduzindo nas áreas rurais, tem se tornado, por outro lado, cada vez mais um fenômeno urbano e metropolitano no país (ROCHA, 2006; 2008).

A crescente aglomeração da população em grandes cidades, traduzida pelo avanço da urbanização e da metropolização, tem sido acompanhada pela concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras. Conforme procuramos mostrar, a despeito do que apontam certos indicadores, a pobreza está, em realidade, se aprofundando nas metrópoles: ao longo da última década ocorreu, efetivamente, um aumento na proporção dos domicílios com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo em todas as Regiões Metropolitanas do país (PNAD, 2007). Por outro lado, esta mesma população que se empobrece, também tem participado, cada vez mais, de um consumo moderno.

Os dinamismos da economia pobre nas metrópoles brasileiras se tornam, hoje, crescentemente complexos, haja vista a conformação deste cenário paradoxal em que a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda se combina ao aumento da pobreza. Assim, a ampliação do acesso a certos objetos técnicos não elimina a situação de pobreza nas grandes cidades. Como vimos acima, o aumento da oferta de crédito exerce um papel central neste processo, mas vem igualmente acompanhado do avanço do endividamento e da inadimplência, implicando, por conseguinte, a reprodução da pobreza em novos termos.

No período atual, observa-se também um rearranjo nas dinâmicas dos mercados de trabalho metropolitanos no Brasil. Ao mesmo passo em que o circuito superior, graças às modernizações técnicas e organizacionais, se torna cada vez mais poupador de mão-de-obra; o circuito inferior se afirma como o principal provedor de ocupação e renda à população pobre metropolitana. Destarte, o aumento da pobreza e a multiplicação das formas de trabalho deste circuito nas grandes cidades constituem parte do mesmo processo de reprodução estrutural da pobreza no país.

A expansão recente do circuito inferior é revelada, em certa medida, pelos dados referentes às micro e pequenas e à chamada economia informal urbana. Contudo, o circuito inferior não se restringe a estas classificações, visto que engloba

as mais diversas formas de trabalho realizadas com baixos graus de capital, tecnologia e organização nas cidades (SANTOS, 1975). Neste sentido, um dos registros mais fiéis de sua presença nas metrópoles brasileiras reside na diversidade e na desvalorização de certas parcelas do meio construído (OLIVEIRA, 2009, p.275). Segundo Silveira (2010), a condição oligopolista da cidade é um processo que não se completa, uma vez que há interstícios – na divisão das tarefas e no meio construído – que não interessam ao circuito superior. E são justamente estes espaços intersticiais do tecido urbano e da divisão social do trabalho que sustentam a presença e a ampliação do circuito inferior. Ao mesmo tempo em que o circuito superior expande seu controle sobre o território, privilegiando as áreas aptas aos seus interesses, se distancia das atividades banais realizadas na cidade (SILVEIRA, 2010, p.3).

Neste contexto, a dilatação da capacidade auto-inflacionária aparece como um dos principais indicadores da expansão do circuito inferior. Este circuito se consolida, cada vez mais, como abrigo e fornecedor de ocupação e renda para grande parte da população metropolitana. Revela-se aí como, na realidade, o volume de emprego, ou melhor, de ocupação, no circuito inferior é determinado pela oferta de mão-de-obra, e não por sua demanda, como no circuito superior (MISSEN e LOGAN, 1977, p.65). Conforme afirma Santos (1978, p.252), “a extrema divisão do trabalho no circuito inferior constitui, em si mesma, um elemento multiplicador (...). Tudo é pretexto para a invenção de novas fontes de renda”.

Fundamentados nas diversas situações analisadas em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, constatamos que a fragmentação extrema das tarefas e a combinação de tarefas não relacionadas entre si, envolvendo muitas vezes o compartilhamento de benefícios e custos de uma localização, se destacam, hoje, entre as principais manifestações desta capacidade auto-inflacionária que define a divisão social do trabalho no circuito inferior.

Contudo, no período atual, verifica-se não apenas uma expansão do circuito inferior, mas, ao mesmo tempo, uma intensa renovação de seus dinamismos. Neste sentido, vale lembrar aqui um dos pressupostos basilares de nossa pesquisa: o princípio de que a pobreza atual, de caráter estrutural, é uma pobreza da globalização. Assim sendo, devemos evitar o risco de olhar a pobreza como um fenômeno “a-histórico”, analisando a economia pobre como “tradicional”. Endossamos, portanto, a visão de McGee (1977) que considera que a principal limitação da dicotomia entre tradicional e moderno reside em retratar a economia dita tradicional como estática e homogênea. As constantes vagas de modernização impactam os modelos de

consumo e a economia urbana das cidades, e neste processo, as ocupações ditas “tradicionais” são chamadas, constantemente, a desempenhar novos papéis (SANTOS, 1978, p.53), reformulando-se frente à nova composição de forças que distingue cada momento histórico.

As atividades menos capitalizadas encontram-se, atualmente, cada vez mais permeadas por processos associados às variáveis chave do período da globalização, como a técnica, o consumo, a informação e as finanças. A crescente difusão e assimilação das possibilidades da época atual entre os atores não hegemônicos podem ser entendidas, por sua vez, como parte do processo de transformação destas variáveis determinantes em variáveis dominantes.

O avanço da incorporação de certas técnicas modernas entre os agentes do circuito inferior se destaca como um fenômeno emblemático deste processo no período atual. Cada período é qualificado, com efeito, por uma família correspondente de objetos e por um elenco de técnicas e de formas de ação (SANTOS, 1996a, p.96). No momento de seu surgimento, as novas técnicas aparecem como uma “variável força”, uma vez que se encontram inicialmente disponíveis apenas aos agentes hegemônicos. Em um segundo momento, porém, as técnicas sofrem um processo de banalização e passam a compreender, por conseguinte, uma “variável suporte” para a participação na divisão do trabalho. Contudo, quando determinada variável se torna suporte, já há uma nova variável força em gestação, dada a constante busca de modernização e diferenciação por parte das empresas do circuito superior. Diante da velocidade assumida pelo progresso técnico no período atual, o processo de incorporação das técnicas materiais e imateriais do período torna-se mais acelerado entre os agentes não-hegemônicos. Se outrora a técnica se difundia muito lentamente, guardando seu caráter local por muito tempo, avançamos atualmente rumo à unicidade técnica, tal como propõe Santos (1996a). Desde os anos 1970, a difusão de inovações encontra-se cada vez menos atrelada à presença de um substrato material, acelerando, conseqüentemente, a chegada e a incorporação, nos mais diferentes lugares, de elementos que antes compreendiam inovações (HAGERSTRÄND, 1967).

Por outro lado, ao mesmo passo em que o sistema técnico atual se banaliza entre os agentes do circuito inferior, o grau de organização embutido nas técnicas adotadas pelos circuitos tende a se diferenciar cada vez mais. Como vimos acima, a organização, que envolve a profusão de normas e uma densa burocratização, assume uma crescente importância enquanto crivo de diferenciação entre os circuitos (SILVEIRA, 2011). “Bens organizacionais”, produzidos por consultorias financeiras e

de serviços avançados, são cada vez mais demandados pelas maiores empresas (SASSEN, 2003, p.10). No bojo deste processo, a “variável relacional” assume um papel central na divisão do trabalho inter e intra empresarial no circuito superior envolvendo, por sua vez, um enrijecimento das normas técnicas e a multiplicação de normas socioorganizacionais (VELTZ, 1999, p.128).

A sofisticação da organização e da normatização no circuito superior contrasta, em contrapartida, com o predomínio de uma organização desburocratizada e com a ausência de rigidez na divisão e realização das tarefas no circuito inferior; ainda que em certos ramos, os pequenos negócios também venham buscando imitar determinados modelos organizacionais adotados pelas maiores empresas.

O nível de capitalização entre os circuitos da economia urbana também tende a se distanciar cada vez mais. No período atual, cresce enormemente a disparidade entre os coeficientes de capital, fixo e de giro, das atividades e das empresas dos circuitos inferior e superior. Esta polarização entre os graus de capitalização dos dois circuitos se realiza atualmente em dimensões muito maiores do que em um período anterior. A ampliação da capacidade de geração de ganhos e a crescente rentabilidade das finanças e dos serviços avançados, revelados pela própria financeirização da riqueza, contrastam com a escassez de capital que define o cotidiano da maioria das empresas e das atividades urbanas. Toda uma “economia dos centavos” segue sendo determinante para o orçamento de milhares de pequenos negócios localizados nas cidades brasileiras. Conforme procuramos mostrar, uma miríade de situações nos indica o quanto o dinheiro pode e deve “render” entre a população de baixa renda e, ademais, como cada centavo faz, efetivamente, diferença na contabilidade diária dos trabalhadores e consumidores do circuito inferior.

Não obstante, nas análises sobre a economia pobre, a interpretação preponderante é de que as atividades do circuito inferior se definem por uma baixa produtividade, e de que seriam até mesmo ineficientes por gerarem uma renda reduzida. Contudo, segundo McGee (1977, p.269), embora esta renda seja realmente mínima em valores per capita ou por unidade de trabalho, o volume total de renda gerado pela economia pobre é gigantesco. Consideramos que este valor é incomensurável não só em termos monetários, mas, sobretudo, em relação ao que significa no cotidiano de grande parte da população pobre. De acordo com Santos (1978, p.246), “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência”. Vale destacar ainda que o conceito de produtividade, tal como é geralmente

empregado, tende a remeter a uma “dita” produtividade, ou seja, àquela das grandes empresas que dispõem das tecnologias e organizações mais modernas em seu processo produtivo. No entanto, tendo em vista o resultado da combinação entre a quantidade de capital e tecnologia empregados e a produtividade obtida pelos pequenos estabelecimentos do circuito inferior, será que podemos realmente considerá-los como pouco produtivos?

Se por um lado, hoje diminui relativamente a distância entre os circuitos no que tange à tecnologia; por outro lado, aumenta a polarização em relação aos níveis de capitalização e organização. Entretanto, conforme vimos acima, por mais que o circuito inferior passe a incorporar certos objetos técnicos em suas atividades, a modernização sempre renovada da técnica e o grau de organização embutido nas novas tecnologias impedem o circuito inferior de acompanhar o compasso da modernização tecnológica. Assim, embora observemos hoje um certo rearranjo no peso entre as variáveis que definem os circuitos da economia urbana, a combinação destes fatores revela, em realidade, um aumento da distância entre os circuitos (SILVEIRA, 2011). Revigora-se, neste sentido, a necessidade de pensar o valor relacional entre os circuitos da economia urbana, visto que o limite entre eles também se renova a cada momento.

Por outro lado, a análise das relações do circuito inferior com as variáveis chave do período atual, nas cidades analisadas, nos revela diferentes processos de adaptação e resistência por parte da economia pobre; evidenciando, por fim, o caráter dialético desta dinâmica, em que se combinam a necessidade e a impossibilidade de acompanhar o passo da modernização atual. A capacidade de adaptação do circuito inferior às transformações conjunturais do momento deve renovar-se constantemente. Conforme afirma Santos (1978, p.253), enquanto o circuito superior tende a criar a conjuntura, “o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais”.

No período da globalização, a análise e apreensão dos dinamismos atuais do circuito inferior se tornam mais complexas, visto que as variáveis do período apresentam-se cada vez mais inter-relacionadas, adentrando, e perturbando, a economia pobre através de diferentes nexos. Assim, embora possamos afirmar que haja, de fato, um uso crescente das variáveis chave da globalização por parte dos agentes do circuito inferior, acreditamos que este processo também deva ser visto de forma dialética. Pois se, por um lado, as situações geográficas analisadas nos revelam diferentes formas de incorporação destas variáveis pela economia pobre; por outro

lado, tal assimilação não deixa de representar novas formas de subordinação ao circuito superior.

O circuito inferior encontra-se cada vez mais permeado por processos como a diversificação das práticas de consumo, a financeirização da pobreza, a incorporação de novas tecnologias, a difusão da informação e o alargamento de suas escalas; os quais vêm implicando, por sua vez, o aprofundamento da subordinação do circuito inferior face ao circuito superior em novos patamares.

A heterogeneidade de situações resultantes das diferentes combinações derivadas deste processo de rearranjo da economia pobre, em cada cidade, aponta, ao mesmo passo, para a diferenciação interna do circuito inferior. Embora este circuito se defina pelo baixo grau de capitalização, a escassez de capital se realiza em diferentes níveis, podendo se aproximar, em determinados casos, do limiar com a pobreza extrema. Em certas áreas, o grau de escassez de capital das atividades do circuito inferior é certamente maior do que em outras.

A diversidade de atividades que compõem o circuito inferior no período atual também aponta para esta diferenciação interna. Pequenos comércios, serviços os mais diversos e pequenas fabricações, assim como atividades aparentemente não relacionadas entre si, integram a divisão social do trabalho na economia pobre hoje. Nas grandes cidades brasileiras, as atividades do circuito inferior também se diferenciam, atualmente, pelo fato de se encontrarem mais ou menos permeadas pelas variáveis chave do período da globalização. A incorporação das variáveis da época entre os agentes menos capitalizados tem permitido, inclusive, o surgimento de novas atividades no circuito inferior. Contudo, atividades “típicas” da economia pobre também têm assimilado novos nexos aos seus dinamismos, ainda que em diferentes medidas.

A densidade diferenciada das relações do circuito inferior com as variáveis chave do período da globalização se realiza tanto na escala interurbana e regional, quanto na escala intra-urbana. Assim, as feições atuais do circuito inferior variam não apenas segundo a cidade e a região, mas também conforme o próprio lugar da cidade considerado. Estabelecem-se, deste modo, diferentes combinações entre os nexos do período, da formação socioespacial, da região e do lugar.

No plano do território nacional, podemos afirmar que as relações do circuito inferior com as variáveis chave do período da globalização se dão de forma mais densa em São Paulo do que nas demais grandes cidades do país. Dentre as quatro metrópoles estudadas, São Paulo é aquela onde a divisão social e territorial do

trabalho se realiza de forma mais complexa. A concentração de atividades de todos os ramos de ambos os circuitos leva ao estabelecimento de um maior número de sinapses entre os circuitos e, por conseguinte, verifica-se uma maior densidade das relações do circuito inferior com as variáveis do período na cidade. O maior volume de eventos em São Paulo cria uma trama de existências mais complexas, a qual representa, por sua vez, um conjunto de oportunidades extremamente diversas para que os nexos do período atual sejam incorporados pela economia pobre. Um mercado mais volumoso e um tecido urbano mais complexo e muito extenso implicam, ademais, a presença de um maior número de frações desvalorizadas, assim como uma multiplicidade de áreas de diversidade e de especialização, nas quais as pequenas atividades logram se inserir.

Embora Brasília sedie uma parcela do circuito superior altamente moderna, composta sobretudo por serviços quartenários, a cidade não reúne uma gama de atividades do circuito superior tão vasta como em São Paulo. Logo, as possibilidades de relações entre o circuito inferior e as variáveis do período não são tão amplas como naquela metrópole. Acresce-se aí também a questão da densidade normativa que leva à conformação de uma economia extremamente segmentada e de um meio construído ainda mais fragmentado do que nas demais metrópoles. Já em Fortaleza e Belém, encontramos apenas determinados ramos das atividades mais modernas, ou seja, apenas algumas atividades representativas do circuito superior. Destarte, assim como em Brasília, não há tantas atividades de ramos diferentes para que se estabeleçam as relações entre os circuitos e, por conseguinte, as formas como as variáveis se difundem podem seguir menos possibilidades. De certo modo, poderíamos afirmar que, em Fortaleza e Belém, há uma menor densidade das relações do circuito inferior com as variáveis da época. Nestas cidades, a modernização parece ser mais pontual e a pobreza mais extensa e intensa.

Por outro lado, constatamos que o circuito inferior se encontra, de modo geral, profundamente impactado e permeado pelos nexos do período da globalização em todas as cidades analisadas, ainda que em diferentes medidas. Processos como o alargamento do circuito espacial de produção dos quais participa o circuito inferior; o avanço progressivo do circuito superior sobre as parcelas do mercado e do próprio meio construído tradicionalmente pertencentes a este circuito; e a incorporação de novas tecnologias na economia pobre, dentre outros, se fazem presentes, hoje, em todas as metrópoles do país. Estes processos, de caráter mais geral, assumem manifestações e densidades particulares em cada cidade, renovando as dinâmicas

características de seu circuito inferior. Filtradas pela formação socioespacial, as possibilidades do período se combinam aos conteúdos preexistentes em cada lugar, reformulando constantemente suas existências (SANTOS, 1996a). Daí o rearranjo diferenciado do circuito inferior segundo cada região e cada cidade.

As sucessivas modernizações apresentam, assim, impactos diferenciados sobre a economia urbana. Em seu clássico estudo sobre a difusão espacial das inovações, Hagerstränd (1967) já afirmava que a questão central não consiste na chegada de uma modernização, material ou imaterial, a um lugar, mas nos diferentes eventos decorrentes de sua chegada a cada lugar. Neste sentido, a difusão e a incorporação de artefatos financeiros (como cartões e terminais eletrônicos de pagamento), da telefonia celular, da informática e da internet, dentre outros, implicam impactos e usos distintos segundo as diferentes situações, em cada lugar. Neste sentido, os próprios lugares acabam redefinindo as técnicas, pois “cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes” (SANTOS, 1996a, p.59).

Para além da distinção do circuito inferior segundo a cidade ou a região, a diferenciação deste circuito também se realiza conforme as diferentes partes da cidade. Nas áreas centrais das grandes cidades, concentram-se atividades muito diversas que demandam uma multiplicidade de tarefas complementares aos pequenos negócios aí localizados; implicando, por conseguinte, uma maior densidade de relações entre os circuitos. Tal complementaridade e o enorme mercado aí reunido, composto por consumidores de diferentes níveis de renda, solicitam um maior esforço de acompanhamento das modernizações por parte das atividades do circuito inferior que logram instalar-se nas áreas centrais.

Já nas periferias das grandes cidades, o acesso às variáveis mais modernas é, certamente, menos intenso do que em suas zonas centrais. A trama de relações entre os agentes dos dois circuitos é menos densa. E embora o circuito superior venha incluindo os bairros pobres em sua topologia atualmente, este processo não atinge ainda a maior parte do tecido periférico das grandes cidades. No entanto, como vimos acima, as relações estabelecidas com as variáveis chave da globalização também alcançam a periferia, sobretudo agora, quando se verifica uma forte expansão do consumo entre as camadas de baixa renda.

Na escala intra-urbana, a contigüidade e a proximidade de áreas mais centrais, parecem exercer, assim, um importante papel na difusão e na incorporação das

modernizações entre os agentes e entre as diversas partes da cidade. Já na escala do território nacional, com o alargamento da divisão territorial do trabalho, alterou-se a dinâmica clássica que consistia na presença de um centro difusor de inovações e na redução do grau de modernização das localidades quanto maior fosse sua distância em relação a este centro. Contudo, como afirmam Santos e Silveira (2001), a metrópole ainda concentra o comando das parcelas técnica e política da produção.

Constatamos, assim, que a diferenciação do circuito inferior realiza-se não apenas na escala do país, mas também na escala da cidade. Conforme propusemos acima, além da distinção entre circuito inferior central e periférico, estabelece-se também uma diferenciação entre os dinamismos do circuito inferior residencial e do “circuito inferior de rua”.

Reforça-se, neste sentido, a importância de identificar quais os conteúdos do espaço que permitem e garantem a existência e a reprodução do circuito inferior nas áreas centrais e nas periferias das grandes cidades. Buscamos, assim, caminhar na construção de uma economia política da cidade (SANTOS, 1994), que se propõe a entender como o meio construído se organiza face à produção e como os agentes encontram seu lugar no tecido urbano e na divisão do trabalho.

Nas áreas centrais, a presença de frações relativamente desvalorizadas do meio construído garante, em certa medida, as condições para a instalação e permanência das atividades do circuito inferior; embora os custos de uma localização central sejam, muitas vezes, elevados para o nível de capitalização do circuito inferior. A este componente, acrescem-se ainda a importância da participação em toda uma economia de aglomeração aí concentrada e a grande circulação das massas que representam, finalmente, um enorme mercado para os pequenos negócios localizados nas áreas centrais.

Já nas periferias, a concentração de uma população de baixa renda em áreas de alta densidade demográfica, a presença de um meio construído ainda mais desvalorizado e intensamente ocupado, o aproveitamento das residências para a realização das mais diversas atividades, a proximidade do mercado e a densidade comunicacional compõem os conteúdos em que se sustenta o circuito inferior periférico.

Toda uma miríade de pequenos negócios, muitas vezes individuais, depende, assim, destes conteúdos para desenvolver as atividades que garantem renda e ocupação a milhões de pessoas nas grandes cidades brasileiras. Surgidos de necessidades existenciais, multiplicam-se os mais diversos tipos de trabalhos,

voltados à satisfação das demandas insatisfeitas de um mercado pobre que busca participar, cada vez mais, dos modelos de consumo das camadas de alta renda. Sem obedecer a parâmetros e normatizações gerais – dos quais, na realidade, dificilmente tomam conhecimento (SILVEIRA, 2007, p.158) – estes pequenos negócios atendem também à crescente demanda por empregos de grande parte da população, haja vista o aprofundamento do caráter poupador de mão-de-obra do circuito superior.

Frente a este contexto de expansão da pobreza e de suas formas de trabalho, reforça-se igualmente a necessidade de atentarmos às relações que se estabelecem entre o Estado e o circuito inferior nas metrópoles brasileiras. Conforme procuramos mostrar a partir da análise de certos projetos nas cidades analisadas, reproduzem-se, hoje, as práticas de intervenções pontuais que garantem um equipamento seletivo do território e que reforçam a conformação de metrópoles corporativas (SANTOS, 1994).

No desenho de grande parte das políticas públicas, há uma clara opção pela fluidez do território e pelo investimento em uma materialidade que atenda às demandas das maiores empresas. No período atual, diminui o interesse do circuito superior em imobilizar ativos na forma de capital fixo (SILVEIRA, 2010). Com o aumento da mobilidade do capital e o avanço do processo de financeirização da riqueza, torna-se cada vez mais conveniente, para este circuito, que o capital incorporado ao solo pertença ao Estado (HARVEY, 2006, p.395). Destarte, aumenta hoje a pressão para que o Estado provenha um equipamento que sustente a valorização e a rentabilidade do grande capital no meio urbano. Os grandes projetos analisados em São Paulo e Belém, e a atuação segregadora do poder público em Brasília, ilustram certos mecanismos deste processo de oligopolização do território, conduzido, em grande medida, pelo próprio Estado.

Em contrapartida, no campo das políticas públicas que afetam mais diretamente o circuito inferior, prevalecem os programas de transferência de renda, e não as políticas endereçadas às materialidades. Não questionamos aqui o papel de programas como o Bolsa Família no que tange a melhoria das condições de vida de milhares de famílias pobres no país. Porém, concordamos com Oliveira (in AZEVEDO, 2007, p.84) quando afirma que programas desta natureza, além de transferirem um valor claramente insuficiente, não combatem as causas estruturais da desigualdade na sociedade brasileira. Além disso, consideramos que é preciso aprofundar o debate, inclusive no âmbito governamental, sobre os dinamismos e carências que definem a situação de pobreza nas grandes cidades nos dias de hoje para além da questão

monetária; recordando, sempre, que a pobreza se define segundo o lugar e o período considerados (SANTOS, 1979a).

Por outro lado, reforça-se hoje uma tendência, inspirada nas proposições de De Soto (1989), de valorização dos pobres enquanto “empreendedores potenciais” e de busca de “formalização” dos pequenos negócios, haja vista a recente criação da figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI) pelo Governo Federal. Por um lado, esta política busca homogeneizar e enquadrar uma ampla gama de atividades que se caracterizam justamente pela extrema heterogeneidade interna. Por outro lado, acaba por limitar o apoio governamental aos pequenos negócios a benefícios previdenciários, que deveriam ser garantidos aos trabalhadores em qualquer situação. Além disso, vale destacar que embora haja um maior acesso às informações sobre as políticas públicas nos dias de hoje, a desinformação sobre programas governamentais de microcrédito e de capacitação é generalizada entre os agentes do circuito inferior. Em um universo de quase trezentos agentes entrevistados em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém, apenas 2,5% faziam uso de crédito público em suas atividades.

No plano da materialidade, embora a dotação de infra-estruturas básicas se expanda hoje a certas áreas periféricas das grandes cidades, mantém-se ainda uma tendência do Estado garantir o equipamento do território em localizações que coincidam com a ampliação da topologia das grandes empresas no tecido urbano. Nas áreas centrais, como vimos acima, grande parte projetos de renovação urbana tem servido ao aprofundamento do uso corporativo do território e não à valorização e potencialização da vida econômica já existente nestas áreas. A combinação destes processos tem resultado em uma cidade que se consolida, cada vez mais, como meio para oligopolização da economia e como a própria manifestação de uma economia oligopolizada (SILVEIRA, 2010).

Frente a este panorama, consideramos que se impõe a necessidade de retomar a idéia, tão propositalmente esquecida nos dias de hoje, de que as situações apresentam diferentes virtualidades de evolução segundo se influa sobre seus mecanismos (GEORGE, 1966, p.37). Neste sentido, entender o mundo como um conjunto de possibilidades reais, factíveis sob determinadas condições, tal como nos propõe Santos (1996a, 2000), permite enxergar certas potencialidades já contidas na realidade (MORIN, 2008, p.131).

Uma maior provisão de recursos poderia ser, assim, voltada às necessidades geográficas dos agentes e atividades do circuito inferior. Segundo Silveira (2010, p.7), uma distribuição mais justa dos recursos por parte do Estado envolveria, entre outros,

a construção de infra-estruturas apropriadas às atividades do circuito inferior, a oferta de créditos públicos a juros mais baixos, a exclusividade do mercado em certas áreas, a concessão de serviços essenciais e uma maior participação na escala de compras e serviços demandados pelo poder público. Ribeiro (2005), por sua vez, propõe que ao invés de avançarmos rumo à consolidação de um mercado pautado na onipresença do capital financeiro, na multiplicação das necessidades e no predomínio da estética sobre a ética; poderíamos caminhar na construção de um mercado que seja “socialmente necessário” e que tenha como ator central o próprio circuito inferior, mas que inclua também as diversas formas de trabalho. Neste sentido, “a metrópole poderia ser entendida como a arena dos atores com existências concretas, onde não apenas se assegure o consumo, mas também, e sobretudo, se criem as condições da produção” (SILVEIRA, 2009, p.74).

Em um período marcado pela consolidação das finanças como sua variável determinante, pelo avanço da oligopolização da economia e pela conformação de uma esfera normativa baseada nos preceitos do mercado, o maior desafio continua a ser o enfrentamento da pobreza estrutural. Visto que circuito inferior e pobreza são sinônimos (SANTOS, 1975), este desafio consiste, em grande medida, em torná-lo menos subordinado ao circuito superior, assim como em expandir as oportunidades e proteções aos agentes do circuito inferior da economia, valorizando seus dinamismos e relações com as particularidades locais e regionais. Conforme afirma Santos (1978, p.368), “se o circuito inferior não deve permanecer o que é, é porque seu papel, muito antes de ser o de provedor de ocupações e de fornecedor de meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza”.

Por fim, conforme procuramos mostrar, o circuito inferior vem passando por um intenso processo de renovação de seus dinamismos no período atual. No entanto, apesar desta intensa reconfiguração, o circuito inferior segue pautando-se essencialmente, ainda hoje, pela busca da sobrevivência cotidiana.

Reforça-se, deste modo, a importância de aprofundarmos a compreensão do conteúdo geográfico do cotidiano da maioria (SANTOS, 1996a, p.321), de realizarmos uma geografia voltada à busca do entendimento de como o homem realiza sua existência (DARDEL, 1952). Neste sentido, o espaço banal (SANTOS, 1996c) representa uma categoria central, visto que ele compreende justamente o espaço do cotidiano, ou ainda, o lugar da geografia da existência.

Na medida em que a análise das situações geográficas consiste, afinal, na análise das existências, em cada lugar, em seu respectivo período histórico

(SILVEIRA, 1999); buscamos analisar como as pessoas estão vivendo cotidianamente em diferentes metrópoles, a partir da seleção de situações geográficas consideradas reveladoras das feições atuais do circuito inferior. Conforme buscamos explicitar, a análise dos dinamismos da economia pobre metropolitana demanda, cada vez mais, um esforço para apreender como os processos em curso impactam o trabalho e a pobreza nas grandes cidades, ou seja, para captar o movimento de reconfiguração constante do cotidiano da maioria, que hoje se torna mais denso e mais acelerado. Tal como afirma Reclus (1985), a geografia se refaz, efetivamente, todos os dias. Neste sentido, Santos e Silveira (2001) asseveram:

Com a globalização, amplia-se a variedade de tipos econômicos (...) multiplicam-se os modelos produtivos, de circulação e de consumo, segundo qualificações e quantidades, e também aumenta a variedade de situações territoriais. Na realidade, tais situações se submetem a constantes mutações e encobrem uma rica, variada e sempre renovada divisão social e territorial do trabalho. Nessas condições, a metrópole está sempre se refazendo: na forma, na função, no dinamismo e no sentido (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.287).

Por fim, destacamos a importância de avançarmos no esforço coletivo de releitura e de atualização da teoria dos circuitos da economia urbana para aprofundarmos a reflexão sobre a divisão do trabalho sob a perspectiva da coexistência (SANTOS, 1996a), e para caminhar na construção de uma geografia da existência. Neste sentido, devemos procurar continuar a pensar a economia pobre das grandes cidades para além dos enfoques normativos ou quantitativos; buscando captar tanto seu movimento, constante e contraditório, de adaptação e resistência às variáveis chave do período, quanto suas singularidades locais e regionais.

Destarte, nos cabe, igualmente, combater a razão indolente e metonímica que abriga uma idéia reducionista da totalidade (SOUSA SANTOS, 2007); como aquela que associa a cidade a uma única área de mercado onde se realiza o trabalho mais moderno (SILVEIRA, 2007) e que apregoa uma racionalidade que não abarca a maioria da população que sobrevive de outras divisões territoriais do trabalho.

Por fim, acreditamos que se buscamos realizar uma reflexão que seja rigorosa sobre a divisão do trabalho a partir da geografia, devemos fazer uma distinção entre objetividade e neutralidade (SOUSA SANTOS, 2007, p.23). Pois se o rigor da análise científica nos demanda objetividade, o grau de injustiça de nossas cidades não nos permite a neutralidade. Assim como propõe Morin (2008), para que a ciência se torne

mais consciente, o saber deve servir não apenas à reflexão e à discussão, mas sobretudo ao esclarecimento de nossa visão e ação no mundo.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGAMBEN, Giorgio. **Qu'est-ce que le contemporain?**. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2008.

ALMEIDA, Elisa Pinto. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. São Paulo: USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AMARAL, Márcio Douglas A. **Guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém**. Belém: UFPA, 2006. Dissertação (Mestrado em Política do Desenvolvimento Regional) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Belém.

AMORA, Zenilde. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustógio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 367-381.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Estrutura Portuária e a Organização do Espaço no Brasil. **Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, vol. XIX, 1978.

ARMSTRONG, Warwick. e McGEE, Terence. **Theatres of accumulation. Studies in Asian and Latin American Urbanization**. Cambridge: University Press, 1985, 269 p.

ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le monde diplomatique**, São Paulo, p. 30-31, outubro 2008.

\_\_\_\_\_. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. In: Mendonça, Francisco, Lowen-Sahr, Cicilian L. e Silva, Márcia da (Orgs). **Espaço e Tempo**. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 479-496.

AUTUORI, Joana Dworecka. **Dissolução de um lugar. Santa Ifigênia e a Concessão Urbanística**. Trabalho de Graduação Individual em Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. Programa de complementação de renda Bolsa Família: política de Estado ou política de governo? **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, nº2, p. 67-88, 2007.

BALLESTEROS, Aurora G. e CARRERAS, Carlos. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, Daniel e LINDÓN, Alícia (Orgs). **Tratado de Geografía Humana**. México: Editorial Antrophos, 2006, p. 320-336.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema de objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2008, 5ª edição.

BAUMAN, Zygmunt. **Work, consumerism and the new poor**. New York: Open University Press, 2005, 131 p.

\_\_\_\_\_. **Vida de consumo**. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Globalización. Consecuencias Humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, 171 p.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Géographie Urbaine**. Paris: Armand Colin, 2006, 4ª edição, 349 p.

BECKER, Bertha. Amazônia. **Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004, 172 p.

BELTRÃO, Jane Felipe e RODRIGUES, Carmem Izabel. Quando o sabor da ribeira aponta a instituição de identidade(s) em espaço urbano. In: TRINDADE JR., Saint Clair C. da e SILVA, Marcos A. Pimentel da (Orgs.). Belém. **A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005, p. 44-62.

BERNARDES, Adriana. **A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e novo uso do território brasileiro**. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERTONE, Leonor Ferreira. O Estado e a urbanização do Distrito Federal. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Urbanização e Metropolização. A Gestão dos Conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987, p. 51-71.

BICHIR, Renata. Condições de acesso à infra-estrutura urbana entre a população mais pobre no Município de São Paulo. Texto apresentado no **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, 2007.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. Mimeo, São Paulo: Fauusp, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CACCIAMALI, Maria Cristina. O mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo no fim do século XX. In: SCHIFFER, Sueli (Org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 220-241.

CALLIARI, Tania. Os ricos? Cadê os ricos?. **Retrato do Brasil**, São Paulo, edição n.32, p. 20-29, 2010.

CAMPOS, Neio. A segregação planejada, In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 97-113.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARIOLA, Cecilia e LACABANA, Miguel. La metrópoli fragmentada. Caracas entre la pobreza y la globalización. **Revista Eure**, Santiago, v.27, n.80, p. 5-21, maio 2001.

CASTELLS, Manuel. **The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban Regional Process**. Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwell, 1989.

CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

CASTRO, Edna e SANTOS, Maria Antonieta. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 25-43.

CATALÃO, Igor de F. **Brasília: metropolização e espaço vivido. Práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CAVALCANTE SANTOS, Marlon. **O centro de Fortaleza e o comércio informal. O Beco da Poeira como símbolo do comércio popular**. Relatório PIBIC/ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CINV. Relatório Analítico. **Boletim de Informações Cadastrais para o Projeto Vila do Mar**. Fortaleza, 2008.

COMIN, Álvaro. **Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo**. São Paulo: USP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Diagnósticos, Oportunidades e Diretrizes de Ação. In: **Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, p. 1-30, 2005.

COMIN, Álvaro e AMITRANO, Claudio Roberto. Economia e emprego: a trajetória recente da Região Metropolitana de São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 66, p. 53-76, 2003.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Síntese de informações sócio econômicas do Distrito Federal**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD)**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese de informações sócio econômicas do Distrito Federal**. Brasília, 2010.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. e FERNANDES, Laura Mary M. Turismos: ações e contradições da realidade cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 383-410.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periferia urbana. **Revista Geosul**, ano 1, nº1, p. 70-78, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa da Artes, 1995.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 51-100.

COSTA dos SANTOS, Emmanuel. **Reestruturação urbana e uso do solo na orla de Belém: da paisagem a dinâmica sócio-espacial**. Belém: UFPA, 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Belém.

DAMASCENO, Cilda M. C. **Fortaleza, o significado do centro para a cidade**. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DANTAS, Eustogio W. Correa. **Mar à vista. Estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

\_\_\_\_\_. Litoralização do Ceará: Fortaleza, da “capital do sertão” à “cidade do sol”. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustogio W. C.; ZANELLA, Ma. Elisa e MEIRELES, Antonio J. de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 269-277.

\_\_\_\_\_. O pescador na terra. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 263-279.

DANTAS, Eustogio W. C. et alli. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustogio W. C.; ZANELLA, Ma. Elisa e MEIRELES, Antonio J. de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 23-44.

DARDEL, Eric. **L'homme et la Terre**. Paris: Editions CTHS, 1952.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DEMATTEIS, Giuseppe. Subur-banización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Fco. Javier (Org.). **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

DE MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: LEMOS, Amália Inés, ARROYO, Mónica e SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO/ Universidade de São Paulo, 2006, p. 41-75.

DESIDÉRIO, Mariana et alli. Desigualdade ganha espaço na mídia. **Revista Eletrônica Diversidade**, outubro/ dezembro, 2007.

DE SOTO, Hernando. **El otro sendero. La revolución informal**. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1989.

DUHAU, Emilio e GIGLIA, Angela. Nuevas centralidades y prácticas de consumo en la Ciudad de México: del microcomercio al hipermercado. **Revista Eure**, Santiago, v. XXXIII, n.98, p. 77-95, maio 2007.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 429-461.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sistema de Produção de Açaí. Mercado e comercialização**. Embrapa Amazônia Oriental. Sistemas de Produção. 2ª Edição, ISSN 1809-4325, versão eletrônica, dezembro de 2006.

FAURE, Jean-François; PROST, Maria Thereza e CASTRO, Edna. Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na área metropolitana de Belém e

região das ilhas. In: CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006, p. 179-202.

FELDMAN, Sarah. Mutações na centralidade da metrópole paulistana: da centralidade hierarquizada à centralidade difusa e polivalente. Texto apresentado no **XI Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio** (RII), Mendoza, 2010.

FERNANDES, Cristina de A. e MAIA, Carlos E. Santos. Artesanato no e para o mercado: as redes de produção e comercialização dos artesanatos das feiras hippie e do cerrado de Goiânia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 34, p. 62-74, junho 2010.

FERREIRA, Ignez C. Barbosa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. PAVIANI, Aldo. (Org). **Brasília. Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em questão**. São Paulo: Editora CNPq, 1985, p. 43-56.

FERREIRA, Ignez C. Barbosa e PENNA, Nelba Azevedo. Brasília: novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996, p. 189-212.

FERREIRA, João Sedi W. **Vende-se São Paulo**. In: Correio da Cidadania (<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/3146/>), 2009.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação dinâmicas urbanas na indústria de confecções em São Paulo**. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRIEDMANN, Georges. **Sete Estudos sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

FRÚGOLI, Heitor J. **Centralidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 2000.

FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GALBINSKI, José. Competição espacial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e Metropolização. A Gestão dos Conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987, p. 163-178.

GAUDIN, Thierry. **L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?**. Paris: Union Générale des Éditions, 1978.

GEORGE, Pierre et alli. **A Geografia ativa**. São Paulo: Difusão Européia do livro/ Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 458 p.
- GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, 397 p.
- GOLDENSTEIN, Léa e SEABRA, Manuel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia** da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, n.1, p. 21-47, 1982.
- GONÇALVES, Luiz Antonio A. e AMORA, Zenilde B. O lazer e a Beira-Mar de Fortaleza: temporalidades e territorialidades. In: AMORA, Zenilde B. (Org.). **Cenários Geográficos**. Fortaleza: Eduece, 2009, p. 89-118.
- GOODALL, Brian. **La economía de las zonas urbanas**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1977, 575 p.
- HAGERSTRÄND, Torsten. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago: The University of Chicago Press, 1967, 334 p.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Tradução: Flavio Villaça. **Espaço e Debates**, São Paulo, junho/ setembro, p. 6-36, 1982.
- \_\_\_\_\_. **The urbanization of capital**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Justice, Nature & the Geography of Difference**. United Kingdom: Blackwell Publishing Ltd, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Limits to capital**. London/ New York: Verso, 2006, 478 p.
- HOLANDA, Frederico de. A morfologia interna da capital. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília. Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em questão**. São Paulo: Editora CNPq, 1985, p. 135-160.
- \_\_\_\_\_. É a luta de classes, estúpido. Texto apresentado no **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Rio de Janeiro, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Economia Informal Urbana**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Cadastro Central de Empresas**. Diretoria de Pesquisa, Rio de Janeiro: FIBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**, Rio de Janeiro: FIBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**, Rio de Janeiro: FIBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**, Rio de Janeiro: FIBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro: FIBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2011.

JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo das transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. São Paulo: USP, 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo.

LATOURE, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique**. Paris : La Découverte, 1991.

LAUTIER, Bruno; MIRAS, Claude de e MORICE, Alain. **L'État et l'informel**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1991, 215 p.

LAVEDAN, Pierre. **Géographie des Villes**. Paris: Gallimard, 1936.

LENCIONI, Sandra. O processo de metropolização do espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, Sueli (Org.). **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 153-165.

LEVY, Jacques. Geografía y mundialización. In: HIERNAUX, Daniel e LINDÓN, Alicia (Orgs). **Tratado de Geografía Humana**. México: Editorial Antrophos 2006, p. 273-302.

LIMA, Josué Castro de. **Alteração de uso de imóveis urbanos no Distrito Federal: apropriação individual ou gestão social**. Brasília: UnB, 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília.

LIMA, Luiz Cruz. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuária às estradas virtuais. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 33-50.

LIMA, Patrícia V. P. e GUILHOTO, Joaquim J. M. Relações econômicas do Ceará e os principais setores geradores de emprego em renda na economia do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.35, nº1, p. 111-126, jan-mar, 2004.

LOPES dos SANTOS, Kauê. **Uma financeirização da pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo.** Trabalho de Graduação individual. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MACHADO, Rosana P. China – Paraguai – Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 23, n.67, p. 2-20, junho de 2008.

MALHEIRO, Bruno C. Pereira. **Desigualdade e diferença nas margens da cidade: o Porto do Açaí, espaço de (sobre)vivência na orla fluvial de Belém.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

\_\_\_\_\_. **Portos, portas e portais: experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém.** Belém: UFPA, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Belém.

MANSO, Bruno P. e NUNOMURA, Eduardo. SP toma o lugar do Paraguai como paraíso das muambas – Polo distribuidor de contrabando e produtos falsificados, região central atrai camelôs e lojistas de todo o País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 8 de fevereiro de 2009, Caderno Metrópole, p. 4.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 121-188.

\_\_\_\_\_. Posfácio de DAVIS, M. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARIN, Rosa E. A.; PINTO, Maria R. e MONTEIRO, Érica. Portos e trapiches como espelhas de Belém e das comunidades negras rurais. In: TRINDADE JR., Saint Clair C. da e SILVA, Marcos A. Pimentel da (Orgs.). Belém. **A cidade e o rio na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2005, p. 130-144.

MARQUES, Eduardo C. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Unesp, 2010, 215 p.

MARQUES, Eduardo C. e TORRES, Haroldo. (orgs). **São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais.** São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARQUES, Eduardo C. et alli. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. In: DIAS, L.. (Org.). Texto apresentado no **31º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu, 2007.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour. Social Structures and the Geography of Production**. London: Macmillan Education, 1984.

McGEE, Terence. **The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory**. Londres: G. Bell and Sons Ltd, 1971.

\_\_\_\_\_. The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities. In ABU-LUGHOD, Janet e HAY, Richard (Orgs.). **Third World Urbanization**. New York: Methuen, 1977, p. 257-270.

MEDEIROS, Jorge F. da Silva. **Feiras e feirantes em Belém (PA): as “novas” formas de apropriação do território na/da metrópole**. Belém: UFPA, 2008. Monografia (Programa de Pós-Graduação Lato Sensu) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, Belém.

MEDEIROS, Luiza Rezende e MACEDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.18 n.2, maio/ago, 2006.

MÉNDEZ, Ricardo. El territorio de las nuevas economías metropolitanas. **Revista Eure**, Santiago, v. XXXIII, n.100, p. 51-9567, dezembro 2007.

MESQUITA, Erle Cavalcante. **Informalidade no mercado de trabalho de Fortaleza: dimensões e características**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2008, 41p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Financiamento de Assistência Social no Brasil**. Governo Federal. Brasília, dezembro, 2010.

MISSEN, G. I. e LOGAN, M. I. National and Local Distribution Systems and Regional Market: the case of Kelantan in West Malaysia. **Antipode**, v.9, n°3, p. 60-74, 1977.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: de seu surgimento, debates e aplicações aos esforços de sua atualização no Brasil contemporâneo. Texto apresentado no **VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE)**, Curitiba, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 350 p.

NERI, Marcelo Cortes. Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade. **Revista Nueva Sociedad**, ISSN: 0251-3552, p. 53-75, outubro de 2007.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n.53, p. 2-17, outubro de 2003.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Feirantes e ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém**. Fascículo 7. Fundação Ford/ PPGSCA/ UFAM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nossas vidas, nossos direitos: Portal da Amazônia. Boletim Informativo**. Fundação Ford/ PPGSCA/ UFAM, Edição especial 3, agosto de 2009.

NUNES, Brasilmar F. A lógica social do espaço. In: PAVIANI, Aldo e GOUVEA, Luiz A. C. (Orgs). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 75-102.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **As Metrôpoles no Censo 2010: novas tendências?** Rio de Janeiro, 2011.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Edilson. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina – PR**. São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e Metropolização. A Gestão dos Conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987, p. 125-145.

ORTEGA y GASSET, Jose. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília. Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em questão**. São Paulo: Editora CNPq, 1985, p. 57-78.

\_\_\_\_\_. Periferização urbana. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Urbanização e Metropolização. A Gestão dos Conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987, p. 33-49.

\_\_\_\_\_. Processo de periferização e pobreza urbana. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília: a metrópole em crise. Ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989, p. 29-93.

\_\_\_\_\_. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 115-142.

\_\_\_\_\_. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano VII, ns. 11, 12 e 13, p. 63-76, 2003.

\_\_\_\_\_. A violência do desemprego. In: PAVIANI, Aldo, FERREIRA, Ines C. B. e BARRETO, Frederico F. P. (Orgs). **Brasília. Dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 193-218.

PENNA, Nelba Azevedo. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, Aldo e GOUVEA, Luiz A. C. (Orgs). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 57-63.

PINHO, Maria Sonia Madureira de. Produtos artesanais e mercado turístico. In MURTA, Stela M. e ALBANO, Celina (Orgs). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 169-180.

PLIEZ, Olivier. **Des jeans chinois dans les rues du Caire, ou les espaces discrets de la mondialisation**. In Mappemonde, n. 88, 2007. (<http://mappemonde.mgm.fr/num16/articles/art07404.html>).

POCHMANN, Marcio. **Economia do Microempreendimento informal no Brasil**. Brasília, SEBRAE, Texto para discussão n.2, agosto de 2005.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, 104 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus I, 1980.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/ PROCENTRO. **Reconstruir o centro. Reconstruir a cidade e a cidadania**. São Paulo, 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/ EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Plano Urbanístico Nova Luz**. Programa de Requalificação Urbana, junho 2008.

\_\_\_\_\_. **Nova Luz**. Programa de Requalificação Urbana, março 2009.

RECLUS, Elisée. A natureza da Geografia. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Elisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

RIBEIRO, Ana Clara T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Cátia A. et al. (Orgs.). **Formas em crise. Utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p. 93-111.

RICOEUR, Paul. **O Discurso da Acção**. Lisboa: Edições 70, 1988, 156 p.

ROCHA, Sonia. Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 16 (2), p. 265-299, maio-agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr 2008.

ROLNIK, Raquel et alli. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In **Caminhos para o Centro: Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. EMURB, Prefeitura do Município de São Paulo, CEBRAP, CEM, 2005.

ROMERO, Marta A. Bustos. A violência e as condições degradantes do meio urbano. In: PAVIANI, Aldo, FERREIRA, Ines C. B. e BARRETO, Frederico F. P. (Orgs.). **Brasília. Dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 133-160.

SANTOS, Janio L. e SERPA, Angelo. A produção especial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. **Revista Geosp**, São Paulo, n.8, p. 45-65, 2000.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés**. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial**. São Paulo: Hucitec, 1979b.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987, 142 p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.

- \_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994, 145 p.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 4ª edição, 1996b.
- \_\_\_\_\_. **El espacio banal, una epistemología de la existencia**. In: Universitat de Barcelona, Solemne Investidura de Doctor Honoris Causa, 1996c.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARAIVA, Camila e MARQUES, Eduardo C. A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. In MARQUES, Eduardo C. e TORRES, Haroldo G. (orgs). **São Paulo. Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005, p. 143-168.
- SARTRE, Jean Paul. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1990.
- SASSEN, Saskia. **The Global City, New York, London, Tokio**. Londres: Princeton University Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Localizando ciudades en circuitos globales. **Revista Eure**, v.29, n.88 Santiago, p. 5-27, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Cities in a world economy**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 4ª edição, 2006.
- SCHNEIDER, Sergio e SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de O. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SEABRA, Odette. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In CARLOS, Ana Fani. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (orgs). **Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 271-311.
- SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ (SETUR/CE). **Indicadores Turísticos 1995/ 2010**. Fortaleza, 2010, 31p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELÉM (SECON). **Departamento de Feiras, Mercados e Portos**. Divisão de controle técnico, 2007.

SENA, Ana Laura. **Trabalho informal nas ruas e praças de Belém: estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios**. Belém: NAEA/ EDUFPA, 2002, 276 p.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Record, 2006, 189 p.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Participação das MPEs no total de Pessoas Ocupadas nas Empresas Paulistas**. Brasília, 2000.

---

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência e mortalidade das MPE. Fatores condicionantes**. Brasília, 2005.

---

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência e mortalidade das MPE. Fatores condicionantes**. Brasília, 2007.

---

\_\_\_\_\_. **Mercado dos cartões de crédito no Brasil e suas relações com as micro e pequenas empresas**. Brasília, 2007.

---

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Empreendedor Individual**, 2011.

SILVA, Elizete A. e SOUZA, Maria Salette de. Espaços públicos e territorialidade no centro de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustogio W. C.; ZANELLA, Maria Elisa e MEIRELES, Antonio J. de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 171-181.

SILVA, José Borzacchiello da. **Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. São Paulo: USP, 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustogio W. C.; ZANELLA, Ma. Elisa e MEIRELES, Antonio J. de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 45-55.

\_\_\_\_\_. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007a, p. 215-236.

\_\_\_\_\_. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustogio W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007b, p. 101-124.

SILVA, Marcos A. Pimentel da. **A cidade vista através do porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA)**. Belém: UFPA, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Marcos A. Pimentel da e MALHEIRO, Bruno C. P. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR., Saint Clair C. da e SILVA, Marcos A. Pimentel da (Orgs.). Belém. **A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005, p. 145-169.

SILVA, Marcos A. Pimentel e RIBEIRO, Rovaine. Portos e trapiches como imagem de Belém: sociabilidades e identidades urbanas à margem da metrópole. Texto apresentado no **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Belém, 2007.

SILVEIRA, María Laura. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. **Revista Território**, n. 6, p. 21-28, 1999.

\_\_\_\_\_. Indagando as técnicas... Um caminho para entender o território. In: GONÇALVES, Neyde M. S. et alli (Orgs.). **Os lugares do mundo. A globalização dos lugares**. Salvador: Departamento de Geografia/ UFBA, 2000, p. 213-219.

\_\_\_\_\_. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuaderno del CENDES**, Caracas, ano 21, n.57, p. 1-21, 2004a.

\_\_\_\_\_. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: Carlos, Ana Fani A. e Oliveira, Ariovaldo U. de (Orgs). **Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 59-71.

\_\_\_\_\_. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp**, v. 19, p. 81-91, 2006.

\_\_\_\_\_. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**, Santiago, v. XXXIII, n.100, p. 149-164, dezembro, 2007.

\_\_\_\_\_. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

\_\_\_\_\_. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Texto apresentado no **XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)**, Porto Alegre, 2010.

\_\_\_\_\_. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel e DIAS, Leila Christina (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 62-82.

SIMONDON, Gilbert. **Du mode d'existence des objets techniques**. Paris : Aubier, 1ª ed. 1958, 1989.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998, 155 p.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio W. C.; ZANELLA, Maria Elisa e MEIRELES, Antonio J. de A. (Orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 149-161.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

STEINBERGER, Marília. Zoneamento ecológico-econômico: instrumento geoestratégico. In: PAVIANI, Aldo e GOUVEIA, Luiz A. C. (Org.). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 267-299.

TELLES, Vera. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. Anotações inconclusas de uma pesquisa. In: OLIVEIRA, Francisco de e RIZEK, Cibele S. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 195-218.

TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados** 21 (61), p. 173-191, 2007.

TOPALOV, Christian. **La urbanización capitalista. Algunos elementos para su análisis**. Mexico D.F.: Editorial Edicol, 1979, 186 p.

TORRES, Haroldo da G.; BICHIR, Renata M. e CARPIM, Thais P. Uma pobreza diferente?. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 74, p. 17-22, 2006.

TOZI, Fábio. A pirataria como uso do território brasileiro. Texto apresentado no **XII Encontro de Geógrafos de América Latina (EGAL)**, Montevideu, 2009.

\_\_\_\_\_. Meio técnico, tenologia e tecnobrega: a cidade e a pirataria como possibilidade. **Revista Tamoios**, ano VI, nº 2, p. 17-28, julho/dezembro 2010.

TRINDADE JR., Saint Clair C. da. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. **Revista Geosp**, São Paulo, n.4, p. 39-52, 1998.

\_\_\_\_\_. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). **Scripta Nova**, v.IX, n.194, agosto de 2005.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**, ano 22, v.1, n.26, p. 177-194, jan-jun, 2006.

TRINDADE JR., Saint Clair C. da; COSTA dos SANTOS, Emmanuel R. da e RAVENA, Nírvea. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR., Saint Clair C. da e SILVA, Marcos A. Pimentel da (Orgs.). Belém. **A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005, p. 12-43.

TRINDADE JR., Saint Clair C. da; AMARAL, Márcio Douglas B. e SANTOS, Emmanuel R. da Costa. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna. **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, p. 59-84, 2006.

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios**. Barcelona: Editora Ariel, 1999, 254 p.

VESENTINI, José W. **A Capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincoln Institute, 1998, 373 p.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a Revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 2000, 265 p.

### **Principais sites consultados**

Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS)

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Observatório das Metrópoles

Prefeitura do Município de São Paulo

Programa de Administração do Varejo (Provar)

Secretaria Municipal de Habitação Município de São Paulo (SMH)

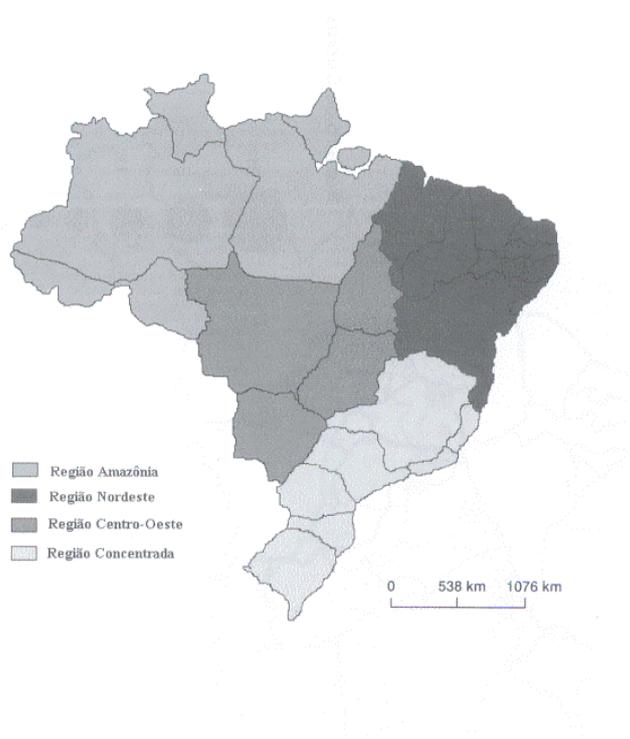
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de São Paulo (SEMPPLA)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Serasa

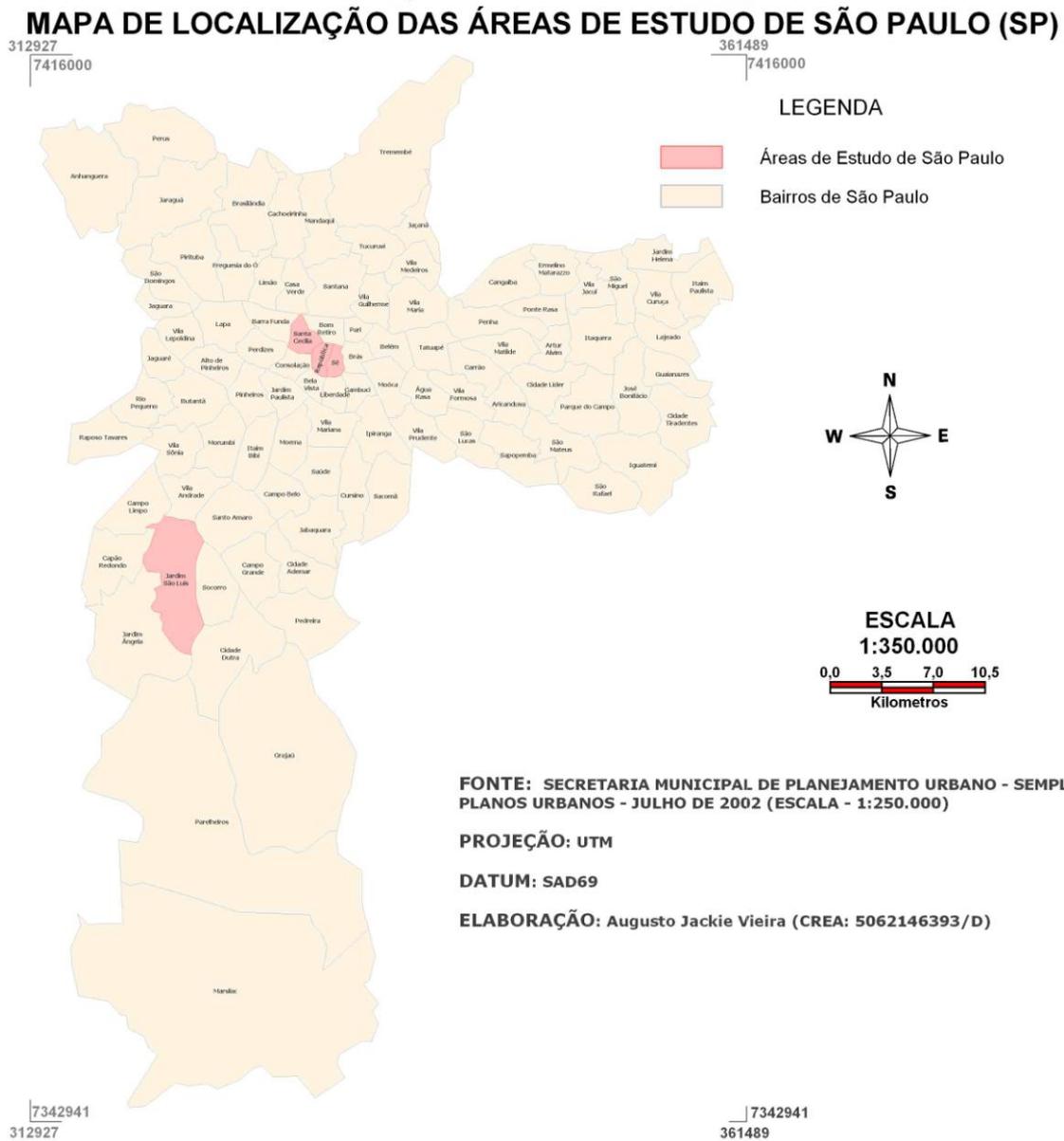
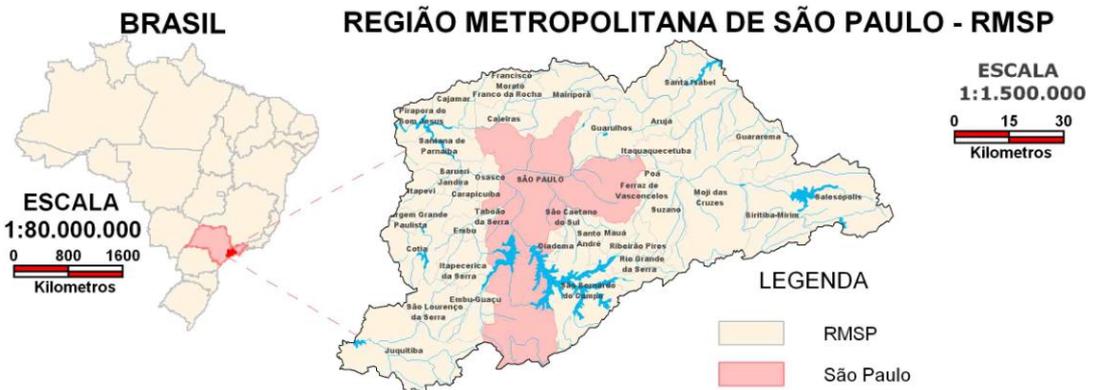
**ANEXOS**

## ANEXO 1. Mapa do meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil

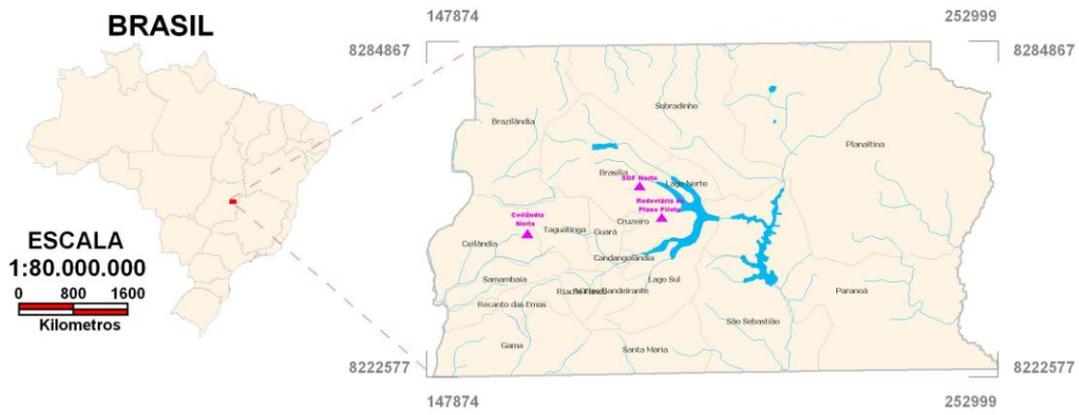


Fonte: SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. LXIV.

**ANEXO 2. Mapas das localizações das áreas selecionadas em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**



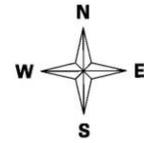
# MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO DE BRASÍLIA (DF)



FONTE: CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL  
PROJEÇÃO: UTM  
DATUM: SAD69

ELABORAÇÃO: Augusto Jackie Vieira (CREA: 5062146393/D)

ESCALA  
1:1.000.000  
0 10 20  
Kilometros

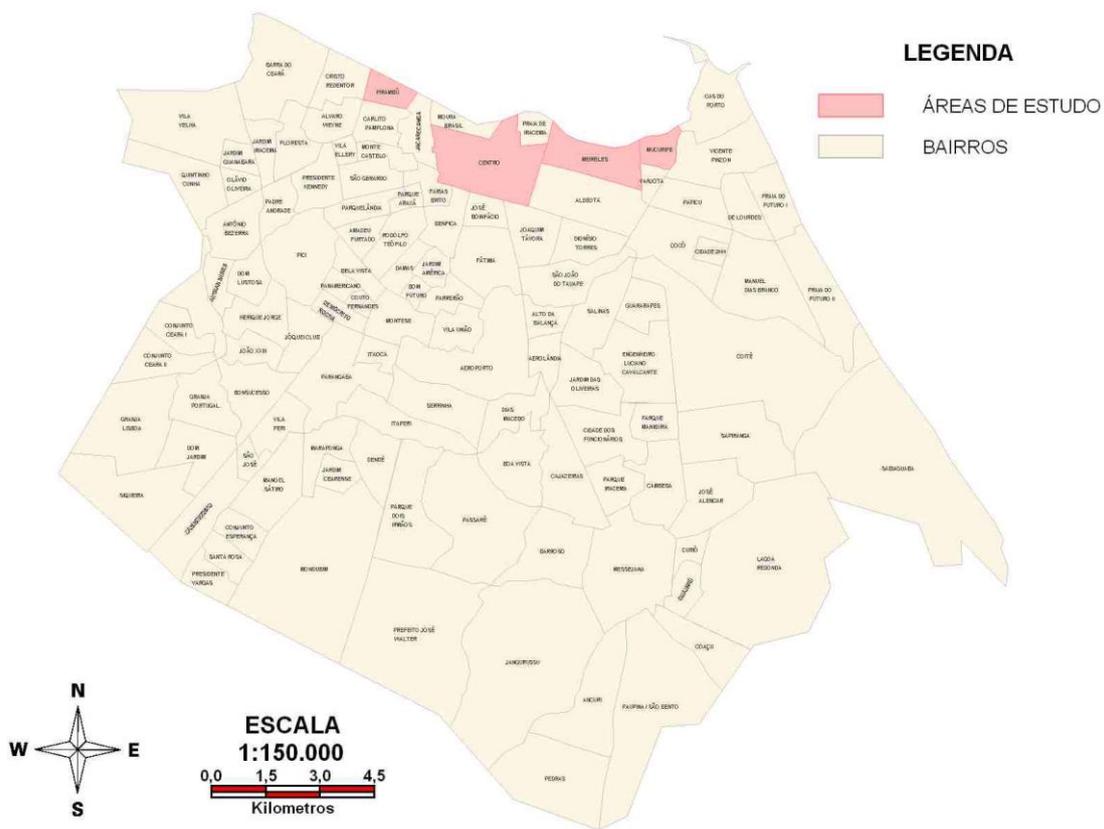


**BRASIL**

**REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)**



**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO DE FORTALEZA (CE)**

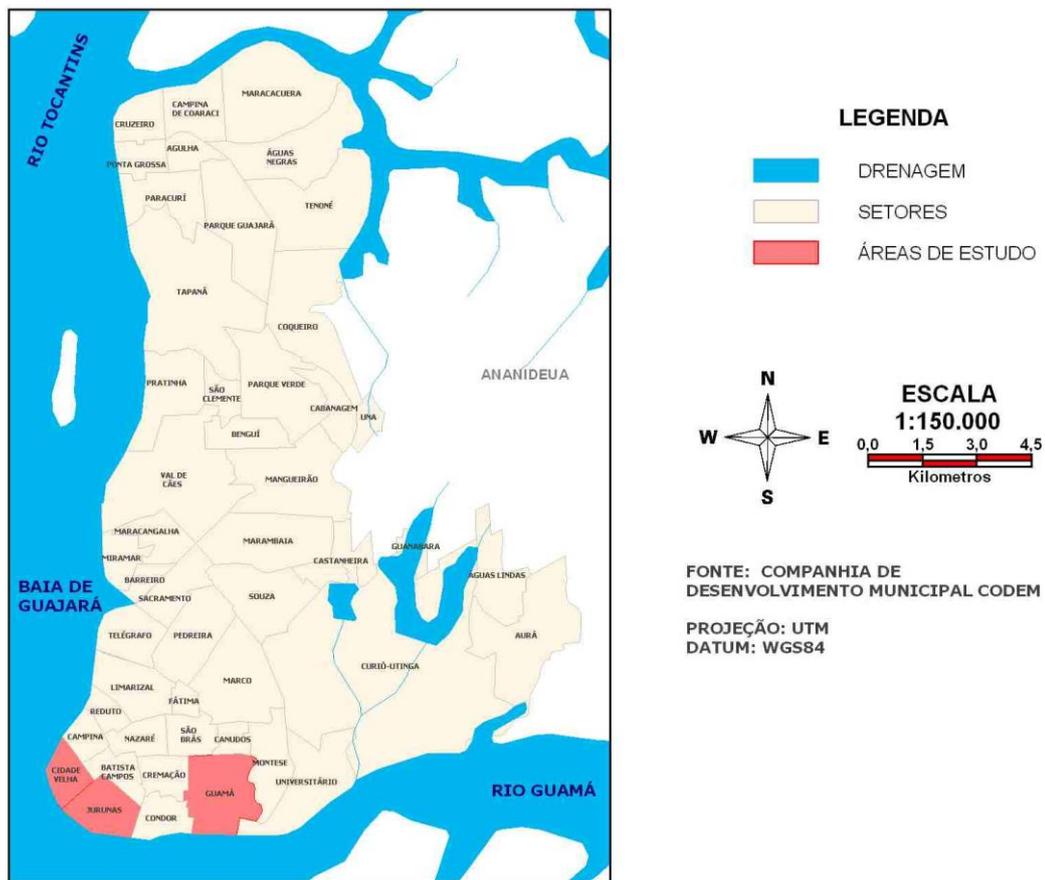


FONTE: XXXXXXXXXXXX

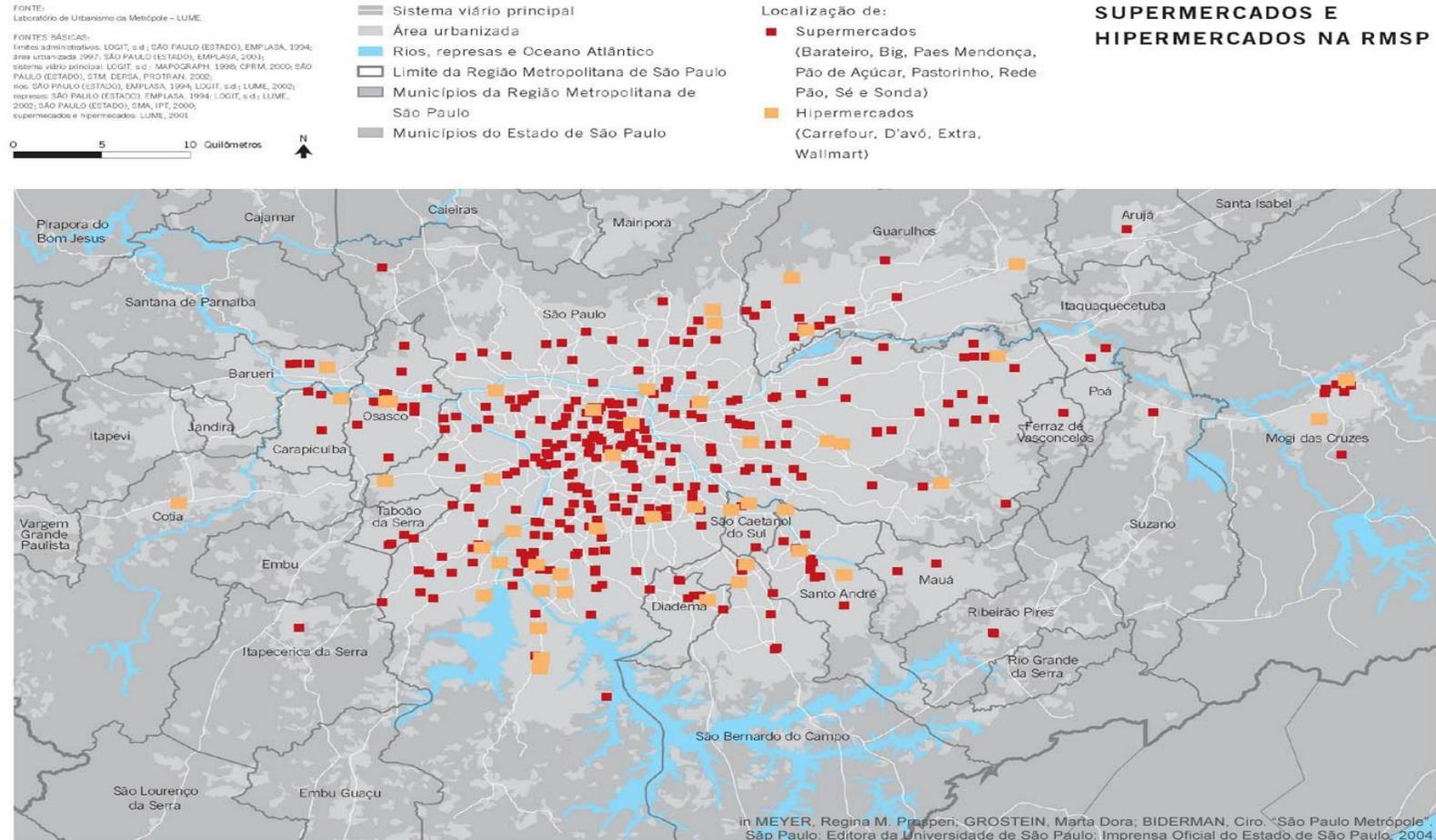
PROJEÇÃO: UTM  
DATUM: WGS84



**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO DE BELÉM (PA)**



## ANEXO 3: Mapas da distribuição dos supermercados, hipermercados, *shopping-centers* e cinemas na Região Metropolitana de São Paulo

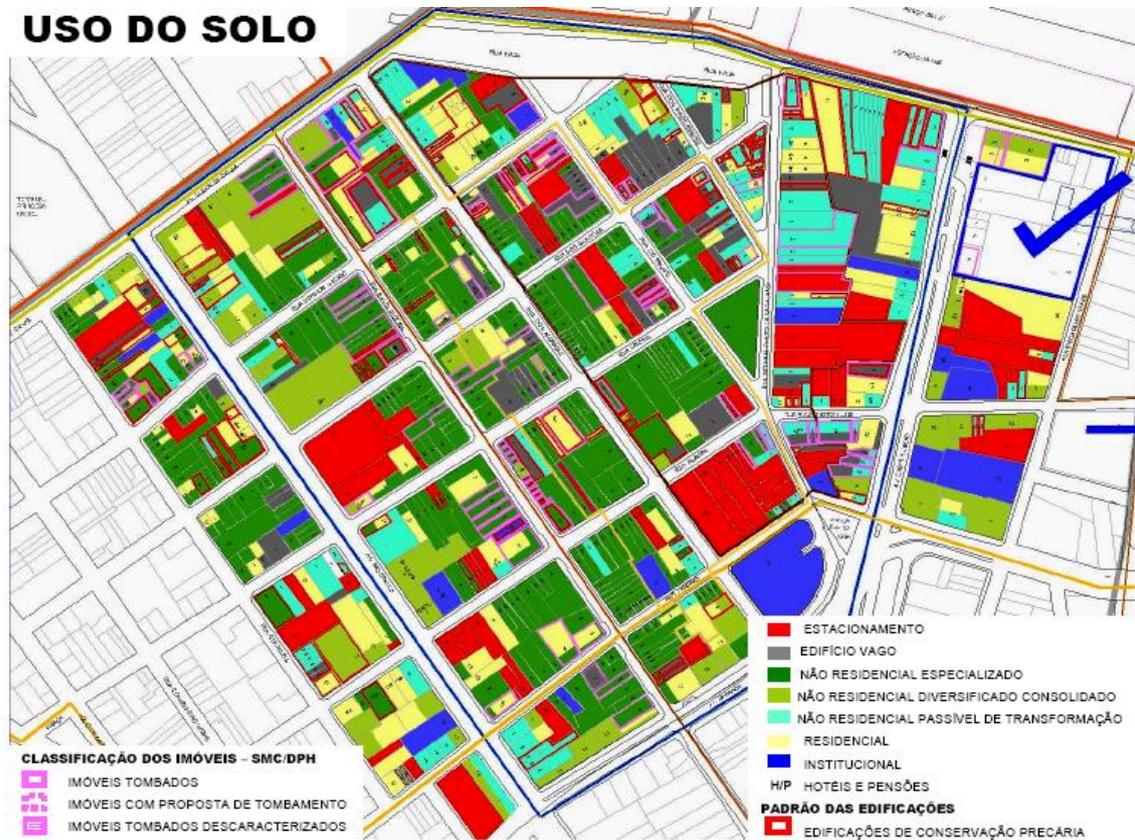


#### ANEXO 4: Mapa do Perímetro de Intervenção do Programa Nova Luz



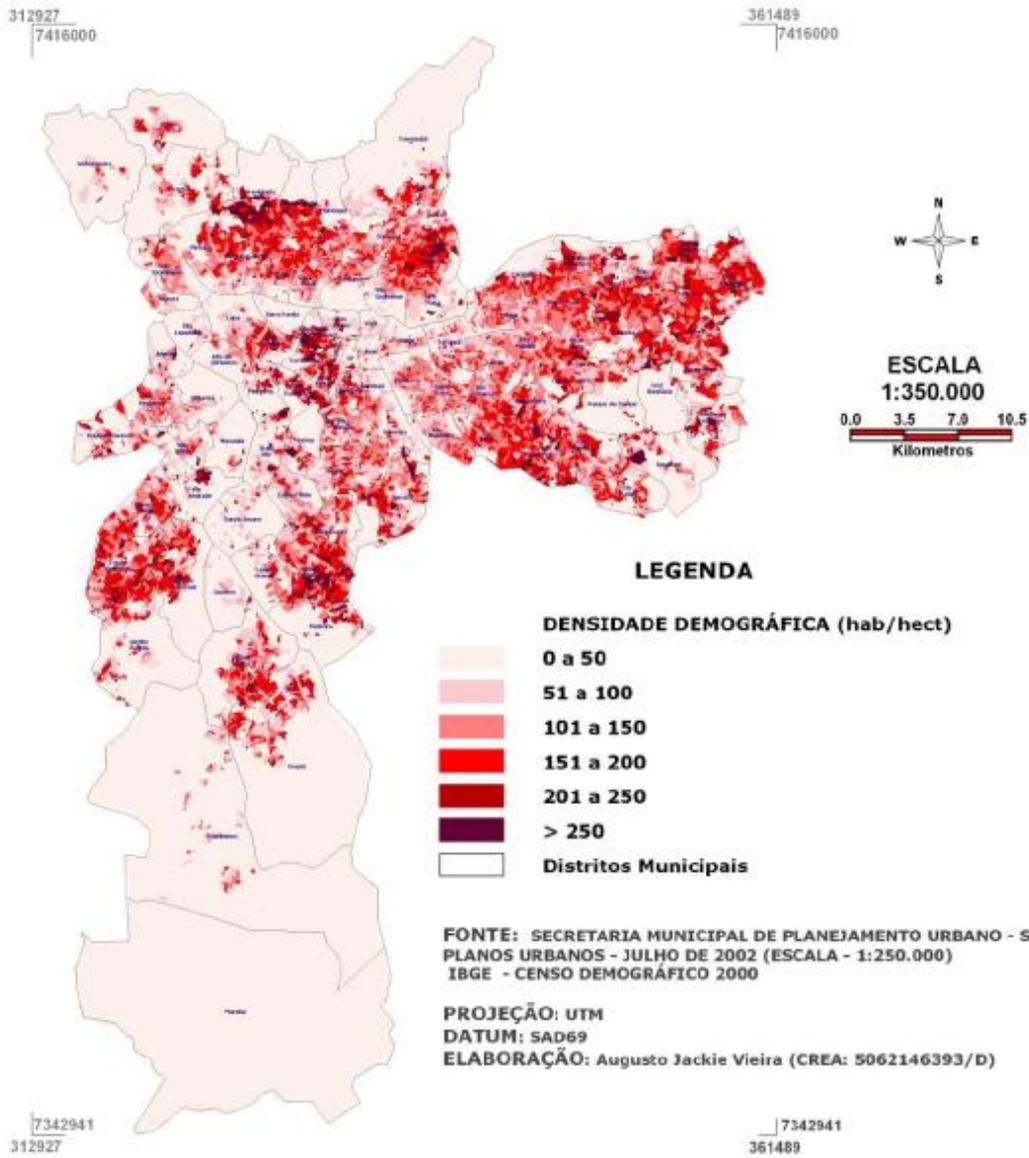
Fonte: EMURB, PMSP, 2009.

**ANEXO 5: Mapa de uso do solo no perímetro de intervenção do Programa Nova Luz, segundo a EMURB**



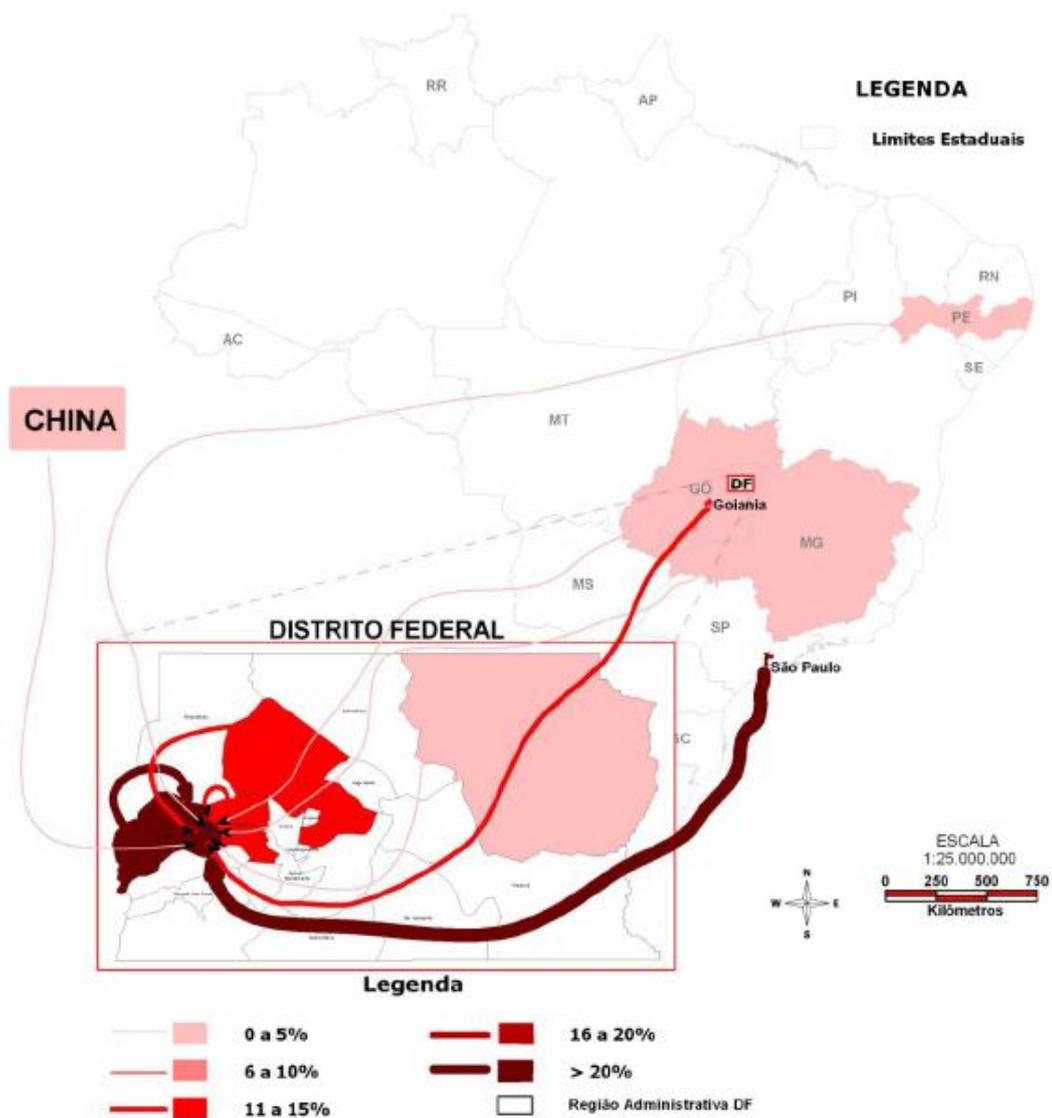
Fonte: EMURB, PMSP, 2009.

## ANEXO 6. Mapa de densidade demográfica no Município de São Paulo – 2010





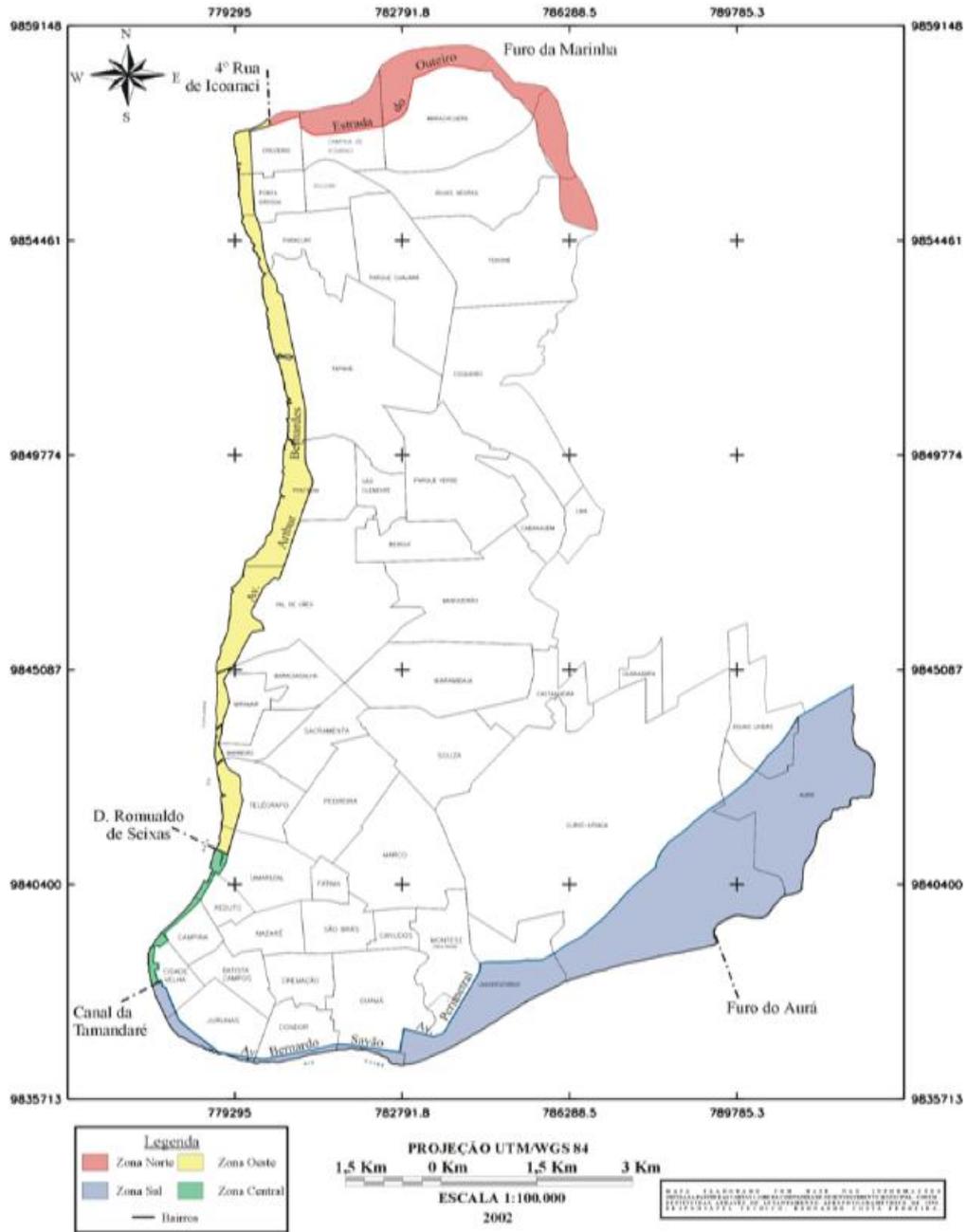
**ANEXO 8. Mapa das principais procedências dos insumos e artigos comercializados pelos estabelecimentos do circuito inferior entrevistados em Ceilândia (DF) (%) – 2010**



**FONTE:** Elaboração com base no trabalho de campo realizado pela autora no Distrito Federal de 2008 - 2010  
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

**PROJEÇÃO:** Cilíndrica Equidistante  
**DATUM:** SAD69  
**ELABORAÇÃO:** Augusto Jackie Vieira (CREA: 5062146393/D)

# ANEXO 9. Mapa da subdivisão da orla de Belém



Fonte: MALHEIRO, 2006, p.34.